



Um seminário

Desafios para Segurança e Defesa Nacional

- Uma reflexão -



2023-2024





Um seminário

Desafios para Segurança e Defesa Nacional

- Uma reflexão -

2023-2024

Ficha Técnica

Título:

Um seminário
Desafios para a Segurança e Defesa Nacional
- Uma reflexão -

Autoria e Coordenação:

Grupo de Reflexão Estratégica Independente

Capa:

J. Ferreira Barbosa e J. Pires Neves

Edição:

Grupo de Reflexão Estratégica Independente

Preparação e arranjos:

J. Pires Neves

Execução Gráfica:

ACD PRINT, S.A.

ISBN: 978-989-33-6581-6

Depósito legal: 535161/24

Tiragem: 600 exemplares

Publicação e Distribuição:

Grupo de Reflexão Estratégica Independente
Reservados os direitos

Data de edição: Setembro, 2024

In Memoriam:

Do nosso camarada, amigo e membro fundador do GREI

Major-general Adelino Matos Coelho



31/10/1946 – 13/06/2023

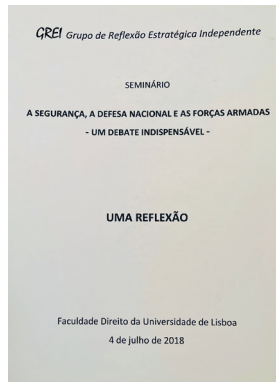
*“Exemplo de honestidade intelectual, firmeza de propósitos
e de princípios éticos”*

ALGUMAS OBRAS DO GREI

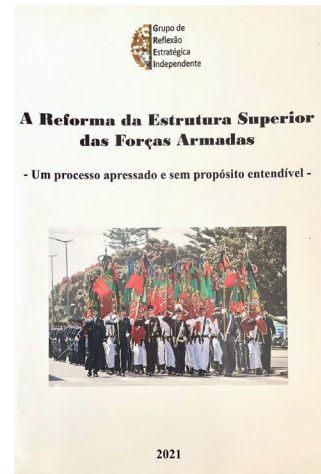
[«https://grei-portugal.org/informacao.php?area=livros»](https://grei-portugal.org/informacao.php?area=livros)



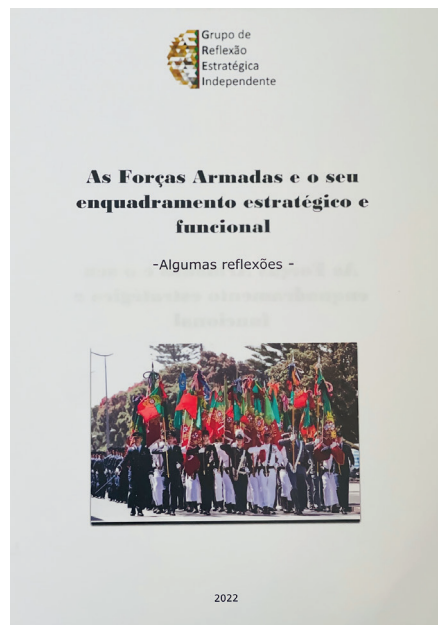
2017



2019



2021



2022

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
O SEMINÁRIO	15
Divulgação e Programa	17
<i>Divulgação</i>	19
<i>Programa</i>	21
PARTE I	23
O Seminário (os OCS) e um ponto de partida	25
<i>V. Marcelino: Gerais [...] e a "pré-falência" das FFAA</i>	27
<i>Vítor Matos: "Portugal mínimo em exercício máximo".....</i>	32
<i>Lusa: "Partidos [querem mais] investimento na Defesa".....</i>	35
<i>H. Carreiras: "É vital [...] a modernização das FFAA".....</i>	38
<i>V. Matos: "Meta de 2% custa mil milhões a Portugal".....</i>	41
<i>PSD e Chega criticam falta de investimento na Defesa</i>	47
<i>Ângela Silva: "O 25 de Abril do Chefe Supremo.".....</i>	50
<i>V. Matos: "Marcelo (não) falou dos problemas das FFAA".....</i>	53
<i>O Presidente e os desafios colocados à DEFNAC e às FFAA.....</i>	58
<i>Â. Silva: "[FFAA.] Marcelo carrega nas exigências [...]".....</i>	59
<i>J. Madeira: "[...] e o reforço do orçamento da Defesa".....</i>	62
<i>V. Matos: "Faltam €33 milhões para manter navios".....</i>	64
<i>Nota aos OCS: "Concluída a reforma [...] das FFAA".....</i>	66
<i>CEMGFA apela [para] as "necessidades" dos militares</i>	68

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional

<i>Marcelo: [...] "manutenção" é "prioridade [...]" das FFAA</i>	71
<i>Defesa duplica verba para manutenção [...] das FFAA</i>	73
<i>H. Carreiras: "Uma LPM para um novo contexto [...]"</i>	75
<i>Ministra: "[estuda] razões de saída [...]" das FFAA</i>	78
<i>Marcelo e Santos Silva com Generais</i>	80
<i>SEXA PR encerra seminário do GREI</i>	81
PARTE II	83
O SEMINÁRIO	83
A Sessão de Abertura	85
<i>A intervenção do Presidente da Direção do GREI</i>	87
<i>A intervenção do Presidente da Assembleia da República</i>	93
<i>Mensagem de SEXA a Ministra da Defesa Nacional</i>	101
O PAINEL I	105
A Estratégia de Segurança e Defesa nacional	105
<i>Intervenção do moderador Vice-almirante João Pires Neves</i>	107
<i>Intervenção do Major-general Adelino Matos Coelho</i>	112
<i>Intervenção do Prof. Doutor José Félix Ribeiro</i>	116
<i>Intervenção do Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo</i>	124
O PAINEL II	133
As Políticas Públicas de Segurança e Defesa Nacional	133
<i>Intervenção do Tenente-general Mário Mourato Cabrita</i>	135
<i>Intervenção do Tenente-general Joaquim Formeiro Monteiro</i>	149
<i>Intervenção do Prof. Doutor João Confraria (UCP)</i>	156
<i>Intervenção da Prof.^a Doutora Ana S. Pinto (NOVA FCSH)</i>	166
A SESSÃO DE ENCERRAMENTO	175
<i>A intervenção do PAG do GREI, Almirante F. de Melo Gomes</i>	177
<i>A intervenção de Sua Excelência o Presidente da República</i>	181
PARTE III	189
O Seminário e as reações suscitadas	191
... na Sociedade Civil	193

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional

<i>Maria José Maurício</i>	195
<i>José Bastos Saldanha</i>	195
<i>Paulo Enes Lage Raposo</i>	196
<i>Frederico de Melo Franco</i>	197
<i>José A. Cervaens Rodrigues</i>	198
<i>Maria Regina de Mongiardim Flor e Almeida</i>	199
<i>Helder Bernardo Rocha Martins</i>	200
<i>Rita Pires Neves</i>	201
<i>Annie Moreira</i>	202
<i>José Nunes da Cruz</i>	203
<i>Pedro Lopes Moreira</i>	204
<i>José Félix Ribeiro</i>	204
<i>José Pires de Lima</i>	205
<i>Flávia Ramos Alfarroba</i>	207
<i>Ana Paula Martins</i>	207
... nos Órgãos da Comunicação Social	209
<i>Ministra: apresentará dia 19 Plano [...] para o S. Militar</i>	211
<i>[Pinto Ramalho] pede "decisões e investimentos concretos"</i>	213
<i>[PR]: insiste na modernização meios e valorização carreiras</i>	215
<i>S. Silva: problemas [FFAA tratam-se] "em local próprio"</i>	218
<i>Marcelo: [...] critica cálculo dos gastos reportados à NATO</i>	220
<i>RR: [FFAA] perdem cerca de 1.500 efetivos num ano</i>	225
<i>Ex-Vice-CEME: "Há um raciocínio que ninguém quer fazer"</i>	227
<i>[EX-CEME]: Investimento "Se não for agora, quando será?"</i>	230
<i>CEMGFA defende ações "concretas [...] e remuneradoras"</i>	239
<i>Cristina Reyna (CNN): entrevista a Ministra da Defesa</i>	242
CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
NOTA DE FECHO	267

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional



Centro Cultural de Belém
Lisboa



Centro Cultural de Belém
Lisboa

INTRODUÇÃO

O Grupo de Reflexão Estratégia Independente (GREI) desde 2015, data da sua constituição enquanto associação, e no cumprimento estrito do seu objeto social, tem vindo a realizar estudos e reflexões de carácter estratégico sobre o País e a sociedade e, desse modo, a publicar documentação diversa, tendo, inclusivamente, levado a efeito dois seminários, um na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2018, e outro, bem recentemente, em Lisboa, no Centro Cultural de Belém, ambos sob a égide de Sua Excelência o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, o que muito nos honrou.

O propósito do Seminário do dia 11 de abril de 2023 foi o de criar uma oportunidade de debate, de partilha de conhecimento, num ambiente de transparência e frontalidade, convidando o público, em geral, e a sociedade civil, em particular, a discutir com fundamento e objetividade bastante estes assuntos, por natureza complexos, da Segurança e da Defesa do País, das Forças Armadas (FFAA), elucidando e esclarecendo, fazendo a pedagogia de temas e matérias que, normalmente, estão ausentes do debate público, não integram as agendas partidárias e, muito em especial, os alinhamentos das campanhas eleitorais.

Daí, a escolha dos temas que pudessem corresponder às expectativas e ao interesse comum, e o termos convidado conhecidos académicos civis, e com prestígio consolidado, como principais oradores.

Dentro deste espírito, o GREI entendeu uma vez mais organizar e documentar em livro, numa lógica de registo para memória futura, tudo o que se passou no seminário, o que por lá se disse ou, a propósito foi suscitado, as perceções que se induziram e as reacções que desencadearam.

O Seminário, ele próprio subordinado ao tema-base – **“Os Desafios para a Segurança e Defesa Nacional”** – depois de uma breve introdução foi estruturado segundo três e mais importantes blocos específicos ou Pilares, e termina com o arrolar de um conjunto de considerações finais, referidas a maio de 2024.

Parte I

Deste modo, e – na Parte I, tendo em conta o que os diversos Órgãos da Comunicação Social (OCS) vêm referindo sobre as várias matérias com afinidade com o assunto do seminário e, em busca de uma certa sua contextualização, trazem-se à colação, e a partir de janeiro de 2020, *locais*, notícias e análises, de diversa ordem, que nos ajudam a entender e a ganhar consciência do que se passa, de alguns dos problemas com que o País (as FFAA) se debatem e, nesse sentido, a situar, como pretendido, em termos de seminário, um ponto de partida.

Parte II

Na Parte II, depois de uma pequena alusão ao tipo de divulgação que se efetuou e da apresentação do programa do seminário, entramos no bloco nobre da sua estrutura, a qual, por seu turno, se articula como segue:

– Sessão de abertura

- O seminário começou com as intervenções de boas vindas por parte do Presidente da Direção do GREI, General *José Luiz Pinto Ramalho* e, ao estilo de *key note speaker*, do então-Presidente da Assembleia da República, *Prof. Doutor Augusto Santos Silva*;
- Na impossibilidade de estar presente, por se encontrar de visita oficial ao Brasil, a Ministra da Defesa Nacional ao tempo enviou uma mensagem-vídeo ao seminário, que houve oportunidade de visualizar.

– Painel I – Estratégia de Segurança e Defesa Nacional”

- Entrevieram nas suas qualidades de:
 - o Moderador, o *Vice-almirante João Pires Neves* (GREI) com uma pequena introdução enquadadora das matérias a tratar; e, numa breve comunicação, o *Major-general Adelino Matos Coelho*, igualmente membro do GREI, o qual, teceu algumas considerações sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional;
 - o Conferencistas convidados –
 - o *Prof. Doutor José Félix Ribeiro*, olhando ao mundo em geral e às movimentações de natureza geopolítica e geo-económica [e de competição estratégica] que se percecionam e aos diversos atores, interesses e poderes que se assumem, dá-nos conta de alguns cenários evolutivos do que possam vir a ser os futuros espectáveis e a sua repercussão no País;

O *Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo* falou de Portugal, da Sociedade civil, das Instituições e das suas fragilidades, colocou a tónica na *importância decisiva* das FFAA e no papel negativo que, por vezes, os partidos assumem, bem como, os OCS, quase sempre muito focados no espetáculo e no simplismo; e, evidenciando a complexidade da crise multifacetada que nos atravessa, termina, elegendo a importância da ligação das FFAA ao sistema científico nacional e, concomitantemente, como Pilares de referência a atender, a formação aprofundada, a atitude e os comportamentos, os valores e, onde, a ética, o respeito, a liderança e a solidariedade são os esteios relevantes que uma qualquer sociedade, hoje e sempre, não pode esquecer.

– Painel II – Políticas públicas de Segurança e Defesa Nacional

- Intervieram nas suas qualidades de:
 - o Moderador, o *Tenente-General Pilav José Oliveira Simões* (GREI) que introduziu o tema, aludindo às questões mal resolvidas do termo do Serviço Militar Obrigatório no País e às dificuldades sentidas em recrutar e reter na quantidade e qualidade desejável os militares que entram; seguidamente falaram dois outros membros do GREI, o *Tenente-general Mário Mourato Cabrita* a propósito do regime estatutário militar e dos princípios fundamentais caracterizadores da condição militar, estabelecidos em 1989 e do seu atual desequilíbrio; e o *Tenente-general Joaquim Formeiro Monteiro* que examina as implicações da adoção, em 2004, de um sistema de prestação de serviço efetivo assente no profissionalismo em tempo de paz.

- o Conferencistas convidados –

O *Prof. Doutor João Confraria* observando a ordem económica internacional e algumas das mudanças nela verificadas oferece-nos, em perspetiva, aquilo que possam ser as suas consequências para Portugal e suas políticas públicas, procurando o autor, neste seu exercício, identificar problemas (inclusive na área da defesa) e a forma de resolver alguns deles;

A *Prof. Doutora Ana Santos Pinto* fala-nos de algumas das premissas em que assenta a sua investigação sobre a Defesa Nacional, entendida esta como um processo complexo e contínuo, composto por um conjunto de decisões, ações e

recursos, que procuram solucionar ou mitigar problemas ou questões de interesse público. E, nesse sentido, a autora oferece-nos uma análise da Defesa Nacional enquanto política pública à luz de quatro ideias-força; (i) a definição de agenda (como a questão que é colocada a debate público); (ii) a definição de objetivos e estratégias (de grupos de interesse, agentes e decisores); (iii) o processo de decisão; e (iv) a avaliação de resultados e correção de problemas identificados.

(Ambos os Painéis foram seguidos de períodos de Debate)

– **Sessão de encerramento**

- O Seminário terminou com a intervenção do Presidente da Assembleia Geral do GREI, *Almirante Fernando Melo Gomes* e de Sua Excelência o Presidente da República, *Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa*, que assumiu um muito especial significado, atento o seu estatuto de Comandante Supremo das Forças Armadas e a relevância das questões a que aludiu.

Parte III

Na Parte III, são abordadas as reações suscitadas pelo seminário e por aquilo que lá se passou, quer por parte das pessoas, a título individual, e que, com grande espírito de cidadania e de forma inédita, nos fizeram chegar, simples depoimentos; quer por parte dos OCS, estes, maioritariamente analisando e comentando as intervenções dos Presidentes da Assembleia da República (na sessão de abertura) e do Presidente da República e Comandante Supremo das FFAA (na sessão de encerramento).

Considerações finais

Terminamos o livro com um conjunto de considerações finais e uma breve nota de fecho, algumas ideias mais e o esclarecimento ou a precisão de outras, na busca de uma melhor caracterização do que se passou no seminário e, ponto importante, numa perspetiva atual, daquilo que possa ser, no entendimento do GREI, um caminho de futuro e esperança para a Defesa Nacional e para o seu instrumento de ação: as Forças Armadas.

O SEMINÁRIO



Divulgação e Programa



GRUPO DE REFLEXÃO ESTRATÉGICA INDEPENDENTE
SEMINÁRIO

[«https://grei-portugal.org/informacaoDetalhe.php?id=83»](https://grei-portugal.org/informacaoDetalhe.php?id=83)

Divulgação

O cenário internacional

São conhecidas as marcas das guerras na história dos povos, a nível mundial – muitas das grandes datas da história política correspondem a datas de batalhas de que resultaram armistícios, convenções e tratados de paz. Por isso, Portugal tem compromissos internacionais no seio das Nações Unidas, da OTAN e da UE.

No início de 2014, a Crimeia já se tornara o foco de uma grave crise internacional e, em 24-02-2022, as opiniões públicas ocidentais ficaram surpreendidas com a nova realidade dos factos. A invasão militar da Ucrânia pela Rússia, num cenário de confronto convencional, surgiu como o sinal de uma nova era, no quadro das relações políticas internacionais, em que não pode ser descartada uma disputa da nova ordem mundial, entre a China e os EUA, num cenário estratégico global, alargado e duradouro, com diferentes formas de coação nos planos político, económico, diplomático, militar, psicológico e comunicacional.

O Grupo de Reflexão Estratégica Independente

Constituído em 2015, o Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI) vem desenvolvendo iniciativas, no quadro dos seus fins estatutários, nomeadamente sobre segurança e defesa, temas que, incluindo a segurança e bem-estar dos portugueses, são obrigações constitucionais do Estado.

Com este espírito e logo nesse ano, o GREI elaborou e disponibilizou no seu [site](#) uma primeira reflexão sobre estas questões de interesse nacional. Em 2017 publicou o livro [Forças Armadas Portuguesas - a complexidade dos desafios e a condição militar](#).

Em 2018, promoveu, com a colaboração da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o alto patrocínio do Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas (FFAA), o Seminário [A Segurança, a Defesa Nacional e as Forças Armadas. Um debate indispensável](#).

Em 2019, publicou em livro [uma reflexão](#) sobre os temas e as questões aqui abordados.

Em finais de 2020, perante mudanças profundas nos contextos internacionais em que se insere a Defesa Nacional, o GREI propôs-se

promover um evento público, na sequência do Seminário realizado em 2018.

No início de 2021, foram encetados os estudos preparatórios e estruturantes de tal iniciativa, em que a revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, as políticas públicas do serviço militar em Portugal, o EMFAR e a Condição Militar deveriam ser tópicos para debate.

A calendarização desta atividade foi, entretanto, sustada devido ao processo desencadeado a partir das declarações públicas do Ministro da Defesa Nacional, em 17-02-2021, sobre a intenção governamental de proceder a alterações à Lei da Defesa Nacional e à Lei de Bases da Organização das Forças Armadas, matérias a que, pela sua relevância, o GREI dedicou atenção prioritária, estudando o assunto, dialogando e apresentando sugestões, terminando a sua intervenção, em finais desse ano, com a edição do livro [A reforma da Estrutura Superior das Forças Armadas](#).

O processo legislativo, por si próprio, fez o seu percurso que culminou com a publicação das respetivas leis orgânicas, em 09-08-2021, não estando ainda publicada a legislação regulamentar sobre as estruturas orgânicas do Estado-Maior-General das Forças Armadas, da Marinha, do Exército e da Força Aérea, aprovada em Conselho de Ministros [1]

No decurso de 2022 e sem perder de vista a concretização do Seminário antes referido, os membros do GREI, oficiais gerais dos três ramos das FFAA, elaboraram um documento de reflexão inter pares, mais abrangente e integrador das temáticas abordadas, num panorama mais vasto e geral da defesa nacional e das FFAA.

Em maio desse ano, os trabalhos produzidos foram reunidos numa publicação digital, com o título [As Forças Armadas e o seu enquadramento estratégico e funcional – Algumas reflexões](#),

desenvolvendo os seguintes temas:

- “O CEDN e algumas preocupações quanto à sua elaboração”;
- “O EMFAR e a Condição Militar”;
- “As políticas públicas de serviço militar em Portugal”;
- “O declínio do sistema de defesa nacional e das FFAA”.

Estes textos constituem um contributo orientador do Seminário que o GREI organiza, no dia 11 de abril de 2023, entre as 14h00 e as 19h00, no Centro Cultural de Belém (Lisboa), com o título **“Os Desafios para a Segurança e Defesa Nacional”** e a seguinte programação.

1 Cf. Nota do Ministério da Defesa à Comunicação Social, de 06-02-2023.

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional

GRUPO DE REFLEXÃO ESTRATÉGICA INDEPENDENTE

11 de abril de 2023 – Centro Cultural de Belém

SEMINÁRIO

DESAFIOS PARA A SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL

Programa

14:30 - Abertura

- Presidente da Direção do GREI, General José Luiz Pinto Ramalho
- Presidente da Assembleia da República, Prof. Doutor A. Santos Silva

Painel 1

A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL

- 15:00 – Vice-almirante João Pires Neves (Moderador) (GREI)
- 15:15 – Major-general Adelino Matos Coelho - (GREI)
- 15:25 – Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo
- 16:05 – Debate
- 16:35 – **Intervalo**

Painel 2

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL.

- 17:00 – Tenente-general Pilav José Oliveira Simões (Moderador) (GREI)
- 17:05 – Tenente-general Mário Mourato Cabrita (GREI)
- 17:15 – Tenente-general Joaquim Formeiro Monteiro (GREI)
- 17:25 – Prof. Doutor João Confraria
- 17:45 – Prof.^a Doutora Ana Santos Pinto
- 18:05 – Debate

18:40 - Encerramento

- Presidente da Assembleia Geral do GREI, Almirante F. Melo Gomes
- Presidente da República, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional



© Paulo Alexandrino/Global Imagens



PARTE I

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional



FOTO: Grupo de Reflexão Estratégica Independente



FOTO: Grupo de Reflexão Estratégica Independente

O Seminário (os OCS) e um ponto de partida



DIÁRIO DE NOTÍCIAS

V. Marcelino: Generais [...] e a “pré-falência” das FFAA

O Presidente da República subscreve as preocupações escritas numa carta [2] que lhe foi enviada pelos oficiais-generais, mas valoriza “o esforço” do Ministério da Defesa Nacional. “O que importa é não renunciar, não desistir”, respondeu o Comandante Supremo das Forças Armadas. [3]

Valentina Marcelino

22 Fevereiro 2020 — 00:30



O Presidente da República, nas comemorações do Dia de Portugal.

© Pedro Correia/Global Imagens

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/22-fev-2020/generais-alertam-marcelo-para-pre-falencia-das-forcas-armadas-11848772.html>

“Processo de desconstrução e pré-falência”, “dificuldades inéditas”, “mínimos” de efetivo “nunca verificados”, “situação em geral grave, mas no caso do Exército é de emergência institucional”, “dificuldades de sustentação e manutenção” - são alguns dos factos elencados por um grupo de generais das Forças Armadas (FA) numa carta de oito páginas enviada ao Presidente da República. **Assinam a missiva quatro**

27

2 Vide obra do GREI; “A Reforma da Estrutura Superior das Forças Armadas”. Lisboa, 2021, Pp. 37-47. <https://www.grei-portugal.org/docs/livro/06_livro.pdf>.

3 *Ibidem* vide “Carta de resposta de SEXA o Presidente da República”, Pp. 48-53.

oficiais-generais, entre os quais três ex-chefes do Estado-Maior: Manuel Taveira Martins, ex-chefe do Estado-Maior da Força Aérea, José Pinto Ramalho, ex-chefe do Estado-Maior do Exército, e Fernando Melo Gomes, ex-chefe do Estado-Maior da Armada. O quarto general é Luís Sequeira, ex-secretário-geral do Ministério de Defesa Nacional (MDN).

Relacionados

Carreiras Militares. 15 111 militares saíram das Forças Armadas em cinco anos

Defesa. Forças Armadas. PSD preocupado com “desvalorização progressiva”

Forças Armadas. 681 páginas de combate. Generais mantêm guerra contra mudanças no comando

São todos presidentes dos órgãos dirigentes do Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI), que integra um vasto conjunto de oficiais-generais dos três ramos, na reserva e na reforma, que desempenharam cargos de alta responsabilidade nas FA e na GNR. É em nome do GREI que remeteram a carta, a que o DN teve acesso, a 23 de janeiro último.

Os oficiais-generais justificam esta iniciativa por estarem a assistir “com preocupação ao contínuo processo de degradação das Forças Armadas e ao conseqüente aumento das vulnerabilidades do sistema de defesa nacional e da posição do país no quadro das alianças que integra”.

Apelam a Marcelo para que, “perante o processo de desconstrução e pré-falência com que as Forças Armadas se defrontam, o seu Comandante Supremo, fundamentado no conhecimento e lúcida perceção do “ambiente institucional” que se vive, seja “voz” desta realidade no sentido de que sejam tomadas as urgentes e imprescindíveis ações para que se possa cumprir a missão patriótica de dar início a um novo ciclo de esperança”.



15 111 militares saíram das Forças Armadas em cinco anos

O gabinete do ministro da Defesa, João Gomes Cravinho, não quis comentar a iniciativa dos generais. "A carta não foi dirigida ao Ministério da Defesa Nacional, pelo que não temos comentários a fazer", respondeu o porta-voz oficial.

Marcelo: "lassidão e "insensibilidade"

A resposta de Marcelo Rebelo de Sousa, a que o DN também teve acesso, demorou apenas sete dias e subscreve as apreensões destes oficiais de topo. **O Comandante Supremo das Forças Armadas considera que a descrição da carta "até é benevolente" em relação à "evolução" do "ambiente de segurança", que, no seu entender, é "ainda mais complexa e exigente".**

Para o Presidente da República, "nada indica que essas complexidades e exigências tendam a conhecer outro curso no futuro próximo que não seja o adensamento da imprevisibilidade, o acréscimo de riscos e desafios e a necessidade de reforço da prioridade política da defesa nacional e da decorrente valorização das nossas Forças Armadas".

Uma insensibilidade e uma lassidão passaram a fazer parte da sua visão nacional e internacional, legitimando a atonia do sistema político como um todo

Marcelo lamenta que "essa prioridade política" tenha deixado "de existir há décadas" e se tenha "enraizado na sociedade portuguesa". De tal forma, sublinha, "que uma insensibilidade e uma lassidão passaram a fazer parte da sua visão nacional e internacional, legitimando a atonia do sistema político como um todo". **O Chefe de Estado assinala que a recentemente aprovada Lei de Programação Militar (LPM) "representou um passo importante, mas tardio e, nalgumas vertentes, tímido, embora positivo".**



Marinha perde único reabastecedor. Navio Bérrio vai ser já abatido

O Presidente da República deixa, ainda assim, um reconhecimento ao MDN pelo “esforço apreciável para equacionar, encontrar pistas de solução e acelerar essa solução, tentando recuperar atrasos já estruturalizados”. Realça que “perante este panorama **o que importa é não renunciar, não desistir, não abdicar, mas tudo fazer para ir mudando o sentir coletivo e ir apoiando os passos dados e ir exigindo mais passos e mais lesto**”.

Vulnerabilidades e inércia

Os oficiais-generais assinalam que “se Portugal não assegurar” as suas responsabilidades nacionais e internacionais “criará vulnerabilidades próprias e também para os seus aliados”, tornando-se um “parceiro irrelevante e dispensável na discussão das grandes questões”.

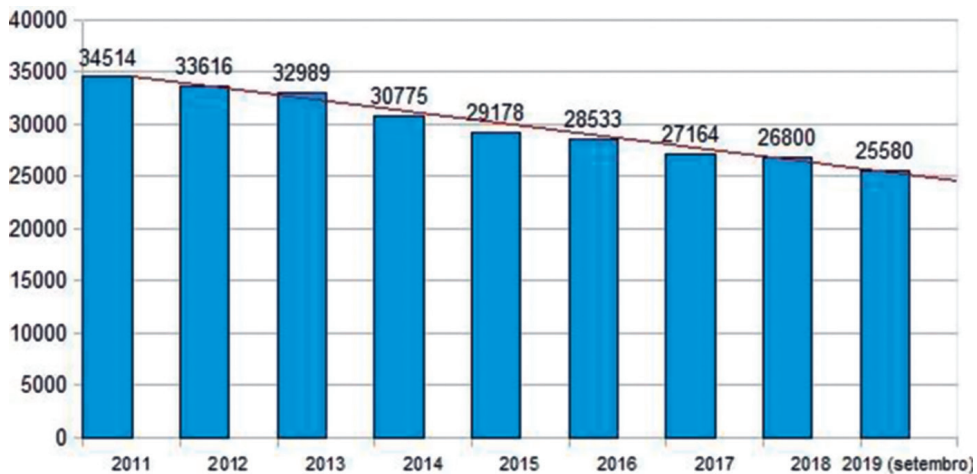
Daquilo que têm observado, “as Forças Armadas debatem-se com dificuldades tão sérias que não parece possível prosseguir na inércia dos últimos anos sem o risco de se acentuar o enfraquecimento da capacidade militar do país”.

“No passado recente” as missões internacionais, elogiadas pela opinião pública e pelo poder político, “só puderam ser cumpridas porque os vários escalões da hierarquia militar assumiram o risco calculado de atuar com limitações pontuais de equipamento e com afrouxamento de padrões operacionais”

Sublinham que “no passado recente” as missões internacionais, elogiadas pela opinião pública e pelo poder político, “só puderam ser cumpridas porque os vários escalões da hierarquia militar assumiram o risco calculado de atuar com limitações pontuais de equipamento e com afrouxamento de padrões operacionais”. Completam: “Foram bem-sucedidos por esforço e merecimento e também porque foram favorecidos pelo fator sorte.” Estas missões “têm um caráter conjuntural específico e, em regra, decorrem em ambientes de baixa e média intensidade”, não se podendo aferir a capacidade “para atuar em operações de nível diversificado de violência - será uma perigosa ilusão pensar o contrário”. Os ex-chefes de Estado-Maior dos três ramos sublinham o crescimento de “dificuldades de sustentação e manutenção no âmbito geral das Forças Armadas, com maior incidência na Marinha e na Força Aérea”.

Notam que nos recursos humanos se enfrentam “dificuldades inéditas a nível de seleção, recrutamento e retenção”. Recordam que no final da década passada o efetivo “encontrava-se cerca de 30% abaixo dos quantitativos aprovados em 2013 (reforma Defesa 2020) e,

no que se refere a praças do Exército, essa percentagem aproximava-se de 50%” - quando o mínimo para o emprego operacional é quando “o potencial de combate, em pessoal e material”, seria “acima dos 75%”. “São mínimos nunca verificados nas Forças Armadas portuguesas em tempos contemporâneos”, asseveram. Neste aspeto, a situação das FA “é grave” e no Exército “é de emergência institucional”.



Efetivos militares nos últimos anos

© Fonte: Associação dos Oficiais das Forças Armadas

O plano Defesa 2020 previa um efetivo máximo de 30 a 32 mil militares, mas, segundo dados recentemente divulgados pela Associação de Oficiais das Forças Armadas, no final do ano passado eram 25 580.

Os militares do GREI apontam, entre outras, questões estatutárias, falhas no sistema de saúde, desvalorização das qualificações dos militares para “as circunstâncias negativas” que têm levado “a um número crescente” de militares qualificados a “abandonar precocemente as fileiras” e a optar por carreiras no setor privado.

... ///...

EXPRESSO

Vítor Matos: “Portugal mínimo em exercício máximo”

A NATO realiza um grande exercício com 30 mil tropas de 27 países na Noruega. Portugal enviou apenas 18 militares

VÍTOR MATOS

17 de março, 2022

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2577/html/primeiro-caderno/em-destaque/portugal-minimo-em-exercicio-maximo>

Durante este mês, a NATO está a realizar o maior exercício dos últimos 30 anos na Noruega, o Cold Response 22, com a participação de cerca de 30 mil militares de 27 países, 220 aviões e mais de 50 navios. Portugal enviou apenas 18 militares e nenhum meio aéreo ou naval, informou o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), em resposta ao Expresso (sem dar mais pormenores sobre esta equipa), o que fontes militares atribuem a limitações orçamentais. Segundo o gabinete do ministro da Defesa, **“este era o empenhamento que estava previsto no planeamento das Forças Nacionais Destacadas para 2022”**.

Tendo em conta a guerra na Ucrânia e o facto de os exercícios se realizarem a algumas centenas de quilómetros da fronteira com a Rússia com a participação da Suécia e da Finlândia (que não são membros), a NATO também tem feito questão de sublinhar que este exercício foi anunciado há mais de oito meses, e que “não está relacionado com a invasão injustificada e não provocada da Rússia à Ucrânia”. Aliás, a Rússia foi convidada a participar como observadora, mas recusou.

Apesar de ter uma participação “reduzida” na Noruega, segundo o EMGFA, o Agrupamento Mecanizado do Exército fez quatro dias de exercícios na serra da Estrela, entre 14 e 18 de fevereiro, “no âmbito das atividades de manutenção da prontidão da Very High Readiness Joint Task Force (VJTF)”, como consta no site do ramo. A VJTF é a força de maior prontidão da NATO Response Force, que dispõe de 40 mil militares com uma prontidão de sete dias, e que o comando supremo aliado já está a destacar para países que fazem fronteira com a Ucrânia. Mas ainda não dispôs das forças portuguesas (os 174 militares que vão para a Roménia nas próximas semanas não pertencem à VJTF).

Este exercício na serra da Estrela tinha como “principal objetivo validar a formação e o treino” do Agrupamento Mecanizado “para conduzir operações em climas frios, preparando os militares desta força para a participação no Exercício Cold Response 22”, escreveu o Exército no seu site.

No entanto, apesar de ter um batalhão mecanizado — com 609 tropas e 159 viaturas táticas — adjudicado à VJTF, só foram enviados 18 militares para as manobras no gelo.

O ministro disse que a Defesa terá de ser “devidamente contemplada” nos próximos Orçamentos

O exercício norueguês, que junta 14 mil tropas terrestres, 8 mil navais e outros tantos militares de forças aéreas, decorre num ambiente de operações que não será o tradicional ou prioritário para Portugal, que tem um Exército mais vocacionado para operações a sul. As limitações orçamentais estarão na base de uma participação nacional tão baixa, segundo uma antiga alta patente do Exército. “Participar com poucos militares é um procedimento normal. Como a projeção de pessoal e de viaturas é muito caro, manda-se um grupo de oficiais e sargentos para o Estado-Maior” da operação, explica. Realiza-se um exercício similar em território nacional, como aconteceu na serra da Estrela, e depois seguem os graduados para um Comand Post Exercice, onde estes militares treinam os procedimentos da NATO, para estarem rotinados no comando de operações conjuntas com outros países. “Isso é extremamente importante”, sublinha outra fonte familiarizada com este tipo de exercícios.

O general Pinto Ramalho, antigo chefe do Estado-Maior do Exército na reforma, não consegue ter uma resposta para este tipo de participação: “Só o ministério ou o Exército podem responder a isso, deve haver uma razão.” O ex-CEME recorda que, antes de 2011, uma unidade das operações especiais, de Lamego, “fez alguns exercícios no Ártico”.

E explica que não tem a ver com Portugal ter forças mais dedicadas a teatros de operações no sul. “O Exército já demonstrou que tem capacidade para estes teatros de operações adversos.”

Há cerca de cinco anos numa pasta em que os três ramos se debatem com limitações nos orçamentos de operação e manutenção, o ministro João Cravinho, disse esta semana que a “Defesa terá de ser devidamente contemplada” nos próximos Orçamentos, porque a “realidade estratégica mudou”.

O ministro falava em Bruxelas depois de uma reunião entre os titulares da Defesa da NATO, em que o secretário-geral, Jens Stoltenberg, apelou aos países para aumentarem as despesas militares — como já anunciaram a Alemanha e a Dinamarca.

DEFESA NÃO PUBLICA ESTATÍSTICAS

Quando o Ministério da Defesa publicava o Anuário Estatístico da Defesa Nacional, era possível perceber que exercícios tinham realizado o Exército, a Marinha e a Força Aérea, e saber os respetivos custos.

Mas 2016 foi a última vez que a publicação viu a luz do dia. Nesse ano, o exercício internacional mais dispendioso realizado pelo Exército foi o Linage Agrupado 16, e que custou €196 mil, para um total de €369 mil gastos em exercícios. Não é possível, porém, fazer comparações com a atualidade, nem perceber a evolução destes gastos, porque o anuário já não é publicado há seis anos: ainda teve uma edição desde que o PS está no poder, com o ministro Azeredo Lopes, mas depois João Gomes Cravinho não publicou nenhum.

“Não é normal”, critica Pinto Ramalho. “Pela própria definição, devia ser publicado todos os anos. É o espelho do que eram os números da Defesa Nacional, para não se andar a inventar: para se dizer quais eram as despesas, os investimentos e os efetivos”, diz ao Expresso. “É claramente uma lacuna no campo da informação.” Resta saber que lacunas podem preencher os próximos Orçamentos.

... /// ...

CORREIO DA MANHÃ

**Lusa: “Partidos [querem mais] investimento na Defesa”
[...] com destaque para carreiras**

Partidos destacam a necessidade de melhorar a atratividade das carreiras, mas divergem num eventual reforço em armamento.

Lusa

19 de Março de 2022 - 12:25



Ministro da Defesa

FOTO: CMTV

https://www.cmjornal.pt/mais-cm/especiais/guerra-na-ucrania/detalhe/partidos-favoraveis-a-maior-investimento-na-defesa-com-destaque-para-carreiras?ref=DET_RelacionadasInText

Os partidos com representação parlamentar mostram-se favoráveis a um aumento do investimento orçamental na Defesa em Portugal, destacando a necessidade de melhorar a atratividade das carreiras e divergindo num eventual reforço em armamento.

Em declarações à Lusa, o deputado do PS **Diogo Leão** refere que o partido encara “de forma positiva a possibilidade de o país vir a repensar metas de investimento em Defesa para os próximos anos”, considerando fundamental que essa reflexão “não seja um ato isolado, mas um objetivo integrado e concertado, como tem sido até aqui, entre o interesse nacional e o fortalecimento” dos aliados de Portugal, tanto a NATO como a União Europeia.

Para o coordenador do grupo parlamentar do PS na Comissão de Defesa Nacional, estes aumentos de investimento “devem ter em conta as alterações geoestratégicas e geopolíticas provocadas pela situação de guerra atual, mas não podem ser meramente reativos” face à situação atual, “têm também de ser sustentáveis e aplicados à realidade e necessidades concretas” das Forças Armadas portuguesas, e têm de ser “organizados, planeados e controlados a médio e longo prazo”.

O socialista considera que este investimento deve ser feito “tanto no reforço dos meios como no reforço da condição militar”, acrescentando que “seria interessante dar um sinal de disponibilidade já na revisão da Lei de Programação Militar, mas é importante contemplar e conjugar essa disponibilidade com outras prioridades e metas que o país tem”.

Pelo PSD, o deputado **Carlos Eduardo Reis**, vice-presidente da Comissão de Defesa, considera fundamental apostar na atratividade das carreiras e no recrutamento, vincando a necessidade de uma “reforma em baixo, de aposta nos efetivos”.

Neste âmbito, o deputado lembrou uma proposta do partido que foi chumbada no parlamento para a criação de um quadro permanente de praças na Força Aérea e no Exército, referindo ainda que o PSD tem alertado para o facto da execução da Lei de Programação Militar ficar “sempre aquém dos 100% ano”.

“Não dá para reforçar tudo ao mesmo tempo, equipamentos, efetivos... nós temos que ser sérios nesta abordagem, e entre reforçar em equipamentos, que muitos estão obsoletos, adicionalmente à LPM, prefiro apostar nas carreiras.

Com certeza que preferia tudo, agora, eu sei que o Governo não fez em relação às carreiras nada nos últimos dois anos e, portanto, se tiver que escolher, prefiro apostar nas carreiras. Com certeza que se a LPM for executada, ela vai dotar o Exército, a Força Aérea e a Marinha de uma série de meios que ela hoje não tem”, sustentou.

Para o deputado do PCP **António Filipe**, “evidentemente que há áreas da defesa nacional que exigem um reforço orçamental”, identificando como um dos maiores problemas “a falta de efetivos, que decorre do facto de não haver atratividade para as carreiras militares”. “Aí justificava-se que houvesse de facto algum reforço orçamental, só que não é isso que a NATO quer”, observou.

Na perspetiva de António Filipe, não é uma prioridade nacional nem se justifica “aumentar significativamente o investimento em armas”,

num país com os problemas que tem no Serviço Nacional de Saúde, na educação e onde as reformas e pensões “estão a níveis muito baixos”.

No mesmo sentido, o deputado do BE **João Vasconcelos** mostrou-se crítico de um reforço do “militarismo”, da NATO e da Defesa “em questões de índole ofensiva”, defendendo que o investimento podia ser canalizado para áreas como a condição militar, a assistência na saúde ou melhorar vencimentos.

“Vamos perante os números concretos [do Orçamento] perceber, mas há uma posição de princípio positiva relativamente ao reforço e à modernização das nossas FFAA e da participação de Portugal em forças conjuntas europeias (...)”, defendeu o presidente da Iniciativa Liberal, **João Cotrim de Figueiredo**.

Já o líder do Chega, **André Ventura**, considera que “tem que haver um aumento do investimento militar”, incluindo armamento e também nas carreiras, sustentando que “um dado certo é que o contexto internacional vai estar instável na Europa e o reforço militar é fundamental”.

“A dimensão da Defesa terá de ser necessariamente objeto de reflexão por parte dos vários estados-membros da comunidade europeia e o PAN irá fazer também esse debate interno, inclusive no que respeita ao exército europeu”, defendeu o partido numa resposta escrita, vincando que apesar de apelar “à não violência”, é necessário que os países estejam preparados para se defender “em caso de conflito”.

Apesar de o CDS-PP já não estar representado no parlamento na próxima legislatura, o deputado centrista da Comissão de Defesa Nacional Pedro Morais Soares vê “com bons olhos” um maior investimento na área, frisando a necessidade de reforçar meios e chamar mais jovens para as Forças Armadas, com carreiras mais atrativas.

A agressão da Rússia à Ucrânia, que se iniciou no passado dia 24 de fevereiro levou alguns países europeus a anunciar o reforço do investimento na Defesa, como foi o caso da Alemanha, e trouxe de volta ao debate o **objetivo de chegar aos 2% do PIB** em despesas militares pedido pela NATO aos países-membros da Aliança.

Em Portugal, o ministro da Defesa, **João Gomes Cravinho**, já admitiu que o **objetivo de chegar aos 1,68% do PIB em despesas militares até 2024 “terá de ser repensado, senão para 2024, para os anos subsequentes”** e este ano será também revista a Lei de Programação Militar.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

H. Carreiras: “É vital [...] a modernização das FFAA”

Diretora do Instituto da Defesa Nacional, a académica Helena Carreiras analisa a invasão russa da Ucrânia e o impacto desta nos países da NATO e da União Europeia.



“Esta guerra veio mostrar, de forma particularmente violenta, que não existe segurança sem capacidade de defesa. E não existe defesa sem recursos.”

© Filipe Amorim / Global Imagens

Leonídio Paulo Ferreira

22 de março, 2022

<https://www.dn.pt/sociedade/helena-carreiras-e-vital-o-processo-de-modernizacao-das-nossas-forcas-armadas-14701141.html>

A NATO sai reforçada desta crise internacional qualquer que seja o resultado da guerra na Ucrânia?

Não conhecemos o resultado desta guerra. O que podemos desde já afirmar é que um dos seus efeitos foi o reforço da NATO, como há muito não víamos, e contrariando os diagnósticos mais negativos que lhe haviam adjudicado mesmo a “morte cerebral”. Até este momento, para além dos desafios estratégicos que enfrentava - desde logo a necessidade de clarificar a sua missão -, as divisões internas da aliança constituíam um fator de clara erosão material e identitária. Resta saber se esta unidade é sustentada no médio e longo prazo. A sua manutenção dependerá do desenrolar da guerra, do cumprimento por parte dos Estados-membros dos compromissos assumidos, incluindo a meta dos 2% do PIB em defesa, e da forma como o novo conceito estratégico da

Aliança venha a espelhar convergência na identificação de ameaças e na definição de prioridades.

Com os Estados Unidos de novo com a atenção centrada na Europa, faz sentido a UE continuar a pensar num pilar europeu de Defesa?

Os Estados Unidos têm a atenção centrada na Europa, mas não abandonaram o seu foco no Indo-pacífico e na China como principal rival estratégico.

Com a clarificação da ameaça russa na Europa, faz mais sentido que nunca que esta reforce as suas capacidades de defesa, acelerando um processo em curso. Mas deve fazê-lo com, e não contra, a NATO. A cooperação UE-NATO será ainda mais crítica na nova arquitetura de segurança e defesa europeia que necessariamente emergirá desta guerra.

Ficou surpreendida com o compromisso geral dos países da NATO em aumentar rapidamente o investimento em Defesa, até mesmo a Alemanha?

Sim, tal como a generalidade dos analistas. Surpreendeu sobretudo a posição da Alemanha de aumentar exponencialmente o seu investimento em Defesa. Mais ainda que a constituição de um fundo de 100 mil milhões de euros para a modernização das forças armadas, surpreendeu-me o apoio da opinião pública alemã, tradicionalmente reticente em matérias de Defesa. **Esta mudança de paradigma terá enorme impacto na própria União Europeia e nos seus equilíbrios políticos internos.** O grande desafio será para todos os países o reforço destes investimentos ao mesmo tempo que enfrentamos uma crise económica de impacto mundial.

Do ponto de vista de Portugal, a nova situação geopolítica favorece o reforço e modernização das nossas Forças Armadas?

Sim. A nova situação favorece simultaneamente o agendamento político e uma maior compreensão dessa necessidade por parte da população. Essa **dupla legitimação**, nos planos político e da opinião pública, **é essencial para a utilização de recursos coletivos numa área estratégica e cuja importância nem sempre é reconhecida em tempo de paz.**

Esta guerra veio mostrar, de forma particularmente violenta, que **não existe segurança sem capacidade de defesa. E não existe defesa sem recursos.** Nas palavras do general Cabral Couto, "é preciso comprar a gabardine no verão", caso contrário o inverno pode apanhar-nos desprevenidos e as gabardines serão então muito mais caras.

Importa, por isso, demonstrar como é vital o processo de modernização das nossas forças armadas, tanto no plano da operacionalidade e dos equipamentos como no plano da valorização das pessoas e da atratividade da profissão militar. Essa modernização é também fundamental para sermos parceiros credíveis nas organizações internacionais a que pertencemos.

Temos que estar dispostos a pagar o preço deste processo. Não pagar sairá muito mais caro. Poderemos ter que pagar com a nossa soberania e com nossa liberdade.

A retirada do Afeganistão no ano passado e agora este face a face com a Rússia, mostram que a NATO funciona melhor quando atua no seu espaço tradicional de influência?

A NATO é a mais durável aliança militar da História. Cresceu e consolidou-se reforçando a sua dimensão política e superando sucessivas crises. A definição da missão da Aliança é um aspeto crítico no ajustamento que neste momento terá que ter lugar e que certamente se refletirá no novo conceito estratégico.

Sem prejuízo do reforço de capacidades que permitam enfrentar as designadas ameaças híbridas, em planos que vão para além do estritamente militar, bem como do esforço cooperativo fundamental para a gestão de crises complexas, o recentramento da NATO no seu espaço tradicional de influência e na missão original de defesa coletiva tem sido saliente. Penso que deverá continuar a sê-lo.

leonidio.ferreira@dn.pt

... /// ...

EXPRESSO

V. Matos: “Meta de 2% custa mil milhões a Portugal”

Os ramos perderam €127 milhões numa década para manutenção, treinos e operações. Estão no “limiar mínimo”



A Força Aérea e a Marinha estão com baixos níveis de prontidão por uma década de cortes no orçamento de “operação e manutenção”

FOTO HORÁCIO VILLALOBOS/CORBIS/GETTY IMAGES

1/04/2022



VÍTOR MATOS

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2579/html/primeiro-caderno/politica/meta-de-2-da-nato-custa-mil-milhoes-a-portugal>

Nos dias 3 e 4 de março, uma equipa da NATO reuniu-se com representantes portugueses no âmbito do ciclo de planeamento da Aliança Atlântica — o chamado NATO Defense Planning Process —, em que são avaliadas as reais capacidades militares de cada país. As visitas aos Estados-membros ocorrem de dois em dois anos, a que se segue um relatório confidencial sobre o estado das respetivas Forças Armadas.

Embora as recomendações se mantenham secretas, em Portugal a NATO encontra um país com uma carência superior a quatro mil efetivos e deficiências na prontidão dos meios, onde o Exército, a Marinha e a Força Aérea perderam, desde 2010, €127,4 milhões nos seus orçamentos de “operação e manutenção”, ou seja, os militares têm mais equipamentos,

mas menos 36% das verbas para treinar as tropas, operar os meios e fazer as manutenções programadas de modo a mantê-los prontos para combate.

A nova ministra, Helena Carreiras, a primeira mulher na Defesa, terá uma tarefa difícil: com uma guerra na Europa, vai tutelar um sector em mínimos de pessoal e orçamento.

Neste momento crítico, em que a invasão russa da Ucrânia faz soar os alarmes nas capitais europeias, a NATO está a pedir aos países para aumentarem as despesas militares e a União Europeia aprovou a “Bússola Estratégica”, em que os 27 Estados-membros se comprometem a “aumentar substancialmente as despesas no sector da defesa”, de modo a “reduzir as lacunas críticas em matéria de capacidades”.

A Alemanha, que, segundo dados da NATO, gastava em defesa uma percentagem do PIB semelhante à de Portugal (1,5%), vai ultrapassar os 2% e investir €100 mil milhões em armamento nos próximos anos. Para atingir o compromisso com a NATO de 2% de gastos com a defesa — se considerarmos os números que são reportados à Aliança —, Portugal teria de aumentar as despesas militares pelo menos em €973 milhões até 2024, cerca de mais um terço do que despense hoje (refira-se que o orçamento do Ministério da Defesa pesa apenas 1,1% no PIB, mas a NATO considera que Portugal gasta 1,55%, porque contabiliza a GNR como força militarizada e as pensões dos militares).

Desde 2010, o Exército perdeu 48,3% das verbas para “operação e manutenção” e a Marinha tem menos 36,6%

Esta quinta-feira, a NATO apresentou o relatório anual de 2021, onde Portugal mantém o 17º lugar em 30 países da Aliança na percentagem do PIB gasto em defesa (1,55%). Só oito países atingiram ou ultrapassaram a meta dos 2%.

No mundo pré-guerra, o Governo e o ex-ministro da Defesa **João Gomes Cravinho** tinham como objetivo chegar a gastos na ordem de 1,68% do PIB em 2024, e não aos 2% estabelecidos em 2014 pela NATO na Cimeira de Gales, mas esse valor deverá ser repensado: essa meta corresponderia a um aumento de cerca de €300 milhões por ano, segundo as contas do Expresso, sobretudo apoiado na compra de novos meios, onde pesam os cinco novos aviões de transporte estratégico KC-390 para substituir os Hércules C-130 e os seis novos navios de patrulha oceânica (e assim também atingir a meta da NATO para se aplicar 20% do orçamento da Defesa em reequipamento).

Isto significa que um aumento de €300 milhões em 2024 dificilmente chegaria para as compras de material e para os ramos recuperarem o valor perdido em “operação e manutenção”. Menos ainda para repensar carreiras e salários.

Numa entrevista ao “Público” este mês, **Gomes Cravinho** reconhecia: “Temos um investimento insuficiente em ‘operação e manutenção’. Vamos ter de investir mais nesse item, tal como na aquisição de novos equipamentos.” Que fará a nova ministra?

Numa entrevista este mês ao “Diário de Notícias”, antes de o seu nome estar confirmado, Helena Carreiras já argumentava que a unidade da NATO dependerá, entre outras coisas, “do cumprimento por parte dos Estados-membros dos compromissos assumidos, incluindo a meta dos 2% do PIB em defesa” (ver texto ao lado).

O “LIMIAR MÍNIMO”

Para os ramos terem mais tropas treinadas, navios combatentes e mais aviões a voar, o orçamento do Ministério da Defesa teria de aumentar cerca de 5,5% para voltar aos níveis de “operação e manutenção” pré-troika, segundo as contas do Expresso.

Desde 2010, o Exército perdeu 48,3% das verbas para “operação e manutenção”, a Marinha tem menos 36,6% e a Força Aérea sofreu uma redução de 21,7% (ver gráfico). Efeitos? Por exemplo, o envio este mês de apenas 18 militares do Exército para um dos grandes exercícios da NATO, na Noruega, com mais de 30 mil efetivos, que o Expresso noticiou há duas semanas.

“A imposição de cativos legais” e de “cortes nas atribuições mensais de fundos” condicionam toda a operação, pode ler-se num dos relatórios da Força Aérea que o Expresso consultou.

“Os cortes sofridos em 2021, apesar de significativos, foram sempre inferiores aos cortes de 2020”, lia-se em janeiro na “Revista da Armada”. Mas sempre cortes: quer dizer que tem chegado aos ramos menos do que está previsto nos orçamentos.

O resultado destes cortes tem sido um mantra de chefes militares.

Na Força Aérea, o “Relatório de Gestão” de 2019, o último que está disponível, é explícito: “No ano de 2019, €52,5 milhões foram direcionados para custos diretos com a operação. Este valor é significativamente inferior ao montante necessário para fazer face às necessidades”.

O General Joaquim Borrego, então chefe do Estado-Maior da Força Aérea, escrevia: “Esta situação de subfinanciamento perpetuada no tempo não é inconsequente, e em 2019 o regime de esforço, a taxa de prontidão das aeronaves e a qualificação e treino operacional das tripulações continuaram a descer e atingiram limiares mínimos.”

Apesar dos avisos, o problema arrasta-se há mais de uma década. Em junho do ano passado, durante uma audição na Comissão Parlamentar de Defesa, o mesmo general apontou até para a falta de credibilidade junto de aliados: “No plano material, é preocupante a prontidão dos meios aéreos, fruto do desinvestimento acumulado”, tornando-se “necessário investir na modernização das capacidades aéreas para que a relevância e a eficácia operacional se mantenham intactas junto dos nossos parceiros e aliados tradicionais”.

Joaquim Borrego pediu respostas concretas para a “reduzida prontidão dos meios aéreos”, para o “contínuo agravamento, resultante do subfinanciamento para a operação”. O OE para 2022 não respondia a isso.

Com carências na manutenção e nos efetivos, a Força Aérea tem níveis de operacionalidade “preocupantes”. Em 2019 realizou apenas 54% das ações de manutenção programadas: só tem um dos quatro Hércules C-130 a voar (dois estão nas OGMA, numa grande revisão atrasada), e mesmo esse avião está sujeito a repetidas avarias, o que leva ao cancelamento frequente de voos (a média de 2019 era de 1,4 destas aeronaves disponíveis); os aviões de transporte tático C-295, mais pequenos que os Hércules, têm problemas de prontidão por deficiente fornecimento de peças (na média de 2019, das 12 unidades só metade estava pronta, um valor que agora é mais baixo, segundo as fontes do Expresso) e o mesmo se passa com os 12 helicópteros de busca e salvamento EH-101 (que em 2019 conseguiam taxas de um terço de prontidão, um nível que tem sido difícil de manter).

Quanto aos 30 caças F-16, em média, só estavam oito prontos para combater há dois anos (hoje Portugal tem quatro F-16 em missão na Islândia e seis atribuídos à NATO Response Force, pelo que é obrigatório ter melhorado os níveis de prontidão).

No caso dos aviões de luta anti-submarina P3-Orion, a média, em 2019, nem chegava a uma unidade pronta (hoje Portugal tem um destes meios atribuído à NATO).

O ORÇAMENTO COMO “AMEAÇA”

Os problemas da Marinha, por falta de orçamento, são equivalentes: em maio do ano passado, o Expresso chegou a noticiar que só uma das cinco fragatas estava a navegar e que a “Vasco da Gama” estava a ser “canibalizada” para o fornecimento de peças para os outros navios.

Neste momento, só dois destes navios estarão prontos e com capacidade combatente (estão também debaixo do chapéu da NATO Response Force e podem ser mobilizados por causa da guerra).

A falta destas reparações programadas já levou ao abate do navio abastecedor “Bérrio” e o ministro da Defesa chegou a admitir que, em caso de crise, Portugal teria de pedir um navio emprestado a um país aliado.

A Armada também tem vindo a documentar o estado crítico do ramo nos relatórios internos.

No “Plano de Atividades da Marinha 2020”, por exemplo, foram identificadas como “ameaças” a “insuficiência orçamental e falta de financiamento atempado”, a “gestão da obsolescência de sistemas e equipamentos”, assim como o “regime de exclusividade com o Arsenal do Alfeite”, que “restringe as opções da Marinha para a manutenção e reparação naval”. Isto além do “défice de recursos humanos” e da “delapidação dos stocks de sobressalentes”.

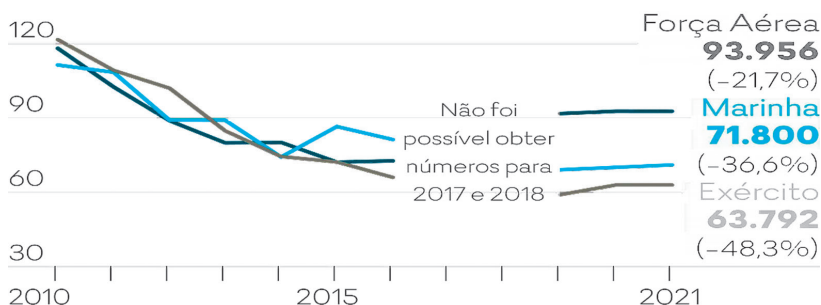
A Direção de Navios lançava um alerta, que o Expresso já tinha noticiado em maio passado: devido aos atrasos na “manutenção preventiva de anos anteriores”, a Armada deve “considerar” a manutenção “urgente” dos navios, o que teria como consequência o “envelhecimento dos recursos” e o “aumento de custos” e diminuição “da disponibilidade e fiabilidade” dos navios, “afetando a prontidão”.

Neste cenário, o ano passado a Marinha viu o orçamento de funcionamento reforçado com €1 milhão, o que ajudou ao “incremento” da manutenção no Arsenal, podia ler-se na “Revista da Armada”. Ainda houve uma “descativação de €5,3 milhões” para fazer face ao aumento dos custos com o valor do trabalho no Alfeite. As guarnições estão desguarnecidas, só que agora começou uma guerra.

[ver gráficos na página Seguinte]

ORÇAMENTO PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Em milhões de euros, a preços correntes
(variação em percentagem 2010/2021)



FONTES: "ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA DEFESA NACIONAL 2016". OE PARA OS ANOS DE 2019/2021

ORÇAMENTO DA DEFESA

Em milhões de euros

Compromisso com a NATO para 2024*

€4229 (2%)

Objetivo do Governo para 2024

€3552 (1,68%)

Valor reportado à NATO**

€3256 (1,55%)

Valor real orçamentado para 2021

€2303 (1,1%)

* Estabelecido na Cimeira de Gales, em 2014

**Os países, como Portugal, incluem o orçamento reportado à NATO, os custos de forças militarizadas, como a GNR (€842 milhões), e as pensões dos militares

FONTES: OE 2021; NATO; EXPRESSO

OPERACIONALIDADE DA MARINHA

	2010	2020	2021
Dias de missão	5129	3586	3820
Horas navegadas	40.546	27.864	24.438
Ações de fiscalização	16.851	1178	468

FONTE: "REVISTA DA ARMADA"

CORREIO DA MANHÃ

PSD e Chega criticam falta de investimento na Defesa [...]

Debate decorreu esta quinta-feira na Assembleia da República, com a presença do Governo.

Lusa

21 de Abril de 2022 às 22:09



Assembleia da República

FOTO: CMTV

https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/psd-e-chega-criticam-falta-de-investimento-na-defesa-em-contexto-de-guerra?ref=DET_RelacionadasInText

O PSD e o Chega criticaram esta quinta-feira o Governo por não ter aumentado de forma significativa o investimento em Defesa no Orçamento do Estado para 2022, no contexto de guerra na Ucrânia, recebendo acusações de “miopia estratégica”.

No debate sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente na área da defesa e segurança (PESCO, na sigla em inglês), que decorreu na Assembleia da República, com a presença do Governo, o PSD deixou críticas ao executivo sobre as verbas dedicadas à Defesa no Orçamento do Estado para 2022.

“Não apostar na Defesa, diante do que estamos a viver, corresponde a um ato de sonambulismo político, de alheamento e de miopia estratégica”, venceu o deputado **Carlos Eduardo Reis**, momento em que foi aplaudido pela sua bancada.

O social-democrata lamentou o facto de o governo assumir “em Bruxelas o compromisso de atingir os 2% do PIB em Defesa” e ao mesmo tempo regressar a Portugal e “esquecer as Forças Armadas na sua proposta de Orçamento”.

Para o PSD, “é crucial reforçar o investimento e compreender que a própria segurança é um pré-requisito indispensável para a estabilidade e para o crescimento”, defendendo ainda que “um país que esteve na fundação da NATO não pode ficar na cauda da Cooperação Estruturada Permanente”.

Também o Chega, pela voz do deputado **Diogo Pacheco Amorim**, lamentou a “falta de destaque dada neste orçamento a uma indispensável reestruturação e profundo reforço das Forças Armadas e atirou: “pelos vistos, não aprendemos nada com o que se está a passar na Ucrânia”.

“Podemos e devemos integrar a NATO, a Cooperação Estruturada Permanente, mas sobretudo podemos devemos, e é fundamental, dotar-nos de Forças Armadas que nos permitam não só sermos membros úteis dessas estruturas, como tornamo-nos capazes de fazer frente a imponderáveis, cada vez mais possíveis, num mundo caracterizado pela extrema volatilidade geoestratégica”, acrescentou.

Diogo Leão, deputado socialista, considerou que na Cooperação Estruturada Permanente, Portugal tem “a garantia da melhor soma, dos esforços e das potencialidades, das indústrias, da ciência e da investigação, da tecnologia, da academia e da inteligência, aliadas à eficiência e às necessidades” das Forças Armadas portuguesas.

“O contexto é tudo e o contexto geoestratégico agravou-se, alteraram-se paradigmas, dimensões e potencialidades da ameaça a leste e outros riscos globais”, disse, deixando ainda uma crítica ao PCP, que esta quinta-feira faltou à sessão solene no parlamento com a participação do presidente da Ucrânia.

“Mesmo assim em alguns setores, em algumas mentes, parece ter-se instalado uma falácia ou melhor dizendo, um sofisma: que as democracias enfrentam e resistem às ameaças à sua segurança e defesa de forma mais débil, mais frágil e mais ineficaz do que outros regimes, nomeadamente os mais autoritários. Mas a verdade, e aquilo que nos mostra a história, é justamente o inverso”, venceu.

Pelo PCP, o deputado **João Dias** interveio numa declaração efusiva e que gerou alguma tensão. “O que nos surpreende é que todos estejam ao lado da escalada da guerra ao contrário do PCP que é a única força

política que defende a paz e não mudaremos o nosso caminho em defesa da paz e temos connosco o povo português”, disse, ouvindo-se alguns apupos, num momento em que os deputados da Iniciativa Liberal abandonaram o hemiciclo em protesto.

Momentos antes, pela Iniciativa Liberal, a deputada Patrícia Gil Vaz destacou o “papel essencial” da Cooperação Estruturada Permanente no contexto atual.

“Assistimos a um reforço da cooperação europeia na área da defesa e, portanto, não podemos ignorar que Portugal e as suas Forças Armadas são chamados a desempenhar um papel de cada vez maior preponderância”, disse.

A deputada bloquista Joana Mortágua alertou para o perigo de um aumento da despesa militar estar “sujeito à intervenção de lóbis de grandes empresas da indústria militar que depois acabam por alimentar conflitos ilegais” como é o caso da invasão da Ucrânia.

... /// ...

EXPRESSO

Ângela Silva: “O 25 de Abril do Chefe Supremo.”
Marcelo desafia Governo e país a perceberem o papel decisivo
das Forças Armadas [4]



Marcelo [...] fez da importância das Forças Armadas o tema único deste 25 de abril. Em tempo de guerra, interpelou o Governo a reforçar meios e o país a perceber que “temos que criar condições para as nossas FA serem mais fortes”

25 ABRIL 2022 13:37



Ângela Silva

<https://expresso.pt/politica/2022-04-25-O-25-de-Abril-do-Chefe-Supremo.-Marcelo-desafia-Governo-e-pais-a-perceberem-papel-decisivo-das-Forcas-Armadas-231e45e4>

A guerra na Europa seria sempre um tema incontornável, mas Marcelo Rebelo de Sousa pegou na guerra para falar grosso como Chefe Supremo das Forças Armadas portuguesas.

50

Num discurso quase monotemático - apenas abriu uma brecha para tocar de raspão a polémica sobre a sua decisão de condecorar todos os militares de abril - o Presidente da República deixou um desafio ao

4 Vide ob. do GREI, “A Guerra Rússia - Ucrânia. Tomo III”, Lisboa, 2022, Pp. 36-41. «https://greiportugal.org/docs/livro/09_livro_GREI.pdf#page=37&zoom=100,109,294».

Governo e ao país para que percebam que a paz, a segurança, as “novas fronteiras” e o que tudo isso implica diretamente nas nossas vidas exige criar condições para umas Forças Armadas mais “fortes, unidas e motivadas”.

Para o Governo, o recado significa mais dinheiro no Orçamento do Estado. Para o país significa perceber que, sendo a manta orçamental curta e faltando dinheiro em muitas frentes, a Defesa desta vez não pode ser esquecida.

Há quem diga “que **há muito mais em que gastar dinheiro**”? Marcelo avisa: “Neste tempo em que a guerra surge como ainda mais real, há que perceber como a paz e a segurança tocam nas nossas vidas e não é demais pensar que FA é que precisamos de ter.”

“MEIOS IMPRESCINDÍVEIS” E “NOVAS FRONTEIRAS”

Com o Orçamento do Estado para 2022 no Parlamento e o de 2023 a começar a mexer na mesa do Conselho de Ministros, o Presidente falou de “**mais meios imprescindíveis**” para o setor militar e previne rótulos dizendo que “falar disto não é ser de direita ou de esquerda, conservador ou progressista”, “é ser-se apenas patriota”. Num tempo em que, lembrou, “as fronteiras já não são as que foram” e o que se passa aparentemente longe tem um impacto direto e próximo.

Num discurso avesso a nacionalismos, Marcelo Rebelo de Sousa falou dos desafios da segurança e da paz a nível global e não deixou de mencionar a NATO, como referencial do mundo a que Portugal pertence.

“No Báltico como no Leste europeu, as fronteiras da União Europeia (UE) são as nossas fronteiras, como noutros continentes as fronteiras da CPLP são as nossas fronteiras, como são as da NATO, as das Nações Unidas ou do mundo Ibero-americano”, defendeu o Presidente, apostado em vincar o padrão global que rege a vida do país. “Se a paz não existir” - avisou - “a insegurança atingirá também as nossas vidas, a nossa economia, os nossos bens básicos e tantos dos nossos projetos de vida”.

POLÍTICA

Os ramos das Forças Armadas estão no “limiar mínimo”

(ver artigo anterior, 01/04/2022)

Reconhecendo que, se os portugueses “não perceberem e não apoiarem” o reforço que pede das nossas Forças Armadas, “não há poder público que vingue sobre a vontade popular”, o Presidente da República incentivou quem anda a trabalhar para “um consenso nacional” nesta matéria, considerando “urgente” mobilizar **“essa vontade popular constante e firme”** para a causa que escolheu como bandeira para as comemorações dos 48 anos do 25 de abril.

“Se não o fizermos, outros o exigirão. Depois não se queixem”.

Marcelo Rebelo de Sousa antecipou que, “se um dia descobirmos que estamos a exigir às nossas FA” o que não lhe será possível “por falta de recursos”, “não nos poderemos queixar de frustrações, contestações ou distanciamentos”.

“Não nos habituemos ao simplismo de converter milagres” diários na base da mera sobrevivência (neste caso, da instituição militar) sem uma visão estratégica mais robusta e de futuro, foi no essencial o apelo do PR. Para concluir: **“Não nos podemos dispensar de investir” na Defesa.**

Marcelo usou a guerra para falar de paz e lembrou o papel dos militares para além das questões bélicas, seja nos incêndios, no apoio ao processo de vacinação das populações ou na limpeza de escolas. Um contributo para a tarefa de aproximar o necessário reforço das Forças Armadas das preocupações do cidadão comum.

[.....]

... /// ...

EXPRESSO

V. Matos: “Marcelo (não) falou dos problemas das FFAA”

O Presidente da República apelou ao investimento em Defesa, no sentido de serem os próprios portugueses a exigirem isso ao poder político em nome da segurança.

Mas não mencionou sequer um dos problemas das Forças Armadas, como falta de efetivos, degradação de equipamentos ou falta de operacionalidade.

Também **omitiu a meta da NATO para os 2% do PIB em despesas militares**, não falou dos novos conceitos estratégicos e não deixou passar nenhuma opinião sobre a sua visão de futuro quanto à Defesa Nacional.

Porquê?



Marcelo Rebelo de Sousa cumprimenta militares durante uma visita à Companhia de Fuzileiros Independente EUTM, em Katembe, Moçambique

José Coelho



Vítor Matos
Jornalista

25 de abril, 2022 21:53

https://expresso.pt/analise/2022-04-25-Como-Marcelo--nao--falou-dos-problemas-das-Forcas-Armadas-24981ab6?utm_content=%C3%83%C2%80%20mesa%20com%20o%20inimigo&utm_medium=newsletter&utm_campaign=-983f18dfe5&utm_source=expresso-expressomatinal

Em 48 anos de democracia, ainda nenhum Presidente da República tinha subido à mesa da Assembleia da República para fazer o discurso do 25 de Abril com a Europa chocada por uma potência nuclear ter avançado, por opção, para uma guerra de conquista territorial, como as que deram origem a dois conflitos mundiais.

Marcelo Rebelo de Sousa lê bem os tempos políticos. **Percebeu que, com a invasão da Ucrânia pela Rússia e a nova geopolítica, a opinião pública poderia estar mais recetiva às necessidades de investimento em Defesa.** Constatou que, sem paz, **“a insegurança atingirá também as nossas vidas”**.

Ao fazer o primeiro discurso presidencial do 25 de Abril exclusivamente focado nas Forças Armadas - mas não nos seus problemas concretos, porque não os mencionou - Marcelo **preparou terreno para uma discussão que vai acender-se nos próximos meses, ao pedir “mais meios imprescindíveis”** para os militares, **porque “não há poder político que vingue sobre a vontade popular”**.

Ou seja, têm de ser os portugueses a exigir que os políticos invistam mais nas Forças Armadas ou estes dificilmente o farão.

Acabou por ser um discurso cuidadoso, talvez demasiado cauteloso, a pisar gelo fino para poder manter-se no quadro de um **“consenso nacional continuado e efetivo”**, mas que será impossível de manter no dia em que as decisões forem (ou não) tomadas.

António Costa, cujo novo orçamento deixou tudo na mesma na Defesa, respondeu poucas horas depois, a dizer que o Governo não fará mais do que aquilo que já estava programado (muito antes de haver perspetivas de uma guerra na Europa), independentemente da degradação dos meios e da operacionalidade dos três ramos militares.

Aquilo que o primeiro-ministro disse não deixa antever grandes notícias para as Forças Armadas nem responde ao desafio lançado pelo Presidente (mas já lá vamos). O próximo orçamento terá mais pistas sobre isso do que qualquer manifestação de boas intenções.

Hábil como sempre, Marcelo sabe colocar as questões de forma hipotética para descrever realidades mais concretas do que meras hipóteses. A certa altura, diz isto: **“Se não quisermos criar essas condições [de investimento nas Forças Armadas], não nos poderemos queixar de que um dia descobramos que estamos a exigir às nossas Forças Armadas missões difíceis de cumprir por falta de recursos.”**

Ora **esse dia não está para chegar, já chegou.**

Há anos que chefes militares, associações profissionais **ou oficiais-generais na reforma vão chamando a atenção para estes problemas**: ou que os meios financeiros não permitem manter a operacionalidade e manutenção dos equipamentos, ou que a inexistência de perspectiva de carreira afasta os jovens, **ou que as Forças Armadas estão numa situação de "pré-falência", como o Grupo de Reflexão Independente denunciou em 2020 numa carta enviada ao próprio Presidente da República.**

Num apelo direto ao Governo, o comandante supremo das Forças Armadas **sublinhou que «temos de querer que [as Forças Armadas] tenham condições para serem ainda mais fortes, unidas e motivadas».** E avisou: **«Se não o fizermos a tempo, outros o exigirão por nós. Depois, não nos queixemos de frustrações, desilusões, contestações ou afastamentos.»** Após um ano em que a reforma do comando superior dividiu as cúpulas da hierarquia, o aviso aqui contido (sobre eventuais sublevações?) é sério, mas vago. **Como vaga foi toda a intervenção. Marcelo corria dois riscos**: ou era demasiado genérico como foi, ou podia ser acusado de expor a Portugal e ao mundo, as profundas vulnerabilidades da nossa Defesa Nacional. **Fica um discurso para bom entendedor.**

Não terá sido por acidente que o Presidente da República evitou mencionar os principais problemas das Forças Armadas. Se não o fez foi porque não quis: uma falta de efetivos preocupante, a falta de uma política pragmática para a atração de efetivos, a falta de verbas para operação e manutenção - que sofreu uma redução de pelo menos €127 milhões em dez anos -, a desigualdade cumulativa em relação a carreiras como a magistratura ou as polícias, a crise no Arsenal do Alfeite que asfixia a Marinha, a escassez de navios operacionais, de aviões e helicópteros prontos a combater, de reservas de guerra, a suborçamentação do sistema de proteção na doença dos militares, etc. etc... **o rol de problemas é extenso e não acaba aqui.**

De forma subliminar, porém, **Marcelo disse aquilo que é possível ir ouvindo a militares de várias patentes**: que ainda só é possível ir funcionando através da boa vontade, esforço, desenrascanço e muitos "milagres" para ter material a funcionar e tropas motivadas. **"Não nos habituemos ao simplismo de converter milagres em quotidiano modo de vida. Ajudemos a esses milagres"**, disse o Presidente, mais uma vez a colocar de forma hipotética uma situação que já é real.

Marcelo não arriscou porque, provavelmente, não quis politizar demais o assunto, porque **para "fazer isto não é ser-se de direita ou de**

esquerda, conservador ou progressista, moderado ou radical. É ser-se patriota em liberdade e democracia. Requer um consenso nacional continuado e efetivo”. O mais longe que foi, passou por enunciar que as novas fronteiras de Portugal são as da União Europeia e da NATO, mas também da CPLP ou na América Latina. Não quis dividir. Assim agrada mais a todos. Para preservar esse alegado “consenso”, e talvez para não pressionar demasiado o Governo, **o Presidente não estabeleceu metas nem objetivos, não falou do compromisso com a NATO para gastar 2% do PIB em despesas militares** em 2024 (dos quais 20% devem ser em investimento em equipamento), que podia atizar as críticas do PCP ou o Bloco de Esquerda. Não falou das novas formas de prestação de serviço militar ou cívico que outros países estão a testar e que a SEDES já propôs, para não incendiar o debate com o fantasma do **Serviço Militar Obrigatório**, que recentemente recusou, manifestando confiança numa recuperação no número de efectivos como se não estivesse empolada pelas restrições de saídas vigentes durante a pandemia. Também não disse que a União Europeia acabou de aprovar uma **“Bússola Estratégica”** onde a Europa dá mais um passo no seu pilar da Defesa e exorta os países a aumentarem os gastos militares, e não referiu que **a NATO vai aprovar já em junho, em Madrid, um novo conceito estratégico** que terá efeitos nos documentos orientadores em que Portugal vai começar a trabalhar.

Assim, **acabou por não dar a sua visão sobre em que sentido poderia ou deveria Portugal rever o seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional - que vai ser revisto agora - face ao novo contexto geopolítico**, nem mencionou que estamos a entrar em tempo de **revisão da Lei de Programação Militar (LPM)**, onde são definidas e planeadas as compras de equipamento.

A condução da política de Defesa cabe ao Governo, é verdade, mas também as outras políticas e não é por isso que o PR deixa de dizer o que pensa da Justiça (como fez esta semana), da economia ou da aplicação de fundos. No mandato deste Governo, com a ministra Helena Carreiras à cabeça, a Defesa vai ter de mexer ou pensar em mexer em tudo.

Pelo que se percebeu pela resposta de António Costa, não é de esperar uma “revolução” nas Forças Armadas ou um aumento dramático do orçamento da Defesa Nacional. O primeiro-ministro disse que o PR estava em “total sintonia” consigo e que **não pede mais do que “está programado na lei de programação militar e contratualizado com a NATO”**.

Ou seja, como o Expresso explicou aqui, se em 2024 Portugal se limitar a atingir os 1,68% do PIB de que o Governo tem falado e não os 2% acordados pela Aliança Atlântica na Cimeira de Gales, em 2014, isso

representa um aumento de cerca de €300 milhões anuais no orçamento da Defesa (tendo em conta a maneira como os dados são contabilizados para a NATO, que inclui a GNR e as pensões dos militares).

Esse valor - onde grande parte do aumento é consumido pelos programas de aquisição do avião de transporte estratégico KC-390 e para os navios de patrulha oceânicos - não deverá resolver de forma decisiva os problemas do orçamento de operação e de manutenção, do recrutamento, das carreiras, nem sequer permite repor o contador a zeros tendo em conta o desinvestimento da última década.

Sobre estes objetivos, o Presidente não se pronunciou. **Isto chega, como sugere Costa e Marcelo está alinhado?**

Para atingir os 2% do PIB - segundo a forma como a NATO aceita contabilizar as despesas militares -, **Portugal teria de investir pelo menos mais mil milhões de euros por ano nas Forças Armadas.** Se fosse considerado apenas o orçamento da Defesa Nacional (sem GNR e pensões de militares), o orçamento teria quase que duplicar.

O mantra de João Cravinho, o ministro da Defesa anterior que Marcelo não quis ver reconduzido na pasta, era que "estamos atualmente com [o maior ciclo de investimento nas forças armadas](#) desde o 25 de Abril."

Parece que já não são apenas os militares que discordam desta ficção. Se acreditasse nisto, o Presidente da República não teria lançado a discussão nem feito o alerta. Mas um discurso muda alguma coisa?

... ///...

VÍDEO
(08.31')

O presidente da República e os desafios colocados à DEFNAC e às FFAA



<https://grei-portugal.org/informacaoDetalheVideo.php>

[Nesta intervenção o Presidente da República explica e esclarece (fazendo pedagogia) o que não teria abordado como tema (os problemas das FFAA) - nas palavras do articulista Vítor Matos (texto anterior) - na sua intervenção na Assembleia da República.]

... /// ...

EXPRESSO

Â. Silva: “[FFAA.] Marcelo carrega nas exigências [...]”

“De repente passamos a viver em troika?”

Presidente da República rejeita que “se continue a viver em troika em termos de promoções” nas Forças Armadas e explica que, para um dia não termos “que fazer omeletes sem ovos”, é preciso **dar “perspetivas às carreiras” e garantir “equipamentos compatíveis”** com a NATO.

Marcelo volta a pressionar Orçamentos de Costa



Manuel De Almeida/Lusa



Ângela Silva
Jornalista

27 abril 2022 23:33

<https://expresso.pt/politica/2022-04-27-Marcelo-carrega-nas-exigencias-para-as-Forcas-Armadas-De-repente-passamos-a-viver-em-troika--5f5a5a5e#:~:text=Marcelo%20carrega%20nas,de%20ser%20agora%22.>

Marcelo Rebelo de Sousa deu esta quarta-feira mais um passo em frente na exigência de novos meios e apoios às Forças Armadas, **explicando o que considera vital** para que, “a prazo”, não sejamos confrontados com a inevitabilidade de ter que “fazer omeletes sem ovos”.

Melhores perspetivas de carreira e melhores equipamentos, eis as exigências do Presidente, que assim alinha pelas reivindicações da corporação militar que há muito se queixa precisamente de défice de condições para estabilizar os contingentes e também para atualizar os equipamentos compatíveis com o papel de Portugal na NATO.

Marcelo diz que tem “acompanhado qual é o estado de espírito das Forças Armadas” e diz que “estão a fazer milagres”. Como? «É preciso aprontar rapidamente um meio preciso para a NATO? Fazem isso e conseguem fazer o milagre. **Não dá para fazer milagres sistemáticos, que é fazer omeletes sem ovos. Neste momento, estamos a fazer omeletes com poucos ovos. Um dia não dá para fazer omeletes sem ovos**», alertou o Presidente.

Como [Comandante] Supremo das Forças Armadas, Marcelo Rebelo de Sousa diz que **“há dois tipos de intervenções que os portugueses têm de assumir”** e explicou do que fala em declarações aos jornalistas no Palácio de Belém.

A primeira são “equipamentos compatíveis com as missões que nós estamos a assumir, e não é agora, é compatíveis a prazo”, com um **“esforço continuado”** - ou seja, Marcelo não espera grandes milagres já no próximo Orçamento de Estado, mas pressiona o Governo a **acautelar o setor quanto antes e seguramente de forma mais robusta nos Orçamentos do Estado seguintes. Segunda prioridade: garantir “condições de promoção e de perspetiva de vida e de carreira”** aos militares.

Dois dias depois de ter feito do reforço de meios e apoios à Defesa o tema único do seu discurso nas comemorações do 25 de abril, avisando que os novos tempos, as novas fronteiras, as novas exigências de segurança e a imprevisibilidade da situação de guerra que atualmente se vive na Europa, mas que o leva a concluir que **“o mundo mudou”,** exigem umas **Forças Armadas reforçadas, o Presidente volta a pressionar o Executivo.**

E também a opinião pública, por estar convicto - como disse no Parlamento - de que sem um consenso nacional, a nenhum poder público será fácil retirar verbas a outros setores da despesa pública para beneficiar o setor militar.

“A MIM NÃO ME INTERESSA TANTO ESSA COISA DOS 2%”

“Aquilo que dá mais notícia em termos mediáticos é 2% do orçamento”, afirmou o Presidente, referindo-se à exigência da NATO para que cada país membro canalize 2% do seu PIB para a Defesa.

“A mim não me interessa tanto essa coisa dos 2%. A mim o que interessa verdadeiramente é os portugueses aderirem à ideia”, explicou Marcelo Rebelo de Sousa, “Porque, se não aderirem, **os partidos assim como hoje dizem uma coisa, amanhã se perceberem que os portugueses querem outra coisa os partidos deixam cair. Em quantas campanhas eleitorais se falou de Defesa?** Muito raramente. **Porquê?** Porque os portugueses não achavam fundamental”.

Apostado em chamar a si a **pedagogia pró-FA**, o Presidente passou a explicar porque é importante dar condições de carreira: «**Como pode haver Forças Armadas motivadas se as promoções sistematicamente chegarem com um ano de atraso - com a <troika> foi assim, mas de repente passamos a viver em <troika> em termos de promoções?**», questionou, numa clara crítica aos Governos que no pós-troika mantiveram o cinto apertado para o setor.

“Se na entrada nas Forças Armadas, de repente a pessoa pensar duas vezes: se eu for para outro corpo que serve o Estado e tenho melhor estatuto, por que é que vou para as Forças Armadas? Ou então entram nas Forças Armadas e depois saem”, exemplificou o Presidente da República, antes de passar à segunda prioridade, os equipamentos.

Aqui, Marcelo alertou que “ter Forças Armadas preparadas para três, quatro, cinco, seis meses é **ter fragatas prontas, é ter aviões prontos, é ter condições para unidades do Exército, se for necessário intervir**, como acontece na Roménia estarem preparadas para isso, e em número suficiente para não serem sempre os mesmos - que estão a rodar consecutivamente na República Centro-Africana”.

Consciente de que “muitas pessoas se congratulam com a participação das Forças Armadas, por exemplo, no plano interno, no processo de vacinação contra a covid-19, mas depois têm reticências em relação a um maior investimento neste setor”, o Presidente diz que “por isso senti o dever, como Comandante Supremo das Forças Armadas, de dizer o que disse no 25 de abril”.

O contexto de guerra na Europa ajuda a dar fôlego ao tema e Marcelo não esconde que também agarrou a oportunidade: “**É uma mudança [a guerra] que faz com que as pessoas estejam hoje mais sensíveis, por isso este discurso tinha de ser agora**”.

J. Madeira: “[...] e o reforço do orçamento da Defesa”

Marcelo pediu mais investimento para a Defesa e o PSD já anunciou que vai apresentar propostas de alteração ao OE nesse sentido, mas devem cair em saco roto.

Para já, o PS não considera que tal seja necessário



O PS defende que a proposta de Orçamento é para manter como está e que a situação ainda não justifica novas medidas para famílias ou empresas.

No futuro se verá, diz a vice da bancada, Jamila Madeira.

Alterações ao OE? Só “o mais neutral possível”

27 de abril, 2022



SUSANA PAULA



FILOMENA LANÇA

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/orcamento-do-estado/detalhe/neste-momento-nao-se-coloca-um-reforco-do-orcamento-da-defesa-diz-jamila-madeira>

O PS parte para a discussão da proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2022 com **abertura, mas traça várias linhas vermelhas**. Para Jamila Madeira, **os impactos da guerra são, para já, limitados e, por isso, as medidas do OE chegam**.

Assim, a vice-presidente da bancada do PS avisa que a disponibilidade para propostas de alteração existirá sobretudo para medidas sem impacto orçamental. **Se a situação internacional piorar, o Governo não deixará de responder, garante.**

Com que abertura é que o PS parte para a discussão na especialidade do OE?

Dissemos em campanha eleitoral e depois do resultado que estaríamos sempre disponíveis para fazer pontes dialogantes, no sentido de melhorar as propostas e de incorporar as linhas políticas da mesma tendência deste OE. Esse espírito dialogante existe e existirá perante as propostas que a oposição apresentar, que serão avaliadas em linha com o espírito do OE.

Que postura espera dos partidos da oposição?

Que se preocupem com as linhas que temos em cima da mesa. Temos enormes desafios... Viemos de uma **pandemia** e agora incorporamos um novo desafio, que são todas as dinâmicas associadas à **guerra na Ucrânia**.

Mas temos que manter um enorme espírito de responsabilidade e rigor. Queremos continuar a reforçar o Estado Social e queremos continuar a dar respostas para melhorar a qualidade de vida das pessoas, para apoiar as famílias. Mas temos de o fazer com **contas certas. Essas contas certas são muito críticas em momento de instabilidade ou de incerteza.** Não sabemos se haverá mexidas nas taxas de juro, quando há retoma das regras orçamentais europeias... Há pelo menos um ano até Bruxelas decidir. Nós não sabemos quanto tempo. O que sabemos é que o **peso da dívida pública em Portugal é grande.** Quando nós enfrentarmos esta nova análise da Comissão Europeia queremos poder dizer que, obrigatórias ou não, nós cumprimos e isso dá credibilidade à nossa economia. Sabemos que a sustentabilidade das contas públicas se constrói nos momentos de alguma prosperidade, para que nos momentos de dificuldade e necessidade, como houve na pandemia, injetar recursos na sociedade...

Para o PS este não é um momento de emergência, de abrir os cordões à bolsa?

Foi isso que o Governo fez na pandemia e tem sido feito agora. Não podemos é por em causa a sustentabilidade desse mesmo Estado Social. Por isso, o ponto de **equilíbrio entre prudência e ambição** é algo muito desafiador neste OE. "As contas certas são muito críticas em momento de instabilidade ou de incerteza."

[.....]

EXPRESSO

V. Matos: “Faltam €33 milhões para manter navios”

Manutenção tem um défice de 41% face às necessidades. Armada perdeu 20% do pessoal em 10 anos

13/01/2023

VÍTOR MATOS

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2620/html/primeiro-caderno/politica/faltam-33-milhoes-para-manter-navios>

Os problemas de manutenção dos navios e o défice de pessoal na Marinha continuam a agravar-se, segundo uma apresentação sobre o estado do ramo a que o Expresso teve acesso, da autoria do próprio Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), almirante Gouveia e Melo.

As necessidades de verbas para manutenção em 2023 são estimadas pela Armada em €80 milhões, mas o valor atribuído pelo Orçamento do Estado é de apenas €47,2 milhões, o que representa um défice de 41% face às necessidades. Em falta só para este ano, segundo o mesmo documento, estão €33 milhões, o que não garante o ciclo de manutenção do material e que contribui para o desgaste dos meios navais e para a sua inoperacionalidade. Em termos médios, nos últimos cinco anos a Marinha precisava de mais €23 milhões/ano para suprir as necessidades de manutenção.

No caso do pessoal, a Marinha contabiliza uma perda de 20% de efetivos em 10 anos (ver gráfico), uma redução de 1767 efetivos — de 8832 militares para 5135 em novembro do ano passado. Se a quebra se mantiver ao mesmo ritmo, segundo uma projeção feita na mesma apresentação, em 2027 o ramo ficará abaixo de mínimos em termos de praças (marinheiros e cabos) disponíveis para embarcar. Segundo um estudo da Marinha, 57% dos militares abandonam as Forças Armadas por razões financeiras e 35% devido à taxa de esforço que lhes é exigida (14% fazem-no para entrar nas forças de segurança).

64

A disponibilidade dos navios é tão crítica que, como o Expresso já chegou a noticiar, o ramo não tem meios para cumprir os compromissos da NATO (quatro fragatas e um submarino). Na verdade, a Marinha só tem tido duas fragatas e um submarino operacionais, a que se soma

uma fragata com limitações. Em 2022, só empenhou três navios em missões da NATO: a fragata “Côrte-Real”, numa das forças permanentes da NATO, e o submarino “Tridente”, na Operação Sea Guardian, no Mediterrâneo.

O ‘patrulhão’ “Viana do Castelo” foi empenhado em duas missões internacionais: na Mar Aberto, ao largo do golfo da Guiné, e numa missão antiminas da Aliança Atlântica.

Questionada pelo Expresso, a Marinha não se pronuncia sobre estes dados. Segundo o porta-voz de Gouveia e Melo, o CEMA “não comenta informação falada na Comissão Parlamentar de Defesa, numa reunião que decorreu à porta fechada no passado dia 14 de novembro”.

... /// ...

Nota aos OCS: “Concluída a reforma [...] das FFAA”

O Governo aprovou em Conselho de Ministros, no passado dia 2 de fevereiro, o Decreto Regulamentar que conclui a reforma da estrutura superior das Forças Armadas iniciada em 2021, com a revisão da Lei de Defesa Nacional e com a aprovação da nova Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA).

Este enquadramento normativo assenta num novo paradigma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas, procurando otimizar o seu funcionamento, visando garantir o princípio fundamental da unidade de comando, dando continuidade e robustecendo reformas anteriores no sentido de reforçar o papel do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) na administração dos assuntos de natureza militar, em coordenação com os ramos.

Com este diploma é aprovada a estrutura orgânica do EMGFA e são alteradas as estruturas orgânicas da Marinha, do Exército e da Força Aérea, por forma a refletir o novo enquadramento legislativo e a garantir a necessária coordenação de processos e a coerência estrutural.

Destaca-se, ao nível do EMGFA, a criação do Estado-Maior Conjunto, para apoio à decisão do CEMGFA na vertente de prospetiva e de planeamento estratégico, e o reforço do Comando Conjunto para as Operações Militares, que passa a ter autoridade de coordenação no relacionamento com os comandos operacionais dos Açores e da Madeira e com os comandos de componente dos ramos. São ainda reforçadas as competências da Direção de Saúde Militar, que passa a ter autonomia técnica e funcional sobre todos os órgãos de saúde militar. É também criado o Centro de Comunicações e Informação, Ciberespaço e Espaço, integrando na sua estrutura um departamento para os aspetos militares do programa espacial da Defesa Nacional.

66

Na Marinha são atualizadas diversas competências do Estado-Maior da Armada, que decorrem da necessidade de assegurar a coordenação, a supervisão e o controlo das atividades relativas à transformação, bem como a promoção no domínio da inovação.

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional

No Exército, atendendo à relevância das áreas da guerra da informação no quadro internacional, é criado o Centro de Guerra da Informação e Ciberdefesa e o Centro de Transmissões do Exército, com o intuito de robustecer a capacidade de resposta nestes domínios.

É também criado o Centro de Capacitação Tática, Simulação e Certificação, com a finalidade de preparar o produto operacional terrestre para fazer face às ameaças atuais emergentes.

Na Força Aérea procede-se à reestruturação dos órgãos centrais de administração e direção, e são definidas as competências do Gabinete Coordenador de Missão no âmbito dos Incêndios Rurais. Procede-se também à reestruturação do Comando Aéreo por forma a refletir uma maior coerência estrutural, desde logo, com a criação da Base Aérea n.º 8, em Ovar, por transformação do Aeródromo de Manobra n.º 1.

Ministério da Defesa Nacional | Tel.: +351 213 034 500 | imprensa@mdn.gov.pt
www.defesa.gov.pt

... /// ...

NOTÍCIAS AO MINUTO

CEMGFA apela [para] as “necessidades” dos militares

O novo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), general Nunes da Fonseca, apelou hoje a que se dê “a melhor atenção” aos “anseios e necessidades” dos militares, reconhecendo constrangimentos no recrutamento e em recursos financeiros.



© Global Imagens

POR LUSA

01/03/23 - 12:41

<https://www.noticiasao minuto.com/pais/2226490/novo-cemgfa-apela-a-que-se-de-atencao-a-necessidades-dos-militares>

“[As Forças Armadas] são reconhecidas pelo seu elevado estatuto moral e patriótico, são instituições seculares credíveis e sempre disponíveis, servidas por pessoas inexcusáveis, às quais se deve prestar a melhor atenção, nomeadamente aos seus anseios, necessidades e realizações”, afirmou Nunes da Fonseca, que tomou hoje posse como CEMGFA numa cerimónia no Palácio de Belém, em Lisboa, com a presença do Presidente da República e do primeiro-ministro.

Numa curta intervenção, o general reconheceu que “a nível interno persistem constrangimentos, sobretudo em termos de pessoas para servirem nas Forças Armadas, assim como de recursos materiais e financeiros”.

“Constrangimentos que exigirão a procura e a proposta de modos e soluções que melhore adequem as capacidades militares do país às missões com que se compromete”, acrescentou.

Na opinião do novo chefe do EMGFA, “importa prosseguir o caminho iniciado de transformação das FA, com consolidação das competências conjuntas e das próprias dos chefes militares, otimizando as complementaridades e respeitando as especificidades dos respetivos ramos” - disse, com os chefes do Estado-Maior da Armada, almirante Gouveia e Melo, e da Força Aérea, general Cartaxo Alves, a ouvi-lo.

O general referiu ainda o contexto atual, “irremediavelmente marcado pelo conflito na Ucrânia” que despertou a atenção para “o papel das FA no contexto das relações entre estados, igualmente da NATO e da União Europeia”.

Nunes da Fonseca deixou ainda uma palavra ao seu antecessor, presente na cerimónia, almirante Silva Ribeiro.

“Quero manifestar-lhe franca admiração e um profundo reconhecimento pela clarividência, inconformismo, competência e apurado sentido de serviço publico evidenciados na sua brilhante carreira”, disse.

O Presidente da República deu também posse, momentos depois, ao novo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), general Eduardo Mendes Ferrão, numa curta cerimónia na qual não houve discursos.

José Nunes da Fonseca, foi Chefe do Estado-Maior do Exército desde 19 de outubro de 2018, nasceu em Mafra, em 1961, e ingressou na Academia Militar em 1979. É licenciado em Ciências Militares (Engenharia) e tem um mestrado em Curso de Vias de Comunicação, entre outros.

Entre outros cargos exercidos, a nota curricular indica que, como coronel, foi Comandante da EPE (2005-07), Chefe do Gabinete do General Comandante da Logística do Exército (2007-09) e frequentou o Curso de Promoção a Oficial General (2009/10).

Cumpriu duas comissões em operações NATO, a primeira na SFOR (Força de Estabilização NATO), na Bósnia-Herzegovina, em 1998/99, e a segunda na KFOR (Força NATO no Kosovo), no 1.º semestre de 2011, como General Comandante da Força Logística desta operação.

Foi colocado na Guarda Nacional Republicana, de janeiro de 2013 a outubro de 2018 e exerceu as funções de Comandante da Unidade de Controlo Costeiro, de 2013 a 2017, de Inspetor da Guarda, de 2017 a 2018, e de 2.º Comandante-Geral, até à nomeação para o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, em outubro de 2018.

Já o novo CEME, general Eduardo Mendes Ferrão, nasceu em Lisboa, em 17 de fevereiro de 1962 e tem 42 anos de serviço, estando “habilitado com os cursos curriculares de carreira”, entre outros.

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional

No seu percurso militar, “serviu em diversas unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército, no Estado-Maior-General das Forças Armadas e no Ministério da Defesa Nacional”, salientando-se que em 1985 foi colocado no Batalhão de Infantaria Mecanizado da Brigada Mista Independente, onde desempenhou diversas funções de Comando e Estado-Maior.

Em janeiro de 2022 assumiu as funções de Comandante do Comando do Pessoal do Exército, que desempenhou até março desse ano, altura em que passou a exercer o cargo de Comandante das Forças Terrestres do Exército, até ao momento.

De acordo com a lei, cabe ao Presidente da República nomear e exonerar, sob proposta do Governo, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e os Chefes do Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas, ouvido, neste último caso, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

... ///...

EXPRESSO

**Marcelo: [...] “manutenção” é “prioridade [...]”
das FFAA**



CARLOS BARROSO

Presidente encontrou-se com Pedro Santana Lopes na competição de surf que decorre em Peniche, onde salientou a importância deste evento para a promoção de Portugal

14 MARÇO 2023 17:03



Eunice Lourenço

<https://expresso.pt/politica/presidente/2023-03-14-Reforco-da-manutencao-e-prioridade-do-presente-e-do-futuro-das-Forcas-Armadas-defende-Marcelo-0432429e>

O Presidente da República não quis comentar em concreto o caso dos 13 militares que se recusaram a embarcar numa missão da Marinha, mas aproveitou a ocasião para salientar como a manutenção de equipamento tem de ser uma prioridade do presente e do futuro das Forças Armadas Portuguesas.

“Sem manutenção há riscos de degradação das capacidades militares portuguesas”, avisou Marcelo Rebelo de Sousa, em declarações aos jornalistas, à margem da visita à prova de elite da Liga Mundial de Surf (WSL), que decorre na Praia de Supertubos, em Peniche.

A manutenção é “uma das prioridades no presente e no futuro próximo”, não só na Marinha, mas nos outros ramos, reforçou o chefe de Estado.

Marcelo considera que o **Orçamento para 2023 “já reforçou muitíssimo a manutenção”**, mas adiantou que a Lei de Programação Militar, que ainda está em preparação, “vai reforçar o financiamento da manutenção” de equipamento militar. Como o Expresso adiantou em janeiro, só na Marinha faltam 33 milhões de euros para manutenção

POLÍTICA

Marinha: faltam €33 milhões para a manutenção dos navios e 20% dos efetivos saíram

(Ver artigo anterior, de 13/01/2023)

Quanto ao caso em concreto que aconteceu no fim-de-semana, o PR diz que está a acompanhar e que aguardará pelas investigações. **“Tenho acompanhado, como imaginam, tudo o que se tem passado, em contacto com a senhora ministra da Defesa Nacional,** e por um lado está em curso uma fiscalização, que deve ter começado, com uma equipa que seguiu para a Madeira e que chegou lá hoje, para verificar o que se passa com o navio, e por outro lado o apuramento do porquê da atitude dos militares, que apresentaram um conjunto de razões para fundamentarem a sua posição”, afirmou Marcelo, que visitou a praia acompanhado por Pedro Santana Lopes, presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz.

[.....]

... /// ...

RÁDIO RENASCENÇA

Defesa duplica verba para manutenção [...] das FFAA

17 mar, 2023 - 12:30

Olímpia Mairos

A proposta de Lei de Programação Militar prevê um montante global de investimento de 5.570 milhões de euros até 2034.



Foto: António Pedro Santos/Lusa

A ministra da Defesa, Helena Carreiras, adiantou esta sexta-feira no Parlamento que 40% da verba aprovada pelo Governo no quadro da Lei de Programação Militar destina-se a manutenção de equipamentos das Forças Armadas.

“Uma parte substantiva, mais de 40%, é dedicado a manutenção, sustentação e modernização de meios. Ou seja, estamos, de facto, a responder, a procurar recuperar dos défices, duplicando as verbas em manutenção, em reposição, das reservas de guerra”, destacou a governante.

A proposta de Lei de Programação Militar, aprovada esta quinta-feira em Conselho de Ministros, prevê um montante global de investimento de 5.570 milhões de euros até 2034.

“O montante global de investimento ascende a 5.570 milhões de euros, o que representa um crescimento de 17,5% face à lei em vigor (mais 830 milhões de euros)”, lê-se no comunicado emitido pelo Ministério da Defesa Nacional.

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional

Quanto a “recuperação dos défices de manutenção, sustentação e modernização dos meios existentes”, a proposta prevê um investimento de 2.418 milhões de euros, que corresponde a 43% do total previsto no documento do Governo.

Segundo o ministério, esta rubrica tem “um aumento do investimento superior a 96% face ao previsto na atual LPM”.

O Governo aprovou na quinta-feira em Conselho de Ministros a proposta de Lei de Programação Militar para o período entre 2023 e 2034, diploma que estabelece o investimento público na manutenção, equipamento e armamento das Forças Armadas.

... /// ...

EXPRESSO

H. Carreiras: “Uma LPM para um novo contexto [...] geoestratégico”



Ministra da Defesa Nacional

24/03/2023

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2630/html/primeiro-caderno/opiniao/uma-lei-de-programacao-militar-para-um-novo-contexto-geoestrategico>

No passado dia 24 de fevereiro assinalámos um ano de invasão da Ucrânia pela Rússia. Desde então, temos enfrentado ameaças e desafios crescentes. O ambiente geoestratégico que nos rodeia passou a ser marcado pela contestação da ordem internacional, baseada em regras e princípios partilhados.

Os impactos de um mundo mais perigoso, instável e imprevisível determinam que atribuamos prioridade ao investimento nas capacidades militares nacionais. Enquanto instrumento financeiro plurianual, a Lei de Programação Militar (LPM) constitui uma peça fundamental para sustentar e modernizar armamentos e equipamentos.

Nas primeiras semanas do meu mandato dei início ao processo de revisão da LPM de 2019. Necessitamos, por um lado, de Forças Armadas com elevada prontidão, projetáveis, bem treinadas e com equipamento adequado para cumprir as suas missões. Devemos, por outro lado, repor a disponibilidade operacional dos meios e responder à escassez de armamento e munições em toda a Europa.

A conjugação destas prioridades exigiu um trabalho de reflexão que mobilizou as Forças Armadas e os serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional. O objetivo foi colmatar as lacunas do passado, assegurar as necessidades do presente e projetar os interesses do país para o futuro.

Após parecer favorável do Conselho Superior de Defesa Nacional, o Conselho de Ministros aprovou a proposta de revisão da LPM para o período de 2023-2034 e iniciaremos em breve a sua discussão na Assembleia da República.

O investimento global previsto de €5570 milhões — um aumento de 17,5% face à lei vigente — permitirá responder às necessidades das Forças Armadas e às contingências do contexto atual. O montante atribuído à manutenção dos meios ascende a €2418 milhões, mais 96% do que atualmente, permitindo ultrapassar os défices existentes de manutenção, modernização e sustentação. Por outro lado, avançamos com um aumento superior a 108% na reposição das reservas de guerra para níveis compatíveis com o novo cenário geopolítico.

O investimento de €5570 milhões — um aumento de 17,5% — permitirá responder às necessidades das Forças Armadas

Prosseguiremos igualmente com a adaptação das Forças Armadas através de projetos estruturantes. Identificámos um novo projeto, a Aeronave de Apoio Próximo, para proteger Forças Nacionais Destacadas através de ações de reconhecimento e de vigilância, com rapidez e em profundidade. Iremos concluir projetos cruciais, como o avião KC-390, cuja primeira aeronave voará já este ano em apoio a missões de ajuda humanitária ou de resposta a emergências civis complexas. De forma a darmos resposta a ameaças não convencionais e disruptivas, a ciberdefesa conhece também um aumento de cerca de 40% e investiremos pela primeira vez no novo domínio operacional do espaço.

A nossa economia de defesa será, por sua vez, alavancada por uma aposta na inovação, investigação e desenvolvimento, visando um efeito multiplicador para a economia nacional.

Mais de 30% da nova LPM terão um potencial retorno direto de perto de €2 mil milhões, com destaque para os clusters naval e aeronáutico.

A construção dos navios-patrolha oceânicos, essenciais para missões no âmbito da segurança e autoridade do Estado no mar, ou a modernização dos helicópteros EH-101, para efeitos de operações de busca e salvamento e mobilidade aérea, concorrerão para este esforço.

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional

Através desta lei, cujo nível de execução subiu de 54% para 73% entre 2021 e 2022, identificámos mais de 30 capacidades, cerca de 100 projetos e 400 subprojectos, que serão colocados ao serviço da garantia da soberania, da integridade territorial e do apoio direto às populações.

Com a materialização deste programa, a segurança e defesa dos cidadãos em território nacional e da diáspora portuguesa permanecerão a principal prioridade, enquanto dotamos as Forças Armadas de meios e equipamentos essenciais para a sua operação e modernização, sempre ao serviço de Portugal.

Helena Carreiras
Ministra da Defesa Nacional

... /// ...

RÁDIO RENSACENÇA

Ministra: “[estuda] razões de saída [...] das FFAA”

28 mar, 2023 - 22:33 • Lusa

Defesa vai também fazer um recenseamento sociodemográfico dos militares.



Foto: Paulo Cunha/Lusa

<https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2023/03/28/ministra-anuncia-estudo-sobre-razoes-de-saida-de-efetivos-das-forcas-armadas/325704/>

A ministra da Defesa Nacional, **Helena Carreiras**, anunciou esta terça-feira que o Governo vai realizar um estudo sobre as razões que levam à saída de efetivos das Forças Armadas bem como um “recenseamento sociodemográfico dos militares”.

“Dois dos estudos nos quais estamos atualmente a trabalhar incidem sobre as razões das saídas das Forças Armadas, e sobre um recenseamento sociodemográfico dos militares, que permitirá obter uma “radiografia” social essencial para desenvolver medidas que articulem os recursos disponíveis e aquilo que os militares esperam do seu percurso nesta instituição, calibrando medidas de política e ajustamentos organizacionais”, anunciou Helena Carreiras. “Ambos habilitarão uma tomada de decisão e ação política mais informadas e sustentadas”, completou.

78

A ministra falava no Instituto da Defesa Nacional (IDN), em Lisboa, na sessão de lançamento do livro “Políticas de Defesa em Portugal”, coordenado pela governante em conjunto com o antigo ministro da Defesa Nuno Severiano Teixeira. Esta cerimónia contou com a presença e intervenção do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.



DEFESA

Marinha perdeu 3 mil efetivos em 12 anos e metade da verba para manutenção

[\[https://rr.sapo.pt/especial/pais/2023/03/27/marinha-perdeu-3-mil-efetivos-em-12-anos-e-metade-da-verba-para-manutencao/325034/\]](https://rr.sapo.pt/especial/pais/2023/03/27/marinha-perdeu-3-mil-efetivos-em-12-anos-e-metade-da-verba-para-manutencao/325034/)

Na opinião da governante, “é cada vez mais importante que os portugueses conheçam e compreendam a atuação da Defesa em nome dos seus direitos e liberdades, trabalhando em diferentes frentes simultâneas que concorrem para a defesa permanente do interesse nacional”.

Momentos antes, **Nuno Severiano Teixeira** - que exerceu funções de ministro da Defesa Nacional entre 2006 e 2009 - elencou alguns dos desafios atuais das Forças Armadas.

“Desafios? Obviamente que os há e, em primeiro lugar, neste momento, é o do investimento das Forças Armadas atingir os compromissos internacionais a que Portugal se obrigou, 2% do PIB, agora, agora”, disse.

Outros dos desafios da Defesa, de acordo com o antigo governante, é a “capacidade de atração, de retenção, do número de efetivos necessários ao cumprimento cabal das missões das Forças Armadas e isso obrigará certamente, em primeiro lugar, à revalorização material e simbólica, eventualmente ao alargamento da base de recrutamento das Forças Armadas e estes são, obviamente, temas fundamentais”.

Nesta sessão estiveram presentes, além da ministra da Defesa, o ministro dos Negócios Estrangeiros, os chefes da Armada, da Força Aérea, e do Exército, o secretário-geral do Sistema de Segurança Interna, o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana e o secretário de Estado da Defesa Nacional.

Portugal estabeleceu o compromisso de atingir 2% do PIB em investimento na Defesa até ao final da década e antecipou para este ano o aumento para 1,66%, que estava inicialmente previsto para 2024.

EXPRESSO

- 1º página -

(06/04/2023)

Marcelo e Santos Silva com Generais

Com a área da defesa em crise, Augusto Santos Silva abre e Marcelo Rebelo de Sousa fecha seminário "*Desafios para a Segurança e Defesa Nacional*", que se realiza no CCB, em Lisboa, dia 11, organizado pelo GREI, um grupo que inclui vários ex-chefes militares.

... /// ...

SÍTIO OFICIAL DE INFORMAÇÃO
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA



SEXA PR encerra seminário do GREI
Presidente da República encerra Seminário “Desafios para a
Segurança e Defesa Nacional”

11 de abril de 2023

<https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2023/04/presidente-da-republica-encerra-seminario-desafios-para-a-seguranca-e-defesa-nacional/>

O Presidente da República presidiu à sessão de encerramento do Seminário “Desafios para a Segurança e Defesa Nacional”, no Centro Cultural de Belém, promovido pelo Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI), à semelhança do ocorrido em 2018.

O GREI é uma Associação que tem por finalidade a realização de estudos de carácter estratégico, económico e social, sobre Portugal e a sociedade portuguesa, numa perspetiva do seu desenvolvimento, da sua defesa e segurança e dos valores da cidadania, composta por antigos Oficiais Generais das Forças Armadas.

... /// ...



PARTE II
O SEMINÁRIO



A Sessão de Abertura



A intervenção do Presidente da Direção do GREI

General José Luiz Pinto Ramalho



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, Prof. Doutor Augusto Santos Silva,

Muito obrigado por ter aceitado o nosso Convite e a disponibilidade para fazer a intervenção de abertura dos nossos trabalhos.

Exmo. Senhor General Ramalho Eanes,

Muito obrigado por estar connosco. A sua presença, Meu General, é para nós uma honra, um privilégio e sempre uma referência institucional.

Exmo. Senhor Diretor do Centro Cultural de Belém

Muito obrigado pela sua presença e amável hospitalidade.

Agradeço também a todos os Conferencistas que aceitaram dar corpo aos Painéis do Seminário e partilharem o Vosso Saber e Experiência.

Exmos. Senhores Generais CEMGFA e VCEM (em representação) da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Exmos. Senhores Deputados

Exmos. Senhores Almirantes e Generais antigos Chefes do Estado-Maior-General e Chefes do Estado-Maior, dos três Ramos das Forças Armadas.

Exmos. Senhores Embaixadores e Professores

Caros Oficiais Generais da Marinha, do Exército e da Força Aérea, membros do GREI

Ilustres Convidados Cívicos e Militares e Representantes da Comunicação Social

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Como Presidente da Direção do Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI), compete-me dar-vos as boas vindas, agradecer a Vossa presença e explicar a intenção da realização deste Seminário.

Em 2020 perante alterações profundas, que se perspectivavam na conjuntura estratégica internacional e nacional, o GREI propôs-se realizar um debate público, no seguimento do Seminário realizado em 2018 e das Conclusões que foram posteriormente difundidas em Livro e entregues a Sua Exa o Presidente da República. Para esse Debate, estabeleceram-se como grandes temas: a Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), intenção anunciada pelo Governo; a área dos Recursos Humanos (RH), situação crítica para as Forças Armadas (FFAA), através de uma reflexão sobre as Políticas Públicas de prestação do Serviço Militar (PPSM); o Estatuto dos Militares das FFAA (EMFAR) e a Condição militar; e, por último, a Reforma da Estrutura Superior das FFAA.

A decisão do Governo de proceder a alterações na Lei da Defesa Nacional (LDN) e à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), levou o GREI a dedicar a sua atenção a esta matéria, tendo publicado a sua posição e contribuição sobre esta temática, com a edição do Livro, em 2021, *"A Reforma da Estrutura Superior das Forças Armadas"*, divulgado em sessão de apresentação pública.

A situação pandémica que se viveu, levou ao adiamento do Seminário que agora se concretiza, tendo os anos de 2021/22, servido para uma discussão interna do GREI e para a edição de uma publicação digital, acessível no nosso Site, com o título *"As Forças Armadas e o seu Enquadramento Estratégico e Funcional – Algumas Reflexões"*.

Nesse documento foram abordados os seguintes temas: O CEDN, algumas preocupações quanto à sua elaboração; o EMFAR e a Condição Militar (CM); As PPSM em Portugal; e, o Declínio do Sistema de Defesa Nacional a das FFAA.

Esta reflexão, que mantém a oportunidade, que será complementada pelas intervenções dos oradores, membros do GREI, nos dois Painéis do Seminário constituem a nossa contribuição para o mesmo e para o Debate, que se deseja.

Consideramos a revisão do CEDN conduzida pelo Ministério da Defesa Nacional (MD) e que, pela primeira vez, terá as Grandes Opções do CEDN (GOCEDN) aprovadas na Assembleia da República (AR), como uma oportunidade para a elaboração de um documento que, ao contrário do anterior, seja um Conceito que dê orientações à Estratégia Total do Estado, que clarifique Desígnios e Objectivos Nacionais, nas

Estratégias Gerais, Económica, Político/Diplomática e Psicológica, Valores e Educação, e não apenas circunscrito às áreas sectoriais do seu Ministério - as FFAA.

No passado recente, os CEDN têm sido documentos instrumentais, para produzir alterações, apontadas como reformas para as FFAA, no quadro da Estratégia Geral Militar, não suscitando ou gerando qualquer reacção por parte dos outros Ministérios, ou mesmo uma simples Directiva, inclusive naquilo que materializa a Componente, diria, Civil da Defesa Nacional.

Em 24 de Fevereiro de 2022, a Conjuntura Estratégica Internacional passou a estar marcada pelo conflito aberto entre a Rússia e a Ucrânia, tornando aquilo que se considerava improvável - uma guerra entre Estados - uma realidade chocante, em pleno Século XXI e no Centro da Europa. Em termos estratégicos, não é mais possível esquecer ou subalternizar na Defesa Nacional, a sua componente militar, materializada na existência e operacionalidade das FFAA.

Na actual Conjuntura Estratégica, nas Sociedades ditas modernas, a existência de FFAA continua a ser a expressão visível do espírito, da vontade e da determinação na garantia da Defesa Nacional. Para um país como Portugal, com fracas potencialidades estratégicas no domínio da coacção, no quadro das Estratégias Gerais Económica e Militar, é indispensável que disponha de umas FFAA credíveis, modernas, atractivas a todos os extractos da Sociedade Nacional, coesas, equilibradas, com elevado grau de prontidão e adequadas à dimensão estratégica do País.

Um FFAA que disponham da capacidade de resistência, para evitar situações de "facto consumado" e atentados contra a Soberania, que sejam capazes de caracterizar uma "agressão", em termos do Direito internacional e que permitam o tempo necessário ao Poder Político, para fazer accionar os mecanismos políticos e diplomáticos de contenção, ao nível das Organizações Internacionais e da solidariedade militar das Alianças e dos países aliados e amigos e, ainda, sejam capazes de apoiar as populações nacionais, quer em situações de catástrofes ou calamidades naturais, quer no quadro de apoio ao desenvolvimento, através das assim designadas *Outras Missões de Interesse Público*.

A credibilidade das FFAA passa também pela sua capacidade de ser parceiro dos grandes acontecimentos da Segurança Internacional e da Paz, integrando Coligações Militares Multinacionais, legitimadas pelo Direito Internacional e pela Carta das Nações Unidas, conferindo ao Poder Político a liberdade de acção política, de escolher participar ou

não, de acordo com o Interesse nacional, permitindo-lhe ser co-autor das decisões e co-responsável pela sua aplicação e evitar à partida ser um actor dispensável, face a uma reconhecida, pelos seus pares, incapacidade militar para participar.

É igualmente importante que a Política e a Estratégia reconheçam que, em termos nacionais, é necessário ter presente as nossas fragilidades no domínio da estratégia militar genética, o que implica que capacidades militares que se eliminem ou se deixem degradar, dificilmente serão reconstituídas e, em caso de necessidade, nunca o serão com a oportunidade desejada, quer em termos internos, quer fruto de eventuais apoios internacionais.

Para um País com a dimensão estratégica de Portugal, que subordina a sua Estratégia Operacional aos Sistemas de Armas que consegue obter, operar e sustentar, será sempre com a qualidade e competência revelada pelos seus recursos humanos, pelas suas lideranças nos diversos escalões de Comando e pela optimização desses recursos tornados disponíveis, que faz a sua afirmação distintiva, inclusive em “nichos” de competências, junto de aliados, parceiros e amigos. Na nossa História Militar tem sido sempre assim.

A necessidade crítica de Recursos Humanos para as FFAA, na conjuntura actual, seja para a constituição do Sistema de Forças Nacional aprovado, seja para a sua reconstituição ou ampliação em situação de crise ou guerra, obriga a repensar as PPPSM, a preparação militar adequada e oportuna dos contingentes recrutáveis e, ainda, o funcionamento eficiente e eficaz dos sistemas de mobilização.

Esta realidade tem vindo a propiciar uma reflexão alargada relativa à definição e opções de PPPSM, estando presente a importância e validade de um *Dever*, naturalmente diferente da tradicional Conscrição, mas sim na actualidade, desenhado como um Serviço Nacional à República, armado e não armado, geral e universal, naturalmente diferenciado em exigências, duração e direitos, mas permitindo essa opção aos cidadãos e cidadãs, chamados para o cumprimento desse dever nacional. Serviço armado que se poderia ampliar, também por escolha dos cidadãos, para as situações de voluntariado, de contrato ou de acesso aos Quadros Permanentes, de Sargentos e de Oficiais através das Escolas e Estabelecimentos de Ensino Militares.

No âmbito dos recursos humanos estamos confrontados, no presente, com novas realidades que, de forma simplificada dão pela designação

de Companhias/Exércitos Militares Privados e Brigadas/Legiões de Combatentes Internacionais Voluntários, directamente envolvidas nas operações militares, em parceria com as Unidades Regulares dos Exércitos.

São realidades que reforçam o reconhecimento da importância e da prática da Condição Militar (CM), no seio da Instituição Militar (IM) e do seu indispensável reconhecimento, dignificação e justa compensação, por parte das Tutelas políticas, pois é a CM que constitui a diferenciação distintiva entre sentido do Dever, a Disponibilidade, a Responsabilidade, a Disciplina, o Comando e o Patriotismo e as outras situações que se mencionou.

A realidade da Conjuntura Estratégica que estamos a viver, para além dos desafios que nos coloca, os riscos que evidencia e as ameaças reais e potenciais com que nos confronta, atinge altos níveis de destruição, número de baixas, só vistas nas I e II Guerras Mundiais, apresenta exigências logísticas inesperadas, designadamente de centenas de milhar de projecteis de artilharia e o emprego específico das diversas Armas e Serviços no campo de batalha, a par da presença massiva das Novas Tecnologias.

Estamos assim convocados, do ponto de vista político e militar, para decisões e investimentos concretos na defesa militar, nos seus três pilares fundamentais: os RH, os sistemas de armas e demais equipamentos e as indispensáveis reservas de guerra, numa lógica de *"just in case"* e não de *"just in time"*.

Nesse sentido, o CEDN que vier a ser aprovado, deve conter orientações claras, designadamente quanto aos Cenários de Emprego de Forças Militares e Níveis de Empenhamento dessas Forças, para promover a elaboração e conseqüente aprovação do CEM, das Missões das FFAA (MIFA), continuando estas a privilegiar (na especificidade) as Missões Constitucionais, o Sistema de Forças (SF), o Dispositivo e o reconhecimento pela Tutela, dos RH e Materiais, que corporizam esta construção estratégica.

A coerência dessa construção estratégica só será obtida se encontrar sustentação financeira na Lei de Programação Militar (LPM), responsável pelo reequipamento e modernização das Forças Armadas, através da obtenção dos sistemas de armas indispensáveis ao cumprimento das missões que lhe foram atribuídas, também na Lei de Planeamento de Infraestruturas Militares (LPIM) relativamente à funcionalidade e adequação das infraestruturas necessárias ao Dispositivo e no Orçamento

Ordinário, que garanta os recursos financeiros inerentes aos efectivos humanos a recrutar e as actividades orgânicas do Treino, Operação e Manutenção dos Sistemas de Armas e Equipamentos.

Só assim será possível inverter a actual situação em que se encontram as FFAA, começando pelo cumprimento dos compromissos assumidos junto da Aliança, desde a Cimeira de Gales em 2014, sucessivamente reiterados em reuniões posteriores até à actualidade, de atribuir ao Orçamento para a Defesa uma verba mínima de 2% do PNB e a alocação de 20% dessa verba na inovação, na modernização e na redução de lacunas operacionais.

Não há duas opções. Ou nos empenhamos decisivamente em eliminar insuficiências que afectam as FFAA, designadamente e em termos prioritários, no que respeita aos RH, pois sem eles não há novas capacidades, podendo estar em risco as existentes, mas também em obter os sistemas de armas que permitam cumprir com êxito as missões atribuídas, possibilitando o treino que é devido, o armamento e equipamento adequado e necessário e a respectiva sustentação logística e reservas de guerra.

Em oposição, será o continuado desinvestimento, a progressiva astenia dos RH e materiais, tornando as FFAA, do ponto de vista operacional, cada vez menos capazes de cumprir as Missões Constitucionais de Soberania, tornando o País um parceiro internacional irrelevante e dispensável, no âmbito das Alianças e Organizações Internacionais em que nos inserimos. Mas também, a nível interno, configura um investimento orçamental ruinoso, sem produto operacional credível, difícil de explicar e justificar aos cidadãos eleitores e, em particular, aos Militares.

Certamente estes e outros Temas estarão presente no nosso Seminário de hoje e nos Debates que terão lugar. Resta-me agradecer a vossa atenção e pedir a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Professor Doutor Augusto Santos Silva que faça a intervenção inicial deste Seminário.

Muito Obrigado.

A intervenção do Presidente da Assembleia da República

Prof. Doutor Augusto Santos Silva



“Para debater responsabilmente as questões da defesa nacional”

1.

Agradeço o convite para intervir neste seminário, organizado pelo GREI – Grupo de Reflexão Estratégica Independente, sobre “Desafios para a Segurança e Defesa Nacional”. E começo por relevar o duplo significado de tal facto: intervenho na minha condição atual de presidente da Assembleia da República e também como pessoa que, não acompanhando ao pormenor a política de defesa, tem, no entanto, convicções fortes (certas ou erradas, logo se verá) sobre as grandes questões de soberania – e que considera uma honra ter podido servir o seu país, entre 2009 e 2011, como ministro da Defesa Nacional. Os meus ouvintes e leitores aplicarão a taxa de desconto que entenderem por mais conveniente.

Como parlamentar, devo ter em conta vários pontos.

Que a Assembleia da República detém competências legislativas cruciais em matéria de defesa nacional, organização, equipamento e infraestruturas das Forças Armadas e direitos dos militares. Exercendo funções de fiscalização e acompanhamento, não só da atividade do governo e da administração, como ainda das missões das Forças Armadas, com destaque para as Forças Nacionais Destacadas, quer dizer, para a nossa participação em missões e operações de paz no âmbito das Nações Unidas, da NATO e da União Europeia.

Que o Parlamento acompanha também as ações em curso no sistema de alianças a que pertencemos, no seu plano próprio de representação externa. A esse título, o desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa europeia constitui foco particular de atenção; e

as delegações a organizações parlamentares internacionais – como a Assembleia Parlamentar da NATO, a Assembleia Parlamentar da OSCE ou a Assembleia Parlamentar da CPLP – têm alcance próprio, que advém de efetivarem a representação pluripartidária dos interesses nacionais.

Que uma das características mais valiosas da política externa e de defesa de Portugal reside na estabilidade e continuidade das orientações fundamentais e na amplitude do apoio político de que usufruem na Assembleia da República. Julgo até poder dizer que, mercê de alguma evolução recente numa das formações partidárias, é hoje consensual a leitura das normas constitucionais relativas às Forças Armadas e a consciência da necessidade de reforçar os meios ao seu dispor. Ademais, as grandes opções geoestratégicas – designadamente a pertença à NATO – gozam de uma amplíssima base de apoio e não constituem motivo de fratura entre os dois partidos, PS e PSD, que têm alternado na chefia do Governo, ao longo dos quase 50 anos de democracia. Como presidente da Assembleia, o meu papel é exprimir e consolidar esta plataforma pluripartidária; o que não significa qualquer limitação do debate político plural (em que não sou, naturalmente, parte direta).

Que o Parlamento tem agora em curso uma agenda política e legislativa muito exigente, na área da defesa nacional. Devemos seguir a forma como está a ser implementada a recente reforma da estrutura superior das Forças Armadas; recebemos e debateremos, nesta sessão legislativa, as propostas de Lei da Programação Militar e de Lei das Infraestruturas Militares; e contamos acolher e debater o documento do Governo sobre as Grandes Opções do Conceito Estratégico da Defesa Nacional, que cabe ao Parlamento aprovar, para que depois o Executivo possa definir esse mesmo Conceito.

2.

São, pois, vastas as responsabilidades do Parlamento e, como em relação a todas as demais, o contacto próximo e continuado com os atores institucionais e sociais, a opinião pública e a cidadania só pode beneficiá-lo no exercício delas.

É aqui que se situa a utilidade das contribuições de seminários como este. E é também assim que talvez se justifique sumariar eu próprio algumas das convicções que me animam sobre as questões de defesa nacional e das Forças Armadas. Que se foram consolidando ao longo da minha vida de simples cidadão empenhado, mas que também resultam de atividade académica e da experiência política como deputado e ministro da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros. Tais convicções não

são muito frequentes, no campo político-mediático português – quiçá mais uma razão para registá-las.

Creio que a generalidade dos portugueses estima bastante as suas Forças Armadas, confiando muito nelas. Associa-as pertinentemente à história multiseccular da nação e toma-as como um pilar essencial do Estado que temos sido e somos, soberano e independente.

Realça a disciplina e proficiência com que cumprem as missões que o poder político lhes confere, qualquer que seja a substância das decisões a que obedecem. Orgulha-se do papel-chave do Movimento das Forças Armadas no derrube da ditadura do Estado Novo e na transição para a democracia. Valoriza a natureza democrática das Forças Armadas, subordinadas ao poder civil, apartidárias, profissionais. Compreende a multifuncionalidade de uma instituição cuja responsabilidade básica é assegurar a independência e a liberdade face a ameaças externas, mas que apoia, com intensidade crescente, a proteção civil, o combate à grande criminalidade, as operações de resgate e salvamento, o estudo e proteção dos oceanos, a valorização e preservação dos recursos marinhos, as respostas de emergência sanitária ou a ajuda às populações em caso de acidentes ou catástrofes.

Tudo isto, que evidencia a indispensabilidade das Forças Armadas, está, ao que creio, bem assumido pelas pessoas comuns. Mas coisa bem diferente se passa no que importa à política de defesa nacional, em sentido próprio. Aí, há ainda muita pedagogia cívica a fazer junto da opinião pública e dos fazedores de opinião, e em todas as instâncias de socialização e formação, incluindo as escolas dos vários níveis de ensino, os média, associações de todo o tipo, comunidades locais.

Começando pela separação conceptual e doutrinária entre defesa nacional e defesa militar – ou seja, pela explicação simples, paciente, de que esta é parte daquela, e se esta é tarefa de soldados, aquela cabe a todos os cidadãos. E é perfeitamente legítimo (além de imprescindível) ler e aplicar os preceitos constitucionais das circunstâncias presentes, tratando integrada e holisticamente as questões de defesa e segurança – e os múltiplos vetores que definem a liberdade e segurança das pessoas, a soberania dos Estados e a paz entre as nações.

A pedagogia cívica que propugno deve abarcar, pelo menos, quatro direções. A transversalidade dos temas de soberania nas políticas públicas, exigindo abordagens a partir da economia, das infraestruturas, da educação ou da ciência e tecnologia. Os complexos desafios colocados pelo contexto geopolítico – global, regional europeu, regional

norte-atlântico – envolvendo Estados e atores não-estatais e indo das modalidades clássicas de conflito à cibersegurança ou à desinformação. As grandes responsabilidades de Portugal, nas Nações Unidas, como Estado-membro da União Europeia ou como um dos fundadores da NATO. E as não menos importantes oportunidades que temos pela frente, para cujo aproveitamento a política de defesa é fundamental – como as que decorrem da futura extensão da plataforma continental ou, em geral, da agenda para o espaço e da agenda para o oceano.

Outro facto que me parece menos realçado do que deveria consiste no processo de mudança que as Forças Armadas vêm conhecendo, no regime democrático. São assinaláveis vários marcos, como a estabilização do seu papel e da relação com o poder civil, na revisão constitucional de 1982, a abolição do serviço militar obrigatório e a dinâmica de profissionalização dos efetivos, a abertura das fileiras às mulheres, o início da participação em missões internacionais e o arranque da cooperação técnico-militar com os países de língua portuguesa. Considerado o ponto de partida – o exército colonial, sobredimensionado, mas mal equipado, exausto e sem horizonte de solução política; e o turbilhão vivido entre 1974 e 1976, na conjunta revolucionária – este processo de mudança só pode, a meu ver, ser caracterizado como uma profunda transformação, racionalização e modernização das Forças Armadas. A melhoria dos quadros de organização e planeamento, a renovação do equipamento e dos sistemas de armas, a qualificação da formação, em particular ao nível universitário, o cuidado com as condições de bem-estar dos soldados e a edificação do Ministério da Defesa Nacional e das estruturas políticas civis de direção da política de defesa e das Forças Armadas, geraram uma alteração estrutural. As Forças Armadas Portuguesas guiam-se pelos mais exigentes protocolos de planeamento, organização e operacionalidade da NATO, dispõem de um sistema próprio de ensino e formação cumprindo todos os requisitos aplicáveis da educação secundária e superior e da formação profissional, desenvolveram um corpo de peritos em tecnologias avançadas, promoveram a sensibilização aos padrões ambientais, foram acolhendo e promovendo as mulheres, incorporaram uma cultura de disciplina, qualificação e contacto internacional bastante relevante.

De todos estes aspetos há um que merece destaque: as Forças Nacionais Destacadas. Se o Portugal democrático é há décadas reconhecido como produtor líquido de segurança, em muito o deve à continuidade e consistência da participação em missões e operações de paz, nos vários quadros de integração (Nações Unidas, União Europeia, NATO ou por

acordo bilateral) e sempre sem *caveats*, isto é, sem limitações ao uso e emprego que desvirtuassem tal participação. O desempenho nacional em dezenas de missões que já nos foram atribuídas – na Europa como na Ásia Central, no Médio Oriente como na África Subsaariana, incluindo teatros de operações tão complexos como os Balcãs, o Afeganistão, a Somália, o Sahel ou a República Centro-Africana – tem sido geralmente bastante bom. Aliás, sinto pessoalmente o dever de reportar que, nos oito anos em que ocupei cargos governativos na defesa e nos negócios estrangeiros, nunca, nas múltiplas conversas que estabeleci com responsáveis políticos ou militares de operações de paz, ouvi outra coisa que não fosse o elogio dos contingentes portugueses e o pedido de que continuássemos e, se possível, incrementássemos a nossa participação.

Não é, pois, apenas no plano interno que devemos muito às Forças Armadas. Elas têm sido também essenciais para o cumprimento das obrigações internacionais e para a imagem e o crédito de que Portugal aufere.

3.

Então não temos problemas? Claro que temos – e alguns bem graves. Registrar e recordar os que já conseguimos resolver não serve o propósito de negar ou minorizar os problemas que persistem, mas precisamente ao contrário: permite defini-los e enfrentá-los como problemas, quer dizer, como questões que podem e devem ser resolvidas (e não dilemas mais ou menos trágicos, ou então ingredientes de dramalhões ridículos e ofensivos da gravidade das situações e da dignidade das instituições). Se o país soube encontrar os meios e caminhos necessários para superar as provas mais exigentes do pós-25 de Abril – como transformar um exército colonial baseado no serviço militar obrigatório, e reduzido pela ditadura a uma máquina obsoleta de cumprimento de objetivos políticos ilegítimos e inalcançáveis, numas Forças Armadas democráticas, profissionais e capazes de assegurar um largo espetro de serviços – como não há de alcançar remédio para as dificuldades (sérias) do presente e os desafios (complexos) do próximo futuro?

Depois, lamento desapontar os campeões da nudez absoluta, mas, se os problemas da defesa nacional e das Forças Armadas têm todos de ser identificados, conhecidos, discutidos e tratados, com transparência, escrutínio e prestação de contas, já são muito diferenciados os procedimentos, tempos e escalas de publicitação e agência. Não se discute em público, e na forma usual do debate político e da formatação mediática, as questões relativas ao nível de operacionalidade, dos equipamentos e meios militares, ou ao grau de disciplina e coesão de unidades e ra-

mos – eis outra das minhas convicções fortes. Porque temos inimigos, adversários e ameaças; porque a confiança pública é um ingrediente essencial da estrutura de defesa; porque a linearidade do comando e a plenitude da ordem disciplinar são requisitos *sine qua non* da capacidade de resposta das Forças Armadas. E porque as instituições devem ser respeitadas e utilizadas na medida certa, é essencial que nada escape à regra do controlo e da prestação de contas; mas com a consciência de que, por exemplo, para lá da sessão plenária do Parlamento, temos as audições à porta fechada da Comissão Parlamentar da Defesa Nacional; e para lá do debate público e vivo, por exemplo na imprensa ou em seminários como este, temos as reuniões privadas entre o Presidente e o primeiro-ministro, ou entre este e os seus ministros, ou os contactos reservados entre quem lidera o Governo e quem lidera a Oposição, ou as sessões do Conselho Superior da Defesa Nacional, do Conselho Superior Militar, da ministra com os chefes de Estado-Maior, ou de cada um destes com os seus homens e mulheres.

E a ponderação, em cada caso, de cada um destes e outros procedimentos é essencial para a dignidade e prontidão das Forças Armadas e demais elementos da defesa nacional.

Dito isto, refira-se também que há questões que têm mesmo de ser abordadas com a máxima publicidade – porque as soluções necessárias só podem ser postas em prática com forte mobilização das instituições e do conjunto da sociedade. Sem preocupações de exaustividade, e valorizando o ângulo de visão parlamentar, saliento três.

A política de defesa nacional é inseparável do quadro geral das opções e das políticas de desenvolvimento do país. Não se cultive a ilusão de que tudo se reduziria a impor maior dotação no Orçamento de Estado e maior rapidez na disponibilização dos valores orçamentados pelo Ministério das Finanças. Para além do axioma de que não se distribui a riqueza que não se produz, a sustentabilidade do maior esforço financeiro que a conjuntura internacional exige que façamos é indissociável da demonstração pública (aliás, perfeitamente possível) de que o que investimos na defesa nacional e nas Forças Armadas melhorará também, fortemente, o nosso sistema de proteção civil, a capacidade de resposta às mais variadas situações de emergência, a promoção da segurança humana, o aproveitamento nacional dos recursos marinhos, o desenvolvimento local e regional, a qualificação da indústria portuguesa em domínios cruciais e muito avançados, a engenharia nacional, a formação cívica e profissional dos jovens e a projecção da nossa política externa. Ao mesmo tempo, só se porfiarmos na evolução do perfil da

economia portuguesa, melhorando as suas condições institucionais e de financiamento, reduzindo os custos de contexto e incrementando os níveis de produtividade, a cultura organizacional e empresarial, os quadros de negociação coletiva e, em geral, a competitividade, é que teremos recursos duradouros para investir na política de defesa, sem desinvestir, por exemplo, nas políticas sociais – sendo evidentemente certo que, se o fizéssemos, rapidamente deixaríamos de fazer, por falta de um mínimo de apoio da opinião pública.

Uma segunda questão muito importante gira em torno do recrutamento e profissionalização. Há anos que vamos sentindo uma crescente dificuldade em atrair e reter jovens nas fileiras, designadamente ao nível das praças. Independentemente dos aspetos, inteiramente pertinentes, ligados ao desenho e implementação de medidas exequíveis e eficazes (em que não sou, agora, competente) e das querelas, inteiramente legítimas, entre governos e oposições sobre propostas e responsabilidades (em que não sou, aqui, parte), importa termos a noção de que a dificuldade não é conjuntural; e a sua superação exige consciencialização e mobilização social alargada. Tem a ver com o âmago da relação entre as Forças Armadas e todo o corpo social, indo bem mais longe do que a dimensão, já de si crítica, da operacionalidade e prontidão.

A terceira questão concerne a organização e direção do sistema de segurança e defesa e, em particular, das Forças Armadas. Precisamos de tirar partido da reforma da sua estrutura superior, devidamente aprovada pela Assembleia da República e em curso de implementação; os avanços que assim se conseguirá na clarificação da unidade, da linha de comando e da sinergia no uso de recursos, parecem-me necessários e promissores. É ainda assinalável a margem de progressão na modernização e racionalização e na melhoria do produto operacional por via de ganhos de eficiência, assim como no combate ao desperdício e a algumas práticas ilegítimas. Nenhuma organização está cem por cento imune ao erro e ao vício; o que distingue uma instituição sólida e credível é a capacidade de identificá-los e corrigi-los, sem temor nem demora.

4.

Esboço uma brevíssima conclusão.

Nós, os portugueses, podemos e devemos sentir orgulho. Escolho criteriosamente a palavra: orgulho. Na clareza das opções fundamentais das opções de geopolítica e geoestratégia. Nas Forças Armadas como o garante da independência, da segurança e da liberdade das instituições,

e no seu contributo para a coesão nacional e a credibilidade internacional. No percurso de transformação, modernização e consolidação da estrutura de defesa nacional.

Devemos estar atentos. Atentos aos perigos e ameaças que nos rodeiam, e são complexos e multimodais. Atentos – muito atentos – à sustentabilidade organizacional, tecnológica, financeira e humana das Forças Armadas. Atentos à necessária pedagogia cívica em torno das Forças Armadas e da defesa nacional.

E devemos debater com elevação nas formas apropriadas e com sentido das prioridades, os grandes problemas. Sem nenhuma espécie de ingenuidade, inclusive face aos cantos de sereia sobre total transparência e escrutínio permanente. Em fidelidade aos valores e interesses que caracterizam (na unidade dos propósitos e na diversidade das interpretações) a democracia portuguesa. Sem cuidar de popularidades fáceis e efémeros mediatismos, sabendo distinguir os problemas, que havemos de enfrentar com sagesa e coragem, das questiúnculas incidentais que só merecem desprezo, por serem inúteis e enganosas.

*** * ***

Mensagem (em vídeo) de SEXA a Ministra da Defesa Nacional

Prof.^a Doutora Helena Carreiras



Agência Lusa

Começo por saudar todos os presentes, bem como felicitar os organizadores e participantes deste fórum. Apesar de me encontrar em deslocação oficial ao Brasil, não quis deixar de endereçar uma mensagem a esta ilustre plateia, composta, bem sei, por pessoas comprometidas com o objetivo de aprofundar o diálogo sobre a Defesa Nacional.

Esse mesmo objetivo passa, em primeiro lugar, por reconhecer as diferentes dinâmicas do momento em que vivemos. Com efeito, nos últimos anos, o ambiente geoestratégico tem conhecido profundas alterações, com impactos muito significativos na nossa segurança e defesa.

Quando há cerca de um ano tomei posse, a invasão ilegal da Ucrânia pela Rússia tinha acabado de inserir ainda maior incerteza e complexidade na ordem internacional. A nossa resposta foi imediata, seja através do reforço da participação nas missões da NATO no flanco leste da Europa, seja através do pronto apoio que prestámos e continuamos a prestar à Ucrânia.

Este novo contexto geoestratégico veio corroborar a análise que, mais do que nunca, precisamos de Forças Armadas modernas, com militares prontos e capazes de enfrentar qualquer tipo de ameaça. Veio também reforçar a importância de encetarmos todos os esforços com vista a uma maior autonomia estratégica, avançando, sem hesitações, para uma economia de defesa mais robusta e mais competitiva.

O caminho para alcançarmos estes resultados é conhecido. Necessitamos de políticas públicas consistentes e realistas, que reflitam capacidade de

adaptação face a um contexto em constante mudança. Isso passa por definir prioridades, agindo em conformidade.

Para tal, necessitamos de um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que assegure orientações atualizadas e concretas. Com base numa revisão substancial que iniciámos no ano passado, a proposta do Governo das Grandes Opções do Conceito será enviada muito em breve para o Parlamento para debate e aprovação, avançando mais um passo neste processo.

Entretanto, a atuação das nossas Forças Armadas tem hoje condições para acrescida eficácia após a reforma da estrutura de comando superior das Forças Armadas levada a cabo na anterior legislatura e formalmente concluída neste meu primeiro ano de mandato, com a aprovação dos decretos regulamentares dos ramos e do EMGFA.

Não só a capacidade de comando e controlo das Forças Armadas, numa lógica operacional conjunta e integrada, sai reforçada, como permite minimizar redundâncias e promover uma coerência global nas suas várias componentes, em linha com as melhores práticas dos nossos Aliados e Parceiros.

No entanto, sabemos que só conseguiremos enfrentar eficazmente o atual contexto se mantivermos as pessoas no centro permanente das políticas de Defesa Nacional. Embora a redução de efetivos não seja um problema exclusivo das Forças Armadas portuguesas, isso não pode ser uma razão para baixarmos os braços.

Para além de um trabalho a prosseguir em múltiplas dimensões – da valorização de carreiras às condições de prestação do serviço militar, da diversificação de percursos à articulação com outras instituições – precisamos de assegurar que os jovens que queremos recrutar sejam valorizados e que a sua formação seja devidamente certificada.

É por isso que no dia próximo 19 de abril apresentaremos publicamente o novo Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar, contendo 25 medidas e 82 ações para garantir mais atratividade, maior retenção e maior qualificação daqueles que escolhem servir diariamente nas nossas Forças Armadas.

Para além da expansão do Regime de Contrato especial, estamos em vias de aprovar dois novos Quadros Permanentes de Praças, no Exército e na Força Aérea, e concluímos já a revisão das Tabelas Gerais de Aptidão e Capacidades – algo que, espero, irá também contribuir para alargar o leque de militares recrutáveis para as Forças Armadas.

Em paralelo, cabe ao Estado garantir que todos – militares e civis da Defesa – têm ao seu dispor os meios e as capacidades necessárias para cumprirem as suas missões. Esse objetivo enquadra a revisão em curso de duas leis estruturantes – a Lei de Programação Militar e a Lei de Infraestruturas Militares – com base num trabalho articulado entre os serviços do Ministério, o EMGFA e os três Ramos das Forças Armadas.

A nova Lei de Programação Militar, em particular, contempla um investimento global de 5 mil milhões e meio de euros, o que representa um aumento na ordem dos 17,5%, face à Lei em vigor. 43% deste investimento, é destinado à manutenção, sustentação e modernização dos meios existentes.

Mas a lei atende também à reposição das reservas de guerra, aos projetos estruturantes, e à aposta na inovação. Quando for aprovada, teremos a LPM com o mais elevado montante de sempre. Estes recursos permitirão lidar com défices do passado e atender às prioridades atuais, ao mesmo tempo que acautelamos os desafios de modernização do futuro.

O investimento combinado irá também permitir salvaguardar os nossos compromissos internacionais. Neste preciso momento, estamos presentes em 15 missões em 12 países por todo o mundo, com mais de 600 militares empenhados e 93 meios envolvidos.

Mas o nosso compromisso com a segurança internacional passa igualmente por manter o apoio prestado à Ucrânia. Este contributo inclui, como sabem, envio de equipamento variado, letal e não letal, e disponibilidade para acolhimento de feridos Ucrânicos, para além da participação na nova missão de treino da União Europeia.

Concluo, reafirmando a importância de encontros como o que hoje o GREI promove, gerando uma maior aproximação entre Defesa e Sociedade. Ao contribuir para a qualificação do debate público, estamos também a informar melhores políticas públicas e a reforçar um pilar fundamental do Portugal democrático.

Faço, por isso, votos de um debate frutífero e boa continuação dos trabalhos.



O PAINEL I

A Estratégia de Segurança e Defesa Nacional



Intervenção do moderador Vice-almirante João Pires Neves



A Estratégia de Segurança e Defesa Nacional

É uma honra abrir o primeiro painel deste seminário e dirigir-me a uma audiência que reúne participantes de várias gerações, detentores de vivências, vínculos, formação e informação muito diferentes entre si.

Nesta assembleia contam-se, como previmos, especialistas, não-especialistas e pessoas habilitadas com uma variedade enorme de níveis de conhecimento. Por isso, procurámos escolher temas que pudessem corresponder às expectativas e ao interesse comum, e convidámos oradores conhecidos e com prestígio consolidado.

Temos consciência de que se trata de um assunto vastíssimo, impossível de esgotar no tempo estabelecido. Deste modo, não poderemos reexaminar, repensar e recentrar algumas questões com a profundidade que desejaríamos, tendo em conta os efeitos das profundas mudanças que estão a ocorrer no mundo e a escala dos problemas que geram, das vulnerabilidades que induzem e dos condicionalismos que agravam.

Daí a importância de ponderarmos, também, com realismo e sentido nacional, as inúmeras análises que têm vindo a ser produzidas nas democracias ocidentais, por pensadores de ordem superior, sobre as atuais transformações ou metamorfoses do mundo.

Em muitas dimensões e níveis, Portugal encontra-se perante dificuldades análogas às que se colocam aos seus aliados e parceiros. De entre esses paralelismos vale a pena referir dois:

- Primeiro, o pensamento convencional já não permite compreender, em todo o seu âmbito, o que está a acontecer no mundo e pouco valerá para resolver, em plenitude, os problemas da atualidade;

- Segundo, é necessário reconhecer a complexidade dos problemas emergentes e assumir que eles exigem respostas de complexidade e sofisticação compatível: por outras palavras, deve evitar-se o simplismo que desconstrói e tudo compromete.

No que toca à segurança e defesa nacional, o País enfrenta, além dos condicionalismos e contágios de origem externa, um conjunto de problemas próprios, originados pela especificidade nacional ou por opções políticas exclusivamente nacionais.

Neste contexto, parece pertinente proceder a uma atualização criteriosa das possibilidades estratégicas do Estado, designadamente no que se refere às forças morais e materiais efetivamente disponíveis.

Daí, poderá resultar a conclusão de que é necessário criar organismos dotadas de melhor capacidade de antecipação e de resposta, bem como adotar formas de pensar e de agir, designadamente no patamar político, mais consentâneas com a realidade presente.

Feito este enquadramento, é altura de falar nos temas subordinados ao título deste painel.

Estratégia / Segurança / Defesa

Três palavras e noções; três conceitos e significados:

Estratégia, uma ciência ou arte (e a existência de um modo de coação); *Segurança* um objetivo, uma finalidade, um resultado; e *Defesa* uma atividade, um conjunto de tarefas, uma missão.

Estas três palavras estão intimamente relacionadas com outras três noções

Estado / Sociedade / Política

Vejamos como:

A família foi o primeiro grupo social capaz de assegurar a articulação dos comportamentos e as aspirações dos seus membros. A necessidade de garantir a ordem nos agregados sociais que extravasavam a família estimulou a invenção do Estado.

Estado este que, de forma incipiente, no início, assumiu a responsabilidade de fazer observar a "*Justiça Social*", promover o "*Bem-Estar*" (e o desenvolvimento) e garantir a "*Segurança*" dos seus próprios agregados.

Com o tempo e o crescimento da complexidade da vida comunitária e das relações entre grupos, a Segurança foi assumindo uma maior importância e, hoje, a Segurança repousa, não exclusivamente, na Defesa.

Defender significa literalmente interditar. O que se interdita, quando, em nome de quê, e com quê, é definição que pertence ao quadro da política, inspirada nos preceitos da Constituição e da Lei.

No essencial, pretende-se conceber, desenvolver e planear o emprego do poder nacional, e de cada uma das suas expressões, de uma forma integrada. E daí o afirmar-se que não há Política sem Estratégia, porque é à Política que compete definir os fins (e o que fazer) e à Estratégia estabelecer os meios (e o como fazer).

Mas também se diz que não há Estratégia sem Política ou mesmo “Estratégia militar” sem “Política de Defesa” (e objetivos estabelecidos), e muito menos haverá Estratégia sem meios e Estratégia militar sem FFAA, o seu elemento de coação.

Seja como for, ao falarmos de estratégia (e de estratégia militar) importa recordar que nos anos 50 do século passado o General *Beaufre* em França e o General Cabral Couto em Portugal afirmaram que a Estratégia, enquanto ciência e arte, deveria:

- Deixar de ser vista a nível do Estado como uma disciplina essencialmente militar e do campo das operações; e
- Ser tida numa relação mais íntima e concomitante com a Política que, a um nível superior e estratégico, passaria a estabelecer e a determinar os fins, alargados a domínios não militares da atividade sectorial do Estado, como o político, o económico, o diplomático e o psicossocial.

O fundamento desta nova abordagem residia no facto de o fenómeno da coação - o grande objeto da estratégia - ter, ele próprio, evoluído. Ficava para trás a época do *Solista Militar* (nas palavras, uma vez mais, do General Cabral Couto), e entrava-se no tempo da *Estratégia Total* dos Estados.

Foi o tempo das *Mitologias Brancas da Defesa* no entendimento de Horta Fernandes. A IIGM tinha acabado, a NATO dava os primeiros passos após a sua constituição em 1949 e as sociedades ansiavam por paz, felicidade e concórdia.

Infelizmente não é este o ambiente que se respira atualmente. As ameaças não foram desinventadas e os conflitos não foram erradicados. A guerra regressou à Europa e gera ansiedade e medos.

Daí que os debates sobre Segurança e Defesa estejam, hoje, a ganhar uma enorme relevância.

Convém, por isso, refletir sobre o conceito de Segurança e o que isso significa, tanto mais que não existe uma definição consensual. Alguns chegam mesmo a dizer que se trata de um *conceito maldito*. E afirmam-no, porque as pessoas quando se sentem inseguras é que compreendem verdadeiramente o que é segurança, o tal estado ou condição que o Estado (e o Governo) tem que saber precaver em favor do cidadão, protegendo-o e defendendo-o de quaisquer inimigos, ameaças ou riscos.

Para a consecução de um tal desiderato, de uma tal finalidade, de um tal resultado, o Estado deve saber congrega de forma integrada as diferentes estratégias gerais, fazendo com que para ela contribuam todos os sistemas de defesa e segurança do País, sejam eles, o sistema de defesa militar, de segurança interna, de proteção civil, ou de informação Estratégica de Defesa e Segurança.

E falando de sistemas e concretizando um pouco mais diria que o sistema de defesa nacional, no qual se incluem as FFAA, responsáveis pela defesa militar da República, deve ser considerado e estas entendidas, como uma organização relevante e complexa.

Isto é, as FFAA numa lógica administrativa, não podem ser desinseridas do sistema em que se integram nem tidas à margem dos seus domínios constituintes ou afins:

- Desde logo a “**Missão**”, mas também, a “**Organização**” que a serve e onde o Sistema de Forças (SF), como instrumento primeiro de ação, é o seu referencial estruturante, por excelência;
- Por outro lado, os “**Recursos**”, os materiais (e os meios), os recursos humanos e as carreiras (envolvendo “necessidades”, “quadros”, “formação” e “motivação”); os Recursos Financeiros, indispensáveis ao funcionamento eficiente, eficaz e económico do todo sistémico; e por último;
- O “**Normativo**” que enquadra e constitui o escopo legal de todo o sistema, no qual se incluem, entre outros: a CRP, a LSM, a LDN, o CEDN, a LOBOFA, as Leis orgânicas do MDN, do EMGFA e dos Ramos, as Missões Específicas das FFAA, o SF, o Dispositivo, a LBGECM, o EMFAR, o RDM e o CJM.

É, pois, este tipo de metodologia de abordagem (que também é seguida pelo GREI) que permite ganhar consciência dos problemas e das dificuldades a enfrentar nas FFAA, do domínio em que se encontram e da sua natureza, ou seja: se trata de um problema de Finalidade (ou missão), ou antes de Organização, ou mesmo de Recursos, ou Normativo, ou, porventura, até, de orientação política ou falta dela.

Se o conjunto de normas anteriormente referidas é no seu todo importante o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) é um documento de especial relevância na articulação da Política e dos fins com a Estratégia e os meios, numa lógica verdadeira de sustentabilidade e eficácia.

Com efeito, de acordo com a Lei, é ele que define as prioridades do Estado em matéria de defesa e numa perspetiva de estratégia total é parte integrante da respetiva política de defesa.

Daí que o CEDN deva ser um documento intrinsecamente útil, o que nem sempre se verificou em anteriores versões, sem que isso tenha sido politicamente reconhecido.

A utilidade do documento exige ainda que se conheça e parametrize a evolução nos contextos mundial, regional e nacional, uma vez que o País se insere nos *grandes espaços* da segurança e do desenvolvimento.

Refiro-me às alianças e parcerias, à OTAN e à UE, porque o País, tal como a maioria dos países, não consegue prosseguir e concretizar sozinho os grandes objetivos da Segurança e do Desenvolvimento a que o Estado se obriga perante os cidadãos.

Deste modo, há que perceber onde Portugal se posiciona geo-estrategicamente (e quiçá geopoliticamente), qual o espaço que quer e deve ocupar, e qual o papel que pretende assumir e desempenhar, com utilidade, para si e para terceiros.

A propósito recordo a tese do Professor Adriano Moreira sobre a soberania de serviço e a utilidade dos países, que, num mundo incerto e em acelerada mudança, onde a competição é crescente e as dependências e interdependências são cada vez maiores e mais mutáveis, assume uma particular relevância.

Acresce que as questões do conflito, da ameaça, da Guerra e da Paz, do Poder nas suas diferentes expressões, da soberania e da sua partilha estão a colocar cada vez mais e maiores desafios.

De tudo isto, na substância e de forma mais desenvolvida, falarão os nossos convidados de hoje e, em especial, neste painel - o Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo, o Prof. Doutor José Felix Ribeiro e o meu camarada Major-general Adelino Matos Coelho - que por sobejamente conhecidos dispensam qualquer apresentação.

Intervenção do Major-general Adelino Matos Coelho



Algumas considerações acerca do CEDN

Portugal encontra-se num ciclo de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN). A Constituição da República Portuguesa (CRP), a Lei de Defesa Nacional (LDN), o Programa do Governo (PG) e aquele documento suportam os princípios, os objetivos, as orientações e as prioridades da política de defesa nacional que, para além da componente militar, compreende as políticas setoriais do Estado necessárias à realização do interesse estratégico e ao cumprimento dos objetivos da defesa nacional.

É recorrente afirmar-se que Portugal não dispõe de um «conceito estratégico nacional» (CEN), com vista a alcançar a segurança, o bem-estar e a justiça social, desígnios de uma sociedade moderna, democrática e plural. O comentário decorre de três circunstâncias comuns a todos os Conceitos Estratégicos, aprovados entre 1985 e 2013, que apenas deram origem ao Conceito Estratégico Militar (CEM) e que são, desde logo, (i) a não inclusão de um conceito de «segurança», mas também (ii) as diferentes interpretações dos conceitos de «segurança», «segurança nacional», «estratégia nacional» e «defesa nacional» e, ainda, (iii) a incidência programática na defesa militar, esquecendo os outros contributos, o que limita o documento e o torna ineficaz.

A extinção, em 2012, do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE) que, na Presidência do Conselho de Ministros e dirigido pelo Ministro da Defesa Nacional, coordenava, ao nível interministerial, as componentes militar e não militares da Defesa Nacional, e a sua posterior integração - presidido pelo presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANPCE) - no Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência (SNPCE) e na direta dependência do Primeiro-Ministro (PM) ou do Ministro da Administração Interna (MAI), também tem contribuído para a ineficácia do documento.

Acresce que do CEDN em vigor⁵, associado à designada *reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas – Reforma «Defesa 2020»*⁶ –, resultaram notórios aspetos negativos, no investimento, recrutamento, reequipamento, saúde e na proteção social e apoio complementar dos militares.

Para além disso, este documento contém duas fragilidades: por um lado, (i) a visão da ameaça assente em duas vertentes, a interna cuja resposta é atribuída às Forças e Serviços de Segurança (FSS) e a externa, exclusiva das Forças Armadas (FFAA), quando a realidade conflitual atual já não contempla essa separação; e, por outro, (ii) a insuficiente legislação que clarifique a atribuição das competências e responsabilidades, particularmente destes agentes do Estado, nas situações de crise.

Importa definir e coordenar as tradicionais estratégias gerais, inerentes ao planeamento de nível estratégico do Estado e à utilização adequada dos meios de natureza psicológica, diplomática, política, económica e militar, tendo em vista a consecução dos objetivos políticos fixados.

Também o espaço e o ciberespaço podem conduzir a novas estratégias gerais, individualizadas ou não, que não devem ser dissociadas do CEDN, o qual, enquanto documento enquadrante e orientador da Estratégia Global do Estado, deve:

- Estabelecer os desígnios e objetivos permanentes nacionais, cujas coordenação interministerial e integração das políticas sectoriais, num amplo conceito de segurança, poderão ser levadas a cabo numa estrutura, simples e com autoridade política, devendo para tal ser ponderada, por exemplo, a posição do Ministro da Defesa Nacional (MDN) na hierarquia do Governo;
- Caracterizar o potencial estratégico de Portugal, um Estado de dimensão estratégica média, com recursos materiais escassos e limitada capacidade de intervenção autónoma externa, cuja ação política deve ser compensada e potenciada pela via diplomática e pelos valores e qualidade dos recursos humanos.

Se o País pode ampliar a capacidade de influenciar e promover a atração de outros atores da cena internacional, através da cooperação e de uma política de alianças que diminua as vulnerabilidades, melhore as potencialidades e diversifique as dependências do estrangeiro, no que se refere a recursos humanos, perante o real decréscimo populacional, urge tomar

⁵ Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2013, de 21 de março.

⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril.

medidas concretas e credíveis, designadamente, de incentivo e apoio à natalidade, a par da promoção do regresso de nacionais emigrados.

Ainda com esta finalidade e para além da assistência humanitária, especialmente dirigida a refugiados, em particular, menores, órfãos, mulheres e famílias em perigo, importa que o País planeie políticas de apoio para imigrantes, a acolher e a integrar, com diversificação de oportunidades de inserção no aparelho produtivo nacional, na investigação, nas universidades ou na inovação.

No plano dos recursos materiais, deve ser promovida a sustentabilidade das reservas estratégicas de bens essenciais, gestão da água, medicamentos e energia. E a mesma atitude deve ser assumida na estratégia militar, garantindo reservas de guerra que permitam a sustentação logística em operações de duração adequada.

Incumbindo à política decidir sobre as finalidades e missões das FFAA, estabelecidos os objetivos a atingir, no domínio da estratégia militar, o foco centra-se na geração (estratégia genética), organização (estratégia estrutural) e emprego (estratégia operacional) dos meios consignados e atribuídos.

Neste domínio, o próximo CEDN, enquanto documento eficaz e útil, deve:

- Dar orientações claras para a elaboração do Conceito Estratégico Militar (CEM), o qual, por sua vez, determinará as Missões das Forças Armadas (MIFAS), o Sistema de Forças (SF), o dispositivo e as necessidades de recursos financeiros e humanos para a sua edificação e levantamento, um processo que tem de encontrar resposta no Orçamento do Ministério da Defesa Nacional (MD) e respaldo nas Leis de Programação Militar (LPM) e de Infraestruturas Militares (LPIM);
- Prever as ameaças e riscos que, perturbando a segurança internacional, terão reflexos no contexto da defesa nacional, designadamente o nível de conflitualidade, o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, a ciberguerra, o crime organizado transnacional, as pandemias e outros incidentes de natureza sanitária e as catástrofes ambientais e naturais, melhorando as prioridades para o reforço da capacidade de resposta nacional;
- Contribuir para melhorar o quadro do planeamento estratégico (e de forças) e a resposta operacional, através da promoção de ações de educação e formação para a emergência e gestão do risco, do desenvolvimento da cooperação civil-militar, da coordenação entre hospitais públicos, privados e militares, no

sentido de mais rápida e eficazmente se fazer face a crises sanitárias ou resultantes de ataques com armas nucleares, biológicas, químicas ou radiológicas;

- Garantir a capacidade de resposta do País e a sua preparação para eventuais outras contingências, não de uma forma reativa, mas através de uma postura estratégica preventiva que antecipe a mudança e que possa mobilizar, com proatividade, e em tempo, o seu potencial estratégico para uma resposta que se quer oportuna e a servir o interesse nacional.

Daí dever reconsiderar-se, também, a criação, junto da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), de uma estrutura de conselho, planeamento e coordenação, de forma a melhorar as respostas civil e militar e as modalidades de ação perante eventuais riscos e ameaças.

Poderá, concomitantemente, e ponto importante, esta nova estrutura constituir-se numa via outra para alterar a cultura política e estratégica dominante no País.

Com a inexistência, já referida, de um CEN escrito tende-se a considerar o CEDN como um documento, apenas, orientador do vetor militar da estratégia total do Estado, o que, para além de profundamente errado, é limitador de uma sua ação coerente e concertada, em matéria de Defesa e Segurança Nacional.

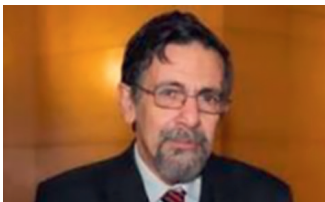
Deste modo, a necessidade da sua revisão a impor-se, pelo que, nestes termos, e em complemento dos aspetos acima considerados, dever-se-á, ainda, atender:

- Às alterações verificadas na envolvente circunstancial, externa e interna e, neste sentido, no ambiente estratégico, com reflexos na defesa nacional;
- À premência de suprir aos recursos das FFAA e de reavaliar o SF, na sua genética e estrutura; e
- À imprescindibilidade de orientações claras e firmes para enquadrar, por setores, os critérios de aplicação dos recursos orçamentais disponibilizados para sustentar, no seu emprego e operação, o SF que, no âmbito do novo ciclo, vier a ser concebido e aprovado.

Tudo isto, sublinhe-se, em linha com o compromisso assumido pelos Estados-membros da NATO, na Cimeira de Gales (2014), e que preconiza que se aumente a despesa com a defesa nacional e se atinja a meta de 2% do PIB, até 2024.

Muito Obrigado.

Intervenção do Prof. Doutor José Félix Ribeiro



“Cenários de evolução internacional com impacto na sua formulação”

Como ponto de Partida consideremos que Portugal se irá defrontar com possíveis e significativas transformações no Enquadramento Internacional num horizonte de médio / longo prazo, após quatro décadas de estabilidade, assente numa tripla integração do País:

- Na NATO
- Na União Europeia
- Na CPLP

1. Os processos estruturantes do futuro

a) O Sistema Internacional está em transformação, podendo destacar-se três *Processos Estruturantes do futuro*, ainda muito incertos no seu resultado final:

(1). Na Geoeconomia -

Com o fim da Globalização centrada no Pacífico, sob direção dos EUA, está em curso uma competição pela reorganização geoeconómica da Ásia envolvendo CHINA, JAPÃO, ASEAN e EUA.

(2). Na Geopolítica/Estratégia -

Com o fim do Momento unipolar está a caminhar-se para um Mundo Multipolar - numa fase em que não é clara a relação de forças futura entre cinco potências - EUA, CHINA, ÍNDIA, RÚSSIA E JAPÃO - e em que qualquer destas potências procura “marcar espaços de influência” incluindo no “novo território” - o ciberespaço.

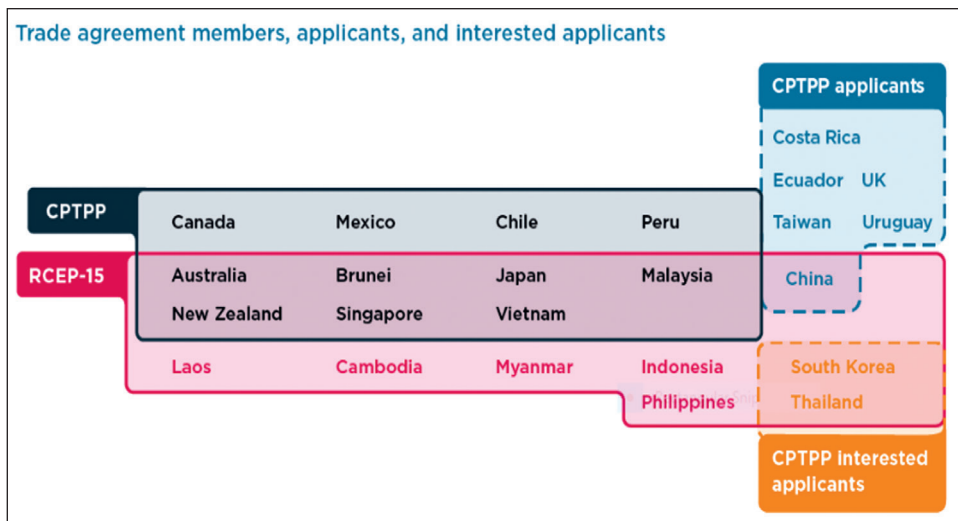
(3). Na Energia/Clima -

Com o fim do MUNDO DA QUEIMA DO CARVÃO, DO PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - com a de caminhar par um novo sistema energético mundial mais compatível com o controlo da evolução climática da Terra.

b) Analisando mais em detalhe poderíamos destacar:

(1). **Na Geoeconomia** –

- De uma Globalização centrada no Pacífico, sob direção dos EUA, passou-se à competição pela reorganização da Ásia entre a China, o Japão e os EUA;
- A CHINA (RPC) a pretender afastar os EUA das futuras estruturas de integração regional da Ásia, como por exemplo no *Regional and Comprehensive Economic Partnership* (RCEP) que exclui os EUA e pretende ser um Agrupamento exclusivamente asiático, incluindo a Índia quando - e se esta se decidir a participar;
- O JAPÃO – que participa, com outros aliados dos EUA, no RCEP, quis aproveitar a herança deixada pelos EUA quando em 2016 se retiraram da *TransPacific Partnership* (TPP) constituída durante a administração Obama, tendo transformado esta organização num *Comprehensive and Progressive Agreement for Pacific Partnership* (CPTPP), ao qual, em 2021, o Reino Unido, a China e Taiwan manifestaram interesse em candidatar-se;
- Os EUA, que após a retirada do TPP parecem paralisados pela recusa interna em aceitar quadros de integração económica multilateral e, nomeadamente, quadros de integração que possam envolver a China.



Fonte: *Petersen Institute for International Economics*

(2). Na Geopolítica / Estratégia –

- A transição de uma fase de “Mundo Unipolar” que se seguiu à implosão da URSS para um “Mundo multipolar”, num contexto turbulento de competição entre as principais potências pela posição nesse novo sistema;
- Numa fase em que, por um lado, está por definir a hierarquia de poder entre as potências que vão integrar, no topo, esse Sistema - em que se destacam os EUA, a CHINA, a ÍNDIA, a RÚSSIA e o JAPÃO e, por outro, por esclarecer como é que três organizações de Estados, bem como alguns dos seus Estados membros - a União Europeia, a ASEAN e o Conselho de Cooperação do Golfo - se irão posicionar nesse novo Sistema Internacional.
- E mais, sem esquecer a *Competição* que se irá estabelecer e em que as capacidades militares e as doutrinas do seu uso serão decisivas, assim como a capacidade de relacionamento, positivo, com outros polos do mundo multipolar e com as potências regionais em ascensão.

(2). Na Energia –

- Está em curso uma transição energética a nível mundial para um sistema energético menos dependente do petróleo, gás natural e carvão. Com o risco dessa transição poder gerar um confronto com as sociedades muçulmanas, cujos Estados controlam parte significativa das reservas do petróleo e do gás natural e cujas receitas no exterior dependem da venda desses hidrocarbonetos.

2. As incertezas e as configurações

- a) Face a estas três **Incertezas estruturantes** (chamemos-lhes assim) do Futuro do Sistema Internacional optámos por construir Cenários de evolução desse mesmo Sistema internacional, partindo das rivalidades que marcam sobretudo os dois primeiros Processos Estruturantes - a nível Geoeconómico e a nível Geopolítico/Estratégico - não entrando em consideração (nesta nossa comunicação) com o terceiro dos processos acima mencionados e relativo à Energia/Clima.
- b) E nesse sentido optámos por fazê-lo de uma forma muito simplificada, considerando que a evolução dessas rivalidades vai ser determinada, em grande parte, pelo modo como os EUA e a China

se comportarem nas relações entre si e com outras potências e, ou agrupamentos de Estados.

- c) Assim, definimos para cada uma destas duas Potências, duas **Configurações** contrastadas e plausíveis, consideradas as orientações das suas Políticas Externas e de Defesa no horizonte temporal 2030/5.

Vejamos:

1ª incerteza Crucial

- A Estratégia Internacional dos EUA -

1ª Configuração

Os EUA manteriam a nível geopolítico/estratégico dois inimigos principais – CHINA e RÚSSIA - considerando o enfraquecimento prévio da Rússia como crucial. E a nível geoeconómico manteriam a recusa em integrar-se em acordos multilaterais na Ásia que envolvessem a CHINA, mas aceitariam constituir um acordo transatlântico com a União Europeia, incluindo necessariamente também o Reino Unido e a Turquia, acompanhando assim na área geoeconómica o reforço da NATO a nível militar, que caracterizaria esta “Configuração”.

2ª Configuração

OS EUA - em conjunto com o JAPÃO - melhorariam as suas relações com a RÚSSIA – ultrapassada que fosse a crise em torno da Ucrânia - desenvolvendo formas de cooperação em áreas regionais de interesse comum (do Médio Oriente ao Ártico). E os EUA aceitariam integrar o Acordo de integração regional Trans Pacífico - CPTPP, promovido pelo Japão, e no qual já manifestaram - em 2021 - interesse em participar a China, Taiwan e o Reino Unido.

2ª incerteza Crucial

- A Estratégia Internacional da RPC -

1ª Configuração

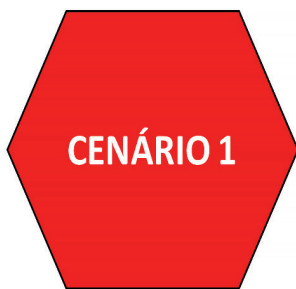
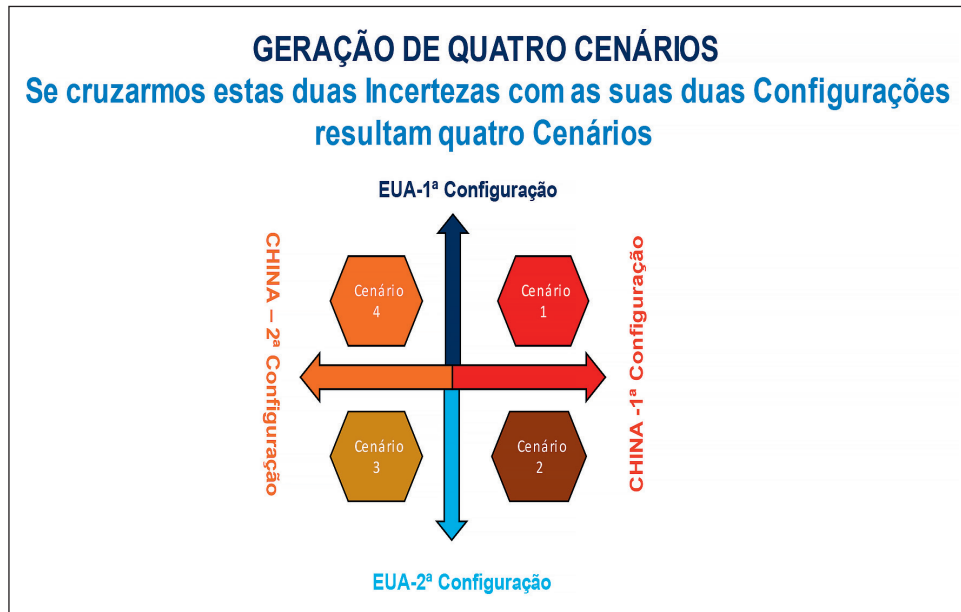
A RPC manteria o seu objetivo de unificação com Taiwan no quadro de uma anexação, sem evolução da sua política interna. E recuariam na sua disponibilidade para integrar o CPTPP, aceitando apenas renegociar o RCEP, com maior abertura aos interesses dos Estados da ASEAN e da Índia.

2ª Configuração

A RPC promoveria a integração de Taiwan num regime confederal e aceitaria que o PC China formasse uma coligação com o *Kuomitang* para

o governo de Taiwan A RPC aceitaria integrar o CPTPP *Comprehensive and Progressive* TPPP, com Taiwan mantendo neste acordo de integração regional uma autonomia negocial.

3. Os cenários evolutivos



A caminho de um confronto global-com os EUA incapazes de organizar a seu favor o Indo - Pacífico. Continuando a contar e reforçando as alianças com a Europa.

OS EUA manteriam a nível geopolítico/estratégico dois inimigos principais – China e Rússia - considerando o enfraquecimento prévio da Rússia como crucial. E a nível geoeconómico manteriam a recusa em integrar-se em acordos multilaterais na Ásia que envolvessem a China, mas aceitariam constituir um acordo transatlântico com a União Europeia, incluindo necessariamente também o Reino Unido e a Turquia, acompanhando assim na área geoeconómica o reforço da NATO a nível militar, que caracterizaria esta Configuração .

A CHINA manteria o seu objetivo de unificação com Taiwan no quadro de uma anexação, sem evolução da sua política interna. E recuariam na sua disponibilidade para integrar o CPTPP, aceitando apenas renegociar o RCEP, com maior abertura aos interesses dos Estados da ASEAN e da Índia



CENÁRIO 2

Os EUA conseguiriam organizar o Indo Pacífico seu favor e deixariam a China sem conseguir chegar ao Ártico, a partir de uma aliança com a Rússia

OS EUA melhorariam - em conjunto com o Japão - as suas relações com a Rússia - ultrapassada que for a crise em torno da Ucrânia (envolvendo a questão central das suas fronteiras atuais, herdadas da URSS) - desenvolvendo formas de cooperação em áreas regionais de interesse comum (do Médio Oriente ao Ártico). E os EUA aceitariam integrar o Acordo de integração regional Trans Pacífico - CPTPP, promovido pelo Japão, e no qual já manifestaram - em 2021 - o interesse em participar a China, Taiwan e o Reino Unido.

A CHINA manteria o seu objetivo de unificação com Taiwan no quadro de uma anexação, sem evolução da sua política interna. E recusariam na sua disponibilidade para integrar o CPTPP, aceitando apenas renegociar o RCEP, com maior abertura aos interesses dos Estados da ASEAN e da Índia.

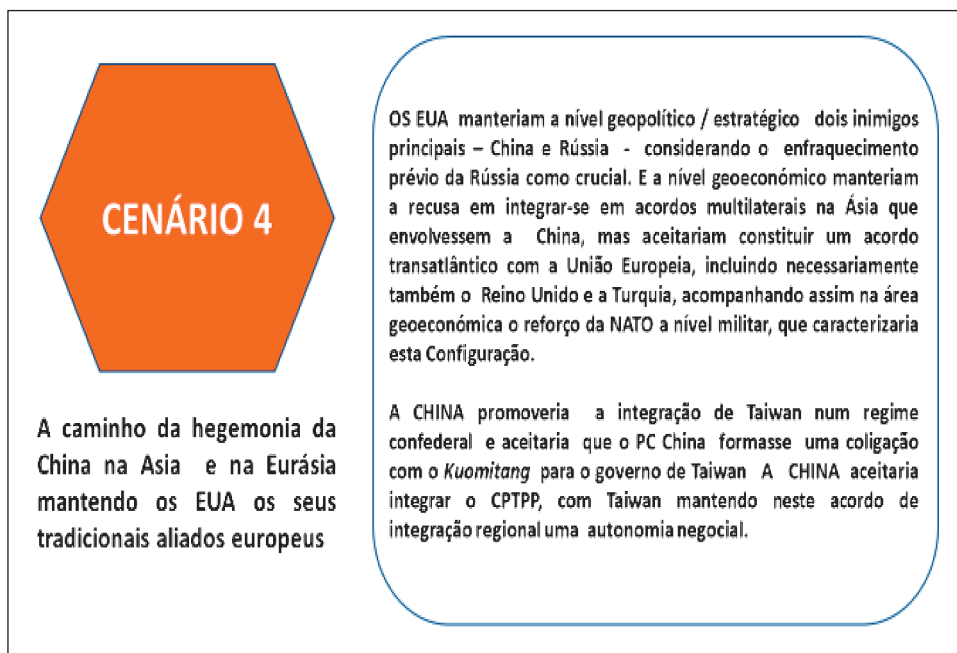


CENÁRIO 3

A caminho da Estabilidade, sem que esta fosse um resultado pretendido prioritariamente por nenhuma das Potências.

OS EUA - em conjunto com o Japão - melhorariam as suas relações com a Rússia - ultrapassada que for a crise em torno da Ucrânia - desenvolvendo formas de cooperação em áreas regionais de interesse comum (do Médio Oriente ao Ártico). E os EUA aceitariam integrar o Acordo de integração regional Trans Pacífico - CPTPP, promovido pelo Japão. E no qual já manifestaram - em 2021 - interesse em participar a China, Taiwan e o Reino Unido

A CHINA promoveria a integração de Taiwan num regime confederal e aceitaria que o PC China formasse uma coligação com o *Kuomintang* para o governo de Taiwan. A CHINA aceitaria integrar o CPTPP, com Taiwan mantendo neste acordo de integração regional uma autonomia negocial.



CENÁRIO 4

A caminho da hegemonia da China na Ásia e na Eurásia mantendo os EUA os seus tradicionais aliados europeus

OS EUA manteriam a nível geopolítico / estratégico dois inimigos principais – China e Rússia - considerando o enfraquecimento prévio da Rússia como crucial. E a nível geoeconómico manteriam a recusa em integrar-se em acordos multilaterais na Ásia que envolvessem a China, mas aceitariam constituir um acordo transatlântico com a União Europeia, incluindo necessariamente também o Reino Unido e a Turquia, acompanhando assim na área geoeconómica o reforço da NATO a nível militar, que caracterizaria esta Configuração.

A CHINA promoveria a integração de Taiwan num regime confederal e aceitaria que o PC China formasse uma coligação com o *Kuomintang* para o governo de Taiwan. A CHINA aceitaria integrar o CPTPP, com Taiwan mantendo neste acordo de integração regional uma autonomia negocial.

4. As relações bilaterais de convergência

Numa fase ulterior deste exercício - muito simplificado - haveria que ir mais longe, não nos limitando ao comportamento dos EUA e da China. Tendo em conta que se está a evoluir para um Mundo Multipolar em que simultaneamente se mantém ou consolidam cinco **relações bilaterais de convergência** (*) envolvendo potências que referimos anteriormente:

- EUA - JAPÃO
- RÚSSIA - CHINA
- ÍNDIA - RÚSSIA
- EUA - ÍNDIA
- JAPÃO - ÍNDIA

Mais, falta obviamente nesta lista uma relação bilateral fundamental para o futuro - a relação RÚSSIA-JAPÃO, ainda por concretizar, não obstante as muitas cimeiras de governantes de topo destes dois Estados realizadas na última década.

(*) Relações bilaterais que podem facilitar a dinâmica de um mundo multipolar tenso... mas, com "travões" na direção de um confronto generalizado.

5. Uma nota final

Não poderíamos terminar esta nossa intervenção sem colocar a questão de saber:

Qual o impacto para o enquadramento internacional de Portugal?

Olhando para estes quatro Cenários e pensando no que representariam para o Enquadramento Internacional de Portugal, poderíamos talvez concluir:

- Os **Cenários 1 e 4**, não obstante as mudanças que envolveriam a nível mundial, situar-se-iam mais na continuidade - com um enquadramento na Europa mais próximo do que Portugal tem conhecido nas últimas décadas;
- O **Cenário 3** seria, possivelmente, o mais estabilizador em termos mundiais, mas o mais extremo - em termos de mudança do enquadramento internacional de Portugal - sobretudo pela incerteza sobre o futuro da NATO e da própria União Europeia (podendo o Cenário vir a ser desenvolvido mais em detalhe sobre estes aspetos);
- O **Cenário 2** traduziria uma profunda mudança na situação estratégica mundial - com a rutura da parceria China - Rússia - mas poderia vir a ser uma combinação plausível, envolvendo, no entanto, para Portugal as mesmas questões levantadas para o Cenário 3.

Muito Obrigado.

*** * ***

Intervenção do Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo



Senhor General Pinto Ramalho,
Senhor General Ramalho Eanes,
Senhores Almirantes e Generais, senhores oficiais,
Minhas senhoras e meus senhores
Membros do Grupo de Reflexão Estratégica Independente

1. Em primeiro lugar, queria agradecer este convite que me honrou muito. É um privilégio ter a possibilidade de falar para uma audiência tão qualificada sobre um Tema tão relevante para o nosso País.

Em segundo lugar, pretendo fazer uma homenagem às Forças Armadas (FFAA). Eu próprio tive algum contacto com elas, fiz o meu Serviço Militar Obrigatório (SMO), fui professor na Academia Militar, mais tarde, fui assessor pedagógico do seu Comandante e tive a possibilidade e o privilégio de ver por dentro a Instituição Militar (IM).

Talvez um bocadinho ao contrário daquilo que foi aqui referido pelo Senhor Presidente da Assembleia da República, eu penso que o País conhece mal as suas FFAA, sobretudo, conhece mal o seu funcionamento interno e os valores que pautam a sua atuação, a atuação de todos os ramos – a **hierarquia**, a **disciplina**, a **seriedade**, a **honestidade**, o cumprimento do **dever** -, são alguns dos valores que vão faltando em muitas outras instituições do nosso País.

2. No documento que me foi distribuído - um documento particularmente interessante e com o qual eu me identifico em geral -, na página 142, faz-se uma referência às **Estratégias Gerais** que compõem a Estratégia Total do Estado e que é dividida em quatro componentes: a Estratégia Político-Diplomática; a Estratégia Económica; a Estratégia Militar; e a Estratégia Psicológica.

E nesta Estratégia Psicológica, a par dos valores, da cultura e da informação inclui-se o "**ensino**" que na minha perspetiva traduz um conceito um pouco obsoleto e caduco. Porquê? Porque a formação

de recursos humanos qualificados e muito qualificados, bem como o “**conhecimento**” e a “**investigação científica**”, constituem hoje um sector integrado na ESTRATÉGIA DE DEFESA GLOBAL. E global porque o conhecimento não é mais um “luxo” ou um bem descartável. Ele é a base do desenvolvimento económico, da transição energética, da defesa do ambiente, da inovação e do mundo digital.

E estas quatro componentes - o **conhecimento**, a **tecnologia**, a **ciência** e a **investigação** – estão, na atualidade, intimamente relacionadas com a Estratégia Económica, na medida em que a economia está, hoje, fortemente dependente do conhecimento.

O conhecimento é a base do desenvolvimento económico, quem não produz conhecimento, quem não for capaz de inovar, não consegue desenvolver-se e crescer economicamente – e isso está também, intimamente, relacionado com a própria função militar.

Para quem leu – e muitos terão lido o último número da *Foreign Affairs* - *Eric Schmidt*, o autor americano que escreveu um livro muito célebre, conjuntamente com *Henry Kissinger*, sobre o “**poder da tecnologia**”, refere as razões pelas quais a Ucrânia consegue assumir, perante o poderio russo, um desempenho não esperado e que assenta, essencialmente, na “tecnologia”, no “conhecimento” e, sobretudo, na “Inteligência Artificial” (IA).

Sem dúvida, que vivemos um tempo em que o futuro se caracteriza pela imprevisibilidade e a incerteza. Tanto assim que se este seminário se tivesse realizado em 2019 estaríamos certamente a debater este problema da segurança e da defesa em termos muito diferentes dos que temos hoje. Ninguém em 2019 poderia prever, com exatidão, o aparecimento de uma pandemia que paralisou o mundo, nem uma invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa.

3. Eu não vou falar sobre os aspetos militares, compreendo bem as dificuldades que atravessa a IM. São muitos os problemas com que se debate: de financiamento, de carreiras, da mais diversa ordem; e convenhamos que não são problemas, nem de hoje nem de ontem, têm muitos anos.

Mas gostava, sim, de me concentrar naquilo que são **as minhas preocupações** e a minha preocupação principal é que só podemos ter uma estratégia de defesa se tivermos **Instituições robustas** e se as tivermos em todas as áreas.

O Doutor Augusto Santos Silva referiu aqui um aspeto de transversalidade, que nós precisamos de ter em conta, precisamos de

corrigir e de colmatar muitas das nossas insuficiências. De entre elas as relacionadas com as nossas instituições que são frágeis e atravessam crises profundas e por diversas razões.

Por exemplo, o sistema de justiça (tarda em atualizar-se), o sistema de saúde (precário e sobretudo por razões ideológicas), o sistema educativo, o Ministério Público, a enorme falta de sentido ético, a crise larvar na confiança, a crise dos partidos políticos, do seu funcionamento interno (a falta de pessoal político de qualidade como seria exigido), a crise na Igreja Católica que se encontra exposta publicamente de uma forma muito aberta e que apresenta fragilidades gritantes bem evidenciadas por declarações infelizes de alguns prelados que mostram grande falta de conhecimento do mundo moderno.

E tudo isto, que não é pouco, conta, e de que maneira, para a Defesa. A Defesa não é apenas uma função de um grupo, dos militares, é uma função de todos nós, mas de todos nós de uma forma organizada.

4. Se há uma **sociedade civil desorganizada**, essa é a nossa.

Temos realmente uma sociedade civil muito frágil; o associativismo é baixíssimo; não temos grandes centros de reflexão; pensa-se e planeia-se pouco; não existem “*think-tanks*”, tudo depende, de uma forma ou de outra, do Estado, ou pelas boas ou pelas más razões, mas é sempre a depender do Estado.

A sociedade civil tem mesmo uma capacidade ínfima para poder compreender muitas destas questões e, sobretudo, para as trabalhar, para as pensar, para as refletir e para as racionalizar e isso, no meu entendimento, é preocupante.

Eu, quando digo que conhecemos mal estas matérias, significo que os portugueses conhecem mal as suas FFAA, por exemplo, o papel por elas desempenhado nas missões internacionais, quer ao serviço da Organização das Nações Unidas (ONU), quer ao serviço da NATO, quer ao serviço da União Europeia (UE), espalhadas pelo mundo, são do conhecimento de quantas pessoas em Portugal?

Qual é a comunicação social que dá algum relevo ao papel desempenhado pelas FFAA portuguesas nos países estrangeiros, designadamente em África? Eu suponho que não devemos ter muitos jornalistas por aqui, podemos, pois, dizer algumas coisas com um certo há vontade (!!).

Nós gostamos de nos autoflagelar. Atente-se este último caso do navio que esteve na Madeira, (ou que está na Madeira), já que é sintomático da forma como se quer dar a ideia de que os problemas que existem são estes ou deste género e estes não são realmente os problemas – os verdadeiros **problemas das FFAA** são outros.

Nós dispomos de uma Comunicação Social - que eu tive ocasião, nos últimos anos, de conhecer um bocadinho por dentro – (e que está incluída na já acima referida componente da Estratégia Psicológica), que não lhes dá a adequada cobertura. A Comunicação Social hoje não tem que ser rigorosa, o que tem que ser é espetacular e, portanto, para ser espetacular precisa de espetáculo.

Nestas circunstâncias, se o País não for capaz de encontrar os meios para robustecer as suas Instituições, não será com figuras mais ou menos mediáticas, mais ou menos relevantes que o País terá uma estratégia de Defesa Nacional.

As FFAA têm um papel absolutamente decisivo no desempenho das missões de Defesa e de Segurança do País, mas a crise multifacetada que nos atravessa, em que convergem imensas **crises institucionais**, é um momento particularmente delicado.

5. Na minha perspetiva, e esta é a minha preocupação maior, aquela que vos transmito e que aqui vos quero deixar, é uma preocupação genuína e tem a ver com a **relação entre as FFAA e o sistema científico**. Eu vejo uma enorme debilidade de parte a parte, não vejo um diálogo muito continuado entre o sistema científico e as FFAA.

E neste meu entendimento, o mencionado artigo do *Eric Schmidt* é absolutamente essencial, pois, mostra isto mesmo com uma enorme clareza, apontando, aspeto a aspeto, como é que foi possível manter a funcionar um país (a Ucrânia) que praticamente está a ser destruído, mas que mantém uma enorme capacidade para funcionar graças à vontade de defesa dos ucranianos e às tecnologias que vem sabendo (criar) e utilizar.

Sublinhe-se, no entanto, que neste **papel da tecnologia**, sobretudo em Portugal, e sobretudo na IA, o País é muito mais desenvolvido do que possamos pensar. O País tem hoje (e já há uns anos), centros de IA em várias Universidades que nada devem àquilo que se passa nos países nossos parceiros mais avançados, designadamente, no âmbito da UE ou da NATO.

Na realidade, nem tudo é negativo.

Existem no país muitas instituições com trabalho muito positivo, o que nos faz acreditar que ainda assim **é possível fazer mais e melhor.**

Temos exemplos de escolas, de todos os níveis, pré-escolar, básico, secundário, politécnico, universitário, públicas ou privadas que nos permitem pensar que com um programa de generalização de boas práticas, o sistema poderá “dar um grande salto” no sentido da melhoria global pretendida de todo o processo de educação/formação.

6. Precisamos de escolas (Agrupamentos) com grande autonomia. Portugal é um dos países europeus com maior grau de centralização das decisões no sector educativo. 75% das decisões são tomadas ao nível central.

Existem algumas escolas, privadas e públicas, com lideranças fortes, corpos docentes estáveis e coesos e com projetos educativos bem adequados às comunidades em que estão inseridas. O mesmo não ocorre em muitas outras.

Precisamos de ter escolas mais estáveis, mais robustas e melhor integradas nas comunidades que servem.

E digo isto, porque conheço minimamente o sistema, nas suas diversas vertentes: o sistema científico, o sistema educativo, o sistema de educação/formação ligado ao sistema científico e a aposta que considero o País deverá fazer, tem, de facto, que ser muito forte.

Nós precisamos de formar as pessoas para um mundo muito diferente daquele que tivemos até agora.

Se há característica relevante do momento atual, é que o futuro não só é incerto, como é imprevisível. E, perante a imprevisibilidade, só com jovens com uma formação muito aprofundada e muito alargada é possível viver e conviver nesse novo mundo. Uma boa e aprofundada formação de base dos jovens estudantes é mesmo condição necessária para termos um país menos vulnerável e mais preparado para enfrentar um futuro incerto e imprevisível.

7. E a que é que eu chamo uma formação aprofundada?

Uma formação aprofundada é uma formação que se desenvolve segundo três componentes ou pilares essenciais.

Um primeiro pilar tem a ver com o “**conhecimento científico**”. Nada se faz sem ele; e no conhecimento científico, desde Platão,

as ciências estão divididas nas clássicas - a história, a filosofia, a matemática, a física, a química, a biologia (não há volta a dar). a que se juntou, desde início do século passado, a bioquímica.

O segundo pilar é o das "**atitudes e dos comportamentos**", aquilo a que alguns chamam as capacidades, não se ensinam; adquirem-se com o funcionamento da Escola.

É a liderança, é o trabalho em grupo, é a responsabilidade, é a proatividade.

E é esta capacidade da proatividade dos nossos jovens que é absolutamente essencial para a Defesa.

Registe-se, pois é importante, que nunca teremos uma mentalidade de Defesa, de Soberania e de Segurança, se não tivermos pessoas proativas, pessoas que sejam capazes de contribuir, de dar de si, de fazer, de propor, de inovar, de mudar e de se adaptar.

Por último, o terceiro pilar a que me referia é o dos "**valores**".

A este propósito julgo que os últimos tempos, em Portugal (e não só), têm sido muito férteis em demonstração da falta de valores: da **ética**; do **respeito pelos outros**; da **solidariedade**; no fundo, os valores que estão ligados à forma como nós nos ligamos ao outro, como nós respeitamos as suas tradições, as suas religiões, as suas ideologias, no limite, tudo aquilo que é diferente.

Este conceito de respeito pelos outros é algo que nós vamos ter, no futuro próximo, multiplicado por um fator que não conhecemos, ou seja, o grau de interação entre as diferentes culturas, as diferentes línguas, tem sido muito grande.

O País fez um enorme esforço e, sublinhe-se, foi bem-sucedido na integração de tantos e tantos estrangeiros, imigrantes e que nós aqui, solidariamente, soubemos receber e acolher.

- 8.** O **sistema científico português** é também bastante mal conhecido e ele tem evoluído de uma forma extremamente positiva.

O País dispõe hoje de centros que podem competir com qualquer outro dos países mais avançados.

Nós hoje, temos centros de investigação de excelência, que não devem nada a qualquer centro congénere estrangeiro, incluindo os centros mais avançados nos Estados Unidos (os de *top*), os *MIT*, os *Harvard*, os *Stanford*, os *Caltech*, etc., e isso permite-nos ter (e eu tenho) alguma esperança.

Não esquecer, no entanto, que a ligação entre o conhecimento gerado e o mundo da economia é, apesar de tudo, ainda muito frágil. Alguns bons exemplos – BIAL; HOVIONE; SONAE, não chegam.

Faltam empresários com visão estratégica, embora existam alguns que “têm mundo” e conhecem a realidade exterior. O crescimento das exportações, por exemplo, deve muito ao turismo, e existem já hoje alguns outros sectores em que os seus líderes atuam nos mercados internacionais com grande sucesso, aspeto que é sempre bom lembrar.

Eu, com a idade, cada vez tenho mais dúvidas e menos certezas.

Mas uma certeza eu tenho: o País tem ainda as capacidades, os centros e as pessoas com aptidão para nos dar não só um novo estatuto para a Estratégia de Defesa Nacional, mas para tudo aquilo que possa reforçar as Instituições portuguesas.

9. Eu não sei se têm esta preocupação, eu tenho esta preocupação com a **fragilidade do nosso País em matéria institucional**.

Precisamos de escolas fortes, precisamos de agrupamentos fortes, precisamos de gente que seja capaz de acolher aqueles que mais necessitam, aqueles que precisam verdadeiramente da escola.

E o esforço que, hoje em dia, deve ser feito tem a ver com o alargamento necessário desta capacidade de recrutamento para as nossas escolas, e quando digo para as nossas escolas, digo para o ensino básico, para ensino secundário e também para o ensino superior.

Permitam-me para terminar referir, apenas, que o sistema educativo, tal como está montado, tem algumas virtualidades, mas denota também muitas fragilidades.

Os sistemas, todos eles, do universitário, ao secundário e ao básico são muito heterogéneos. Temos escolas belíssimas ao lado de escolas que não tem as qualificações, nem as capacidades, nem os meios necessários para desenvolver a educação - exigente - que os nossos miúdos precisam.

Os pais sentem muito isto, porque os pais, sobretudo dos miúdos vindos dos países de leste, são muito mais exigentes do que os pais dos miúdos portugueses (aqui há uns tempos, uma mãe russa dizia-me uma coisa extraordinária “*ensinam pouco aos meus filhos, os meus filhos sabem pouco, não há exigência*”).

- 10.** O **problema da exigência** é um problema mais vasto do que aquele que muitas vezes nós pensamos e a função militar, que por si é de uma enorme exigência, implica, por isso mesmo, uma cultura própria, de grande exigência.

A exigência que tem de começar em casa, com os pais perante os filhos e para muitos a exigência confunde-se com o fazer exames. Ora a exigência não é fazer exames, a exigência é cada um querer fazer melhor amanhã do que aquilo que faz hoje, e isto faz parte da função militar.

Os militares que se encontram nesta sala (e são alguns) sabem que isto é verdade; é preciso, no dia seguinte, **fazer melhor** do que se fez no dia de hoje.

E é este conceito de exigência que nós temos que introduzir nas instituições, nas escolas, nas universidades e nos centros de pesquisa científica.

Um país mais estruturado e robusto é um País menos vulnerável e mais capaz de responder ao imprevisto. Sem uma população qualificada e sem produção e utilização do conhecimento não prevejo um futuro mais próspero e tranquilo (tanto interna como externamente) para o País.

- 11.** Por natureza, não sou um pessimista, mas **vejo tudo e todos incapazes de olhar para a realidade e agir.** Alguns olham e veem, mas não conseguem agir; outros, os que deviam e poderiam agir, não olham ou não veem.

Será que existe um movimento global para alterar o "status quo"? Não o visualizo.

As democracias "iliberais" tentam dismantelar a ordem existente? Seguramente, já que se não há uma conspiração nesse sentido até parece. Os perigos vindos do Brasil, dos Estados Unidos, de França, de Itália e da Hungria são apenas alguns bons exemplos.

Mais, como é possível que em França haja uma oposição à passagem da idade de reforma dos 62 para os 64 anos? Querem os franceses jogar "pétanque" até aos noventa anos?

Onde estão os *Paul-Henry Spaak*, os *De Gasperi*, os *Jean Monnet*, os *Churchill*, os *De Gaulle* ou os *Robert Schuman* que possam relançar o projeto europeu? A revelação será, talvez, a da Presidente da Comissão *Ursula von der Leyen*?

Perante isto, **não me sinto confortável.**

O País tem seminários, colóquios e conferências em excesso. Este seminário de hoje é, todavia, uma exceção e isso é importante sublinhar.

O GREI está, pois, de parabéns. Foi capaz de organizar um seminário com manifesto e real interesse, porque tem uma reflexão constante e continuada sobre este tema dos “Desafios para a Segurança e Defesa Nacionais”.

- 12. Duas notas finais.** A primeira, relacionada ainda com a IA e a importância que, no meu entendimento, as FFAA deverão atribuir à sua **ligação com os Centros de Investigação** que em Portugal se dedicam a essas, cada vez mais, hoje, mandatárias atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Uma segunda nota, relativa ao SMO que terminou, na minha opinião mal, pois tinha enormes virtualidades.

Hoje, é irrecuperável do ponto de vista político e não vale a pena pensar que é possível ‘rebobinar’ esta matéria. O que, porventura, será possível fazer: é criar uma alternativa.

E é sobre isso que eu penso que a IM deveria refletir e ponderar - como encontrar um **modelo que substitua o SMO** -, mas que cumpra muitas das funções que este oferecia. É um desafio e, seguramente, não será um desafio fácil.

De notar que *Kennedy*, naquele seu discurso, de outubro de 1960, no *Michigan*, quase sem querer, criou o chamado *Peace Corps* - que depois foi um enorme sucesso. (Eu próprio tive ocasião de trabalhar com muitas pessoas no Banco Mundial que tinham passado por este *Peace Corps*).

O *Peace Corps* seria uma alternativa, uma boa alternativa, a possibilidade de se prestar um verdadeiro serviço cívico, não ao estilo daquilo que aqui se inventou no período de 1974/75, mas antes a criação de um serviço diferente, que permita aos nossos jovens e, exatamente por isso, por serem jovens e generosos, prestarem um serviço às populações.

Não será um desafio fácil, como já referi, mas deixo-vos este pedido como um último ponto desta minha intervenção.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O PAINEL II

As Políticas Públicas de Segurança e Defesa Nacional



Intervenção do Tenente-general Mário Mourato Cabrita



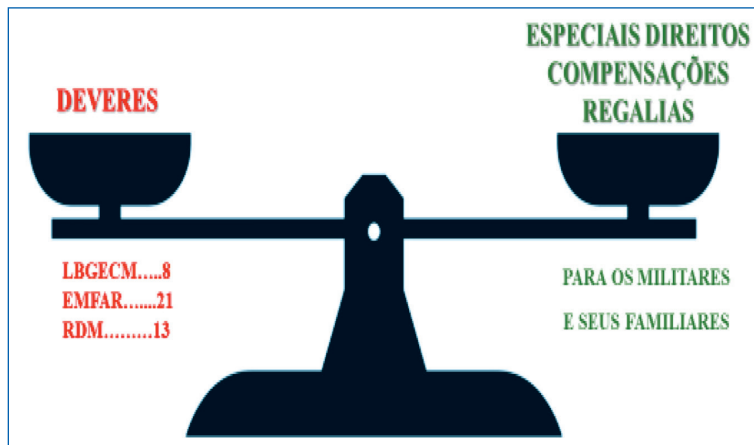
A Condição Militar

1. Introdução

É sabido que as Forças Armadas (FFAA) irão desempenhar um papel determinante no sucesso da estratégia que vier a ser definida para a Segurança e Defesa de Portugal. Por isso, importa ver se os militares que as servem estão motivados, se o seu moral está em alta e se a sua mente está liberta de preocupações que os impeçam de se focarem na missão.

A primeira referência formal à condição militar surge na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), de 1982, que apenas foi regulamentada 7 (sete) anos depois, com a publicação da Lei 11/89, Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (LBGECM). Esta Lei também é aplicada aos militares da Guarda Nacional Republicana, por isso mesmo, por também serem militares.

A condição militar é uma relação jurídica entre o militar e o Estado. De forma simples pode ser representada por uma balança: num dos pratos estão os deveres dos militares e no outro os seus direitos.



Os deveres são muitos, mais de 40 (quarenta) embora alguns deles repetidos, enquanto os direitos constam de uma única alínea, mas muito abrangente: consagração de especiais direitos, compensações e regalias atribuídos aos militares e aos seus familiares, designadamente nos campos do apoio social, assistência na doença, remunerações, cobertura de riscos, carreiras e formação.

Em toda a legislação sobressaem dois deveres dos militares: o de aceitar as restrições constitucionais que sobre eles impendem e o de dar a vida na defesa de Portugal e dos portugueses. Esta é a essência da condição militar, já que estes dois deveres apenas são aplicados aos militares e a mais nenhum grupo profissional ou cidadão.

Este normativo foi elaborado por políticos com sentido de Estado, alguns deles tinham cumprido o serviço militar e o trabalho produzido foi considerado, na altura, como uma boa lei, justa, equilibrada e que respondia às particularidades da vida militar.

Citemos o Professor Aníbal Cavaco Silva na cerimónia de despedida das Forças Armadas, no final do seu segundo mandato como Presidente da República:

A preservação e a dignificação da condição militar são obrigações que devem ser claramente assumidas pelo Estado e cultivadas com honra e sobriedade pelos militares. Lesar ou desvalorizar a condição militar é enfraquecer a Nação.

É consensual que os militares têm cumprido, genericamente, os seus deveres com nobreza e dignidade, pelo que é importante verificar como os seus direitos, legalmente instituídos, têm sido respeitados pelo Poder Político.

Vamos fazê-lo, tendo em atenção, três vertentes: (i) **O sistema remuneratório**, (ii) **a Assistência na doença**, e (iii) **O Estatuto dos Militares das Forças Armadas**, procurando ser objetivo e apresentar dados concretos.

Três notas prévias:

- Primeira, para não se ser muito repetitivo, apenas será tratada a categoria de oficiais, sabendo-se que as mesmas situações atingem as categorias de sargentos e de praças;
- Segunda, apenas falaremos de remuneração base, já que é a única componente da remuneração que é oficialmente tornada

pública e do conhecimento de todos, enquanto que os subsídios, abonos, complementos, suplementos, etc., apenas são divulgados dentro da instituição que os acomoda;

Terceira, que fique claro que não nos move qualquer desígnio corporativista, antes e apenas preocupações com a profissão militar, o que torna obrigatório observarmos a sociedade que nos rodeia.

2. O sistema remuneratório

Nos termos da Lei, o sistema retributivo da Administração Pública (A.P.) estrutura-se com base em princípios de equidade interna e externa, sendo que esta última vertente visa alcançar o equilíbrio relativo em termos de retribuição de cada função no contexto do mercado de trabalho. É esta coerência entre a teoria e a prática da governação que procuraremos, nos pontos seguintes, perceber da sua correção e conformidade.

a) Comparação com outros grupos profissionais

Começemos pelo topo, pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), que é o posto mais elevado na hierarquia militar, é só um e ocupa este cargo com 62 anos ou mais. Apesar disso, há milhares de quadros da em regra A.P. que **têm uma remuneração base superior à do CEMGFA**.

Desçamos um pouco e comparemos um magistrado judicial ou do Ministério Público aos comodoros/brigadeiros-generais promovidos durante o ano transato, cujos valores médios constam do quadro seguinte:

MAGISTRADO	ITEM	COM/BGEN
< 30 anos	IDADE	57 anos
0	ANOS DE CARREIRA	32
0	CURSOS DE PROMOÇÃO	CPC, CPOS e CPOG (*)
3.588,99 €	REMUNERAÇÃO BASE	3.561,11 €

- O magistrado, seja Juiz de Direito ou Procurador da República, começa a carreira com menos de 30 anos de idade, enquanto que o militar atinge esse posto com 57 anos;
- Nesse momento, o magistrado tem 0 anos de serviço, enquanto os militares têm 32 anos de serviço, durante os quais estiveram colocados em nove unidades diferentes do Continente e das Regiões Autónomas, em estados-maiores internacionais, na cooperação técnico-militar com os PALOP e em cenários de guerra como a Bósnia, o Kosovo, o Afeganistão, o Mali e a República Centro-Africana.
- O magistrado não terá necessidade de frequentar qualquer tipo de curso de promoção para ser promovido, enquanto os militares tiveram que frequentar obrigatoriamente o Curso de Promoção a Capitão (CPC) (ou de especialização na Marinha), o Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS) e o Curso de Promoção a Oficial General (CPOG).
- O magistrado inicia a carreira com uma remuneração base de **3.588,99€** e o Comodoro/Brigadeiro-General vence **3561,11€**.

b) Uma confrontação bem mais abrangente.

Analisámos os dados referentes a todos os funcionários dos ministérios da defesa, da saúde, da justiça e da ciência, tecnologia e ensino superior que durante o ano de 2022 transitaram para a aposentação, bem como a respetiva pensão.

MINIS-TÉRIO	TOTAL Aposentados	3000€ a 4000€	4000€ a 5000€	5000€ a 6000€	> 6000€	>7000€	2022 Total > 3000€	2021 Total > 3000€
DEFESA	885	7,5%	1,5 %	----	-----	-----	9,0 %	12,96 %
JUSTIÇA	556	3,8 %	4,5 %	5,4 %	15,1 %	1,4 %	30,2 %	28,90 %
SAÚDE	1974	7,7 %	19,0 %	4,5 %	0,1 %	-----	31,3 %	26,1 %
C T E S	558	30,8 %	18,3 %	1,1 %	-----	-----	50,2 €	46,35 %

Atentemos, apenas, na percentagem das pensões de valor superior a 3000€ e o que se verifica é um valor residual no que se refere

ao Ministério da Defesa (MD) [9,0%], quando comparado com os outros ministérios [30,2%; 31,3%; 50,2%].

E deste ponto de vista este quadro dá-nos uma noção da realidade no que concerne às remunerações, parecendo-nos, assim, elucidativo e esclarecedor.

No entanto, fomos mais longe e pesquisámos igualmente os dados referentes aos aposentados em 2021 e o que se constata é que de 2021 para 2022, no mesmo bloco de percentagens em causa (acima de 3000€) o MD foi o único que, uma vez mais, piorou, ao passar de 12,96% para 9,0%. Os outros ministérios melhoraram esses valores.

Poder-se-á perguntar porque razão a comparação é feita apenas entre estes quatro ministérios. A explicação é simples: no ano de 1980 o juiz de direito, o coronel, o capitão-de-mar-e guerra, o professor catedrático e o médico chefe de serviço tinham praticamente a mesma remuneração base. Mais concretamente:

- O juiz de círculo vencia 25.000\$;
- O coronel vencia 22.500\$;
- O professor catedrático e o médico chefe de serviço venciam 22.000\$.

Avancemos uma década e o que se constata é que a equiparação se mantém e só a partir de 1991 é que o desnível entre as quatro profissões começa a atingir proporções exponenciais.

Mas vejamos a situação atual destes quatro grupos, tomando como referência o coronel que atinge este posto, em média, com 27 anos de carreira e consideremos os outros 3 grupos, também, com os mesmos 27 anos de carreira. O resultado é o seguinte:

- O coronel tem uma remuneração base de 3.024,25€;
- O professor catedrático de 5.119,63€; (*)
- O assistente graduado sénior de 5.167,88€; (*) e
- O juiz desembargador de 6.646,28€; (*)

[(*) Valores estimados, com rigor, por dificuldade em obter dados reais.]

Circunstâncias análogas também ocorrem nas categorias de Sargentos e de Praças e são mais um conjunto de elementos que nos permitem perceber quanto a profissão militar tem sido desvalorizada em termos remuneratórios e, como consequência, em termos sociais.

3. A posição das FFAA no seio da Administração Pública

Contudo, podemos estabelecer um paralelo mais abrangente recorrendo à Síntese Estatística do Emprego Público, documento exaustivo, publicado sob a égide da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, referente ao 4º trimestre de 2022.

Da análise de um dos seus inúmeros quadros estatísticos “Remunerações base e ganhos médios mensais nas administrações públicas por cargo, carreira e grupo – trabalhadores a tempo completo”, retiramos que, dos 26 grupos elencados, as FFAA encontram-se na 21ª posição, ao nível dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, ligeiramente acima dos Bombeiros e dos Polícias Municipais e em nível muito superior (1346€) aos Assistentes Operacionais e Assistentes Administrativos (944€ / 744€).

As situações descritas parecem ser suficientemente demonstrativas do progresso do sistema remuneratório da Administração Pública e da degradação contínua, e negativamente discriminatória, que o regime remuneratório aplicado aos militares vem sofrendo ao longo dos tempos.

4. A assistência na doença

Recorde-se que a LBGECM determina que os militares e os seus familiares têm direito à Assistência na Doença (ADM) e assim sendo considera-se pertinente aquilatar do modo como o Estado tem cumprido esta sua obrigação nas últimas décadas.

a) Evolução dos descontos dos militares



Vamos analisar mais esta área problemática, começando pela evolução dos descontos dos militares para órgãos responsáveis pela gestão da saúde.

Importa lembrar que os militares, como qualquer outro cidadão, descontaram, durante toda a carreira, 11% para a Caixa Geral de Aposentações.

Em 1961 passaram a descontar 0,43% do seu vencimento para a Assistência aos Tuberculosos das Forças Armadas (ATFA). Este desconto tinha um carácter solidário, já que era uma forma dos militares apoiarem os seus camaradas e familiares doentes e, complementarmente, era um dos muitos contributos das FFAA para a profilaxia da tuberculose e para se erradicar esta doença que, na época, constituía um grave problema para a saúde pública em Portugal.

A partir de 2006 os militares passaram a descontar 1% para a ADM/IASFA e, depois, sucessivamente (e num curto prazo de 8 anos), até 3,5% em julho de 2014, com o argumento de que aos militares tinha que ser aplicado o Regime Geral.

Dois aspetos suplementares: os familiares dos militares que desejem usufruir dos serviços da ADM, estes militares terão que descontar mais 3,5% de 79% da sua remuneração base e estes descontos são feitos ao longo dos 14 meses do ano.

2006	ADM/IASFA (Regime Geral)	1,00 %
		
2014 (JUL)		3,50 %

b) Receitas e despesas da ADM

Mais alguns números que se consideram interessantes para a compreensão da atual conjuntura.

Em média, os militares e os seus familiares descontam por ano 55 M€ para a ADM, mas estes militares e familiares, os que descontam para a ADM, apenas fazem despesas no valor de 31M€, pelo que podemos concluir que há um diferencial positivo de 24 M€.

Por outro lado, os prestadores de cuidados de saúde privados debitaram à ADM 79 M€. Mas, sabendo-se que apenas foram efetuadas despesas de 31 M€, daqui resulta um saldo negativo de 48 M€, sobre o qual importa conhecer quais os motivos que lhe dão origem.

Então, de onde vem este défice?

No essencial, provem de a obrigatoriedade da ADM ter de suportar as despesas de saúde não só dos seus beneficiários contribuintes, mas também de outros beneficiários não contribuintes, cujos encargos deveriam ser da responsabilidade do Estado e que podem ser aglutinados em quatro grupos distintos:

- Desde logo, o dos familiares não contribuintes, isto é, os descendentes até aos 26 anos que se encontrem a estudar e os cônjuges dos militares que não tenham rendimentos;
- Depois, os Beneficiários Titulares Isentos, cerca de 6000, quer sejam os deficientes das FFAA, quer os beneficiários isentos de descontos cujos proventos estão indexados à evolução da Retribuição Mínima Mensal Garantida, pelo que, sempre que esta aumenta, cresce, paralelamente, o número de beneficiários e familiares que têm ganhos inferiores a este novo valor e passam a ficar isentos de descontos para a ADM;
- Também as despesas referentes aos militares que sofreram acidentes em serviço, ou àqueles que tiveram problemas de saúde quando em missão oficial no estrangeiro; e
- Finalmente, a questão do Hospital das Forças Armadas (HFAR) que, em termos de impacto financeiro, é a mais significativa. O HFAR é um hospital público, mas que fatura a ADM como se tratasse de um hospital privado.

As razões apontadas levaram a que a ADM fosse acumulando, ao longo dos anos, uma dívida extremamente elevada. No entanto, desde 2021, a dívida aos prestadores de cuidados de saúde privados começou a ser regularizada e, em paralelo, foi-se resolvendo a maioria dos casos que se constituíam como responsabilidade do Estado, nomeadamente, as despesas dos militares no ativo e os custos com os medicamentos disponibilizados pelo Laboratório Militar (LM), com os cuidados continuados, com os cuidados respiratórios domiciliários e com os transportes de doentes não urgentes.

Esta situação está bem descrita no relatório da auditoria do Tribunal de Contas à ADM/IASFA e é importante chamar a atenção dos responsáveis para que, caso não sejam adotadas as medidas corretivas aí propostas, o défice voltará a avolumar-se de modo calamitoso.

c) Apoio do Estado ao HFAR

Para concluir este bloco, vamos examinar a forma como tem funcionado o apoio do Estado à melhoria das condições de funcionamento do HFAR.

Uma Resolução do Conselho de Ministros de 2014, com o propósito de alcançar a plena e eficaz operacionalização e a completa imple-

mentação do Polo de Lisboa do HFAR e do Campus de Saúde Militar, atribuiu ao HFAR 18 M€, com a seguinte distribuição temporal:

- Em 2014: 7 000 000€
- Em 2015: 10 000 000€
- Em 2016: 1 000 000€

Em 2015 o Estado vendeu o Hospital Militar Principal e da verba obtida destinou 13 M€ para o HFAR, tal como em 2016 vendeu o Hospital da Marinha por 18 M€, tendo revertido todo esse montante para o HFAR.

O somatório destas quantias atinge os 49 M€.

Perguntar-se-á: onde estão tantos milhões? No HFAR não estão com certeza!

5. O Estatuto dos Militares das Forças Armadas

O estatuto de uma classe profissional é o conjunto de normas jurídicas que explicita os direitos e deveres dos elementos que a integram. O Estatuto de 1990 foi integralmente preparado por militares que incorporavam um Grupo de Trabalho liderado pelo EMGFA e composto por delegados dos Ramos, que apresentaram a proposta final ao Ministério da Defesa que a aprovou após algumas alterações, poucas, sem grande importância ou significado, e deu continuidade ao processo legislativo que se concluiu com a publicação do documento em Diário da República.

A partir daí, a participação dos militares foi sendo reduzida progressivamente, culminando em 2015 com a inversão total da metodologia utilizada até então e com o estatuto a ser elaborado pelas instâncias políticas e distribuído aos militares na sua forma final, sem qualquer abertura para serem aduzidas sugestões para a melhoria do seu texto. Apenas as fortíssimas críticas da Instituição Militar e as vozes de algumas mentes mais sensatas do Parlamento, permitiram reverter dois artigos do Estatuto que, no mínimo, eram considerados aberrantes.

Analisemos, então, algumas das alterações nos Estatutos que por iniciativa dos Governos têm penalizado, fortemente, os militares.

a) Tempo mínimo de serviço no posto

Começemos pelo tempo mínimo de serviço em cada posto, isto é, o tempo que cada militar tem que cumprir antes de poder ser

promovido ao posto seguinte. O Estatuto de 1999, tal como o de 2005, determinava os tempos mínimos constantes da Tabela seguinte.

PATENTE	EMFAR 1999	EMFAR 2005	EMFAR 2015
VALM/TGEN	----	----	----
CALM/MGEN	----	----	----
COM/BGEN			
	22	22	4
CMG/COR	3	3	4
CFR/TCOR	4	4	5
CTEN/MAJ	4	4	7
1TEN/CAP	6	6	4
2TEN/TEN	4	4	2
GMA/ALF	1	1	

26

O somatório dos tempos mínimos de serviço, denominado por tempo mínimo global, de GMAR/ALF a CMG/COR é de 22 anos. Isto significa que só no final deste período o oficial poderá ser promovido a CALM/MGEN.

Já o Estatuto de 2015 procedeu a várias modificações de muito peso. Neste particular, aumentou o tempo mínimo de serviço de mais um ano em Alferes, outro em Capitão, outro em Major e outro em Coronel. O tempo mínimo global passou de 22 para 26 anos.

Permitam 2 notas:

- Primeiro: esta decisão, para a qual não se vislumbra qualquer justificação plausível, e está em total contraciclo com o que se passa na sociedade, onde cada vez mais se atingem os cargos cimeiros das instituições com menor idade, dilata e dificulta a progressão na carreira;
- Segundo: aumentando os tempos mínimos de permanência nos postos mais baixos, está-se, de forma sagaz, a reduzir o vencimento dos militares.

Explicando: a diferença entre a remuneração base mensal de alferes e a de tenente é de 156€. O ano de acréscimo que o Alferes foi obrigado a cumprir, traduziu-se numa perda de 2 188€. O mesmo pode suceder ao capitão, ao major e ao coronel.

Vamos ver só mais o caso do Comodoro/Brigadeiro-general. O Estatuto de 2015 ativa este posto, ao qual, pelos estatutos anteriores, apenas se ascendia por graduação, e não por promoção, dos capitães-de-mar-e-guerra com o CPOG e, ou dos coronéis tirocinados indigitados para o desempenho de funções em cargos e estados-maiores internacionais.

Assim, o Capitão-de-Mar-e-Guerra/Coronel em vez de ser promovido a Contra-Almirante/Major-general é desde então promovido a Comodoro (Brigadeiro-general).

E deste modo o que se verifica é que, logo, no primeiro ano, este oficial-general, além de não progredir na carreira, perde 1500€ em relação ao normativo anterior e às suas próprias expectativas.

Mais, a maioria deles passará à reserva nesse posto e, enquanto estiver na reserva, e depois na reforma até falecer, este Oficial-General deixará de receber milhares e milhares de euros, injustiça que se manterá com a pensão da viúva.

De notar ainda que este procedimento constitui uma outra forma, singular, sem dúvida, de governos criativos encolherem a remuneração base dos militares.

b) Cinco apontamentos eloquentes sobre esta matéria

São inúmeros os exemplos estatutários que mostram que as medidas inovadoras resultam, sempre, em prejuízo dos militares. Vejamos mais algumas:

- O Estatuto de 1999 possibilitava um aumento na contagem do tempo de serviço, para efeitos de passagem à reserva, de 25%. Já o de 2005 reduziu esse valor para 15% e o de 2015 para 10%.

Se já é estranha esta diminuição progressiva, o espanto é maior quando é público que algumas profissões que nunca tiveram, estatutariamente, qualquer aumento de tempo de serviço, passaram a ter 15%.

- Os estatutos de 1999 e 2005 permitiam a jubilação dos militares, à semelhança do que sucede com outras profissões, eventualidade que nunca chegou a ser utilizada. Mas existia! O estatuto de 2015 eliminou essa hipótese.

Os estatutos de 1999, e mesmos os anteriores, bem como o de 2005, reportavam a data do novo vencimento do militar recém-promovido, à data em que ocorreu a vaga que deu origem à promoção.

O de 2015 define a data do novo vencimento como aquela em que o plano de promoções for assinado pelo Senhor Ministro das Finanças, obrigando, previamente, à sua tramitação por vários ministérios.

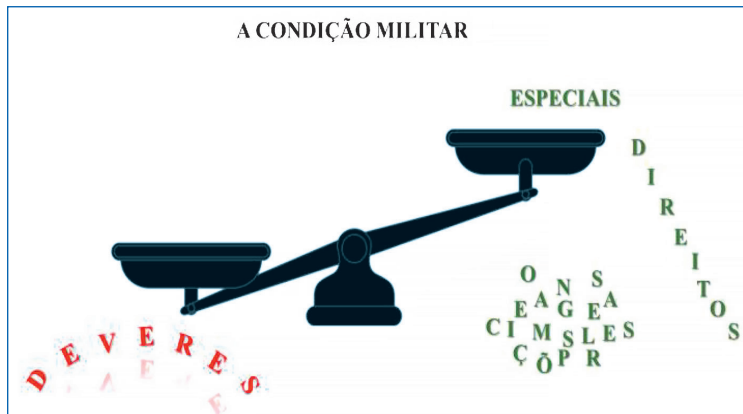
Estas diligências provocam um atraso enorme, o que se traduz num prejuízo que ronda os milhares de euros por cada militar. Como em cada ano há centenas de promoções e este problema já se arrasta há vários anos, os governos tornam a penalizar fortemente os militares.

- Atualmente, no seio das FFAA, coexistem três fórmulas diferentes para cálculo da pensão de reforma. Naturalmente, cada uma é sempre mais gravosa que a anterior, mas, sobretudo, dão origem a tensões internas e minam o indispensável espírito de corpo, medidas que são criadas em nome da obsessão de enquadrar os militares no Regime Geral.
- A profissão militar é a única da A.P. que não tem representantes seus que se sentem à mesa com o Governo para discutir o seu sistema remuneratório.

Graças às medidas inventivas e engenhosas dos sucessivos governos, os militares em vez de serem aumentados, veem as suas remunerações diminuídas e os governos negam milhões de euros que são devidos aos oficiais, aos sargentos e aos praças.

6. CONCLUSÕES

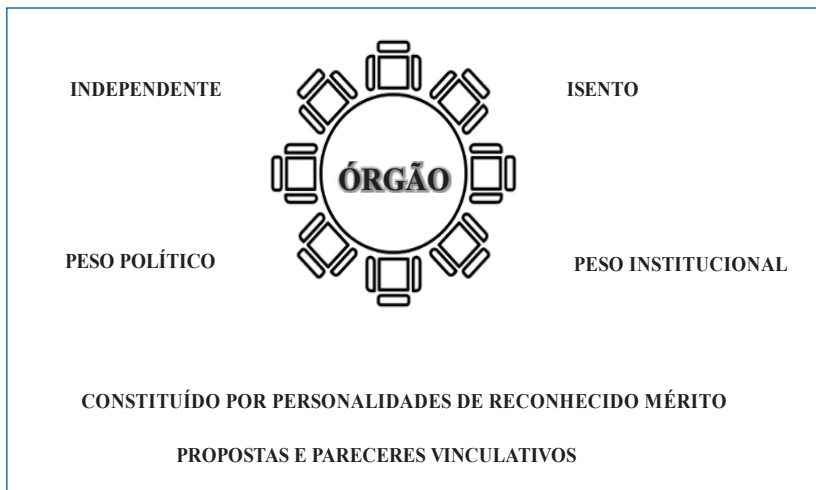
Voltemos à imagem da balança. O prato dos direitos ficou tão leve que bateu no teto, enquanto que o dos deveres continuou tão pesado que caiu com estrondo no chão. O sistema desmoronou-se por completo, perdeu credibilidade e não inspira o mínimo de confiança.



Mas ninguém está atento e apreensivo com o modo como o Poder Político está a cuidar dos militares?

As Associações Sócio-Profissionais das três categorias de militares das Forças Armadas têm tido uma evolução muito positiva e têm desenvolvido um trabalho meritório, mas dispõem de um campo de atuação muito limitado.

Por isso, pugnamos pela criação de um órgão, não de um observatório ou de uma comissão de acompanhamento, mas sim de um órgão novo, independente, isento, com peso político e institucional, constituído por personalidades de reconhecido mérito nomeadas pelo Senhor Presidente da República, que reporte a ele próprio, ao Governo e à Assembleia da República e que tenha suporte legal para produzir propostas e pareceres vinculativos, à semelhança do que já existe em vários países da Europa e que a então senhora Secretária de Estado teve oportunidade de conhecer em França (dezembro de 2021).



Depois desta panóplia de factos e números, é legítimo perguntar: o que querem os militares? A resposta é muito simples. **Querem, apenas, que se cumpra a Lei.**

Mas, reutilizemos os já muito conhecidos 3 R, para explicitar os seus anseios.

Remuneração justa que compense a total disponibilidade para o serviço; o afastamento, quase permanente, da família e dos amigos; o desgaste físico e psicológico; o risco e a penosidade das condições em que prestam serviço, sobretudo no treino e nas operações.

Reconhecimento por quem está sempre disponível para apoiar a sociedade; sempre pronto a defender os interesses de Portugal, colocando-os acima dos seus interesses pessoais e por quem é um dos maiores embaixadores da política externa de Portugal.

Respeito por quem aceita restrições aos seus direitos constitucionais e não vacila em dar a sua vida, em nome de Portugal e dos portugueses.

Parece ser o mínimo que se pode conferir a quem faz do seu dia a dia uma lição de servir com honra e pundonor, sem olhar a quem, aonde nem porquê.

Muito Obrigado.

*** * ***

Intervenção do Tenente-general Joaquim Formeiro Monteiro



As Políticas Públicas de Serviço Militar em Portugal

O Serviço Militar depois da revisão constitucional de 1997

A revisão constitucional de 1997 veio desconstitucionalizar⁷ o serviço militar obrigatório (SMO), abrindo a janela de oportunidade para a aprovação de uma nova Lei de Serviço Militar (LSM), **dois anos** mais tarde (Lei nº 174/99, de 9 de setembro), fixando a prestação do serviço, em tempo de paz, e de forma exclusiva, num novo regime de voluntariado e de contrato (RV/RC).

Após a entrada em vigor desta Lei, em novembro de 2004, as Forças Armadas (FA) foram confrontadas com um novo paradigma, que viria a induzir assinaláveis dificuldades na sua sustentação, e que condicionaram, pesadamente, a sua organização e funcionamento.

Assistiu-se à desarticulação do modelo de recrutamento existente que se traduziu no esvaziamento das Unidades, no abandono de outras e na degradação do produto operacional das FFAA, vindo, mesmo, a colocar em causa, atualmente, a sua credibilidade, no cumprimento do quadro das missões que lhe estão designadas.

A realidade dos números

De acordo com os dados apurados, na última década verificou-se uma redução global dos efetivos das FA, na ordem dos **30%**, que se fixaram, no final de 2022, em cerca de **24 000** elementos (24 296), cerca de menos 10 000 (10 218) em relação a 2011.

Mais recentemente, contudo, estes números descem, ainda mais, para cerca de **22 000 (23)**, se excluídos os elementos fora da efetividade de serviço e em formação.

⁷ Cf. Lei Constitucional nº 1/97, de 20 de setembro (Artº 276).

De salientar que estes valores se situam, inclusive, abaixo dos estabelecidos em 2013, na denominada **Reforma 2020** para a Defesa, na qual se apontava para um intervalo entre os **30 000 e os 32 000** efetivos.

O novo ambiente estratégico e a grande questão

Entretanto, nos últimos anos, têm-se vindo a assistir a significativas modificações nos quadros geoestratégico e geopolítico mundiais, obrigando a reconsiderar o estabelecimento de medidas capazes de garantir a mobilização suficiente de efetivos para as FA, no sentido de precaucionar uma adequada resposta, no âmbito da defesa e da segurança do País.

A grande questão:

Torna-se, então, legítimo questionar se as atuais políticas públicas de prestação de serviço militar em Portugal (PPPSM) poderão gerar, alguma vez, as condições indispensáveis para que as FA possam fazer face aos preceitos constitucionais a que estão obrigadas, bem como à emergente matriz dos riscos e ameaças, resultante do novo quadro da segurança internacional.

O Serviço Militar em Portugal - o debate necessário

Nunca tendo tido lugar, no seio da sociedade portuguesa, o indispensável debate nacional sobre a questão da prestação de Serviço Militar (SM), com o rigor e a lucidez que a sua reconhecida importância obriga, considerou-se, então, uma tão necessária como aprofundada reflexão sobre uma política pública, reconhecidamente relevante para o País, num momento particularmente crítico para a defesa e segurança europeias.

Tendo em vista essa reflexão e debate, importa levantar um conjunto de questões, consideradas como determinantes para o efeito, no sentido de analisar e encontrar respostas, e para as quais, seguidamente, se elaboraram algumas considerações:

1ª Questão:

Será que o atual modelo de prestação de SM poderá induzir um tipo de serviço (militar) para os mais desfavorecidos e os menos habilitados, e, deste modo, constituir-se como um fator de uma indesejada discriminação social?

É, amplamente, conhecido que os processos de seleção têm relevado, de forma progressiva e continuada, dificuldades acrescidas em encontrar candidatos que cumpram **as condições físicas mínimas e as**

condições psíquicas exigidas pelos critérios fixados para o recrutamento, obrigando, não raras vezes, a baixar os patamares de exigência, para se conseguir recrutar.

Igualmente, seria interessante referir, que da análise aos inquéritos feitos aos jovens cidadãos presentes em sucessivos **Dias de Defesa Nacional**, se concluiu que o nível de escolaridade e o rendimento do agregado familiar dos entrevistados variava na **razão inversa** do interesse, por estes demonstrado, numa eventual prestação de serviço militar

Esta realidade poderá induzir que as FA sejam vistas pela sociedade como um mero depositário de jovens com reduzidas qualificações e com escassas **oportunidades de emprego**, cujo principal objetivo seja a resolução dos seus problemas pessoais imediatos, afastados, assim, de genuínos princípios de cidadania, quando da adesão à prestação de serviço.

2ª Questão:

Perante o modelo de SM em vigor, as medidas que têm sido tomadas, visando incrementar a sua atratividade, têm garantido uma resposta adequada às expectativas dos jovens cidadãos que ponderem ingressar nas fileiras?

Para uma resposta afirmativa, teria sido necessário, há muito tempo, a adoção de medidas que se pudessem refletir no prestígio da Instituição Militar (IM), e na expressão das motivações e incentivos inerentes à valorização pessoal e profissional dos seus elementos.

Sendo reconhecido que tais medidas, invariavelmente, têm ficado aquém do seu cumprimento, é legítimo concluir que, para os jovens, o serviço nas FA nunca terá sido uma opção à qual tivessem aderido, com significado.

3ª Questão:

Poderia, em alternativa ao atual modelo de serviço militar, ser considerada a adoção dum modelo de prestação de um Serviço Militar Nacional (SMN), geral e universal, que se assumisse como um dever, mas também como um direito de cidadania?

Sendo, de acordo com o articulado da CRP, a defesa da Pátria um direito e um dever de todos os portugueses, a prestação de um SMN poderia induzir que as FFAA se pudessem constituir como um valioso elemento

agregador e promotor de democratização e integração e, desta forma, constituírem-se como um elo da identidade nacional.

4ª Questão:

Poder-se-ia questionar, no entanto, se um modelo de SMN seria o mais ajustado para o levantamento de um Sistema de Forças, que pudesse responder a empenhamentos no exterior, para além do emprego prioritário em território nacional?

Presentemente, subsiste a ideia de que num exército de voluntários poderá estar disponível uma melhor aptidão técnico-militar, (por via duma maior permanência nas fileiras), permitindo, desta forma, assegurar uma, também, melhor prestação em teatros de operações mais complexos e de maior risco.

Contudo, sendo reconhecido que as FA apresentam um significativo *gap* tecnológico, por razão da falta de investimento suficiente nos respetivos equipamentos e sistemas de armas, uma suposta **mais-valia técnica** obtida pelos voluntários na operação desses sistemas tem dado lugar a uma **falácia tecnológica**, que importa desmistificar, uma vez que fará pouco sentido justificar o presente modelo de prestação de serviço, com o argumento de especiais competências para a operabilidade dos equipamentos ao serviço...

Por outro lado, um eventual reforço da qualidade da aptidão técnico militar nem sempre estará na razão direta da disponibilidade do militar para o combate, uma vez que a qualidade do enquadramento e a consciência de estar ao serviço da comunidade e do País são variáveis determinantes para que o militar, independentemente de ser voluntário ou conscrito, possa encontrar as razões suficientes para uma maior disponibilidade para combater.

5ª Questão:

Um SMN poderia incluir uma dimensão de serviço cívico, orientada para uma componente não armada?

Nos dias de hoje, é atribuída uma progressiva relevância às funções não militares que as FFAA desenvolvem; nesse sentido, num modelo com uma **componente armada e outra não armada**, seria expectável que esta última pudesse vir a constituir-se como uma opção preferencial sobre a primeira, por parte dos jovens cidadãos, por se perceberem como uma opção menos exigente e melhor aceite socialmente, podendo,

assim, transformar-se na **regra**, e a componente militar armada na **exceção**.

6ª Questão:

O modelo de SM a adotar deveria ser condicionado pelo quadro das alianças internacionais de que o País faz parte, ou deveria ter em consideração, exclusivamente, a defesa e a segurança do espaço territorial nacional, da sua soberania e das respetivas populações?

Atualmente, não sendo percecionado um vínculo suficientemente justificado, por parte da sociedade, entre o empenhamento das FA no exterior e os interesses intrinsecamente nacionais, na defesa da soberania nacional e da integridade territorial, a hipótese da prestação de SM assumir um **modelo misto**, repartido entre o voluntariado e a conscrição, poderia, de certa forma, compatibilizar as repostas à questão colocada.

7ª Questão:

Perante um quadro de interrogações desta natureza, um modelo de SM profissionalizante, de longa duração, poderia considerar-se como uma opção válida, face à realidade socioeconómica e cultural do País?

Algumas interrogações obrigariam a um especial cuidado na análise desta modalidade, começando por considerar que o conjunto de especialidades militares, com eventual interesse no mercado de trabalho civil, é reconhecidamente limitado, reduzindo drasticamente as possibilidades da integração laboral, no final do tempo de serviço.

Deste modo, poderia fazer pouco sentido **aumentar a permanência nas fileiras**, uma vez que essa situação não melhoraria a ocupação profissional dos militares à saída, indo, por sua vez, comprometer o respetivo desempenho operacional, pelo fator etário associado.

No final, poder-se-ia estar perante cidadãos **demasiado velhos** para serem soldados, contudo **demasiado novos** para poderem usufruir duma cobertura suficiente, por parte da Segurança Social.

8ª Questão:

Ainda que a prestação de SM se baseie num quadro de valores imutáveis e não transacionáveis, não seria legítimo avaliar o modelo a levantar numa ótica de custo e de utilidade (eficácia)?

É reconhecido que a implementação de modelos baseados no SM voluntário não se tem refletido em poupanças orçamentais significativas nos países em que foram adotados, levando à desmistificação da **falácia económica** que lhes está associada.

Por outro lado, na avaliação da utilidade do modelo a seguir, dever-se-ia ter em conta as mais-valias resultantes do cultivo de novas capacidades (**capital humano**) de novas relações humanas (**capital social**) e de novos códigos de conduta e de comportamento (**capital cultural**), em favor do universo de conscrição, pondo em causa a **falácia ocupacional** relativa a uma pressuposta reduzida utilidade de um modelo de prestação SM geral e universal.

9ª Questão:

Igualmente, como relevante, para poder responder à necessidade de garantir a disponibilidade de uma Reserva de Recrutamento (RR) que permitisse o crescimento de Forças, quando necessário (em estado de crise ou guerra), impunha-se refletir sobre qual poderia ser o modelo de prestação de SM mais adequado a esta exigência?

As significativas modificações no quadro geopolítico internacional aconselham decisivamente o levantamento de mecanismos capazes de garantir um processo de mobilização eficiente e credível, sendo reconhecido que um modelo de prestação de **serviço geral e universal**, pelo carácter da sua abrangência, poderia ser aquele que melhor assegurasse uma resposta com maior adequabilidade e prontidão.

10ª Questão:

Por último, importaria conhecer qual a vontade política do País e a capacidade financeira do Estado para implementar um modelo de prestação de serviço militar que pudesse dar resposta às necessidades das FA, no quadro das missões que lhes está designado?

A devida **sustentação orçamental** do aparelho militar constitui-se como fator indispensável para o efetivo cumprimento dos objetivos da política de Defesa Nacional, obrigando o Estado a ter na devida conta o quadro global de encargos com as FA, devendo, no entanto, ter em consideração, também, as exigências impostas pelo desenvolvimento económico e social do País.

Apenas, no quadro de uma aprofundada reflexão sobre esta questão, se poderia avaliar sobre qual a **capacidade financeira** que o País tivesse

como disponível para encontrar, bem como da **vontade política** que os seus governantes pudessem deter, para decidir sobre qual a política de Defesa Nacional a perseguir, qual a organização de FA a assegurar, e, não menos importante, sobre qual o **modelo de prestação de SM** a adotar.

Perante a relevância das questões levantadas e a premência de se encontrarem as respostas mais adequadas para as mesmas, não poderá deixar de se assinalar, contudo, o estranho e sistemático alheamento de sucessivos governos sobre quais as políticas a perseguir, neste domínio.

No mesmo sentido, dificilmente, se poderá entender a posição reiteradamente assumida por entidades com as mais elevadas responsabilidades políticas, no âmbito da Defesa Nacional e das FA, ao afirmarem que qualquer forma de prestação de SM geral e universal (*de conscrição*) não caberia, de forma alguma, no quadro das opções a considerar sobre o modelo a perseguir.

Toda esta convicção, no entanto, sem dar a conhecer quais os estudos e trabalhos que a tivessem fundamentado e, sobretudo, sem nunca ter havido a oportunidade de conhecer a opinião dos portugueses sobre esta matéria, através de um indispensável debate público, que nunca existiu, uma vez que o poder político, de forma reiterada, nunca teve a coragem de o proporcionar.

Toda esta convicção, no entanto, sem dar a conhecer quais os estudos e trabalhos que a tivessem fundamentado e, sobretudo, sem nunca ter havido a oportunidade de conhecer a opinião dos portugueses sobre esta matéria, através de um indispensável debate público, que nunca existiu, uma vez que o poder político, de forma reiterada, nunca teve a coragem de o proporcionar.

Muito Obrigado

*** * ***

Intervenção do Prof. Doutor João Confraria (UCP)



Mudanças na regulação da economia internacional e a política económica portuguesa

Nos últimos anos a ordem económica internacional mudou. Nesta apresentação vou abordar dois aspetos dessas mudanças: em primeiro lugar, a emergência do que alguns chamam o mundo pós liberal, associada à mudança da posição dos Estados Unidos sobre a globalização e, em segundo lugar, a evolução do conceito de defesa na regulação internacional do comércio e do investimento. Envolvidos por estas mudanças, o problema fundamental para nós, portugueses, é perceber como é que nos podemos adaptar e procuro identificar alguns dos problemas a resolver para o efeito.

1. A emergência do mundo pós-liberal

Depois da segunda guerra mundial os Estados Unidos procuraram organizar a economia internacional num quadro de multilateralismo com base em dois princípios liberais:

- O comércio livre;
- A liberdade de investimento multinacional e a garantia dos direitos de propriedade dos investidores estrangeiros.

No que diz respeito ao comércio livre, depois da tentativa falhada de constituir a Organização Internacional de Comércio, as coisas correram a gosto nas décadas seguintes com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e, depois, com a Organização Mundial de Comércio (OMC).

No que diz respeito ao investimento estrangeiro, não foi possível criar um quadro multilateral de regulação, apesar de algumas tentativas feitas no âmbito da ONU e da OCDE. Prevaleceu o bilateralismo. E assim investimento estrangeiro tem sido enquadrado por um regime de tratados bilaterais de investimento, entre o país recetor e o país sede da empresa investidora.

Foi um regime que se começou a popularizar na década de 1960, tendo muitas vezes como base um acordo assinado no final dos anos 50 entre a Alemanha e o Paquistão. Permitiu proteger os interesses dos investidores estrangeiros, num grau porventura superior ao que se poderia ter conseguido num acordo multilateral.

Do lado financeiro, o sistema de Bretton Woods, garantia as condições internacionais de pagamentos indispensáveis ao crescimento do comércio e do investimento internacionais.

Neste contexto, a dimensão e a dinâmica da economia americana permitiam o acesso ao mercado americano que funcionou como um dos motores da recuperação e do crescimento económico da Europa Ocidental, do Japão e de outras economias de mercado asiáticas. Ao mesmo tempo, a superioridade militar americana garantia que o comércio e o investimento internacional poderiam evoluir dentro das regras gerais estabelecidas, sem que estas fossem fundamentalmente ameaçadas por adversários.

E assim, o comércio internacional cresceu na segunda metade do século XX e na primeira década do século XXI. Emergiram grandes economias exportadoras, como o Japão, a Alemanha e, depois a Coreia do Sul, Taiwan, assim como outros países europeus e asiáticos.

Com isto reduziu-se a posição dominante americana no comércio internacional, o que não foi inicialmente motivo de grandes preocupações para os americanos. Também não foi preocupação o aparecimento de défices da balança comercial americana. Esta falta de preocupação decorria de vários fatores.

Em primeiro lugar, os Estados Unidos não poderiam manter o peso que tinham na economia internacional em 1950 e, ao mesmo tempo, promover a recuperação económica na Europa e na Ásia. E o seu objetivo era nessa altura promover a recuperação económica da Europa e do Japão, e de outras economias de mercado asiáticas.

Em segundo lugar, esta erosão da posição relativa americana não ameaçava os pilares essenciais do sistema que eram a posição do dólar como moeda de reserva, a liderança tecnológica americana em setores estratégicos e a superioridade militar americana.

A posição do dólar como moeda de reserva no sistema de Bretton Woods, e que ainda permanece, designada na década de 60 como privilégio exorbitante, por Giscard d'Estaing, significa que os Estados Unidos são o único país do mundo que não tem de se preocupar com défices da

balança comercial. Podem sempre financiá-los imprimindo mais dólares. Para obter os mesmos dólares, os outros países têm de exportar bens e serviços.

Depois, é bom não esquecer que, durante este período, os Estados Unidos mantiveram uma posição de liderança tecnológica e económica global em vários setores, designadamente: aeroespacial, semicondutores, informática, defesa, aviação civil, biotecnologia, indústrias médicas e farmacêuticas, agricultura com maior intensidade tecnológica, investigação fundamental e desenvolvimento de inovações e indústrias culturais. E a Alemanha e o Japão não queriam disputar a superioridade tecnológica e militar americana, nem antes, nem depois da queda do Muro de Berlim.

Em terceiro lugar os EUA estavam dispostos a perder quota de mercado para países que partilhavam os mesmos princípios, democracia representativa e economia de mercado, dentro da garantia de segurança global que ofereciam. E assim aceitaram mais ou menos tranquilamente a emergência de grandes potências exportadoras globais, como a Alemanha e o Japão e a emergência de potências exportadoras setoriais, como a Coreia do Sul e Taiwan.

A participação da China na economia internacional, desde finais da década de 70 não perturbou fundamentalmente este sistema, nem a sua entrada na OMC, no início deste século, aliás apoiada pelos Estados Unidos. A China não era vista como uma ameaça à supremacia global americana, económica, tecnológica e militar e havia a expectativa de que com a sua participação na economia internacional se abrisse mais ao exterior e se democratizasse. Aliás havia mesmo quem entendesse que isso era inevitável porque, no início deste século, ainda se achava que não era possível criar fronteiras na internet correspondentes às fronteiras nacionais. Nas palavras atribuídas ao Presidente Clinton, tentar controlar a internet era o mesmo que tentar pregar gelatina a uma parede. E acreditava-se que a internet tinha um grande potencial para forçar o fim de regimes não democráticos.

Nos últimos anos, esta ordem económica internacional tem estado a ser modificada, em boa medida pelos próprios Estados Unidos. E isto sucedeu porque deixaram de se verificar três dos seus pressupostos, com o crescimento da China nas duas últimas décadas.

Em primeiro lugar a China controlou mesmo a internet. Gastou e gasta muito dinheiro com isso, mas conseguiu. E as suas instituições não se aproximaram das instituições típicas das democracias representativas.

Pelo contrário, sob a liderança do Partido Comunista, consolidou-se o controlo do Estado, na vida política, na vida económica e, cada vez mais facilmente, com o controlo da internet, na vida social.

Em segundo lugar, a China tornou claro, designadamente através da apresentação dos seus planos de desenvolvimento, que pretendia ter a liderança tecnológica global, em indústrias civis e militares.

Em terceiro lugar, a China questiona o que até há pouco tempo era a superioridade militar incontestada dos Estados Unidos, sobretudo no que agora se resolveu chamar o Indo-Pacífico.

Isto determinou uma alteração da ordem económica internacional que os Estados Unidos tinham como desejável.

As políticas protecionistas passaram a ter maior aceitação, fosse por uma questão de princípio, com o Presidente Trump, fosse de forma mais estratégica, com o presidente Biden. Atualmente a política industrial tem um papel central na política americana, com o Estado a ter um papel fundamental a direcionar investimentos privados para as indústrias consideradas prioritárias, assim como a intervir nos valores investidos, designadamente através da concessão de grandes subsídios ao investimento. E, na medida do necessário, essa política industrial pode ser completada com medidas seletivas de protecionismo, em matéria comercial, ou de restrições ou incentivos ao investimento estrangeiro consoante o caso.

Curiosamente, é o tipo de políticas mais associadas à intervenção do Estado para acelerar a recuperação do atraso económico, como as adotadas pelos governos japonês e sul-coreano no terceiro quartel do século XX. O problema americano não é, obviamente, recuperar de “atraso” económico. Para o governo americano o problema é manter a liderança tecnológica e económica em indústrias consideradas como prioritárias e assegurar a resistência das cadeias de abastecimento face a ameaças naturais ou geopolíticas. Ao mesmo tempo, essa superioridade tecnológica é entendida como necessária para manter a superioridade militar.⁸

Dir-se-á que os Estados Unidos tiveram este objetivo de liderança tecnológica e económica desde o final da segunda guerra mundial, assim como políticas em conformidade. É um facto. A novidade está na expansão das atividades em que a intervenção do Estado é considerada como

8 Ainda assim, há quem considere estas políticas como “desenvolvimentistas”, pedindo emprestada a palavra associada às políticas de alguns países em desenvolvimento. Veja-se Atkinson, R., Lind. M., 2019, “National Developmentalism: From Forgotten Tradition to New Consensus”, *American Affairs*, May 20.

prioritária. Já não estão limitadas à investigação e desenvolvimento nem às indústrias de defesa. Passaram a incluir as energias renováveis, as cadeias de valor associadas à descarbonização e à eletrificação dos transportes, minérios raros, os semicondutores ou a cibersegurança.

Além disto, foram impostas algumas restrições ao comércio e aos investimentos internacionais. Foi desvalorizada a OMC e houve um novo enfoque em atrair investimentos para os Estados Unidos.

Um outro aspeto desta mudança foi a utilização sistemática de sanções económicas sobre indivíduos, empresas e países, que por definição são barreiras ao comércio e ao investimento.⁹

Como é que estas mudanças têm influência em Portugal?

Em primeiro lugar, Portugal está na União Europeia, que não é alheia a iniciativas de política industrial iniciadas a nível da União,¹⁰ ou por Estados Membros e que dedica uma parte substancial do seu orçamento a apoiar investimentos de vária ordem. No entanto, um dos principais objetivos fundamentais nos apoios da União Europeia ao investimento tem sido a convergência económica e social – um pouco afastada do quadro de política industrial estratégica americana. Recentemente o Plano de Recuperação e Resiliência introduziu novas dimensões no apoio público ao investimento, nos domínios da transição climática, da transição digital e da resiliência, aproximando-se de uma visão mais estratégica dos apoios do Estado, ainda que, salvo melhor opinião, num quadro menos reativo às condições geopolíticas do que a política americana. Ao mesmo tempo a União Europeia tem tido, pelo menos em termos de retórica do discurso político, uma atitude mais favorável ao comércio internacional e à sua regulação num quadro multilateral do que os Estados Unidos.

Há um problema de fundo nas políticas europeias, neste novo quadro internacional. A atual política americana, tal como a anterior, parte de uma visão integrada da política de defesa, da política interna e da política externa. E em boa medida alarga o âmbito da política de defesa, para nela incluir áreas tradicionalmente integradas na política industrial. Na União Europeia, é mais difícil fazer isto. A definição da política

9 Isto tem outra dimensão, preocupante, se tivermos em conta o papel que o decreto megariano de Péricles, através do qual Atenas isolou a cidade de Megara, cujos mercadores ficaram impedidos de fazer comércio nas áreas controladas por Atenas e que será o primeiro grande caso de sanções registado na História, terá tido na origem das guerras do Peloponeso.

10 Veja-se, entre outros, EC, 2017, *Investing in a smart, innovative and sustainable Industry A renewed EU Industrial Policy Strategy*, Com (2017) 479.

comercial externa e da regulação do mercado interno é feita a nível das instituições europeias, mas a política de defesa e a política externa são definidas sobretudo a nível nacional. Neste contexto, não surpreende a dificuldade que os europeus, União e Estados Membros, têm tido em lidar com a nova política americana.

Entre nós, além dos objetivos de aproveitar os fundos comunitários, não se tem feito muito nos últimos anos de forma autónoma em termos de política industrial. Uma exceção a nível setorial foi a política de apoio às energias renováveis, que suscitou apreciável polémica.

Esta situação, típica deste século, é relativamente nova. O país teve tradicionalmente uma política industrial bastante ativa, quer antes, quer depois do 25 de abril, mesmo depois da adesão às então Comunidades Económicas Europeias. As limitações atuais terão a ver com o predomínio de uma certa desconfiança em relação à política industrial, por sua vez relacionadas com a anterior visão liberal da ordem económica internacional e, também, com uma apreciação crítica de algumas falhas da anterior política industrial.

Com a nova política americana, a política industrial tem um enquadramento internacional mais favorável. Foram, por agora, esquecidos os argumentos que a desvalorizavam, assentes na predominância do mercado e na desvalorização do papel dos Estados na economia internacional.

Assim, sem grandes restrições ideológicas ou internacionais sobre o assunto, julgo que o nosso problema é saber se o Estado tem capacidade de ir além do quadro das políticas comunitárias e se consegue definir e executar políticas próprias adequadas às necessidades do país. É um problema grande. A política industrial tem bastantes riscos e os Estados que a adotam devem fazê-lo em função das suas capacidades. Salvo melhor opinião, é de duvidar das capacidades atuais do estado português para fazer uma reflexão estratégica em termos de política industrial que vá além do que temos nos programas financiados por fundos comunitários.

Neste contexto, julgo que uma boa hipótese de trabalho é admitir que as indústrias de defesa são uma área natural para uma política industrial ativa. O Estado aqui é incontornável e ainda retém capacidades próprias de análise. Será possível reforçar algumas iniciativas já existentes?

Uma política industrial ativa na área da defesa, incluindo equipamentos e serviços de uso dual, tem ainda a vantagem de promover a defesa como fonte de emprego e de tecnologia – ou seja como um elemento

importante da capacidade produtiva do país – e não só como parte da procura, como fonte de despesa pública. Isso também poderia contribuir para mudar a forma como o público em geral entende a política de defesa nacional.

Para uma política deste género precisamos de um Estado capaz de, pelo menos:

- Identificar investimentos prioritários;
- Identificar áreas viáveis de I&D;
- Criar condições para a sua execução, por empresas privadas ou entidades públicas;
- Identificar riscos e políticas de resposta;
- Ter alguma capacidade de planeamento – ou, se não se quiser dizer assim, pode dizer-se ter capacidade de definição de uma estratégia;
- Resolver os problemas de risco moral usualmente associados à intervenção do Estado, como por exemplo garantir o controlo de custos e gerir os riscos de insucesso.

Ou temos, ou não temos Estado para isto. E se não temos, somos capazes de fazer o necessário para vir a ter?

2. A evolução do conceito defesa na regulação do comércio internacional e do investimento estrangeiro

A ordem económica internacional depois da segunda guerra mundial dependeu de separação, relativamente estável e implicitamente aceite por todos, entre política de segurança nacional e política económica.¹¹

Esta separação é muito evidente no GATT e na interpretação que na prática lhe foi dada. Tem uma exceção para assuntos de defesa e segurança, com origem na posição americana que procurava criar condições para que o Ocidente estivesse sempre preparado para os vários desafios da Guerra Fria. Logo em 1947 previa-se que nada no acordo pudesse ser interpretado como exigindo a qualquer parte contratante o fornecimento de informação que (essa parte) considerasse como essencial para os seus interesses essenciais de segurança ou impedindo qualquer

11 Heath, J., 2019, "The National Security Challenge to the Economic Order", 129 *Yale Law Journal* 1020.

parte contratante de tomar qualquer ação que (essa parte) considerasse necessária para proteger os seus interesses essenciais de segurança.¹²

Cada parte, i.e., cada país, é que definia o que considerava ser os seus interesses essenciais de segurança – o que os EUA e os seus aliados sempre deixaram claro. Em caso de desentendimento, o melhor era resolver o assunto por via diplomática, e não por via legal, através do mecanismo de resolução de conflitos do GATT e, depois, da OMC. Uma abordagem semelhante foi adotada para os acordos bilaterais de investimento – com os Estados Unidos a reafirmar explicitamente este princípio em 2004.

A supervisão que se exercia nas áreas de segurança e defesa permitia impor limitações ao comércio e ao investimento. As atividades que não eram de segurança, não tinham esta supervisão. Admitia-se que o Estado não devia intervir nos investimentos, a não ser por razões de salvaguarda da concorrência, defesa do consumidor ou outras da mesma natureza. O objetivo de segurança nacional seria invocado de forma excepcional. A ideia era promover o comércio e o investimento internacional, valorizando-se a hipótese de que o comércio e o investimento iriam contribuir para a paz e para a segurança internacionais.

Mas agora há alterações fundamentais a esta forma de ver a economia internacional:¹³

- O conceito de segurança nacional deixou de ser estável.
- Não há consenso sobre a ordem económica global.

Quanto ao primeiro aspeto, o conjunto de atividades que atualmente integra o conceito de segurança nacional é muito maior e mais diversificado do que era há, por exemplo, 30 anos. O argumento da defesa e da segurança aparece num número cada vez maior de casos para excluir da aplicação das regras internacionais de comércio e de investimento uma determinada empresa, um determinado negócio, um determinado setor de atividade. Na prática, a política económica é cada mais condicionada pela política de defesa.

Deve dizer-se que isto acontece não só através da interpretação dada às exceções de segurança nacional nos acordos internacionais. Acontece também através da legislação adicional que tem vindo a ser introduzida. Por exemplo, na União Europeia, o número de indústrias em que se

12 Artigo XXI do Acordo GATT de 1947.

13 Heath, J., 2019, "The National Security Challenge to the Economic Order", 129 *Yale Law Journal* 1020.

admite um controlo prévio dos investimentos estrangeiros por razões de segurança tem aumentado. Um novo Regulamento veio dar aos Estados Membros e à Comissão uma capacidade muito alargada de intervenção.¹⁴

Quanto ao segundo aspeto tem-se uma situação aparentemente contraditória. Atualmente todos os países integram as organizações multilaterais, e dizem reger-se pelas mesmas regras. O problema é que deixou de haver consenso sobre estas regras. A interdependência económica deixou de ser vista como algo que poderia promover a paz e passou a ser vista como um risco e uma fragilidade. Por este motivo, a política económica externa passou a fazer parte da política externa e da política de defesa – muito além daquilo a que por aqui chamámos, há alguns anos, a diplomacia económica.

Ora, tudo isto representa um desafio em termos europeus. Há, como já se disse antes, um problema de coerência nos processos de decisão

14 Regulamento (EU) 2019 / 452 de 19 de março de 2019. Veja-se designadamente o seu artigo 4º, que diz respeito aos fatores que podem ser tomados em consideração pelos Estados-Membros ou pela Comissão, para determinar se um investimento direto estrangeiro é suscetível de afetar a segurança ou a ordem pública:

- a) As infraestruturas críticas, sejam elas físicas ou virtuais, incluindo a energia, os transportes, a água, a saúde, as comunicações, os media, o tratamento ou armazenamento de dados, a infraestrutura aeroespacial, de defesa, eleitoral ou financeira e as instalações sensíveis, bem como os prédios rústicos e urbanos essenciais para a utilização de tais infraestruturas;
- b) As tecnologias críticas e os produtos de dupla utilização na aceção do artigo 2º, ponto 1, do Regulamento (CE) nº 428/2009 do Conselho incluindo a inteligência artificial, a robótica, os semicondutores, a cibersegurança, a indústria aeroespacial, a defesa, o armazenamento de energia, as tecnologias quântica e nuclear, bem como as nano e biotecnologias;
- c) O aprovisionamento de fatores de produção críticos, incluindo a energia ou as matérias-primas, bem como a segurança alimentar;
- d) O acesso a informações sensíveis, incluindo dados pessoais, ou a capacidade de controlar essas informações; ou
- e) A liberdade e o pluralismo dos media.

Neste contexto, os Estados-Membros e a Comissão podem também ter em conta:

- a) Se o investidor estrangeiro é controlado direta ou indiretamente pelo governo, incluindo os organismos estatais ou as forças armadas, de um país terceiro, nomeadamente através da estrutura de propriedade ou de um financiamento importante;
- b) Se o investidor estrangeiro já esteve envolvido em atividades que afetassem a segurança ou a ordem pública num Estado-Membro; ou
- c) Se existe um risco grave de o investidor estrangeiro se envolver em atividades ilegais ou criminosas.

política na Europa. A regulação do mercado, do mercado interno e a política comercial externa são definidas a nível das instituições europeias, a política de defesa a nível nacional. Os conceitos de segurança nacional dos Estados Membros são compatíveis entre si e têm tradução na atividade da União em matéria de comércio internacional? É possível agir de forma coerente e eficaz neste contexto? Vamos acabar por descobrir – e, eventualmente, por mudar de contexto.

3. Comentários finais

A alteração do quadro regulativo do comércio internacional e do investimento estrangeiro que tem vindo a ser promovida pelos Estados Unidos reforça o papel da política, e das políticas de defesa em particular, na política económica e nas relações económicas internacionais. Na União Europeia e em Portugal, a adaptação às novas condições não é imediata. Envolve a resolução de problemas de coordenação institucional entre os Estados Membros e as instituições europeias. Num país como Portugal, será necessário ponderar as capacidades de intervenção do Estado na economia, no processo de decisão europeu, e na própria definição do que, em cada caso, seja o interesse nacional como condição prévia para uma intervenção eficaz.

*** * ***

**Intervenção da Prof.^a Doutora Ana Santos Pinto
(NOVA FCSH)**



*Excelentíssimas Autoridades Civas e Militares,
Minhas senhoras e meus senhores,*

Começo por agradecer ao Presidente da Direção do Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI), o Senhor General Pinto Ramalho, o amável convite para participar neste Seminário; mas, acima de tudo, pela oportunidade para, espero eu, contrariar – e permitam-me que cite Sua Excelência o Senhor Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, numa intervenção no Instituto da Defesa Nacional no passado dia 28 de março – “*o suposto desinteresse das mulheres nos temas da defesa e segurança nacionais*”.

É, por isso, uma honra e privilégio ser a única mulher académica a fazer parte deste tão prestigiado leque de palestrantes, que ao longo do meu percurso profissional tenho ouvido atentamente e reconheço como referências, em diversas áreas do conhecimento.

Também por este motivo, foi com muito gosto que prontamente aceitei o desafio que me foi proposto, para contribuir, no âmbito das minhas competências, para o debate que este seminário e, em particular este painel, pretende promover: um debate sobre as Políticas Públicas de Segurança e Defesa Nacional.

Por rigor intelectual, creio que devo contextualizar o trabalho de investigação que tenho realizado e no qual assenta esta intervenção. A minha formação académica é em Ciência Política e Relações Internacionais, pelo que analiso a Defesa Nacional através dos instrumentos epistemológicos e metodológicos aplicados às políticas públicas.

Neste âmbito, analiso a Defesa Nacional enquanto um processo complexo e contínuo, composto por conjuntos de decisões, ações e recursos, que procuram solucionar ou mitigar problemas ou questões de interesse

público. Assim, e tal como se aplica às restantes áreas setoriais, a análise da Defesa Nacional enquanto política pública inclui:

- A definição de agenda (ou seja, a forma como o problema ou questão é colocado a debate no espaço público);
- A definição de objetivos e estratégias (pelos grupos de interesse e agentes envolvidos, assim como pelos decisores);
- O processo de decisão (isto é, as opções apresentadas face à informação disponível e ao contexto de decisão); e
- A avaliação de resultados e respetiva correção de problemas que venham a ser identificados.

Qualquer processo de análise de políticas públicas é, por natureza, cíclico, até ao momento em que o problema ou questão que lhe deu origem fique resolvido e deixe de fazer parte da agenda e do debate público.

O modelo de análise de políticas públicas que utilizo na minha investigação é, essencialmente, *institucional, descritivo e explicativo* – uma vez que procuro identificar as causas e consequências dos processos de decisão nacionais – em Portugal – complementando esta análise com uma abordagem comparativa, à escala europeia e euro-atlântica (em virtude da inserção de Portugal em estruturas e organizações regionais e internacionais).

Não recorro a abordagens *normativas*, que analisam os processos face a um entendimento do que ‘deveria ser’, ou numa lógica prescritiva. É uma outra abordagem possível à análise de políticas públicas, mas à qual não recorro por opção epistemológica e metodológica.

No que diz respeito ao tema deste painel, e sem prejuízo da inerente interligação entre diversas áreas de política, o objeto da minha investigação é a Defesa Nacional – nas suas dimensões militar e civil – e não as políticas de segurança nacional, que envolvem outros problemas e questões, outros debates, grupos de interesse e decisores.

Feita esta contextualização, e tendo como ponto de partida o documento reflexivo publicado pelo GREI, em 2022, intitulado “As Forças Armadas e o seu enquadramento estratégico e funcional”, gostaria de partilhar algumas observações resultantes do meu trabalho de investigação, relativas à política de Defesa Nacional como política pública.

Entender a Defesa Nacional como uma política pública significa que a consideramos como um conjunto de processos, decisões, ações

e recursos que se estruturam em diversas **subáreas de políticas públicas**, como por exemplo: Prestação do serviço militar; Políticas de planeamento, aquisição e manutenção de Equipamentos; Ensino Militar; Saúde Militar; Ação Social Complementar; Políticas para os Antigos Combatentes; Políticas para os Deficientes das Forças Armadas; Política de gestão de infraestruturas militares, ou Economia de Defesa.

Todas estas subáreas, onde se interligam as dimensões civil e militar, no seu conjunto contribuem para o cumprimento dos objetivos e missões da Defesa Nacional.

Tal como refere o documento de reflexão publicado pelo GREI, em 2022, existe uma *"homogeneidade e estabilidade no conjunto de princípios constitucionais sobre a defesa nacional"* (p. 9), designadamente os seus objetivos (constantes no art.º 273º da Constituição da República Portuguesa) – "garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas" – e as missões atribuídas às Forças Armadas (definidas no art.º 275º da Constituição da República Portuguesa): Defesa militar da República; Cumprimento de compromissos internacionais do Estado Português, designadamente em missões humanitárias e de paz; e Colaboração em missões de proteção civil e ações de cooperação técnico-militar.

Mas tal como também salienta o referido documento publicado pelo GREI, a Defesa Nacional – à semelhança de outras áreas políticas – tem passado por mudanças profundas, resultado de opções políticas e da adaptação às transformações ou tendências emergentes em Portugal e no mundo (p.9).

Este pressuposto é absolutamente fundamental para a compreensão e análise dos processos de decisão em políticas públicas.

Cada opção política é definida num determinado contexto, à luz da interpretação dos decisores face à informação que têm disponível naquele momento e que resulta do debate público, da participação dos diversos grupos de interesse, e da análise de dados quantitativos e qualitativos identificados, que apoiam o processo de decisão.

Decisores que, no caso de Portugal, são democraticamente eleitos e responsabilizáveis pelo sistema político institucional existente, bem como

pela avaliação da opinião pública, designadamente através do debate público ou atos eleitorais.

Decisores que, no caso da Defesa Nacional – o Presidente da República, a Assembleia da República e Governo – têm de articular e conciliar a política de Defesa Nacional com as restantes áreas política, e respetivas necessidades, bem como com as evoluções manifestadas pela sociedade portuguesa e, numa dinâmica comparativa, no contexto internacional.

Ou seja, a formulação de políticas e a decisão em matérias de Defesa Nacional, que é sem dúvida uma área central ao exercício da soberania do Estado, não pode deixar de ter em consideração outras questões de interesse público e necessidades sociais, que se expressam no debate público e se apresentam como potenciais prioridades aos mesmos decisores.

Da análise da informação (documental e oral) que até ao momento me foi possível recolher – que está longe de ser completa, pelo extenso número de subáreas, processos e baliza temporal definida (*1974-1986-actualidade*), mas que por agora é possível aplicar através de mecanismos de amostragem de processos de decisão – existem algumas observações preliminares que gostaria de partilhar:

1. Embora, em termo conceptuais, a política de defesa nacional seja uma, no seu conjunto, os **processos de decisão tendem a ser compartimentados em função das várias subáreas que a Defesa Nacional inclui.**

Este padrão de comportamento, verificável em diferentes momentos políticos e sociais – e que pode ter várias variáveis explicativas, que mais à frente referirei – condiciona a existência de uma abordagem integrada à política de defesa nacional, em detrimento da resolução ou mitigação de problemas e questões particulares, em momentos conjunturais e, muitas vezes, motivados por situações de designada 'crise'.

Por outras palavras, **a política Defesa Nacional tende a ser a soma das partes que a constituem e não uma unidade ou um todo dos seus componentes.**

2. Embora os decisores (que acima referi) sejam, no essencial, comuns, existe uma **distribuição de competências distinta** consoante as diferentes subáreas da Defesa Nacional, o que promove a **disseminação da ação dos diversos**

agentes e grupos de interesse¹⁵, que procuram influenciar, legitimamente, a decisão, nas diferentes etapas do processo.

Acresce que, **em cada subárea**, existem **órgãos com competências específicas** – desde o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, aos Chefes dos Ramos; órgãos de consulta, como o Conselho Superior de Defesa Nacional, o Conselho Superior Militar e o Conselho de Chefes de Estado-Maior – a que se seguem as estruturas institucionais, em que se incluem as entidades que compõem a estrutura orgânica do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas, responsáveis pela implementação das decisões.

Gostaria de deixar bem claro que não há nada de errado ou inadequado nesta forma de organização. Ela decorre, naturalmente, dos desenvolvimentos políticos e sociais, das relações civis-militares e da cultura organizacional que se foi consolidando em Portugal ao longo de décadas.

Mas, em termos práticos, **resulta numa rede complexa de definição e implementação de múltiplas políticas**, que **condiciona a fluidez entre as várias etapas dos processos** e torna mais complexa e difícil a articulação e conciliação, quer no seio da política de Defesa Nacional, quer desta com outras áreas políticas.

3. Tal como acontece noutras áreas de governação – e noutros contextos nacionais, conforme demonstrado pela literatura existente – a **participação dos agentes e grupos de interesse** – que procuram influenciar o processo de decisão – inicia-se na primeira fase do processo – a definição de agenda e apresentação do problema no espaço público e continua até à fase de avaliação de resultados e identificação de propostas de solução.

15 Recorrendo à literatura em Ciência Política, entendem-se por 'Agentes' os indivíduos ou grupos que agem em nome de outros, em representação dos seus interesses e participando no processo político. Como exemplos destacam-se personalidades de reconhecimento mérito, académicos, antigos decisores ou funcionários de estruturas institucionais.

Seguindo o mesmo enquadramento concetual, que analisa as relações entre o Estado e a sociedade, entendem-se por 'Grupos de Interesse' as organizações formais e informais que representam os interesses de determinados setores da comunidade, com o objetivo de influenciar o processo político de acordo com os seus interesses e objetivos. São uma parte fundamental do processo político e da democracia representativa, porque refletem as diferentes perceções, abordagens e necessidades da sociedade.

Esta participação é, também ela cíclica, reiterando a pertinência dos respetivos interesses e objetivos, e manifestando as diferentes perceções, abordagens e necessidades de cada grupo.

Esta participação é, também ela compartimentada por subáreas da política de defesa nacional. Ou seja, **aprofunda a ausência de opções assentes numa lógica integrada, que mapeiem a interligação entre as diferentes subáreas da política de Defesa Nacional e a existência de uma lógica sistémica** entre elas.

4. E quais serão as variáveis explicativas para esta compartimentação?

Salientando que a investigação está longe de uma adequada validação empírica, fundamental à produção de conhecimento científico, gostaria de partilhar o que entendo, neste momento, serem **algumas hipóteses explicativas** a considerar.

- a) O desenvolvimento da política de Defesa Nacional e a consolidação da estrutura das Forças Armadas portuguesas, no período democrático, foi evoluindo de acordo com **as transformações e ajustamentos no contexto político e social em Portugal**, ao longo das últimas cinco décadas. Promoveu-se, gradualmente, um processo de subordinação da instituição militar ao poder político, característico e central aos regimes democráticos, e foram-se alterando e expandindo as necessidades, problemas e questões a incluir na política pública de Defesa Nacional.

A conciliação dos diferentes legados institucionais, das competências constitucionais, políticas, técnicas e operacionais, bem como a crescente interligação com outras áreas de política, geraram um complexo puzzle em que nem sempre as peças encaixam às primeiras tentativas, exigindo um contínuo processo de avaliação e adequação de necessidades e prioridades.

Tal como a literatura amplamente demonstra em múltiplos contextos e áreas de políticas públicas, a resistência – política e funcional – a processos de mudança faz parte das dinâmicas de transformação social.

O que parece **ausente**, designadamente no caso português, é a **adequada monitorização dos processos de ajustamento** (ou reforma, se preferirem), em função

das consequências (avaliadas a médio-prazo) e impactos (avaliados a longo-prazo).

Ou seja, o que designamos por 'ciclo de políticas públicas', em matérias de Defesa Nacional, tem sido marcado por constantes momentos de 'definição de agenda' – abordagem ao problema no debate público – numa lógica assente na compartimentação entre subáreas da política de Defesa Nacional e nos efeitos de curto-prazo. Isto significa que **o próprio debate público alimenta opções segmentadas** ou permitir a avaliação de consequências e impactos. Em síntese, o processo é ciclicamente reiniciado, sem dar tempo a uma adequada avaliação e monitorização.

- b) A par destas dinâmicas internas, verifica-se **o reflexo da pertença a organizações de âmbito externo com atribuições na área da Defesa** – em particular a Aliança Atlântica e, mais recentemente, a União Europeia – que influenciaram os modelos de organização e cultura institucional, ao nível político e militar.

Alteraram-se as tipologias de missões – cada vez mais expedicionárias, exigindo competências especializadas e equipamentos com crescente recurso a tecnologia de ponta – aumentaram as necessidades de destacamento para cargos e missões internacionais – com impacto nos recursos disponíveis para as necessidades estruturais – **e aprofundaram-se as relações com outras áreas de política**, como a política externa, a proteção civil, a saúde, a educação, formação profissional, a proteção social, a ciência, a economia, as finanças, entre outros.

Paradoxalmente, **embora estas alterações tenham um impacto transversal na política de Defesa Nacional, não contrariam – pelo contrário – a fragmentação entre subáreas.**

Os processos de decisão face à viabilidade de opções permanecem compartimentados por temas, muito embora com decisores comuns, que interagem em cada processo com a participação de agentes e grupos de interesse, também eles organizados por orientações e objetivos específicos.

- c) Por fim, uma terceira hipótese explicativa que podemos procurar validar, e que decorre das duas anteriores, é que

a **estrutura orgânica da Defesa Nacional e das Forças Armadas tende a expandir e multiplicar órgãos e entidades que consolidam a segmentação de políticas**, de uma forma tão específica e funcionalmente compartimentada, que **induz a uma tecnocratização das decisões**.

Se a tecnocracia pode ser definida, de forma simples, como a participação de técnicos e especialistas (não responsabilizáveis politicamente) no processo de decisão e de governo, ela levanta debates importantes sobre a sobrevalorização da autoridade técnica em detrimento da autoridade política, na definição de prioridades.

A crescente especialização da informação disponível ao processo de decisão, por um lado, dificulta o entendimento da opinião pública face aos problemas e questões de interesse público em debate e afasta a participação cívica alargada na discussão de prioridades e opções, fundamental ao funcionamento dos regimes democráticos.

Por outro lado, condiciona significativamente o processo de decisão política, uma vez que as opções apresentadas – e a informação disponível para apoio à decisão – se restringem à participação de grupos de peritos, com áreas de interesse e objetivos distintos. Esta especificidade funcional condiciona a interligação com outras áreas de política e a fluidez do fluxo de comunicação, o que, uma vez mais, aprofunda a segmentação de decisões e a ausência de uma política pública integrada, neste caso de Defesa Nacional.

Termino com o que gostaria que fosse entendido como uma síntese do meu contributo para este debate.

Embora não seja exclusivo à Defesa Nacional, a análise que consegui realizar até agora – e mais uma vez, saliento ser muito embrionária – demonstra três padrões de comportamento:

1. Ênfase da **definição de agenda e multiplicação de prioridades no debate público** – que consiste, apenas, na primeira etapa do 'ciclo de políticas públicas' – em detrimento da monitorização de efeitos a curto, médio e longo prazo;
2. Adoção de uma **abordagem crescentemente compartimentada e específica às múltiplas subáreas da Defesa Nacional** (por temas, funções ou áreas de interesse),

condicionando uma visão integrada e a adequada avaliação de causas, consequências e impactos transversais dos processos de decisão;

3. **Opções e propostas de solução para os problemas e questões identificados numa lógica marcadamente conjuntural**, por vezes sem atender adequadamente às dinâmicas de transformação numa perspetiva de médio e de longo-prazo, mas também sem atender adequadamente à viabilidade de aplicação, face às consequências e impactos transversais característicos da governação moderna.

Sabemos bem que *a espuma dos dias nos consome*. Porém, vantagem da investigação académica é poder produzir diagnósticos e propor soluções. O roteiro de decisão e implementação, afortunadamente, extravasa as competências da Academia.

Muito obrigada pela Vossa atenção.

*** * ***

A SESSÃO DE ENCERRAMENTO



A intervenção do PAG do GREI, Almirante F. de Melo Gomes



Em primeiro lugar, cumprimentando, quero saudar e agradecer a presença de VEXA Senhor Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas neste seminário numa época de desafios complexos para a segurança e defesa de Portugal evidenciando, como tem sido seu timbre, o interesse e apoio pelo debate livre e plural destas questões.

Aprendi com um grande fundador do nosso regime que “em democracia não há delito de opinião”. É neste enquadramento que o GREI tem procurado trazer à opinião pública e aos decisores políticos a sua contribuição para o que julgamos ser um dever de cidadania: a sensibilização da sociedade civil para uma cultura de segurança e de defesa, que tão afastada anda das preocupações dos portugueses, mesmo numa altura em que a guerra às portas da Europa causa centenas de milhares de baixas, um sofrimento indizível e gravíssimas consequências económico-financeiras e sociais no espaço europeu e também entre nós.

Julgo não existirem dúvidas, mesmo para as tendências mais negacionistas, que a situação estratégica e o ambiente internacional se degradaram gravemente e não será de excluir, de todo, a possibilidade de uma confrontação mais global.

Este facto, para o qual vínhamos sucessivamente alertando, não parece ter merecido, em tempo, a devida atenção por grande parte da sociedade civil e, também, por parte dos decisores políticos.

Aqui chegados, deixo para os historiadores o passado, os erros e os acertos, plasmados na nossa opinião que, em letra de forma, os atesta. Hoje, o tempo é de urgência e de decisão.

É incontornável a necessidade de considerar as implicações do quadro de crise e da conflitualidade vigente e dedicar, agora, uma especial atenção às Forças Armadas (FFAA) por forma a que possam assegurar, com a maior brevidade, a sua adaptação aos tempos atuais reconhecendo que têm que ser suficientemente robustas para cumprirem as

funções de soberania expressas na Constituição da República, designadamente a defesa integrada do território nacional, os nossos interesses no Mar e no Ar e a satisfação dos compromissos internacionais que assumimos.

(cito agora vossa senhoria presidente na intervenção que proferiu no IDN em 28 de março) «Como base de saúde da nossa democracia e da projeção sustentada dos interesses nacionais precisamos de ir permanentemente atualizando e reforçando a relevância atribuída às nossas Forças Armadas».

De facto, não é mais possível ignorar as fragilidades existentes e prosseguir na inércia de, pelo menos, uma década, sem que as consequências não se venham a revelar desastrosas para os interesses nacionais. A situação que hoje se vive nas FFAA não é acidental, resulta de uma vontade tuteladamente assumida e democraticamente validada. Todos nós temos razões para nos preocuparmos.

Nada que não tenhamos vindo a dizer, há anos, e infelizmente a verificar-se: na estratégia genética, na estratégia estrutural, na estratégia operacional, e, mais grave, no ambiente que presentemente se vive: os consensos de grupo diminuíram, a relação com a realidade alterou-se, as opiniões assumiram maior relevância do que os factos e o discurso oficial nem sempre (poucas vezes) coincide com a comum perceção do que, na verdade, se passa.

Tudo isto tem contribuído para diluir a noção que a função militar tem um carácter distinto do estatuto de outros servidores do Estado, diluição agravada pela discriminação negativa que em relação a estes – designadamente em relação às Forças e Serviços de Segurança (FSS) – se verifica.

Na presente conjuntura não podemos considerar como garantidas as democracias liberais perante a emergência das autocracias, das demagogias simplistas, dos nacionalismos e dos isolacionismos que condicionam a evolução da velha ordem para a nova desordem mundial.

É neste quadro de conflito, crise e competição que a mais elementar prudência implica que Portugal ajuste, agora, a sua política de defesa em sintonia com o investimento efetuado pela generalidade dos aliados da NATO, no seu sistema de forças, na atratividade das carreiras e na concretização efetiva das Leis de programação militar e de infraestruturas presentemente em discussão na Assembleia da República

Reconhecemos que o país terá muitas carências, e que cabe ao poder político estabelecer prioridades, mas também reconhecemos que temos

o dever de exprimir à sociedade civil a opinião desinteressada de quem, coletivamente, é detentor de um conhecimento ímpar das matérias em causa.

Reconhecemos, também, que existirá hoje, uma muito tímida melhoria na planeada afetação de recursos necessários, mas temos que dizer que os tempos são de urgência e que nas FFAA não há lugar a improvisações.

Há que atuar de forma decisiva, enquanto o sucesso tem alguma viabilidade, acertando nas prioridades e encarando, de facto, de frente, e sem tergiversações, as questões que há muito tempo se conhecem, são públicas e notórias e não carecem de mais estudos ou elaboração.

"Se Queremos Forças Armadas fortes, unidas, motivadas, temos que querer que tenham condições para serem ainda mais fortes, unidas e motivadas!"

Estou a citar as palavras que VEXA Senhor Presidente proferiu no passado ano na Assembleia da República, por ocasião da evocação do 25 de Abril de 1974.

Tenho para mim que precisamos, já, de FFAA fortes, unidas, e motivadas e se para isso este seminário contribuiu, ainda que modestamente, prestou um bom serviço ao país como é nosso timbre: Sem cuidar de recompensa!

Muito obrigado.

*** * ***



**A intervenção de Sua Excelência
o Presidente da República**



**A intervenção de Sua Excelência o Presidente da República
Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa**



Senhor Presidente Ramalho Eanes

Senhor General, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Senhora Secretária de Estado da Administração Interna

Senhor Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

Senhora Secretária-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa

Senhores Representantes dos Chefes de Estado-maior dos três ramos das Forças Armadas

Senhor Comandante-Geral da GNR

Senhor Diretor da Polícia Judiciária

Sr. Presidente da Associação 25 de abril

Responsáveis de entidades associativas das forças armadas

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral do GREI, Almirante Melo Gomes

Sr. Presidente da Direção do GREI, General Pinto Ramalho

Sr. Presidente do Conselho, General Tavares Martins

Excelências,

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite para encerrar este Seminário, tão oportuno, numa altura em que, após a publicação do relatório do Conselho mandatado pelo Governo para o rever, se perspetiva a discussão, na Assembleia da República, das Grandes Opções para um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Esta iniciativa do Grupo de Reflexão Estratégica Independente evidencia, uma vez mais, o olhar atento que este Grupo dedica aos temas da

Defesa Nacional, contribuindo para a discussão pública, o fortalecimento do debate e a melhoria das soluções finais adotadas. Por isso, vos felicito.

Excelências,

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional em vigor, com quase uma década - o que por si era já motivo suficiente para incentivar a sua revisão - foi ainda mais desatualizado pelas aceleradas mudanças ocorridas nos últimos três anos.

A concretização do Brexit, afastando da União Europeia o mais antigo aliado de Portugal, a crise pandémica e a crise económica e social que se lhe seguiram, o surgimento de fenómenos inorgânicos por toda a Europa, a crise das democracias e do multilateralismo, a continuada emergência da China, numa posição que lhe permite ambicionar ao domínio sobre a Federação Russa, a nova centralidade do Indo-Pacífico, a invasão da Rússia à Ucrânia e uma nova balança de poderes em construção, puseram ainda mais em evidência a pertinência e urgência desta revisão.

O momento é, dizia, oportuníssimo, porquanto estão também já em vigor o novo Conceito Estratégico da NATO e a Bússola Estratégica da União Europeia, referências inevitáveis para o enquadramento estratégico nacional obrigando, também por essa via, a tal revisão.

Difícilmente imaginaríamos, há três anos, o contexto vivido hoje. Então, a NATO vivia uma crise de identidade, a solidariedade europeia, em inúmeros domínios, estava ameaçada, e a paz e a diplomacia na Europa eram certezas.

Na NATO, assistimos hoje a uma elevada coesão no apoio à Ucrânia - que os mais cétricos diriam improvável, senão mesmo impossível - e ao alargamento a países que mantinham a sua neutralidade histórica aparentemente inamovível.

Na União Europeia, vimos uma confluência de esforços, primeiro no combate à pandemia e resposta à crise, e mais tarde na condenação e aplicação dos pacotes de sanções à Federação Russa.

O cenário mudou radicalmente nos últimos três anos, e muito mais desde 2013, data do último Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Importa, nesta altura, definir os eixos de atuação nacionais, sintonizados com a NATO e a União Europeia, mas nunca esquecendo a individualidade nacional, e as esferas de atuação independente do país.

Portugal tem-se afirmado internacionalmente enquanto plataforma entre continentes, oceanos, povos, culturas. A singular posição geográfica

entre a Europa e a América, com uma área marítima privilegiada, ligação umbilical a África e relação irmã com a América do Sul e a América Central, coloca Portugal num patamar ímpar, de aparente periferia europeia, mas de efetiva centralidade atlântica inquestionável, que lhe permite alavancar o nosso potencial estratégico.

A vocação marítima e geografia atlântica, outrora veículo de projeção de poder e até de liderança mundial, é um fator particularmente relevante para o futuro do país, enquanto ativo verdadeiramente diferenciador e de projeção internacional. E o mesmo se diga quanto a outros oceanos, com a afirmação do centro polarizador do Indo-pacífico relembrando a nossa relação secular com a Ásia.

A estratégia de Defesa Nacional deverá ser - ainda que já preceituado na Lei - verdadeiramente abrangente e mobilizadora dos vários setores do Estado para garantir, não só o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos, como também o incremento da autonomia estratégica e da resiliência nacional, na energia, nas comunicações, nos transportes, na saúde, na qualificação, na alimentação, na proteção de infraestruturas críticas, entre outras.

Por maioria de razão, não pode ser menosprezada a importância da autonomia estratégica e da resiliência nacional no que diz respeito à Defesa Militar do território nacional e dos portugueses, garantido a soberania e independência nacional e a sua integridade territorial.

Integridade essa, marcada por uma descontinuidade territorial mediada pela vasta área marítima, que exponencia o potencial estratégico face à dimensão terrestre nacional, e que poderá ainda vir a ser aumentada através da extensão da plataforma continental.

Este espaço tem vindo a ser palco de crescente importância económica e disputa estratégica, e a sua ocupação efetiva é um imperativo nacional, garantindo a segurança e soberania nesses espaços, a proteção dos seus recursos e a segurança das atividades ali desenvolvidas.

Portugal deve também afirmar-se, e afirma-se sempre com excelência, enquanto produtor de segurança internacional, integrado nas organizações de que faz parte, apoiando e sendo contribuinte líquido nas missões por elas desempenhadas, o que é reconhecido universalmente, no quadro das Nações Unidas, da NATO e da União Europeia.

No plano bilateral, a relação transatlântica com os Estados Unidos da América, a aliança com o Reino Unido, os laços privilegiados com os países irmãos da CPLP, o relacionamento com o mundo Ibero-americano devem, todos eles, ser aprofundados.

Mas não se pense que, aprovando as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que irão ser ponderadas na Assembleia da República e depois aprofundadas pelo Governo, e o próprio Conceito, portanto, o trabalho está concluído.

Bem pelo contrário.

Em boa hora foi desencadeada esta reflexão, podemos dizer que só pecou por tardia. Mas, trata-se apenas do ponto de partida de um processo de planeamento rigoroso e de execução cuidada, que permita operacionalizar as linhas de ação que ali serão assumidas.

A jusante do Conceito Estratégico de Defesa Nacional interessa, pois, a concretização da estratégia que venha a ser aprovada. Senão não passará de uma reflexão meramente teórica.

E para o sucesso dessa singradura permitam-me três notas.

Primeira nota: a aprovação e execução do CEDN deverá ser alvo de um consenso político alargado cujo conteúdo, na sua matriz fundamental, perdure através de ciclos eleitorais diversos, ainda que necessariamente aberto à revisão de periodicidade adequada, de forma a comportar a vertiginosa transformação internacional vivida.

Mas também a assunção popular, isto é, a perceção e aceitação popular, é decisiva no seu sucesso, carecendo de uma ampla divulgação e legitimação pelos portugueses, e contribuindo assim para a edificação de uma cultura nacional de Defesa, enquanto elemento central de coesão e identidade nacional.

Segunda nota: Não é possível a concretização de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional sem os recursos adequados à sua prossecução, sob pena de ser inviável a sua operacionalização.

Falo das capacidades em geral, matéria em que a Lei de Programação Militar deverá ir bem mais longe do que o ensaio frustrado da última lei.

Mas falo também dos recursos humanos. Importa, mais do que nunca, valorizar e reconhecer aqueles que diariamente defendem a nossa Bandeira em Portugal e no estrangeiro. A valorização das carreiras militares, que auferem dos rendimentos mensais médios mais baixos de toda a Administração Pública, é um desígnio imprescindível para atrair e reter talento.

Tenho recordado ao longo dos tempos que houve atualização quanto a outras funções de soberania. Nomeadamente a Magistratura. Não houve no domínio das Forças Armadas, de forma equivalente.

Este desiderato vital, deverá ser acompanhado de outras medidas - algumas já em curso - de reforço do sistema de formação e qualificação militar, de melhoria das condições de trabalho, de reconhecimento social e profissional da condição militar ou dos incentivos à prestação de serviço.

No que diz respeito aos recursos materiais, no curtíssimo prazo, deve ser dada especial atenção e urgência à eliminação dos défices de manutenção, à modernização das capacidades existentes, à reposição de stocks de guerra, decorrentes de tempos demasiado longos de desinvestimento alimentadas pela paz, que se julgava duradoura, vivida nos últimos trinta anos.

Mas num contexto de acelerada evolução tecnológica, em especial no setor militar, a modernização e reposição da operacionalidade dos meios existentes não é suficiente.

Trata-se, é óbvio, de um debate fundamental, e de decisão exclusiva da parte daqueles que tem competência para o efeito. Mas que não pode deixar de existir como debate, na sociedade portuguesa como um todo.

Em sede de planeamento das novas capacidades, deve ser ponderado o investimento em projetos verdadeiramente estruturantes e tecnologicamente avançados.

Projetos que permitam edificação de capacidades de combate modernas nos diversos ambientes operacionais, possibilitando fazer face às ameaças contemporâneas, em domínios tão variados como o espaço, o ciberespaço, a guerra híbrida, a segurança marítima - incluindo a proteção dos recursos do leito e subsolo marinho ou os cabos submarinos -, não esquecendo as tradicionais capacidades de combate.

A despesa pública com Defesa Nacional deverá caminhar para estar, pelo menos, em linha com o acordado com os parceiros da NATO, de 2% do PIB, meta definida há quase uma década e que poderá ser alvo de reanálise na próxima Cimeira da NATO em Vilnius. Importa também avaliar a fórmula de cálculo dessa grandeza, garantindo que o valor veiculado não fragilize a credibilidade de Portugal enquanto Aliado.

Terceira e última nota - Esta é uma oportunidade única para repensar as prioridades da Defesa Nacional e as linhas de ação estratégicas nacionais.

A condenada invasão da Ucrânia pelo agressor russo mostrou-nos a fragilidade da paz, a natureza global do conflito que só ilusoriamente pode ser circunscrito a um conflito europeu, as dependências estratégicas de blocos antagonistas e falta de resiliência europeia no setor da Defesa. Tudo isto tem ficado mostrado à sociedade ao longo do último ano.

Após décadas de desinvestimento em toda a Europa, fomos confrontados com défices de manutenção, de operacionalidade, logísticos e de produção no setor militar.

O dito clássico, diz-nos, "*Si vis pacem, para bellum*", se queres a paz, prepara-te para a guerra. As circunstâncias mostram que, a nível europeu, não o soubemos fazer. E Portugal não foi uma exceção.

É uma oportunidade que não pode ser perdida. Disse-o, há dias, no IDN, e repito-o, hoje. Com veemência.

Excelências,

Vivemos um momento de transição no equilíbrio de forças no sistema internacional, de crise na ordem internacional e no multilateralismo ainda não superada, de guerra de contornos e destino ainda não definidos, de competição entre potências e de sinais de retrocesso, ao menos parciais, na globalização.

O processo de revisão em curso deve indicar o rumo que devemos seguir, estabelecendo prioridades claras e ambiciosas no que diz respeito à Defesa Nacional.

Deve responder à transformação do sistema internacional, posicionando Portugal enquanto parceiro relevante e ativo nas Nações Unidas, NATO e na União Europeia, e nestas duas últimas enquanto esteios da defesa e da ordem nacional e europeia, mas que garanta, simultaneamente, capacidade de intervenção autónoma, seja nos espaços sob soberania e responsabilidade nacional, nos espaços estratégicos de interesse nacional, ao nível das relações bilaterais.

Para isso Portugal precisa de uma estratégia abrangente, transversal aos diversos departamentos do Estado, que apoiem uma Defesa Nacional atrativa porque moderna, credível porque capacitada e resiliente porque preparada, para responder aos desafios do presente e do futuro e que, em última análise, seja legitimamente aceite e abraçada pelos portugueses enquanto desígnio nacional.

Quanto mais cedo e com maior compreensão e adesão comunitária melhor.

Também e sobretudo na Defesa Nacional, mais vale madrugar do que perder um tempo histórico.

PARTE III



O Seminário e as reações suscitadas



... na Sociedade Civil



Maria José Maurício

[.....]

Boa noite!

Permita-me saudar o Grupo de Reflexão Estratégica Independente, pelo excelente Seminário realizado hoje no CCB, e agradecer a sua atenção por me ter ajudado a ultrapassar algumas dificuldades que, por motivos de saúde, me impediriam de participar neste importante e oportuno evento.

Saúdo também os oradores que expuseram as suas ideias com conhecimento de causa, clareza e assertividade, prendendo a atenção da assembleia e que, pessoalmente, me ajudou a compreender melhor que o exercício da cidadania na exigência do respeito pelos direitos tem de ser praticado conscientemente com os deveres patrióticos por cada um e por todos os cidadãos.

Esta foi a minha lição deste dia. Muito agradecida.

Com os meus melhores cumprimentos e elevada consideração.

11/04/2023

José Bastos Saldanha

[.....]

Começo por lhe agradecer a insistência no convite (doutro modo persistiria a indolência) e, por seu intermédio, felicitar o GREI pela iniciativa.

Não tive oportunidade de o cumprimentar pessoalmente como era minha intenção, porque o intervalo foi escasso no contato com muitos amigos.

Apreciei as intervenções dos membros dos painéis, em particular do Professor Marçal Grilo por ser a que melhor se ajustou à ideia de suposto debate conjunto que não ocorreu e se tornou difícil de concretizar perante as diversificadas intervenções singulares bem conseguidas, tais como a condição militar e o modelo de serviço militar/cívico, que os moderadores poderiam ter tentado harmonizar, o que não seria tarefa fácil.

Saliento igualmente a qualidade da prestação do Professor João Confraria, o que não me surpreendeu, pela relevância do processo em curso da construção europeia o que impede a articulação plena da política económica com uma incipiente política de defesa, aspeto que foi enaltecido pelo Professor Félix Ribeiro ao desconsiderar o reconhecimento da Europa como potência mundial.

A exposição do Professor Félix Ribeiro mereceria, portanto, ser debatida como muito bem anteviu o comentário do Almirante Melo Gomes no final do painel.

Na linha de intervenções anteriores, o Presidente da República enfatizou de modo dramático o estado de carência das Forças Armadas e a impossibilidade decorrente de se operacionalizar o Conceito Estratégico de Defesa Nacional e bem assim os instrumentos que lhe estão associados, preconizando uma reposição de emergência das condições essenciais. As restantes intervenções políticas que precederam a do Presidente da República foram deste modo relativizadas face ao consabido, mormente o *business as usual*.

Considero que a finalidade do Seminário terá sido conseguida, no âmbito do modelo de ação que presumo tem sido adotado pelo GREI. No entanto, perdoe-se-me a ousadia, terá reduzido impacte nacional face ao eco dado pelos meios da comunicação social devido à ausência do principal ator político da atualidade: o Primeiro-Ministro. No entanto, tendo presentes o alheamento da população portuguesa da política de Defesa Nacional e das Forças Armadas e a sua inconsistente consideração nos programas eleitorais, afigura-se também ser importante no futuro o envolvimento dos partidos políticos e a cooperação em parceria com outras instituições que persigam idêntico propósito.

Uma última nota: em termos de política de comunicação social, o Seminário teria maior impacte se tivesse sido transmitido em modo digital, proporcionando uma oportunidade única (e rara) para a Sociedade Portuguesa tomar conhecimento da temática abordada.

Com um abraço cordial, reitero o meu reconhecimento

12/04/2023

Paulo Enes Lage Raposo

[.....]

“Servi o meu País durante 3 anos, dois dos quais na Guiné como Oficial Miliciano, (1967/70).

Durante esse período apercebi-me, quão bem preparados estavam os Oficiais do Quadro Permanente. Um forte pilar do conhecimento e moral da Nação. Estive presente no Seminário organizado pelo GREI e ouvi com a maior atenção todos os oradores, assim como o do nosso Presidente Marcelo.

O maior capital que uma nação pode ter é a Honra e ao ouvir as intervenções durante o Seminário confirmei que as FFAA continuam a ser um reduto da Honra e do conhecimento.

Bem Hajam.

A missão das FFAA alterou-se, e na sua retaguarda falta uma indústria de ponta que lhe dê suporte.

O equipamento é mais sofisticado, portanto a preparação dos militares tem de ser mais prolongada, e solicitação de meios financeiros são volumosos. Mas, as FFAA, não são só um custo, mas um motor do fomento industrial e diplomático.

Pelas intervenções que ouvi no Seminário falta a vontade política para colocar Portugal com voz nas alianças a que estamos agregados.

São vários os cenários das ligações geopolíticas na nova ordem mundial, e não sabemos qual o papel que o nosso País vai ter no futuro. Mas uma coisa é certa a segurança do Atlântico Norte é a segurança da Europa.

A sociedade civil conta com as FFAA para sua própria proteção inseridas com dignidade nas alianças a que estamos comprometidos.”

12/04/2023

Frederico de Melo Franco

[.....]

Venho mais uma vez felicitar o GREI pelas suas iniciativas, e em particular a do recente seminário realizado no Centro Cultural de Belém a 11 do corrente mês de Abril. Efetivamente «longe da vista longe do coração» pelo que aqueles cuja vida lhes proporcionou um maior ou menor contato com as atividades de segurança e de defesa têm o direito e o dever de chamar sempre a atenção dos seus compatriotas para a respetiva importância essencial na política da Nação.

É essencial que, com maior ou menor dificuldade, se consiga.

Melhores cumprimentos.

(Engenheiro, antigo Presidente de várias empresas públicas e privadas, Oficial da Reserva Naval).

12/04/2023

José A. Cervaens Rodrigues

[.....]

Foi para mim uma honra ter participado no Seminário do GREI, para que teve a gentileza de me convidar, que como é voz corrente, pela sua oportunidade e temática, constituiu um êxito indiscutível.

A comunicação social destaca, e bem, quer as intervenções iniciais e finais dos Presidentes da República e da Assembleia da República, quer as dos dirigentes do GREI. Gostaria, contudo, de lhe fazer uma breve nota pessoal que parece ter escapado à maioria dos comentadores. A meu ver verificou-se uma diferença sensível entre o início e o fim do Seminário. O General Pinto Ramalho apontou de forma serena, mas bem concreta as carências das Forças Armadas, em recursos humanos, equipamentos e reservas de guerra, pedindo **decisões** rápidas e os investimentos adequados para que Portugal se mantenha um participante relevante nas missões nacionais e internacionais que lhe sejam confiadas.

No seu improviso, o Doutor Augusto Santos Silva, após agradecer o convite, disse que falava na qualidade de Presidente da Assembleia da República, invocou a sua passagem pela pasta da Defesa e lembrou de ser no Parlamento que irão ter lugar os debates e ser tomadas as *decisões*. Antes de terminar advertiu que os problemas internos das FA devem ser tratados com discrição, fora dos olhares do público.

Nas intervenções finais o Almirante Melo Gomes começou por chamar a atenção para o momento crítico e novo que estamos a atravessar, com uma guerra na Europa, susceptível de extravasar da zona onde ocorre, podendo vir a envolver outros países. Adoptando um modo assertivo e desassombrado apontou o dedo aos Governos, actual e anteriores, afirmando que não é possível continuar a ignorar as contínuas chamadas de atenção, incluindo as que o GREI tem vindo a fazer, ou a disfarçar as fragilidades e vulnerabilidades das FA que perduram há mais de uma década de total inércia.

Apreiei em particular esta intervenção que teve continuidade na do Presidente da República, e aqui a divergência que assinalai acima, pois este prosseguiu as críticas: a forma como foi elaborada a actual LPM, esperando que a próxima seja melhor; a forma distorcida como as despesas com a Defesa são comunicadas à NATO; e, no que considero uma crítica à mensagem da Ministra da Defesa, afirmou não ser suficiente recuperar a operacionalidade dos meios existentes mas ser indispensável ir mais além e dotar as FA dos efectivos necessários para operar

meios e equipamentos modernos e de recursos materiais adequados, incluindo reservas de guerra.

Recomendou ainda ser da maior importância que o próximo CEDN reúna o consenso de todas as forças políticas representadas no Parlamento.

Termino com uma pergunta. Este Seminário, que além das intervenções referidas contou com muitas outras feitas por civis e militares de excelência, testemunhadas por personalidades como o General Ramalho Eanes - um indefectível apoiante do GREI - o General CEMGFA; os Vice-chefes dos três Ramos, outras autoridades civis e militares, e dezenas de civis e de oficiais Generais e Superiores das FA e da GNR irá ter o mesmo destino das anteriores chamadas de atenção?

Espero que desta vez a gravidade da situação e a veemência dos apelos desperte os responsáveis pela inevitável mudança. O futuro os julgará.

12/04/2023

Maria Regina de Mongiardim Flor e Almeida

[.....]

Este Seminário organizado pelo Grupo de Reflexão Estratégica Independente não podia ter sido mais oportuno. Todos reconhecemos a importância das Forças Armadas na Defesa e Segurança do país, e reconhecemos, também, que são muitos e imprevisíveis os desafios que se lhe colocam, quer interna, quer externamente. O Presidente da República, aliás, nas suas palavras de encerramento, deu-lhes a atenção, que os cidadãos portugueses requerem, ao insistir na sua modernização e valorização das carreiras militares.

Mais que não fosse, a guerra na Ucrânia veio demonstrar essa importância capital para a salvaguarda da independência e da liberdade soberana do país. E veio demonstrar, também, as suas deficiências e vulnerabilidades, que os trabalhos do seminário do GREI evidenciaram, fazendo um útil chamamento às competentes autoridades do Estado para lhes pôr cobro. Assim elas escutem esse chamamento e prestem a necessária atenção ao que lhes é exigido, tanto em local próprio (Augusto Santos Silva), como publicamente.

A defesa do país compete a todos os cidadãos, se bem que, na linha da frente, essa missão incumba às FA's, mas, também, às próprias autoridades do Estado.

Habitualmente considerado um país periférico na Europa, com a – agressão russa à Ucrânia, o expansionismo de Moscovo, os contornos e alcance da guerra híbrida, e a competição estratégica entre as grandes potências, Portugal não pode continuar a ser visto como periférico. Os compromissos internacionais do país com organizações, como a NATO, a UE e a CPLP, e com os seus aliados atlânticos, como os EUA e a Grã-Bretanha, bem como a permeabilidade das suas fronteiras (físicas, aéreas e espaciais), conferiram-lhe centralidade, devendo obrigar Portugal a enfrentar as suas próprias debilidades, no que se refere à capacidade dos seus instrumentos de segurança e defesa, quer em termos de recursos materiais, humanos, científicos e tecnológicos, quer mesmo institucionais.

No mundo pós-liberal, que se adivinha, os interesses nacionais estarão na ordem do dia, pelo que Portugal deverá munir-se da necessária capacidade para os delinear e defender, evitando vassalagens ou tributos externos, sempre lesivos da sua independência. Para isso contribuíram os nossos antepassados históricos; isso ser-nos-á requerido no futuro, próximo ou longínquo.

14/04/2023

Helder Bernardo Rocha Martins

[.....]

Tendo estado presente no Centro Cultural de Belém no dia 11/ ABR/2023, durante as exposições feitas por várias personalidades, civis e militares, no Seminário organizado pelo Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI), foi para mim um privilégio e uma satisfação pessoal.

Perante um triste e lamentável “deserto”, no que do Poder Político se verifica em relação à Defesa Nacional e Forças Armadas, e perante as limitações impostas pela Lei às Chefias Militares, foi muito oportuno e louvável que o GREI, mais uma vez, tenha organizado um Seminário em local prestigiado, mas independente da Instituição Militar ou da Defesa Nacional.

Com boa organização e elevado número de presenças, será de louvar este grupo de militares que, agora reformados, continuam a dedicar o seu tempo para servir a nossa nobre Instituição Militar e consequentemente Portugal.

Temos esperança em que os seus contributos e alertas, vão muito para além do circuito interno militar e despertem, num elevado numero de Cidadãos Portugueses, o interesse e o conhecimento dos "Desafios para a Segurança e Defesa Nacional".

Se no dia 11 de abril disse PRESENTE, hoje digo OBRIGADO.

15/04/2023

Rita Pires Neves

[.....]

Excelente tema, excelente discussão, excelente pedagogia, excelente exemplo de serviço de cidadania prestado à Sociedade e ao País.

O Seminário era subordinado ao tema da Segurança e da Defesa Nacional, mas o que, verdadeiramente, se discutiu foi a Insegurança e a Indefesa Nacional.

Insegurança e Indefesa nacionais em grande parte exponenciadas pela falta de estratégia, pela falta de debate e de clareza sobre os temas que realmente importam e em torno dos quais devemos mobilizar-nos como sociedade e como País, em particular relativamente ao papel e à Missão que queremos para as nossas Forças Armadas.

O serviço da Instituição Militar ao País é indiscutível já o serviço do País à Instituição Militar é, no mínimo e lamentavelmente discutível ainda que não se discuta.

A Pátria honrae, que a Pátria vos contempla. Divisa nobre, mas que nos leva a questionar se efetivamente a Pátria tem contemplado os Militares com a honra, o louvor, o reconhecimento que lhes é devido a todos e a cada um dentro da instituição Militar?

A Instituição Militar é incontornável num País que queira ser soberano, que queira ser livre, que queira ter pensamento e estratégia própria, que queira ter uma perspetiva de presente e de futuro.

Foi dito que é preciso fazer a pedagogia da sociedade civil a favor das Forças Armadas e da sua necessidade para o País, competindo ao Governo, aos partidos políticos, à Assembleia da República fazê-lo.

Mas eu diria que também ao Governo, aos partidos políticos, à Assembleia da República me parece que é preciso fazer essa pedagogia, porque se não for a classe política e governativa a conduzir o debate, a identificar

a estratégia e a mobilizar a sociedade em torno de uma visão para as Forças Armadas que sirva os interesses do País de segurança e de defesa, de pouco ou nada serve uma sociedade civil mobilizada para a necessidade das Forças Armadas.

As prerrogativas de uma *soberania de serviço* residem também nas instituições democraticamente eleitas, seja o Governo, seja a Assembleia da República, seja o Presidente da República, pelo que de todos esperamos não apenas uma pedagogia de palavras, mas sobretudo uma pedagogia de ação e de obras que a todos como Nação e como Sociedade sirva e contemple.

Ao GREI, aos Oradores, ao CCB os meus Parabéns e o meu reconhecimento pelo serviço de cidadania prestado!

15/04/2023

Annie Moreira

Apreciei desde logo, a pontualidade com que deram início aos trabalhos.

Interessante a apresentação da génese e dos objetivos do GREI.

Parece-me que estas iniciativas deveriam ser mais abertas ao público civil, pois acho a visão do Professor Marçal Grilo, sobre a opinião que a sociedade civil tem sobre as Forças Armadas, bastante mais lúcida que a do Presidente da Assembleia.

Infelizmente, parece-me que, de um modo geral, a opinião pública não é muito favorável às FA. Seria, pois, importante que se dessem mais a conhecer!

Foi pertinente a apresentação das grelhas salariais comparadas e a visão sobre as carreiras.

Gostei também de saber a que ponto o fim do serviço militar obrigatório, para além de todos os aspetos humanos e culturais, afetou na prática as FA.

A intervenção do Alm. Melo Gomes pareceu-me muito corajosa. E espero que o discurso do Presidente da República, brilhante como sempre, não se fique pelas palavras.

Parabéns pela iniciativa.

15/04/2023

José Nunes da Cruz

[.....]

Em boa hora o GREI levou a cabo o seminário subordinado ao título DESAFIOS PARA A SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL.

E desde logo uma das primeiras virtudes desta realização foi a sua não confinção ao meio militar, abrindo as portas ao universo civil, tanto pelo local do evento como pelo conjunto dos oradores.

Para a generalidade dos cidadãos, estas matérias, e conseqüentemente o Ministério da Defesa Nacional têm a ver exclusivamente com as Forças Armadas (FA), quando na realidade assim não é.

Também não errarei se disser que igualmente os nossos responsáveis políticos ao mais alto nível, se não o ignoram, não vêm dando ao assunto a importância fundamental que ele tem para o país.

É sabido que o GREI reúne, no âmbito militar, os maiores especialistas sobre o assunto, já pela sua vocação, já pelos mais altos cargos que desempenharam na estrutura militar, já ainda nos trabalhos produzidos sobre a matéria desde a sua constituição em 2015.

Assim, nas excelentes intervenções feitas, foram postas em confronto as responsabilidades das FA na área da Segurança e Defesa Nacionais e os meios postos à sua disposição para tal.

A balança pendeu significativamente para o lado das responsabilidades. Os meios, desde há anos, ou mesmo décadas, têm vindo a sofrer restrições muito significativas, quer no âmbito do pessoal (remunerações, assistência médica e medicamentosa, valorização das carreiras), quer no do material (manutenção, modernização e sustentação).

Com muito agrado e esperança, ouvi nas palavras de encerramento de SEXA o Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, reafirmar e vincar muitos dos desafios que se colocam às FA na Segurança e Defesa Nacionais e à necessidade urgente de os superiores poderes executivos nacionais suprirem muitas das fragilidades com que elas se vêm debatendo no cumprimento desta sua missão.

15/04/2023

Pedro Lopes Moreira

[.....]

O Seminário, levado a efeito pelo GREI, em 11 de abril de 2023. constituiu um momento importante de reflexão sobre a situação das Forças Armadas.

Distingo especialmente a intervenção do Professor Marçal Grilo, em contraposição com a do Doutor Félix Ribeiro. Aproveitou a oportunidade para afirmar, com clareza que os problemas do País, no sector militar como em muitos outros sectores, está na falta de educação (valores e princípios), de cultura, de falta de informação e do consequente desinteresse da sociedade civil em reflectir sobre os principais problemas do País. Em contraposição, achei a intervenção inicial do Presidente da Assembleia da República, enviesada e predominantemente construída segundo os padrões políticos que lhe interessavam justificar.

Quanto às intervenções dos militares, destaco a que tratou do tema das remunerações, pois pareceu-me muito assertiva e clarificadora.

Também considero ter tido algum impacto, como motivo de profunda reflexão, a referência às consequências que resultaram da extinção do serviço militar obrigatório, no que respeita ao problema da exiguidade dos recursos humanos e da oportunidade que representava para a sociedade civil na formação de jovens, quer do ponto de vista social, quer profissional, preparando-os para o período pós serviço militar.

Feito o balanço, considero que a iniciativa do GREI na realização do seminário, constituiu um momento excelente e de oportuna reflexão.

17/04/2023

José Félix Ribeiro

[.....]

Muito bom dia

Renovo o meu maior agradecimento pela oportunidade de participar no Seminário e de aprender com o conjunto das intervenções nele realizadas.

Com os respeitosos cumprimentos

17/04/2023

José Pires de Lima

[.....]

No passado dia 11 de abril, o CCB foi palco do seminário do GREI, abrindo portas a numerosa assistência, onde a componente militar marcou forte presença, com notáveis oficiais dos três Ramos e mais alguns convidados civis, especialmente interessados em escutarem as intervenções anunciadas no programa tornado público. Curiosidade também pela forma como a abordagem do tema *Desafios para a Segurança e Defesa Nacional* faria parte das comunicações, já que as duas principais figuras da hierarquia do Estado estariam presentes e fariam intervenções de fundo, na abertura e no fecho dos trabalhos.

Numa muito bem estruturada abordagem, o Grei entregou a militares conhecedores da matéria as suas preocupações, que não sendo aliás exclusivas dos militares, porque a Segurança e Defesa Nacional é uma questão nacional, enferma, no entanto, de sucessivos adiamentos na múltipla resolução dos problemas, apesar de insistentes chamadas de atenção vindas de quem domina as questões, mas que de forma sistemática se defronta com a inércia, eventual incompetência ou ignorância do que devem ser as questões prioritárias do país.

A abrir, do presidente da Assembleia da República, retive apenas a frase "*as questões de disciplina são para serem tratadas nos locais próprios*", uma questão sem dúvida consensual, mas que ninguém minimamente atenta à intervenção teve alguma dúvida que era dirigida ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Gouveia e Melo, pela sua acção nos legítimos direitos da função que exerce, na resolução do incidente com um navio patrulha no Funchal. Consensual também que "*A censura também deve ser tratada nos locais próprios*".

Do mais que o orador explanou em longa intervenção, confesso em opinião meramente pessoal, que não vislumbrei nada que pudesse ser aproveitado para melhoria ou resolução dos graves problemas do sector.

Lei de Programação Militar numa intervenção da Senhora ministra da Defesa Nacional, ausente da sessão, (porque em visita oficial ao Brasil) foi tema transmitido em *vídeo*, sem que alguma ideia apresentasse para contrariar, por exemplo, o fim decretado há anos do serviço militar obrigatório. O país está a pagar pela decisão e pela falta de alternativa, nem que fosse adaptada aos ventos de hoje.

O desconhecimento generalizado da população civil, incluída a jovem sociedade política que tutela as Forças Armadas, do que são em meio

militar as regras da hierarquia, a especificidade da profissão com riscos próprios e maiores do que outras profissões, e a necessidade permanente de uma atenção para a dotação de meios em material e pessoal, sem os quais se torna impossível o cumprimento adequado às missões num estado de prontidão em tempo útil, não são questões encaradas em sucessivos documentos, que não passam de meras intenções, nem para as mesmas se preveem solução de curto prazo. Uma inércia que roça o desleixo irresponsável.

A falta de adesão da juventude para o ingresso nas Forças Armadas foi tema também abordado, com uma conclusão evidente – a profissão não é apelativa, nem compensa o sacrifício exigido, a começar pela ridícula remuneração auferida. Cada Ramo das FA tem as suas formas de apelar à juventude, mas em relação à Marinha de Guerra, que incentivo poderá um jovem encontrar se em vez de uma vida dedicada ao Mar se encontra apenas condenado a prestar serviço recolhido num gabinete?

Portugal tem obrigação de atender ao facto de lhe estar atribuída a responsabilidade de gerir uma área imensa marítima. Nesta questão, apenas uma total ausência consciente de soluções e nem de longe se vislumbra qualquer proposta ou concretização imediata.

O último orador foi o Senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, corroborando o que de uma forma geral muitos dos militares que o antecederam apontaram – *Os militares auferem dos rendimentos mensais médios mais baixos de toda a Administração Pública.*

Uma frase denunciante do escândalo, com impacto de duvidosa eficácia, já que a influência presidencial só teria eco se quem governasse seguisse o alerta vindo de quem tem autoridade suprema para o denunciar.

Finalmente, a perspetiva de um futuro diferente vir carregado de negras nuvens e, porque me toca especialmente, não apenas como cidadão, mas como detentor de uma profunda ligação ao Mar, a antevisão da nossa imensa área marítima vir a ser ocupada por outro qualquer país.

Também uma referência justa para o Grei, pela eficaz organização deste Seminário, a todos os títulos de uma utilidade para a divulgação das suas preocupações, não se limitando a lamentos, pelo contrário abordando as questões frontalmente, forma de se fazer ouvir construtivamente.

Flávia Ramos Alfarroba

[.....]

O Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI) tem vindo a desenvolver actividade relevante no âmbito da segurança e defesa nacional, traduzida na identificação de problemas e constrangimentos de natureza diversa, na reflexão dos mesmos e na elaboração de estudos, como forma de contribuir para o respectivo enquadramento nas políticas nacionais e na sua resolução.

Ao abrir e possibilitar a discussão destas matérias à participação da sociedade civil o GREI está a contribuir claramente para uma maior sensibilização e consciencialização da opinião pública, muitas vezes, ou quase sempre, muito distante e pouco alertada para os problemas que, a nível nacional, se colocam em termos de segurança e defesa.

O seminário “Desafios para a segurança e defesa nacional”, a que assistimos, teve todo o interesse e oportunidade não só pelo repensar necessário sobre questões de segurança globais, face à invasão da Ucrânia pela Federação Russa, mas, também, por toda uma problemática recorrente relativa aos financiamentos nacionais alocados ou a alocar, questões de natureza diversa relativas às carreiras militares e, ainda, incluindo questões de grande actualidade e altamente desafiantes, que se prendem com a identificação e previsão de riscos de natureza cibernética, biológica, nuclear, entre outros, e preparação de medidas de resposta consentâneas com os mesmos.

Por fim, elaborar sobre o tema da segurança e defesa nacional não é um imperativo apenas dos militares. Todos os cidadãos podem e devem contribuir de forma consciente numa acção de complementaridade em áreas tão gerais e tão fundamentais ao bem-estar e desenvolvimento das populações como sejam a agricultura e segurança alimentar, saúde, educação, ambiente.

20/04/2023

Ana Paula Martins

[.....]

Na defesa não há improvisos, há planeamento, sentido de Estado e da sua preservação. Encontrei neste Seminário organizado pelo GREI três dimensões essenciais da nossa cidadania: o conhecimento sobre as questões da defesa na nossa contemporaneidade, a ligação entre

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional

uma política de defesa nacional que assegure a soberania num mundo que enfrenta novos riscos demográficos, climáticos e geopolíticos, e não menos importante, a defesa nacional como um desígnio da nação e entre nações.

Para alguém que vê nas Políticas de Saúde uma forma de concretizar o bem-estar de um povo, um modelo de desenvolvimento social e progresso económico, não foi indiferente confirmar o que há 30 anos comecei a aprender como cidadã na área da defesa: é que não há direitos, liberdades nem garantias sem segurança. Por isso, e sem a mais pequena dúvida, encaro hoje a nossa política de Defesa como a prioridade para garantir a sobrevivência de um Mundo Livre.

21/04/2023

*** * ***

... nos Órgãos da Comunicação Social



DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Ministra: apresentará dia 19 novo Plano [...] para o S. Militar

Agência Lusa

11 Abril, 2023 - 18:02



<https://www.dnoticias.pt/2023/4/11/355686-governo-apresenta-novo-plano-de-acao-para-a-profissionalizacao-do-servico-militar-dia-19/>

A ministra da Defesa Nacional anunciou hoje que no próximo dia 19 de abril será apresentado o novo Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar que visa “garantir mais atratividade, maior retenção e qualificação” das Forças Armadas.

Helena Carreiras fez o anúncio numa intervenção em vídeo, na abertura do seminário organizado pelo Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI) intitulado “Desafios para a segurança [e defesa] nacional” que decorreu no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

De acordo com a ministra, este novo plano terá 25 medidas e 82 ações e faz parte “de um trabalho a prosseguir em múltiplas dimensões da valorização das carreiras às condições de prestação do serviço militar” para assegurar que os jovens recrutados “sejam valorizados e que a sua formação seja devidamente certificada”.

Helena Carreiras lembrou, também, que o governo está “em vias de aprovar dois novos quadros permanentes de praças no Exército e na Força Aérea”.

“Cabe ao Estado garantir que todos, militares e civis da defesa, têm ao seu dispor os meios e as capacidades necessárias para cumprirem as suas missões”, reforçou.

A ministra da Defesa Nacional, ainda dentro da mesma temática, lembrou a revisão em curso da Lei de Programação Militar e da Lei de Infraestruturas Militares “com base num trabalho articulado entre os serviços do Ministério, o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMFGA) e os três ramos das Forças Armadas”.

“A nova Lei de Programação Militar (LPM), em particular, contempla um investimento global de 5.000 milhões e meio de euros, o que representa um aumento na ordem dos 17,5% face à lei em vigor. 43% deste investimento é destinado à manutenção, sustentação e modernização dos meios existentes”, acrescentou.

Helena Carreiras destacou que os valores constantes nesta proposta de lei permitirão “lidar com défices do passado e atender às prioridades atuais” e acautelar “os desafios de modernização do futuro”.

Na mesma intervenção, a ministra da Defesa Nacional sublinhou as recentes “profundas alterações” do ambiente geoestratégico e os seus “impactos muito significativos” na segurança e defesa do país, dando como exemplo a “invasão ilegal da Ucrânia pela Rússia”.

Lembrou, também, que a resposta de Portugal foi imediata “através do reforço da participação nas missões da NATO no flanco leste da Europa” e do “pronto apoio” que foi prestado à Ucrânia.

“Este novo contexto geoestratégico veio corroborar a análise de que, mais do que nunca, precisamos de forças armadas modernas, com militares prontos e capazes de enfrentar qualquer tipo de ameaça”, afirmou.

A ministra da Defesa Nacional realçou, nesta intervenção à distância, a importância de encetar “esforços com vista a uma maior autonomia estratégica” e de avançar “sem hesitações para uma economia de defesa mais robusta e mais competitiva”.

OBSERVADOR

[Pinto Ramalho] pede “decisões e investimentos concretos” [...]

na Defesa

General José Pinto Ramalho defende aposta em “três pilares fundamentais: recursos humanos, sistemas de armas e demais equipamentos e indispensáveis reservas de guerra”.



Agência Lusa

11 abr. 2023, 20:47



HUGO DELGADO/LUSA

<https://observador.pt/2023/04/11/ex-chefe-do-exercito-pede-decisoes-e-investimentos-concretos-na-defesa/>

O antigo chefe do Estado-Maior do Exército general José Pinto Ramalho pediu, esta terça-feira, “decisões e investimentos concretos” na Defesa, alertando que um desinvestimento no setor levará Portugal a tornar-se num “parceiro internacional irrelevante”.

“Estamos assim convocados, do ponto de vista político e militar, para decisões e investimentos concretos na defesa militar nos seus **três pilares fundamentais: recursos humanos, sistemas de armas**

e demais equipamentos e indispensáveis reservas de guerra", considerou o antigo chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) entre 2006 e 2011.

O general e presidente [da Direção] do Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI) falava num seminário organizado por este grupo, que reúne antigos chefes militares, intitulado "Os Desafios para a Segurança e Defesa Nacional", no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Considerando necessária uma "**sustentação financeira**" da Lei de Programação Militar (LPM) e da Lei de Infraestruturas Militares (LIM), o general defendeu que só com investimento financeiro será possível "inverter a atual situação em que se encontram as Forças Armadas", começando por atingir os 2% do Produto Interno Bruto em Defesa — compromisso com a NATO que Portugal prevê cumprir até ao final de 2030.

"Não há duas opções: ou nos empenhamos decisivamente em eliminar insuficiências que afetam as Forças Armadas, designadamente, e em termos prioritários, no que toca a recursos humanos (...), **mas também em obter os sistemas de armas que permitam cumprir com êxito as missões atribuídas, possibilitando o treino devido, o armamento e equipamento necessário e a respetiva sustentação logística e reservas de guerra**", elencou.

Segundo o general Pinto Ramalho, "será o continuado desinvestimento, a progressiva astenia dos recursos humanos e materiais" que poderão tornar as Forças Armadas, "do ponto de vista operacional, cada vez menos capazes de cumprir as missões constitucionais de soberania, tornando o país um parceiro internacional irrelevante e dispensável no âmbito das alianças e organizações".

"Mas também, a nível interno, configura um investimento orçamental ruinoso, sem produto operacional credível, difícil de explicar e justificar aos cidadãos leitores e em particular aos militares", realçou.

... /// ...

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

[PR]: insiste na modernização meios e valorização de carreiras

“Não é possível a concretização de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional sem os recursos adequados, sob pena de ser inviável a sua operacionalização”, defendeu o Presidente da República. “Falo das capacidades em geral, matéria em que a Lei de Programação Militar deverá ir bem mais longe do que o ensaio frustrado da última lei”, considerou.



O chefe de Estado Marcelo Rebelo de Sousa com o antigo Presidente da República Ramalho Eanes e o Almirante Melo Gomes, durante a Conferência do Grupo de Reflexão Estratégica Independente

© Paulo Alexandrino/Global Imagens

DN/Lusa

11 Abril 2023 — 21:15

<https://www.dn.pt/sociedade/marcelo-insiste-na-modernizacao-de-meios-militares-e-valorizacao-de-carreiras--16160852.html#media-1>

O Presidente da República insistiu esta terça-feira na necessidade de reforço e modernização dos meios militares e na valorização das carreiras, reiterando também o apelo a que o novo Conceito Estratégico de Defesa reúna consenso político alargado.

O chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas falava no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, no encerramento de um seminário sobre “Desafios para a segurança e defesa nacional”, promovido pelo Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI).

Na sua intervenção, **Marcelo Rebelo de Sousa argumentou que a invasão da Ucrânia pela Federação Russa mostrou “a falta de resiliência europeia no setor da Defesa” e que “esta é uma oportunidade única para repensar as prioridades da defesa nacional de Portugal e as linhas de ação estratégicas nacionais”, invocando a máxima “se queres a paz, prepara-te para a guerra”.**

“Não é possível a concretização de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional sem os recursos adequados, sob pena de ser inviável a sua operacionalização. Falo das capacidades em geral, matéria em que a Lei de Programação Militar deverá ir bem mais longe do que o ensaio frustrado da última lei. Mas **falo também dos recursos humanos. Importa mais do que nunca valorizar e reconhecer aqueles que diariamente defendem a nossa bandeira em Portugal e no estrangeiro**», afirmou.

Quanto aos recursos materiais, considerou que “no curtíssimo prazo deve ser dada especial atenção e urgência à eliminação dos défices de manutenção, à modernização das capacidades existentes, à reposição dos ‘stocks’ de guerra decorrentes de tempos demasiado longos de desinvestimento, alimentados pela paz que se julgava duradoura vivida nos últimos 30 anos”.

Militares “auferem dos rendimentos mensais médios mais baixos de toda a Administração Pública”, disse Marcelo

Segundo o Presidente da República, além disso, “deve ser ponderado o investimento em projetos verdadeiramente estruturantes e tecnologicamente avançados”.

“Projetos que permitam a edificação de capacidades de combate modernas nos diversos ambientes operacionais, possibilitando fazer face às ameaças contemporâneas, em domínios tão variados como o espaço, o ciberespaço, a guerra híbrida, a segurança marítima, incluindo a proteção dos recursos do leito e subsolo marinho ou os cabos submarinos, não esquecendo as tradicionais capacidades de combate”, especificou.

Marcelo Rebelo de Sousa defendeu que “a despesa pública com defesa nacional deverá caminhar para estar pelo menos em linha com o acordado com os parceiros da NATO, de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), meta definida há quase uma década e que

poderá ser alvo de reanálise na próxima cimeira da NATO em VÍlnius”.

Quanto aos recursos humanos, o chefe de Estado referiu que os militares “auferem dos rendimentos mensais médios mais baixos de toda a Administração Pública” e elegeu a valorização das suas carreiras como “um desígnio imprescindível para atrair e reter talento”.

“Tenho recordado ao longo dos tempos que houve atualização quanto a outras funções de soberania, nomeadamente a magistratura. Não houve no domínio das Forças Armadas de forma equivalente. Este desiderato vital deverá ser acompanhado de outras medidas, algumas já em curso, de reforço do sistema de formação e qualificação militar, de melhoria das condições de trabalho, de reconhecimento social e profissional da condição militar, ou dos incentivos à prestação de serviço”, acrescentou.

... /// ...

OBSERVADOR

**Santos Silva: problemas nas [FFAA tratam-se]
"em local próprio"**

Santos Silva diz que questões relacionadas com a operacionalidade ou disciplina das Forças Armadas não devem ser discutidas em público, salientando que o ambiente externo nem sempre é "amigável".



Agência Lusa

11 abr. 2023, 23:16



"As questões de operacionalidade, de coesão, de disciplina são tratadas no local próprio e pelas pessoas próprias e adequadas", reforça o presidente da Assembleia da República

TIAGO PETINGA/LUSA

<https://observador.pt/2023/04/11/santos-silva-defende-que-problemas-nas-forcas-armadas-devem-ser-tratados-em-local-proprio/>

O presidente da Assembleia da República e ex-ministro da Defesa, Augusto Santos Silva, defendeu esta terça-feira que problemas de operacionalidade ou disciplina nas Forças Armadas devem ser discutidas em local próprio e pelas pessoas adequadas, "que são os chefes militares".

O antigo ministro da Defesa Nacional (2009-2011) e dos Negócios Estrangeiros (2015-2019) falava na abertura do seminário "Os Desafios para a Segurança e Defesa Nacional", organizado pelo Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI), que reúne vários antigos chefes militares, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Numa intervenção de cerca de meia hora, Augusto Santos Silva deixou uma reflexão “puramente pessoal” aos presentes, entre os quais se incluía o antigo Presidente da República Ramalho Eanes, bem como vários antigos chefes militares, entidades e personalidades da Defesa Nacional.

“Há problemas que existem e que nós não discutimos em público, que discutimos nos locais próprios, das formas próprias”, afirmou.

Santos Silva realçou a **existência de um “ambiente externo que não é necessariamente sempre amigável**, que muitas vezes é um ambiente hostil”, no qual “a informação que recebemos e a informação que permitimos que circule é um recurso essencial”.

“Há muitos problemas que temos, que devemos tratar com sentido de Estado, com a discrição e com a consciência plena de que, vivendo em ambientes em que as ameaças são muitas, não devemos ser ingénuos. **As questões de operacionalidade, de coesão, de disciplina são tratadas no local próprio e pelas pessoas próprias**. E as pessoas próprias para tratar delas são os chefes militares. E eles sabem como tratá-las”, argumentou.

Na sua intervenção o presidente do parlamento realçou o “papel-chave” da Assembleia da República em matérias relacionadas com a Defesa Nacional, salientando que pela primeira vez os deputados vão aprovar as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa, que caberá depois ao Governo ‘fechar’.

Santos Silva defendeu ainda que a sociedade portuguesa não tem um problema de legitimidade das Forças Armadas, **compreendendo a sua relevância, mas que o mesmo não acontece no que diz respeito à Defesa Nacional** no seu conjunto, apelando a uma maior “pedagogia cívica”.

“Não temos nenhum problema em Portugal de legitimidade das Forças Armadas junto do nosso povo, **mas temos ainda trabalho a fazer para que as populações vejam as Forças Armadas como a componente essencial de um sistema que é de todos** e de uma tarefa que é de todos e não apenas dos militares, da Ministra e da estrutura de comando das Forças Armadas”, sustentou.

Entre as **prioridades que devem ocupar o debate** em torno da Defesa e das Forças Armadas, Santos Silva destacou o **recrutamento e carreira como elementos “absolutamente urgentes e essenciais”**.

O antigo tutelar da Defesa elogiou igualmente o papel das Forças Nacionais Destacadas, dizendo que estas são reconhecidas a nível internacional pelo seu “profissionalismo e dedicação singulares”.

EXPRESSO

Marcelo: [...] critica cálculo dos gastos reportados à NATO



MANUEL DE ALMEIDA

O Presidente da República apelou a despesas em Defesa na ordem dos 2% e sublinhou que “importa avaliar a forma de cálculo” dessas verbas (que incluem a GNR e as “rendas”). Pediu consenso na aprovação do Conceito Estratégico e apelou à ministra para não se ficar apenas pela recuperação da operacionalidade dos meios. É preciso mais. No mesmo seminário do GREI Augusto Santos Silva pediu aos militares para tratarem da disciplina nos locais próprios.

12 Abril, 2023 - 00:01



Vítor Matos

<https://expresso.pt/politica/2023-04-11-Marcelo-pede-valorizacao-de-carreiras-militares-e-critica-calculo-dos-gastos-reportados-a-NATO-3a8db54f>

Marcelo Rebelo de Sousa quer um “consenso político alargado” na aprovação do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) - de onde emanam todos os documentos estruturantes da Defesa - e cujas grandes opções o Governo se prepara para entregar ao

Parlamento. E insiste na valorização das carreiras militares, retomando o apelo feito no 25 de Abril do ano passado.

O Presidente da República fez um discurso cheio de recados para o Governo e para a ministra da Defesa, esta terça-feira, na sessão de encerramento do seminário "Desafios para a Segurança e Defesa Nacional", organizado pelo Grupo de Reflexão Estratégica (GREI), no Centro Cultural de Belém.

O comandante supremo das Forças Armadas fechou a conferência que tinha sido aberta por Augusto Santos Silva, presidente da Assembleia da República, ex-ministro da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, que apelou à "discrção" nos casos de disciplina e coesão, o que pode ser lido como uma crítica velada ao almirante Gouveia e Melo, chefe do Estado-Maior da Armada, mas também aos militares amotinados do navio "Mondego" e às associações militares: "Há problemas que existem e que nós não discutimos em público, que discutimos nos locais próprios, das formas próprias", disse o ex-ministro da Defesa.

Helena Carreiras

Uma Lei de Programação Militar para um novo contexto geoestratégico

(ver artigo anterior, 24MAR)

Perante uma plateia recheada de oficiais-generais reformados, com a presença do ex-Presidente Ramalho Eanes, do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), general Nunes da Fonseca, e de representantes dos chefes dos ramos, **o Presidente da República apelou a uma despesa pública "pelo menos em linha" com o que está alinhado com os parceiros da NATO - os 2%** com que António Costa não se comprometeu completamente. E deixou duas notas. Primeiro, deu a entender que **na próxima cimeira da NATO, em Vilnius, a meta dos 2% pode ser "alvo de reanálise", para um valor superior.** Em segundo lugar, deixou esta mensagem subliminar: **"Importa também avaliar a forma de cálculo dessa grandeza, garantindo que o valor veiculado não fragiliza a credibilidade de Portugal enquanto aliado."**

Com esta frase, ao sublinhar a forma de cálculo dos gastos em Defesa, o Presidente estava a chamar a atenção para o seguinte: **a contabilização das verbas reportadas à NATO, incluem não só despesas com a GNR, as pensões dos militares, mas também as "rendas" que a Defesa paga às Finanças pelo uso dos prédios militares que**

pertencem à própria Defesa (o que insufla a despesa reportada de forma artificial). Se fossem contabilizados apenas os orçamentos da Defesa Nacional, a verba do ministério teria, pelo menos, que duplicar.

No que se refere à proposta de revisão da Lei de Programação Militar (LPM) que está no Parlamento para ser debatida e votada, Marcelo apontou as baterias ao anterior ministro, João Gomes Cravinho, com quem nunca teve boa química, ao dizer que **esta revisão “deve ir mais longe que o ensaio frustrado da última lei”**.

Foi, contudo, quando falou dos recursos humanos que também agradou à plateia: “Importa mais do que nunca valorizar e reconhecer aqueles que defendem a nossa bandeira em Portugal e no estrangeiro.

A valorização das carreiras militares, que auferem os rendimentos mensais médios mais baixos de toda a administração pública, é um desígnio imprescindível para atrair” mais efetivos. Ao longo dos tempos, recordou o comandante supremo, “houve a atualização de outras funções de soberania, nomeadamente a magistratura, mas não houve nas Forças Armadas de forma equivalente”. Uma crítica recorrente de Belém, que não tem tido eco em São Bento nem no Restelo. Recorde-se que o Presidente entendeu fazer das Forças Armadas o tema principal do seu discurso do 25 de Abril no ano passado.

POLÍTICA

O 25 de Abril do Chefe Supremo. Marcelo desafia Governo e país a perceberem papel decisivo das Forças Armadas



(ver artigo anterior, 25ABR22)

Quanto aos recursos materiais, que têm estado na agenda mediática - sobretudo desde o caso "Mondego" - Marcelo diz que não basta recuperar a operacionalidade dos meios. É preciso ir mais longe: **"No curtíssimo prazo, deve ser dada especial atenção à eliminação dos défices de manutenção**, modernização de capacidades existentes, à modernização dos stocks de guerra decorrentes de tempos demasiado longos de desinvestimento alimentados pela paz que se julgava duradoura".

Mas **"a recuperação da operacionalidade dos meios não é suficiente"**, argumentou o Presidente. E pediu para se ir mais além: **"Em sede de planeamento das novas capacidades" - ou seja, agora com a revisão da LPM - "deve ser ponderado o investimento em projetos verdadeiramente estruturantes e tecnologicamente avançados"**.

AUGUSTO SANTOS SILVA PEDE PARA SE TRATAR DA DISCIPLINA NOS LOCAIS PRÓPRIOS

O presidente da Assembleia da República, que é tido como um dos potenciais candidatos a Belém, lançou uma crítica implícita - e ambígua - aos militares amotinados do "Mondego", mas também às associações militares, reforçando o papel das chefias militares: "Há muitos problemas que temos, que devemos tratar com sentido de Estado, com a discrição e com a consciência plena de que, vivendo em ambientes em que as ameaças são muitas, não devemos ser ingénuos.

As questões de operacionalidade, de coesão, de disciplina são tratadas no local próprio e pelas pessoas próprias. E as pessoas próprias para tratar delas são os chefes militares. E eles sabem como tratá-las." No local próprio, e com discrição, parece enformar uma crítica ao almirante, pelo seu discurso público sobre questões disciplinares. Mas por outro lado é um chefe militar que sabe como tratá-las.

Augusto Santos Silva, depois de oito anos acumulados como ministro da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, assinalou ainda que "há um enorme apoio da população às Forças Armadas", mas lamentou que essa compreensão "infelizmente não acontece à Defesa Nacional no seu conjunto", como "se fosse um encargo". **"Ainda há muita pedagogia cívica a fazer sobre a política de Defesa Nacional, que é um encargo de nós todos e não apenas dos militares"**, afirmou.

Um par de anos depois de o GREI ter enviado uma carta ao Presidente da República a dizer que as Forças Armadas estavam em "pré-falência" o **Almirante Melo Gomes, ex-CEMA**, não evitou as críticas alertando para um cenário internacional onde "não será de excluir a possibilidade

de uma confrontação mais global". Com uma intervenção que antecedeu a do Presidente da República, Melo Gomes apontou ao Governo: **"Não é mais possível ignorar as fragilidades existentes e prosseguir na inércia de, pelo menos, uma década, sem que as consequências não se venham a revelar desastrosas para os interesses nacionais.**

A situação que hoje se vive nas Forças Armadas não é acidental, resulta de uma vontade tuteladamente assumida e democraticamente validada. Todos nós temos razões para nos preocuparmos."

Presidente da Mesa [da Assembleia Geral] do GREI, Melo Gomes argumenta ser "incontornável a necessidade de considerar as implicações do quadro de crise e da conflitualidade vigente e **dedicar, agora, uma especial atenção às Forças Armadas** por forma a que possam assegurar, com a maior brevidade, a sua adaptação aos tempos atuais".

Mais: o almirante reformado acusa mesmo o poder político de manipular a verdade, ou de mentir: "Tudo o temos vindo a dizer, há anos, tem vindo infelizmente a verificar-se: a relação com a realidade alterou-se, as opiniões assumiram maior relevância do que os factos e **o discurso oficial nem sempre - poucas vezes - coincide com a comum percepção do que, na verdade, se passa**". Só que nas Forças Armadas "não há lugar a improvisações", rematou Melo Gomes. Não?

... /// ...

RÁDIO RENASCENÇA

RR: [FFAA] perdem cerca de 1.500 efetivos num ano

12 Abr, 2023 - 06:30

Liliana Monteiro , Salomé Esteves (Visualização)

Em 2021, os três ramos das Forças Armadas tinham 28.409 efetivos. Em 2022, esse número caiu para 26.957. Exército é o ramo com mais militares em voluntariado e Marinha está a cativar mais mulheres.



Foto: Miguel A. Lopes/Lusa

<https://rr.sapo.pt/especial/pais/2023/04/12/forças-armadas-perdem-cerca-de-1500-efetivos-num-ano/327172/>

No ano passado, candidataram-se aos vários ramos das Forças Armadas 8.342 pessoas. Destas apenas 2.539 acabaram por integrar a vida militar, menos que nos anos de 2020 e 2021, segundo dados fornecidos à **Renascença** pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN), que apontam o “contexto pandémico” como explicação para estes valores.

“Dos três ramos, a Força Aérea é a que mais se destaca no esforço de recrutamento, mantendo valores estáveis ao longo dos últimos três anos. O Exército apresenta uma grande volatilidade, com os valores a subir em 2020 e 2021 e a decrescerem em 2022”, adianta o Ministério liderado por Helena Carreiras.

Quase menos 1.500 efetivos

Em 2021, os três ramos das Forças Armadas tinham 28.409 efetivos que, em 2022, caíram para 26.957, uma quebra de 1.452 militares. O Ministério da Defesa diz que esta descida está relacionada com o

fim das medidas excepcionais de prorrogação do prazo dos contratos no pós-pandemia, com a guerra na Europa e por causa dos baixos níveis de desemprego.

Os dados revelam ainda que é a Marinha quem tem mais militares no quadro permanente no ativo dentro da estrutura orgânica, e como é o único dos três ramos a ter quadros permanentes na categoria de praças, apresenta um total de 5.484 militares, contra os 4.723 do Exército e os 3.051 da Força Aérea.

Já em matéria de efetivos **em regime de voluntariado/regime de contrato, o Exército é o ramo que tem mais militares nessas condições**, ao todo 5.276.

Em 2022 eram 4.500 praças, 494 sargentos e 282 oficiais. Segue-se a Força Aérea (1.499) e por fim a Marinha (590).

Analisando os efetivos militares no quadro permanente por género, a **Marinha surge como o ramo que mais cativa as mulheres**, num total de 687, seguida da Força Aérea com 605 e do Exército com 342.

Os números da formação

As estatísticas revelam que 2022 trouxe um **aumento de militares em formação para quadros permanentes e uma redução nos voluntários e contratados**.

No ano passado houve mais 50 pessoas em formação para ingresso nos quadros permanentes e menos 396 em formação para regime de voluntariado ou contrato.

Diz o ministério de Helena Carreiras que para fazer face a este desafio estão a ser tomadas diversas medidas como “a revisão do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar, na qual está contemplada a implementação do Quadro Permanente de Praças no Exército e Força Aérea, que se encontra em processo final de aprovação legislativa em sede de governo; o alinhamento dos sistemas de formação das Forças Armadas com o Sistema Nacional de Qualificações; a melhoria da habitabilidade das unidades militares ou a revisão das Tabelas de Inaptidão e Incapacidade, que terão um impacto positivo no recrutamento, visto que alargam o leque de pessoas recrutáveis em função das atuais missões das Forças Armadas”.

Apesar da **Renascença** ter solicitado ao Ministério da Defesa Nacional dados de anos anteriores que permitissem uma avaliação real da evolução de efetivos nas Forças Armadas, os elementos fornecidos reportam apenas a 2021 e 2022.

RÁDIO RENASCENÇA

Ex-Vice-CEME: “Há um raciocínio [...] que ninguém quer fazer”

12 abr, 2023 - 06:30

Liliana Monteiro

General Campos Gil lamenta que não seja feita uma reflexão séria sobre as Forças Armadas e tudo se resume a legislaturas de quatro anos. O antigo vice-chefe do Estado-Maior do Exército está preocupado com a perda de 1.500 efetivos no último ano e alerta que a redução tem impacto direto no terreno.



Foto: Sofia Freitas Moreira/RR

<https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2023/04/12/forcas-armadas-estao-podres-sera-um-sarilho-meter-isto-de-novo-a-funcionar/327274/>

“Preocupante e aflitivo”. É desta forma que o general Campos Gil, antigo vice-chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), olha para a queda de efetivos nas Forças Armadas que, entre 2021 e 2022, perderam cerca de 1.500 militares.

Em declarações à **Renascença**, o general Campos Gil sublinha que estas reduções têm impacto direto no terreno.

“Têm implicações nos serviços do dia a dia, na segurança dos quartéis, na capacidade de escala de serviço, **os militares ficam de escala fim de semana sim, fim de semana não, e não escolheram ser militares para estarem sempre de serviço**. Para não falar das missões, aí temos voluntários, mas a determinada altura também aqui há cansaço no empenhamento”, revela.

Não é difícil para este general, que esteve à frente do ramo do Exército, perceber o desencanto de muitos efetivos.

“Para o teatro de operações externas, aí, o efetivo vai a 100%, mas à medida que faltam efetivos o problema reflete-se depois no serviço do dia a dia e nas posições de retaguarda, que ficam sobrecarregadas. É menos aliciante para os jovens que não fazem a função que gostariam e na qual pensaram quando escolheram as forças armadas”, conclui o general Campos Gil.

Para o antigo responsável militar, **“as Forças Armadas bateram no fundo e o problema é como recuperamos isto?!”**

“Atenção, porque o problema não está em adquirir novos equipamentos, mas em colocar a funcionar os que temos e com o que se desinvestiu será um sarilho completo meter isto de novo a funcionar!”, alerta o militar, explicando que a guerra na Ucrânia revelou que isto não é um problema só português, mas europeu.

Contesta o facto de, ao longo de anos, o país e o poder político se terem recusado por várias razões a pensar sobre o futuro militar em Portugal.

“Era preciso um raciocínio profundo que ninguém quer fazer: precisamos de Forças Armadas e, se precisamos delas, não as podemos deixar a apodrecer. Hoje, infelizmente, temos Forças Armadas podres e a rapaziada que trabalha com afinco aos 30 anos está frustrada”, lamenta.

O desinvestimento, diz, não passa só por falta de dinheiro para manter meios ou modernizá-los, passa pela ausência de uma reflexão que devia ser feita e não foi. “Sabe no tempo da troika em quantas reformas estive envolvido? Em três que significaram redução e desinvestimento”.

O general Campos Gil compreende bem que num país em dificuldades as Forças Armadas não sejam um setor prioritário, mas **“o que não podemos compreender é o movimento crónico de desinvestimento que já é mais filosófico e que tem por base o facto de estarmos num período de paz, de não serem necessárias, servem então para quê?”**, questiona. Considera grave “pensamos sempre em horizontes de legislatura de quatro anos, sem se assumir verdadeiramente o que queremos ser como nação e o que precisamos para assegurar a soberania do Estado”.

Forças Armadas correm risco de desaparecer?

Nestas declarações à **Renascença** o antigo vice-CEME não quer acreditar na tese de desaparecimento das Forças Armadas, ou espera que ela não aconteça durante o seu tempo de vida.

“Eu não acredito que as Forças Armadas desapareçam como instituição, mas temo que sejamos empurrados numa revisão da estratégia que se venha a fazer e (que não é inédito) de repente sejamos confrontados com um redimensionamento das Forças Armadas ao batalhão do Luxemburgo, sendo apenas simbólicos sem contar para nada.”

Questionado sobre a possibilidade de o país contar cada vez mais com a cooperação e apoio de terceiros para cobrir o que não tem, avisa que “não há almoços grátis”.

“Ajuda? Os Estados regem-se por interesses. Nós temos boa relação com Espanha e acrescentar as nossas águas territoriais e espaço aéreo, por exemplo, para eles não havia problema nenhum.”

Como tornar as Forças Armadas atrativas?

Para o general Campos Gil, a solução para atrair mais jovens para a vida militar poderá passar por duas medidas aparentemente simples.

“Antes só se entrava na GNR como sargento ou praça depois de dois anos de voluntariado de serviço militar. Se colocarmos isso a funcionar e certamente que iria trazer mais voluntários e pessoal a contrato.

Outra medida seria o acesso ao quadro civil das forças armadas ser exclusivamente aberto a pessoal que servia nas forças armadas durante um ou dois anos e bastava isso!”, explica.

Faz sentido avançar para quadros permanentes (QP) de praças no Exército?

A resposta é claramente não, sublinha.

“Os praças que precisamos são juventude dos 20 e poucos aos 30 anos. As unidades de combate precisam de juventude e não para estar na cozinha, no escritório ou numa secretária! A vida inteira com ordenado de soldado? quem é que quer uma vida profissional dessas?”, questiona.

Além disso, considera que a criação de QP para praças no Exército daria azo à criação de mais associações sindicais ou mesmo sindicatos.

Em jeito de conclusão afirma que as Forças Armadas enfrentam o que muitas áreas da sociedade estão a assistir também. “É como o problema da água, do aeroporto, dos transportes, os grandes projetos nacionais são adiados sistematicamente e ninguém se entende. Falta um pensamento que vai para lá da legislatura, para lá da guerra dos partidos, devíamos pensar a médio/longo prazo”, conclui.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

[EX-CEME]: Investimento “Se não for agora, quando é que vai ser?”

O ex-chefe de Estado-Maior do Exército **Pinto Ramalho** acha que este “**é o momento de explicar aos portugueses que é preciso ter a defesa nacional**” e o presidente da Comissão parlamentar de Defesa, **Marcos Perestrello**, reconhece que os recursos são “insuficientes” e a carreira militar “**pobrememente paga**”. No podcast Soberania desta semana esteve também Ana Santos Pinto, que levantou um pouco a ponta do véu sobre as medidas para atrair e reter mais jovens para o serviço militar, que vão ser anunciadas amanhã: melhores condições de habitação e mais apoio social.

Valentina Marcelino

18 Abril 2023 — 00:09



O efetivo militar atingiu em 2022 um dos números mais baixos de sempre
© Miguel Pereira / Global Imagens

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/18-abr-2023/reforco-de-investimento-das-forcas-armadas-se-nao-for-agora-quando-e-que-vai-ser--16187714.html>

Na semana em que o Governo vai apresentar uma **atualização do plano para atrair e reter mais jovens para o serviço militar**, a falta de recursos humanos é apontado pelo **Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Marcos Perestrello**, e pelo **General Pinto Ramalho**, presidente da direção do **Grupo de Reflexão Estratégica**

Independente (GREI) - um grupo essencialmente constituído por antigos chefes dos três ramos, Exército, Força Aérea de Marinha, que estudam, refletem e pronunciam-se sobre políticas de defesa nacional - como o «**principal problema**» neste momento nas **Forças Armadas**».

“Nós temos acompanhado de uma forma muito estreita a evolução dos recursos humanos, realmente consideramos que essa é a principal lacuna que existe e que tem de ser resolvida. **Os recursos humanos são insuficientes**, sem recursos humanos não há novas capacidades e podem estar em causas as atuais”, afirmou o ex-chefe de Estado-Maior do Exército, enquanto Marcos Perestrello defende uma «**Lei de Programação de Pessoal**», para enfrentar esta questão crítica.

No **podcast Soberania** desta semana, uma parceria **DN / Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT)**, debateu-se o tema «Forças Armadas - que futuro?».

Ouçã aqui:



Soberania ep. 7. Forças Armadas - que futuro?

[«https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-7-forcas-armadas---que-futuro-16189309.html»](https://www.dn.pt/podcast/soberania/episodio/soberania-ep-7-forcas-armadas---que-futuro-16189309.html)



Os convidados desta semana do podcast Soberania: o deputado Marcos Perestrello, a professora de Estudos Políticos da Universidade Nova Ana Santos Pinto e o General Pinto Ramalho, ex-Chefe e Estado-Maior do Exército

© Paulo Alexandrimo / Global Imagens

Numa década as Forças Armadas perderam cerca de 25% do seu efetivo e se em 2020 já o GREI alertava para um “estado de pré-falência”, a realidade em 2023 vem confirmar o diagnóstico, com notícias de carros de combate inoperacionais e navios degradados.

E de acordo com os dados oficiais do ministério da Defesa Nacional (MDN) em 2022 o número de militares em efetividade de serviço nos três ramos voltou a cair.

Em 2021 havia 22 590 militares na efetividade de serviço (14 404 no quadro permanente e 8186 a contrato) - menos do que o DN tinha avançado numa notícia em 2022 - e em 2022 eram 21 325 (13 960 no quadro permanente e 7 365 a contrato). Muito longe, portanto, da meta dos 32 mil militares estabelecida pelo governo.

No total, **os três ramos das Forças Armadas perderam neste período 1 265 militares** na efetividade de serviço - 444 do quadro permanente e 821 em regime de contrato.

No ativo, o Exército tinha a 31 de dezembro de 2022, um total de 9999 militares, no quadro permanente e em regime de contrato; a Força Aérea com 4550; e a Marinha com 6 074.

Como lembrou Pinto Ramalho, esta questão foi também “uma tônica que esteve presente” no **Seminário do GREI, realizado a 11 de abril no Centro Cultural de Belém** onde se debateram os “Desafios para a Segurança e Defesa Nacional”.



O podcast Soberania é gravado no estúdio do Global Media Group
© Paulo Alexandrimo / Global Imagens

Este Oficial General, que é atualmente vice-presidente da Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado, eleito pela Assembleia da República,

entende que “estamos num **momento de grande responsabilidade para as elites políticas**, perante o que se passa na Europa e perante o reconhecimento do que se está a passar a nível nacional nas nossas Forças Armadas”.

“O que é que falta? O que falta para realmente se assumirem as posições que têm de ser assumidas? Há dificuldades em explicar aos portugueses que é preciso gastar dinheiro com a Defesa? Se não for agora em que temos realmente a evidência dos acontecimentos todos os dias na televisão, se não for agora, quando é que vai ser?”, questiona.

E conclui: “Ou invertemos a situação e começa exatamente pelos 2% (do PIB), eliminar as lacunas, responder em conformidade, dignificar as Forças Armadas, dar-lhes os apoios sociais e torná-las atrativas, ou a outra **alternativa é continuar sem recursos humanos e tornarmos um país irrelevante em termos internacionais**”.

Validação do “desinvestimento”

Na sua intervenção no seminário, o **Almirante Melo Gomes**, presidente da Assembleia Geral do GREI e antigo Chefe de Estado-Maior da Armada, disse o seguinte: **“Não é mais possível ignorar as fragilidades existentes e prosseguir na inércia de pelo menos uma década, sem que as consequências não se venham a revelar desastrosas para os interesses nacionais**. A situação que hoje se vive nas Forças Armadas não é acidental. Resulta de uma vontade tuteladamente assumida e democraticamente validada. Todos nós temos razões para nos preocuparmos”.

Instado a comentar esta declaração, outro convidado deste podcast, **Marcos Perestrello**, que já foi duas vezes secretário de Estado da Defesa (2009 e 2015), considerou de **“grande lucidez”** as palavras de Melo Gomes.

“Há um ponto essencial dessa afirmação que nos responsabiliza a todos por isso. A nós, cidadãos portugueses, mas que é comum também aos cidadãos europeus, por exemplo, a **validação democrática desta política de abrandamento** ou de redução do investimento», afiança este deputado eleito pelo PS.

Pensa, no entanto, que “desinvestimento é uma palavra excessiva, porque apesar de tudo os Estados têm vindo a investir recursos significativos na sua segurança e na sua defesa”.



Marcos Perestrello, deputado socialista, é o presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República e foi secretário de Estado da Defesa

© Paulo Alexandrimo / Global Imagens

Mas, reconhece que, “a **afetação de recursos públicos que tem sido feita para a defesa nacional, está a revelar-se insuficiente**. Insuficiente no plano nacional e insuficiente no plano europeu.

Aquilo a que nós estamos a assistir na Europa é ao resultado de anos e anos de pouco investimento na área da segurança e da defesa por parte de todos os países europeus, que com validação democrática, como o Almirante Melo Gomes muito bem refere, optaram por canalizar o esforço do investimento público, a aplicação dos recursos dos contribuintes europeus noutras áreas também importantes para a vida das pessoas, saúde, educação, proteção social, infraestruturas, aquilo em que os dinheiros públicos são empregues.

A própria **Lei da Programação Militar** (...) também **não cumpre uma das metas fixadas nessa cimeira de Gales** e acordada pelos chefes de governo dos países membros da NATO e, portanto, também acordada por nós. Há um problema nacional, um problema europeu de **falta de consciência da necessidade de atribuir uma prioridade maior aos investimentos na área da segurança e da defesa**”.

Valorizar as carreiras

Para atrair e reter jovens, o Governo tinha apresentado em 2019 um Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar, no entanto, em boa parte devido à pandemia, praticamente não saiu do papel nem teve resultados visíveis.

Numa **segunda tentativa de dinamizar as medidas previstas**, a ministra da Defesa Helena Carreiras convidou **Ana Santos Pinto, professora do Departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova de Lisboa** e ex-secretária de Estado da Defesa (2018/2019), para coordenar a Comissão Coordenadora para a Implementação do plano.

No **podcast Soberania**, esta académica **levantou um pouco a ponta do véu** em relação ao que vai ser anunciado nesta quarta-feira, com 25 medidas e 82 ações para contribuir para uma maior atratividade e retenção no serviço militar, bem como melhores qualificações para a reinserção no mercado de trabalho.

Promover **melhores condições de habitação nos quartéis e mais apoio social** «é uma nova dimensão» que «faz parte deste plano e que é um contexto muito diferente daquilo que tínhamos em 2019», revelou Ana Santos Pinto, que integrou também o Conselho de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Em 2023 mantém-se os **três eixos no plano de há quatro anos**. “O do recrutamento, que é aquele em que se procura captar os jovens para as Forças; o mais relevante, que é o eixo da **retenção** (...); e o da **reinserção**, para aqueles que não ficam no quadro permanente e que depois passam para o mercado de trabalho”.



Ana Santos Pinto é professora do Departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova de Lisboa, foi Secretária de Estado da Defesa Nacional e é coordenadora da Comissão Coordenadora para a Implementação do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar

© Paulo Alexandrimo / Global Imagens

Sublinha que “há uma coisa em que as Forças Armadas são reconhecidas, é por um **extremo rigor e qualidade na formação** que dão aos

militares. E, desse ponto de vista, o mercado de trabalho só ganha em receber estas formações.

Existem uma série de coisas que só podem ser feitas nas Forças Armadas. A capacidade de trabalhar com algum equipamento do ponto de vista tecnológico, sejam em aeronaves, sejam em drones, a capacidade da dimensão aeroespacial, a capacidade da criação e das infraestruturas críticas em matérias de ciber, em matérias de cabos submarinos, etc.” são algumas.

A contrariar este potencial está, porém, a **questão salarial** que muito dificulta a competitividade com o setor privado ou até mesmo com o Estado, com muitos militares a trocarem as Forças Armadas pelas Forças de Segurança.

Na sua intervenção no seminário do GREI, o **Presidente da República** assinalou que, além de estarmos perante uma “oportunidade única para repensar as prioridades da defesa nacional de Portugal” e que a “Lei de Programação Militar deverá ir bem mais longe do que o ensaio frustrado da última lei”, lembrou que **“os militares auferem dos rendimentos mensais médios mais baixos de toda a Administração Pública”** e elegeu a valorização das suas carreiras como «um desígnio imprescindível para atrair e reter talento».

“Pobrememente pagos”

Apesar de Ana Santos Pinto ter afirmado que a “componente da remuneração” só surge em terceiro lugar quanto aos motivos que levam os jovens a não escolher a carreira militar (as primeiras estão “relacionadas com aquilo que são as dimensões hierárquicas e autoridade, aquilo que diz respeito às condições de exercício de função, por exemplo, à habitação e à forma como têm condições de trabalho”), para Pinto Ramalho é uma evidência que “os jovens, todos eles, futuros oficiais, futuros sargentos, futuras praças, **só virão para as Forças Armadas se virem que realmente têm alguma vantagem nisso”**.

Marcos Perestrello concorda, “porque **a carreira militar hoje não é competitiva** dentro nem fora da administração pública. É uma carreira por natureza não competitiva. Nas camadas mais baixas então, é um **desastre absoluto**, porque é uma carreira muito exigente, do ponto de vista da dedicação pessoal que é necessária, nos três ramos das Forças Armadas”.

A agravar, “é uma **carreira pobremente remunerada**. E estou muito de acordo com o General Pinto Ramalho, porque sem olharmos para esse

problema da carreira e da remuneração, dificilmente conseguiremos resolver o problema de uma forma definitiva”.



Os moderadores com os convidados: Jorge Bacelar Gouveia, presidente do OSCOT, Valentina Marcelino, jornalista do DN, Ana Santos Pinto, Marcos Perestrello e Pinto Ramalho

© Paulo Alexandrimo / Global Imagens

O deputado que preside à Comissão de Defesa também elege os recursos humanos como “o **problema mais crítico das Forças Armadas**” e nota que não obstante existir uma Lei de Programação Militar para tratar do equipamento e uma Lei de Infraestruturas para tratar das infraestruturas, não temos uma **Lei de Programação de Pessoal**”.

Defende que essa lei “é uma coisa que **faz falta como pão para a boca**. Porque isso também permitia fazer uma planificação decente daquelas que eram as necessidades e de garantir, porque as leis de programação têm essa vantagem, de garantir que isso era cumprido, sem estar dependente do despacho do A ou do B num determinado momento”.

O ex-CEME questiona o “racional” de se estabelecerem “plafonds superiores para o efetivo por estimativa”, designadamente o facto de, “a reforma 2020 dizer que as Força Armadas são entre 30 a 32 mil”. “Qual é o racional deste valor? E quantos é que são para o Exército, para a Marinha e para a Força Aérea? Isto é omissivo. Portanto, temos de começar por perguntar qual é a dimensão do Exército aceitável relativamente à dimensão estratégica do país. **Devemos ter um exército que tenha capacidade para levantar o quê?** Referi no seminário que o Conselho Estratégico de Defesa Nacional devia elaborar e indicar quais eram os

cenários em que perspetivavam o emprego de Forças Armadas e quais eram os níveis de emprego dessas mesmas forças em cada um dos cenários. Temos três grandes áreas onde sabemos que eventualmente seremos chamados a atuar, no âmbito da NATO, no âmbito da União Europeia, no âmbito das Nações Unidas. O que é que nós estamos dispostos a empenhar nesses cenários?”, interroga.



General Pinto Ramalho foi Chefe de Estado-Maior do Exército, é o presidente da Direção do Grupo de Reflexão Estratégica Independente e o vice-presidente da Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado.

© Paulo Alexandrimo / Global Imagens

Lamenta que atualmente o Exército apenas tenha em efetividade de serviço 9999 militares. **“É insuficiente! É insuficiente!** Eu quando estava no ativo tinha 13 900 praças, entre 2006 e 2011, e depois tinha o pessoal do quadro permanente, mas só praças eram 13 900. Como vê, a situação é de pré-falência e de emergência”, sublinha.

Marcos Perestrello entende que para o orçamento da Defesa chegar aos 2% do PIB, conforme acordado em 2014 com a NATO, «todos os responsáveis têm aqui responsabilidades a assumir e um papel na **sensibilização de toda a sociedade** para essa exigência. Não só os governantes. Os deputados, o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas. Não basta dizer que há um problema, o **Presidente da República também tem instrumentos para, junto do governo, ter outro grau de exigência** no cumprimento de determinados objetivos que seguramente partilha».

VISÃO

CEMGFA defende ações “concretas [...] e remuneradoras”

para incentivar ingressos nas FA

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas defendeu hoje ações “**concretas, esclarecedoras e remuneradoras**” para incentivar novas entradas nas fileiras militares, salientando que os candidatos não surgem espontaneamente



Lusa

19/04/2023 – 12:28

<https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2023-04-19-cemgfa-defende-aco-es-concretas-esclarecedoras-e-remuneradoras-para-incentivar-ingressos-nas-fa/>

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) defendeu hoje ações “concretas, esclarecedoras e remuneradoras” para incentivar novas entradas nas fileiras militares, salientando que os candidatos não surgem espontaneamente.

“Haverá mais passos a dar na procura da crescente valorização da condição militar. Servir Portugal nas Forças Armadas constitui uma inigualável oportunidade para todos os cidadãos que sintam o apelo do serviço público e patriótico. Cidadãos que não surgem espontaneamente, mas que devem ser despertados e incentivados nesse sentido, por via de medidas e ações concretas, esclarecedoras e remuneradoras”, defendeu o general Nunes da Fonseca.

O chefe militar falava no Instituto da Defesa Nacional (IDN), em Lisboa, na apresentação do novo Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar, numa cerimónia presidida pela ministra da Defesa, Helena Carreiras.

O CEMGFA depositou “efetivo otimismo” neste documento e salientou que as Forças Armadas têm colocado em prática nos últimos anos várias medidas com o objetivo de “inverter a curva descendente” de efetivos, destacando a divulgação dos ramos pelo país através de atividades com a participação de jovens.

Outras medidas elencadas pelo chefe militar foram a “aproximação ao público-alvo em idade de ingresso nas fileiras através de divulgação em plataformas sociais, atendimentos personalizados e fomento do processo de candidaturas ‘online’”, a diminuição do tempo entre o momento em que o candidato demonstra a sua vontade de ingressar e o momento em que é convocado, ou a participação em feiras de empregabilidade como a Futurália.

Nunes da Fonseca destacou também, no campo da retenção, o regime de contrato especial no Exército, bem como a “apresentação de propostas realistas e concretas, visando a melhoria das condições remuneratórias e dos suplementos dos militares”.

Ana Santos Pinto, ex-secretária de Estado da Defesa e coordenadora da comissão de implementação do plano hoje apresentado, afirmou que estão bem presentes no debate público os desafios ao recrutamento e à retenção de efetivos, mas recorreu ao exemplo dos Estados Unidos da América, “a principal potência militar mundial”, para mostrar que não é um problema exclusivamente português.

De acordo com a académica, “o ano de 2022 foi designado numa audiência do senado norte-americano como ‘indiscutivelmente o ano de recrutamento mais desafiante desde 1973’”, altura que os EUA tornaram as suas Forças Armadas totalmente voluntárias.

“Até ao final de maio de 2022, os EUA conseguiram apenas 23% da meta de novos recrutamentos que tinham definido como necessário”, adiantou.

No caso de Portugal, a antiga governante citou um estudo sobre os jovens e as Forças Armadas realizado pela direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, “e dados do Dia da Defesa Nacional de 2022”, que revelam que os jovens “quando pensam no desenvolvimento da sua carreira procuram lucros e ganhos”, equilíbrio entre vida profissional

e pessoal, segurança na carreira por oposição à precariedade e “um trabalho qualificado que gere conhecimento e aprendizagem”.

Segundo o mesmo estudo, “37% dos jovens, homens e mulheres, manifestam interesse em ingressar” nas fileiras militares e 46% rejeitam essa possibilidade.

Entre as razões para a rejeição, continuou Ana Santos Pinto, estão a vontade de continuar os estudos (algo possível nas Forças Armadas e que a antiga governante considera importante esclarecer), não gostar da carreira militar ou não querer ficar “longe de casa e da família”.

Ana Santos Pinto realçou que “apenas 8% aponta o fator remuneratório” como motivo para não ingressar nas Forças Armadas.

Entre as várias medidas do plano hoje apresentado, a académica destacou o Observatório do Serviço Militar e a criação de “um sistema integrado de indicadores de monitorização da profissionalização”.

ARL // SF

... ///...

CNN - PORTUGAL

**Cristina Reyna (CNN Portugal): entrevista
a Ministra da Defesa**

(1:08.13 - 1:23.15]



Jornal da Noite

20 de abril de 2023

<https://cnnportugal.iol.pt/videos/jornal-da-cnn-20-de-abril-de-2023/6441b66b0cf2cf9225037052>

JORNAL DE NOTÍCIAS

Militares de segunda?

António José Gouveia *

25 Abril, às 00:00

<https://www.jn.pt/opiniao/antonio-jose-gouveia/militares-de-segunda-16238701.html>

Há cerca de um mês, a ministra da Defesa anunciou que o Governo iria realizar um estudo sobre as razões que levam à saída de efetivos das Forças Armadas, bem como um “recenseamento sociodemográfico dos militares”.

Dizia Helena Carreiras que tal estudo terá como objetivo “uma tomada de decisão e ação política mais informadas e sustentadas”. Nada contra, mas cheira a empurrar o problema. É a típica estratégia de ganhar tempo: fazer um estudo ou criar um grupo de trabalho na esperança de que, com o esboroar do tempo, fique esquecido nalguma gaveta.

Aliás, não são precisos grandes estudos para ver o problema de frente. E ele chama-se falta de dinheiro. Durante anos, os orçamentos atribuídos às Forças Armadas sofreram uma redução ou estabilizaram. Sem guerras na Europa, Portugal foi desinvestindo. Chegamos a uma situação em que os meios e as instalações militares estão num estado lastimável. Viaturas, aeronaves, navios, armamento e munições, a maioria a precisar de renovação. O “NRP Mondego” é apenas um pequeno exemplo. Para poupar munições, combustível e peças sobresselentes, os militares são obrigados a menos treino operacional, prejudicando as suas missões. Já as instalações, alojamentos e espaços administrativos estão cada vez mais degradados.

A maioria dos militares tem remunerações mais baixas que a PSP ou GNR e no caso dos praças, segundo as associações profissionais, têm um salário mais baixo que qualquer caixa de um supermercado, que ganha acima do salário mínimo. Ou seja, carreiras estagnadas e um estatuto dos militares cada vez mais empobrecido. Não fossem as missões no estrangeiro, no âmbito da NATO e das Nações Unidas, que o Estado tem a obrigação de cumprir, tudo estaria pior. E mesmo assim, os militares vão para essas missões com a consciência de que alguns equipamentos não estão devidamente operacionais, mas o que ganham em termos salariais compensa o risco. Se um ministro não tem noção disto e precisa de um estudo, está tudo dito.

* **Editor-executivo**



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 11 de abril de 2023, decorreu no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, o seminário *Desafios para a Segurança e Defesa Nacional*, organizado pelo Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI).

O programa teve por base o livro editado pelo GREI em 2022 (em formato digital), sob o título *As Forças Armadas e o seu enquadramento estratégico e funcional*.¹⁶

Nestas considerações finais abordamos os temas desenvolvidos no seminário e procuramos dar uma perspetiva mais alargada e atual sobre os problemas e desafios que se levantam à defesa nacional e às Forças Armadas Portuguesas (FFAA), no contexto dos processos de transformação em curso no mundo e no País.

Nesse sentido, recorreremos a diversas fontes: às ideias expressas nas apresentações e no debate desenvolvido no seminário; ao acima citado livro; ao avulso de outros textos elaborados pelo GREI ao longo dos últimos sete anos (e disponíveis no seu site); e a um conjunto de obras de referência que contribuíram para fundamentar algumas das opiniões vinculadas pelo texto (e reproduzidas de maneira livre para não o adensar).

Tentaremos apresentar de forma tão simples e tão neutral quanto possível os factos e as opiniões que sustentam a exposição.

1. Um relance sobre o seminário

Falou-se de segurança e defesa, de estratégia e política e sublinhou-se que não há política sem estratégia, assim como não há estratégia sem meios, nem meios sem recursos.

16 «chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://grei-portugal.org/docs/livro/10_livro_GREI.pdf».

Abordaram-se as mudanças no mundo e nesse contexto: o possível despontar de uma nova era; a ordem internacional; o regresso da guerra à Europa e a outras regiões do mundo; a competição estratégica entre a China e os Estados- Unidos pela hegemonia mundial; a ciência e as transformações tecnológicas; a globalização.

Tentou-se interpretar a situação internacional num quadro de profundas mudanças geopolíticas, antever tendências de evolução, e identificar possíveis soluções para os desafios que se colocam aos grandes países, à União Europeia (UE) e, em particular, a Portugal.

Observou-se, com preocupação, que o Estado português se desfez de uma parte das estruturas que lhe permitiam ter uma «visão estratégica de si próprio». E, por essa razão, o País ficou menos preparado para refletir sobre as suas opções e fazer escolhas (nas áreas da segurança e defesa, da indústria, da energia, das comunicações, das infraestruturas, da tecnologia, e outras) que terão implicações na sua condição de «Estado-Nacional independente e soberano».

Mencionou-se que as diversas políticas e estratégias gerais do País na área da segurança e defesa não se encontram devidamente alinhadas, apesar do Estado ser o seu único responsável e garante.

Reafirmou-se que o Governo devia integrar as diferentes estratégias gerais, de modo a que os sistemas de defesa militar, de segurança interna, de proteção civil e de informação estratégica de defesa contribuíssem de maneira mais eficaz para a segurança do País

Chamou-se a atenção para a conveniência de criar um organismo para assessorar o Primeiro-Ministro na coordenação das políticas setoriais, em situações de paz e de crise, e afirmou-se que ele teria ajudado a evitar uma parte dos problemas que surgiram durante o surto pandémico da COVID 19.

Falou-se na função administrativa do Estado, nas políticas públicas, no desempenho das funções de soberania, e nos poderes e órgãos do Estado com funções e competências em matéria de defesa nacional.

Abordaram-se diversos aspetos do planeamento estratégico, do planeamento de forças e da sua concretização, e sublinhou-se a necessidade de articular as diversas políticas setoriais segundo uma visão clara para a defesa nacional.

Foram tratadas as questões do recrutamento, da retenção e do abandono das fileiras por um número considerável de militares e apresentaram-se números que evidenciam a situação grave e inusitada a que se chegou.

Perante o arrastamento da situação, foi secundada a ideia, que corre há algum tempo em círculos militares, de ser criado um organismo de monitorização independente que pudesse identificar disfunções e elaborar pareceres e propostas vinculativas para o poder político, designadamente no que respeita à Condição Militar e às suas implicações. Trata-se de uma solução experimentada com sucesso em países aliados.

Foram recordadas as circunstâncias em que decorreu a passagem, em 2004, do regime de conscrição para o de voluntariado e contrato. Sabia-se que essa mudança iria alterar por completo a matriz da relação entre o indivíduo e a Instituição, que passaria de uma ligação de dever e cidadania para uma contratualizada e de interesse, sujeita ao mercado de trabalho, enquanto o quadro permanente continuaria associado ao seu regime tradicional.

Porém, até hoje, não foram integralmente tomadas as medidas que, na altura, foram identificadas como necessárias à sustentação do novo regime de prestação de serviço, designadamente no plano orçamental. Por essa razão chegou-se a uma situação em que, na prática, os militares de qualquer dos regimes se sentem identificados com as regras do mercado de trabalho e sentem-se em desvantagem em relação a outros sectores da administração pública ou do sector privado.

Abordou-se ainda a questão do serviço militar em Portugal e das respetivas políticas públicas, sendo consensual a necessidade de o assunto dever ser objeto de um amplo, sério e descomprometido debate nacional.

2. Uma nova realidade

Nas duas últimas décadas, têm surgido opiniões muito diversas sobre a situação na defesa nacional. Geralmente traduzem a perspetiva (ideológica, política, militar, industrial, ...) de quem se pronuncia. Não há, portanto, uma visão comumente aceite, embora algumas interpretações pareçam ser mais plausíveis do que outras.

Para o GREI, a defesa nacional está efetivamente confrontada com uma crise muito difícil que resulta da combinação rara de circunstâncias desfavoráveis: externas e internas, estruturais e conjunturais, materiais e imateriais, dinâmicas e estáticas, objetivas e subjetivas, controláveis e incontroláveis.

E tudo isto coloca a defesa nacional perante o *«pior cenário possível» dos últimos 50 anos. Alguns observadores falam mesmo em*

«*tempestade perfeita*» para descrever o atual estado de coisas. Outros preferem a imagem do «*castelo de cartas*» ou a metáfora do «*dominó*», uma vez que o enfraquecimento de um dos segmentos ou a perda do equilíbrio dinâmico do conjunto pode conduzir ao colapso do sistema.

Perante o estado de coisas que se observa há quase duas décadas, era inevitável que tarde ou cedo surgiria uma crise na defesa nacional. No entanto, ela não teria a gravidade a que chegou se certos desenvolvimentos tivessem sido antecipados e minorados os seus efeitos. Não foi isso que aconteceu e, deste modo, vários governos tiveram a sua parte de responsabilidade na atual situação.

O certo é que enquanto não houver uma compreensão realista sobre a natureza e as causas dos problemas, estaremos «a aplicar remédios inadequados ao que não passa de sintomas» ou a proceder a diagnósticos inverosímeis.

Estaremos inclusivamente a perder tempo e, negligentemente, a permitir que a situação se complique ainda mais.

Devemos acrescentar, prudentemente, que se não houver uma reforma profunda no setor a irrelevância militar das FFAA «é uma certeza matemática».

3. Os problemas das FFAA e alguns dos fatores que os potenciam

A pergunta que importa fazer é a seguinte: o que foi que correu mal?

Há várias explicações possíveis. Procuraremos dar a nossa perspectiva, esperando que dela se possam extrair algumas ideias sobre a gestão do presente e a preparação do futuro.

Para o efeito, passamos em revista, de maneira muito breve, um conjunto de aspetos, ou fatores, dir-se-ia relevantes, que ilustram a natureza e a amplitude dos problemas que se apresentam (ao País) e à defesa nacional.

- Um mundo em mudança

O mundo está a passar por alterações profundas que não se enquadram nas categorias tradicionais de mudança, evolução, revolução ou transformação.

Há mesmo quem concetualmente as apelide de «*metamorfose*», pese embora persistam muitos dos riscos e ameaças já conhecidos do passado recente (as alterações climáticas, a proliferação nuclear, os programas clandestinos de armamento, as diversas formas de guerra, o terrorismo, o crime transnacional, entre outras).

A novidade está, porém, no grau que têm vindo a assumir e na emergência de novas tensões (sociais, políticas, militares, ...). Neste particular, refiram-se: a reestruturação da ordem mundial e a sua transformação num aparente «campo de batalha sem fronteiras»; a afetação do próprio processo de globalização e o conseqüente «re-posicionamento parcial do comércio»; e outros fatores que parecem estar a ganhar maior evidência.

Estas mudanças assumem duas especificidades no contexto português: não são obra do País e este não se encontra só perante os desafios que enfrenta.

Daí, a importância das alianças e parcerias.

- *Alianças e parcerias*

Portugal assume que o seu estatuto de membro da Organização das Nações Unidas (ONU), da UE e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) é «a melhor forma de garantir um máximo de segurança».

Essa participação proporciona benefícios ao País, mas também lhe impõe deveres que não podem deixar de ser cumpridos, para que aqueles não sejam viciados.

O caso da NATO é bem paradigmático e merece atenção especial. Portugal não honrou o compromisso assumido em 2014 na Cimeira de Gales, de até 2024 atingir a meta de 2% do PIB na despesa com a defesa.

Embora haja outros países igualmente em falta, a situação criada justifica atenção por várias razões:

- O escrutínio sobre os gastos de cada país irá provavelmente aumentar, em particular no que se refere ao *quanto* e ao *como* gastam;
- A situação internacional continua a agravar-se e a determinar uma maior exigência e empenho por parte dos aliados;
- A defesa nacional decaiu a um ponto tal que os 2% do PIB assumidos poderão vir a ser escassos para recuperar o muito que se perdeu na última década.

É certo que não existe qualquer analogia entre o papel a desempenhar por Portugal e o de outros países com maiores recursos (financeiros, económicos, técnicos, científicos, industriais, militares e humanos), mas isso não invalida que todos sejam sujeitos das mesmas obrigações e titulares dos mesmos direitos.

Neste contexto, o País terá de ponderar as suas opções e atitudes, com a consciência de que «não há alianças que nos defendam» se não nos quisermos defender a nós próprios.

Acresce que a «pacífica Europa», que emergiu no final da Guerra de 1939-1945, aparece agora empenhada em adotar um posicionamento geopolítico diferente e em assumir uma maior responsabilidade pela sua política de defesa.

No entanto, o medo está a ressurgir como ingrediente ativo da política das democracias europeias e a abrir caminho às «políticas de insegurança».

Um dos dilemas mais básicos nos dias de hoje é a incerteza quanto ao futuro. Por essa razão, convém ponderar se foi prudente (como já se referiu) retirar ao Estado - com as suas possibilidades e limites -, as ações que executou tradicionalmente.

É neste contexto que se deve encarar a seguinte questão:

«Os Gabinetes de Estudo e Planeamento, que asseguravam a reflexão do Estado sobre as suas estratégias setoriais, foram encerrados ou desvalorizados. E acabaram a ser substituídos por *outsourcing* de gabinetes de projetos ou de advocacia que não têm, nem podem ter, visão de Estado e do interesse público».
(Braga da Cruz)

- *Evolução tecnológica*

A tecnologia abre novas hipóteses de futuro quanto ao papel do Estado, da cidadania e de um sem número de outros aspetos, de incidência não negligenciável.

O ritmo da mudança é impressionante e os ciclos de inovação e de obsolescência estão a ficar cada vez mais curtos.

Já se admite que «o mundo tal como o conhecemos [...] não existirá em 2030»; que a «tecnologia [pode vir a ser] o único universo relevante»; e que o mundo se aproxima de uma «singularidade tecnológica», onde o risco da «disrupção» aumenta de dia para dia.

A revolução científica e tecnológica está, pois, a levar o conflito para lá do espaço humano. A inteligência artificial (o «maior acontecimento» ou o «maior perigo existencial da história da humanidade», conforme a perspetiva) vai possibilitar o desenvolvimento de armas capazes de procurar os próprios objetivos. Quase «tudo é uma arma»,

desde a intrusão e manipulação informática até aos sistemas de alta tecnologia e de maior precisão e letalidade.

Ao mesmo tempo, esta evolução está a alterar os aspetos éticos e legais da guerra, os modos e os domínios do combate, o perfil dos combatentes, os meios empregues e, quiçá, um sem número mais de consequências que não podem ser ignoradas. Vejamos.

- *A transformação do poder*

O poder está igualmente a mudar na «essência, na diversidade, nos usos e nos abusos». As guerras em curso na Ucrânia e no Médio Oriente têm evidenciado que a violência não foi *desinventada* e que o *poder duro* continua a ser uma realidade nua e crua.

Embora Portugal não participe (diretamente) nestas guerras e seja a favor da «legalidade internacional», os aspetos mais visíveis do uso da força militar nesses conflitos são relativamente bem conhecidos da opinião pública, em resultado de um vasto comentário televisivo que vem sendo proporcionado às respetivas audiências.

O mesmo acontece com as questões de natureza internacional, que têm sido objeto da análise de comentadores de variados campos, e de especialistas no domínio teórico da estratégia e das relações internacionais.

Há ainda outros tipos e comportamentos do poder que importa considerar, como as *redes sociais* e as *superpotências privadas* (como a *Google* ou a *Meta*), que têm o poder de «permitir ou restringir a liberdade de expressão global».

A «guerra da informação», a «guerra psicológica», a «guerra narrativa» e a «desinformação» têm vindo a assumir novas formas e impactos, potenciadas pela evolução da tecnologia e por inúmeras alterações, até de índole cultural. Algumas das batalhas mais críticas não terão lugar nos teatros de operações, mas sim nas redações das grandes capitais, com afirmava *Donald Rumsfeld* na década de 2000.

Neste contexto, as «operações de influência estrangeira», no interior das sociedades ocidentais, estão a assumir maior expressão e a envolver protagonistas ligados «pela cidadania, pela lei, pela nacionalidade e pela proximidade».

Por isso, discute-se cada vez mais nas sociedades democráticas «onde devem situar-se os limites à liberdade em áreas importantes como a segurança». E, também, se é possível «regular a liberdade de expressão» sem afetar o respeito pela verdade e os direitos individuais de todos e de cada um dos cidadãos.

O Estado português deve estar atento à evolução destes fenómenos e assegurar um adequado equilíbrio entre dois polos essenciais dos regimes democráticos: a liberdade e a segurança.

- *O conhecimento especializado*

Os atuais ambientes de elevada complexidade requerem uma especialização sem precedentes e uma maior amplitude do saber individual. Apesar disso, o «diálogo entre peritos e comunidade» tem vindo a perder credibilidade e em alguns círculos está a crescer o ceticismo em relação aos peritos.

Fala-se na «morte do ideal de competência», não como o fim das competências reais dos peritos, sem os quais o mundo não funciona no dia-a-dia, mas como uma pura «rejeição da ciência» e apologia do *negacionismo*. Decerto modo:

«Um colapso da separação entre profissionais e leigos, alunos e professores, sábios e opinadores [...] alimentado pelo Google, fundado na Wikipédia e disseminado pelos blogues». (*Tom Nichols*)

Este fenómeno tem sido agravado por diversas razões. Referimos duas:

Primeiro, os especialistas não são infalíveis e, em muitos assuntos, estão tão expostos ao erro e ao fracasso como os leigos;

Segundo, o espaço público e o ambiente mediático hipercompetitivo [têm vindo] a ser ocupados por um conjunto heterogéneo de pessoas – em termos de educação formal, de conhecimento especializado e de experiência – que estão muito aquém da imagem que o cidadão comum tem de um especialista.

E há cada vez mais pessoas a apresentarem-se como especialistas, mesmo fora da sua área de formação ou de experiência.

É importante que a direção política da defesa nacional escolha criteriosamente os especialistas em que se apoia, recorrendo à avaliação de currículos, à verificação de referências e antecedentes e aos «fiscalizadores e autoridades de certificação».

- *A ilusão do conhecimento*

As sociedades modernas estão a viver um fenómeno relativamente novo, que a ciência designa por «efeito *Dunning-Kruger*».

Segundo vários autores, este efeito traduz-se numa confiança injustificada das pessoas em si próprias; na tendência para sobrestimarem

as suas aptidões; no à vontade com que discorrem sobre assuntos de que pouco ou nada sabem; na falta de modéstia perante as limitações de competência; na incapacidade de identificarem a sua própria falta de conhecimento perante a complexidade incrivelmente crescente do mundo e das coisas.

Muitos cientistas e intelectuais de renome mundial têm-se pronunciado sobre o assunto. Referimos apenas dois:

Stephen Hawking sustenta que «o maior inimigo do conhecimento não é a ignorância, é a ilusão do conhecimento».

Daniel Kahneman afirma que «a nossa reconfortante convicção [baseia-se na] capacidade quase ilimitada de ignorar a nossa ignorância».

A defesa nacional não está imune a este fenómeno, que pode transformar-se num problema grave se não for controlado pelas hierarquias ou pelos órgãos de fiscalização, conforme as situações.

- Fontes documentais e numéricas

Até finais da década de 1990, a base informativa dos arquivos administrativos da defesa nacional melhorou significativamente no que toca à documentação de reuniões de conselhos, de processos de tomada de decisão na área do equipamento e das infraestruturas, e de uma variedade de outros assuntos.

Essa evolução positiva inverteu-se no início da década de 2000, começando a surgir sinais de enviesamentos, lacunas e informalidades nos arquivos.

A par de uma rarefação dos documentos em papel, aumentou o «dilúvio» de publicações digitais, como mensagens de correio eletrónico, ficheiros de processamento de texto e folhas de cálculo.

Esta tendência reavivou a questão da preservação dos arquivos, porque os documentos em papel podem ser «rasurados, adulterados, ocultados, extraviados por acaso ou eliminados intencionalmente», mas os ficheiros digitais podem ter uma «existência ainda mais efémera».

É indispensável assegurar a proteção de ambos.

Conviria ainda retomar a publicação regular dos anuários da defesa e de outros dados estatísticos, assim como das intervenções públicas dos ministros da defesa nacional, como sucedeu regularmente entre 1990 e 1997.

4. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional

A eventual criação de um organismo de assessoria do Primeiro-Ministro, de que se falou no seminário e nestas considerações finais, poderia assumir a elaboração do conceito estratégico de defesa nacional (CEDN), (ou de um eventual Conceito de Segurança e Defesa Nacional) e a preparação subsequente de uma diretiva governamental de defesa (ou de segurança e defesa) nacional, como sucede em outros países.

O CEDN é um documento relevante porque «faz a ponte entre o planeamento de defesa – em que se situa – e o planeamento de forças – que se lhe segue».

Nesse sentido, deve: satisfazer critérios de atualidade, coerência e utilidade; situar, priorizar e orientar a elaboração subsequente das diferentes estratégias gerais do Estado; proporcionar orientações para a preparação, a nível militar, dos demais documentos estruturantes da defesa nacional, assim designados porque influenciam a genética, a organização e o emprego operacional das FFAA. Estes documentos incluem: o conceito estratégico militar (CEM), as missões das FFAA (MIFAS), o sistema de forças (SF) e o dispositivo (de forças).

A revisão do CEDN pressupõe que se disponha de uma visão clara e de um sentido de direção para o País e para a defesa nacional, assim como de uma ideia precisa sobre:

(i) objetivos e prioridades; (ii) potencial efetivo (e resiliência) do sistema de defesa nacional; (iii) situação atual das FFAA; (iv) nível de ambição estratégico a constituir; e (v) os recursos que previsivelmente estarão disponíveis para a Defesa no decurso de um prazo alargado, porventura dez anos, tendo em vista a concretização dos compromissos estabelecidos no período de vigência do documento.

Parece ainda importante que o futuro CEDN não se afaste dos procedimentos instituídos em Portugal para o planeamento de defesa, tendo em atenção que o de 2013 foi condicionado e desvirtuado pela reforma «Defesa 2020», aprovada poucos dias depois, também por Resolução do Conselho de Ministros.

- Os documentos estruturantes e a teoria

Os documentos estruturantes da defesa nacional têm finalidades e natureza diferentes: o CEDN tem uma conceção política e dirige-se à componente militar e às componentes não militares da defesa nacional; o CEM, as MIFA, o SF e o Dispositivo têm inspiração militar e aplicam-se às FFAA. Nessa linha:

Desafios para a Segurança e Defesa Nacional

O CEDN resulta de uma proposta conjunta do Primeiro-Ministro e do Ministro da Defesa Nacional. O CEM e o Dispositivo são elaborados pelo CEMGFA, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM); as MIFA e o SF são documentos feitos com base em projetos do CEMGFA que ouve igualmente o CCEM.

Tomemos o caso do CEDN e do SF que são os mais representativos.

O CEDN é essencialmente uma construção teórica que pode ser configurada com palavras. Exige a prática da ciência (no domínio das relações internacionais, estratégia, a diplomacia, a política, ...) e tem aspetos de arte.

É, por vezes, elaborado por um grupo de individualidades convidadas para o efeito. Pode ser organizado em relativamente pouco tempo (semanas ou meses) e tem um período de vigência da ordem dos 10 anos.

O SF é constituído por uma componente operacional e por uma componente fixa (ou territorial).

A componente operacional é uma configuração de «meios» e de «capacidades militares», desenvolvida a partir das orientações fornecidas pelo CEDN (e pelo CEM e MIFA). Assenta predominantemente na ciência (militar, das engenharias, da logística, da gestão, da economia, ...) e na técnica.

A sua conceção exige o apoio de equipas multidisciplinares, ao longo de um espaço de tempo considerável e, no caso dos principais meios, tem um período de vigência da ordem dos 36 anos ou mais.

Embora o CEDN tenha uma hierarquia superior à dos restantes documentos estruturantes, é imprescindível que os seus autores tenham alguma noção do modelo utilizado e do que está em causa na elaboração do CEM, das MIFA, do SF e do Dispositivo. Sem isso, não é provável que possa ser bem sucedido o exercício da passagem da política e dos fins à estratégia e aos meios.

- O modelo e a sua aplicação

Nunca houve discordâncias de fundo em relação ao modelo teórico dos conceitos sobre defesa nacional.

Porém, tem havido problemas na sua aplicação, que conduziram a uma situação singular: em cerca de quatro décadas, nenhum governo conseguiu edificar ou levantar na sua plenitude qualquer dos SF aprovados pelo CSDN, sem que isso tenha constituído preocupação conhecida.

Mas, por outro lado, nenhum governo tentou reduzir as MIFA, de maneira a diminuir o desencontro entre elas e os meios do SF.

A causa das limitações e lacunas existentes no sistema tem sido atribuída por diversos observadores a dois fatores: ao padrão (generalista, estereotipado, vago, teórico, retórico, ...) das sucessivas versões do CEDN; e às crónicas dificuldades de execução da LPM.

Devemos acrescentar uma outra razão: a excessiva simplificação dos processos de conceção do próprio SF, designadamente no tocante à análise das implicações da sua edificação, levantamento e sustentação, assim como no que respeita à identificação de eventuais vulnerabilidades e respetivos riscos.

Por essa razão, é importante ponderar: níveis de ambição; níveis máximos de envolvimento; duração máxima de emprego e prontidão; requisitos de sustentação no que respeita a rotatividade de forças e de apoio logístico; dimensão quantitativa e qualitativa do sistema de forças e sua arquitetura de capacidades.

5. As políticas públicas de defesa e as reformas realizadas

Começemos com uma breve retrospectiva para situar a questão.

Em 1982 foi aprovada a primeira Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), a que se seguiram, entre 1987 e 1993, cerca de quinze outras Leis e Decretos-Lei.

No início da década de 1990, o XII Governo Constitucional lançou um programa de reestruturação, redimensionamento e reequipamento das FFA, conhecido por «Política dos 3 R» e cujo propósito visava a constituição de *menos forças, melhores forças*.

Entre 1995 e 2011, na vigência de sete Governos Constitucionais (XIII ao XVIII), foram adotadas diversas medidas que visavam a modernização, a reorganização e a racionalização da defesa nacional.

No período compreendido entre 2011 e 2024, foram realizadas duas reformas – em 2013 e 2021 – e adotadas diversas medidas pontuais.

Até 2011, foi consensual a ideia de que «uma reforma é apenas um processo para se chegar a um determinado destino» e nunca um fim em si mesmo. A partir daí, essa noção (em nossa opinião correta) mudou por completo.

Com efeito, as reformas realizadas em 2013 e em 2021 transformaram a defesa nacional em algo muito diferente do que tinha sido nas

décadas anteriores, numa apreciação genérica da questão. Vale a pena recordar em traços largos o que se passou.

- A reforma «Defesa 2020»

Esta reforma, lançada em 2013, pretendia «racionalizar a despesa militar» e «obter ganhos de eficiência, economias de escala e vetores de inovação com efeitos no curto, médio e longo prazo».

No âmbito das FFAA, pretendia-se atingir os seguintes objetivos (apesar de não ter sido apresentado qualquer estudo-base):

- Reduzir a dimensão da sua força militar e a sua expressão orçamental;
- Redesenhar a sua estrutura e modelo de organização;
- Alterar os quadros militares; e
- Rescrever o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) (aparentemente com o objetivo de tornar mais lenta a ascensão hierárquica e, desse modo, reduzir o impacto da despesa na massa salarial).

No âmbito do Ministério da Defesa Nacional (MDN), a reforma traduzia-se em reestruturar e redimensionar os seus órgãos e serviços centrais (OSC) e concentrar duas direções-gerais numa única e nova Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN). Não obstante a complexidade dessas medidas, nunca foi divulgado qualquer estudo que as fundamentasse ou avaliasse da sua bondade e impacto.

A maioria dos militares (em especial os que se encontravam fora da efetividade de serviço) vaticinou que a reforma estava destinada ao fracasso. Passado pouco tempo, era óbvio que se tinha gerado uma situação com pesadas consequências para o futuro. Na verdade, se o panorama já era mau no início, a reforma tornou-o pior, como se comprova em 2024.

- Mais algumas repercussões

Da análise efetuada sobre a reforma, identificamos quatro questões que merecem reflexão.

Em primeiro lugar, o planeamento estratégico e de forças tem sido muito marcado por abordagens de natureza essencialmente financeira, que acabam por ser mais decisivas na escolha das opções do que a análise da envolvente estratégica.

Em segundo lugar, o financiamento da defesa nacional e das FFAA tem frequentemente resultado de decisões casuísticas, ditadas pela oportunidade política do curto prazo e, quase nunca, como devia, por linhas de ação orientadas por um pensamento e racional estratégico de longo prazo.

Em terceiro lugar, os orçamentos de funcionamento têm sido definidos por objetivos imediatos, não obstante essa decisão poder vir a ter consequências comprometedoras mais tarde: o adiamento das ações de manutenção planeada é um exemplo elucidativo dos inconvenientes dessa opção, no plano operacional e no da racionalidade económica.

Em quarto lugar, os orçamentos de investimento têm normalmente taxas de execução abaixo do previsto.

No caso da LPM, isso resulta de cativações ou da dedução de parcelas significativas de verbas afetas à Lei; à morosidade dos concursos, por razões processuais ou de conflitualidade; e ao facto de a inscrição de um programa na LPM apenas indicar «a validação pela Assembleia da República, sob proposta do Governo, de uma intenção de aquisição de uma determinada capacidade militar».

No que se refere à Lei de Programação das Infraestruturas militares (LPIM), o problema parece residir na falta de financiamento à partida e na pouca rendibilidade da venda ou alienação de património.

- A reforma da Estrutura Superior das Forças Armadas

Esta reforma, realizada em 2021, visou a estrutura superior das FFAA e foi iniciada, tal como a reforma de 2013, sem qualquer estudo de apoio ou consulta prévia.

Para que o registo e lições deste processo não se perdessem, o GREI promoveu a publicação do livro *A Reforma da Estrutura Superior das Forças Armadas – Um processo apressado e sem propósito entenedível*¹⁷, no qual reuniu, em cerca de 700 páginas, um conjunto de factos, de análises, de estudos e de opiniões de personalidades da sociedade civil.

Esta reforma foi fundamentalmente afetada por quatro erros de cálculo:

- (i) O primeiro foi ter adotado uma metodologia e um estilo desajustados da estrutura e cultura organizacional existente;

17 «chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.grei-portugal.org/docs/livro/06_livro.pdf».

- (ii) O segundo foi ter ignorado que as FFAA são um *elemento orgânico* da estrutura da defesa nacional, mas também uma *Instituição militar* com muitos anos, valores e princípios próprios; e
- (iii) O terceiro foi não ter considerado que a sociedade portuguesa não estava preparada para aceitar uma eventual «partidarização» das FFAA ou a «governamentalização» das suas hierarquias.
- (iv) O quarto foi ter estabelecido determinações impossíveis de realizar, como a prática tem vindo a demonstrar.

Em suma, terá faltado a esta reforma uma noção de história e cultura militar.

6. As políticas públicas de defesa e os recursos humanos

As insuficiências quantitativas e qualitativas na área dos recursos humanos têm efeitos negativos na defesa nacional, quer no presente, quer a prazo. Desde logo, degradam o normal funcionamento do MDN e das FFAA, depois, comprometem a regeneração ou a modernização do próprio sistema.

As mudanças em curso no contexto internacional e no nacional – em particular na sociedade, na tecnologia, na educação, nos mercados de trabalho – estão a acentuar a necessidade de novos modelos de gestão e governação assentes na colaboração e no compromisso.

No âmbito alargado da defesa nacional isso poderá vir a exigir novos saberes e competências; novos padrões de desempenho de dirigentes e funcionários; alterações profundas na força de trabalho, com atualização ou substituição de elementos improdutivos por outros melhor preparados para lidar com as inovações da nova era.

E poderá implicar uma reavaliação da relação entre os resultados e os direitos individuais (políticos, civis, sociais, económicos, ...) nos vários sectores da administração pública que contribuem para a defesa nacional. A uniformização total entre esses sectores não é possível ou desejável. Mas, por outro lado, não é razoável que exista um fosso demasiado grande entre eles.

- A política de recursos humanos nas FFAA

As crescentes dificuldades de recrutamento e retenção nas FFAA devem-se a um conjunto de fatores que estão em permanente evolução: profissionais, sociais, económicos, anímicos e outros.

O MDN terá elaborado vários diagnósticos sobre a situação, mas sucessivos governos não resolveram ou suavizaram os problemas neles identificados.

Tanto quanto se pode depreender, as remunerações e o apoio social são questões determinantes para os militares, mas haverá casos (como sempre acontece) em que «não é o dinheiro que motiva os melhores, nem o que há de melhor neles. É a esperança». Sucede que a esperança se tem desvanecido.

O abandono das fileiras tem um custo elevado para o País, que nunca poderá ser suficientemente compensado pelo pagamento de indemnizações ao Estado ou pela perda de benefício.

Na verdade, cada militar que deixa as FFAA sem ser substituído, leva consigo conhecimento e competências que deixam de estar disponíveis e que só podem ser repostas ao fim de vários anos: se houver condições para isso.

Atualmente, o funcionamento das FFAA encontra-se dependente de um número reduzido de militares que asseguram a operação e a sustentação do SF, em condições de crescente carga laboral devida à rarefação de efetivos. Casos existem até, em que se verificam situações que se aproximam perigosamente de patamares de risco pessoal e material inaceitáveis.

E esta solução de remedeio não pode perpetuar-se, porque muitos militares acabarão por desistir das suas carreiras em favor de empregos civis mais competitivos, interessantes ou cómodos.

Trata-se de uma questão que apenas pode ser resolvida pelo poder político, que tem a autoridade, os meios e o dever de preservar os recursos humanos como um *bem ativo*, colocado ao seu cuidado pelos portugueses.

- As políticas públicas de defesa e a sua essência programática

Desde a década de 1990, as políticas públicas de defesa, têm redundado, na prática, num desinvestimento sistemático no sector, primeiro na área do material e, posteriormente, na do pessoal.

Com efeito, até 2015, as reduções incidiram nos recursos materiais, nos programas de reequipamento das FFAA e na rubrica de "capital e investimento", com reflexos na edificação do SF.

A partir daí, as reduções recaíram também na rubrica dos recursos humanos, nas "despesas de pessoal", tendo em vista a obtenção de «ganhos e poupanças», como se dizia na época.

- O discurso oficial

Apesar de prosseguir a degradação das FFAA o discurso oficial continua a passar uma ideia de normalidade.

Para os militares que assistem à decadência do SF, à desconstrução da condição militar, à descaracterização da sua profissão, esse discurso está aquém da realidade.

É uma postura que peca por excesso de otimismo e alguma superficialidade, ao incidir em questões vagas ou sem importância prática, enquanto evita os temas mais sensíveis ou suscetíveis de crítica ou embaraço.

E isso permite ganhar tempo e prolongar uma imagem de normalidade no setor. Mas arrasta vários problemas: disfarça o mau estado de alguns setores; distorce a visão das coisas; alimenta a desconfiança e o pessimismo dos destinatários; e é fonte aberta de inconsistências.

No que toca a inconsistências, é de notar que o atual discurso oficial de teor otimista, se aplica a uma realidade que é bem pior do que aquela que, há cerca de 10 anos, justificou significativas reduções na área da defesa nacional, por não haver alternativa, como se afirmou na altura.

Daí, consideramos conveniente que a linguagem política utilizada na defesa nacional seja rigorosa, razoável e fundamentada.

7. A natureza do problema e a sua resolução

Como se referiu anteriormente a defesa nacional passa por uma crise muito difícil e prolongada. A situação não é nova e parece piorar de dia para dia, devido a causas externas e internas.

De entre as causas internas destacamos três. Em primeiro lugar, o continuado desinvestimento em múltiplos campos: pessoal, material, organização, funcionamento, Em segundo lugar, a ausência de verdadeiras reformas estruturais nas últimas décadas e o insucesso das reformas parcelares de 2013 e 2021. Em terceiro lugar uma mistura avulsa de medidas que pouco adiantaram e, por vezes, até correram mal.

É indispensável recompor a situação. A chave da solução terá de incluir:

- Uma articulação mais estreita entre a componente militar e as componentes não militares, assente numa orientação e direção política comum;

- A renovação dos quadros do MDN e a reorganização dos seus OSC;
- A inversão do declínio operacional das FFAA, em resultado do crescente desajustamento entre as finalidades que lhe são atribuídas e os meios que lhe são facultados.

Assim, a questão é essencialmente política e envolve a Assembleia da República (AR), o Governo e o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN).

- *O Sistema de Forças e o que representa*

O SF não é um simples somatório de meios. É também, como se referiu atrás, uma configuração ou conjunto de *capacidades militares*.

O conceito de capacidades começou a ser utilizado na defesa nacional em 2003, mas só foi formalmente adotado em 2014 por Diretiva Ministerial.

É entendido como «um conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeitos que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade».

O SF tem sido objeto de teorizações (como o «SF existente», «o de médio prazo», «o de tempo de guerra», «o de tempo de paz», «o existente com capacidade para crescer») que apenas perturbam um assunto que deveria ser objetivo.

O SF não parte do *zero* e estão em jogo vários *tempos*. No que se refere aos meios, há que considerar: os imediatamente disponíveis; os que necessitam de reparação ou modernização; e aqueles que se encontram em processo de aquisição através da LPM e com calendário aprovado.

Note-se que os prazos de aquisição de equipamento sofisticado podem facilmente ultrapassar o período de vigência dos documentos estruturantes, que desejavelmente devem considerar um referencial-guia temporalmente mais dilatado.

Tal como sucede com o CEDN, o SF deve satisfazer critérios de adequabilidade (quanto aos propósitos), exequibilidade (quanto à suficiência de recursos) e aceitabilidade (quanto à margem de riscos). A primeira é de natureza miliar, enquanto a segunda e a terceira são de índole política.

Apesar do SF se revestir de enorme complexidade é, paradoxalmente, o documento estruturante em relação ao qual se verificam mais tentativas de simplificação, erros de avaliação e pressões de interesses. Seja como for, o SF é um documento decisivo para a configuração e funcionamento das FFAA, e constitui a principal justificação para a existência da estrutura da defesa nacional.

8. Necessidade de uma reflexão

Já nos interrogámos acerca do que terá corrido mal na defesa nacional. Fundamentalmente, não se atendeu suficientemente ao que estava a mudar e não se refletiu sobre as consequências do que estava em causa.

Por exemplo, o modelo de organização, os conceitos e as prioridades políticas da defesa nacional pouco ou nada mudaram nas últimas décadas, apesar do *ambiente estratégico*, externo e interno, se ter tornado mais complexo e dinâmico.

Alguns observadores têm alertado para este contraste; para a necessidade de corrigir a prolongada inércia que afeta o setor; e para a urgência de estabelecer procedimentos e prioridades mais conformes com o atual contexto.

Há muitas teses sobre o assunto. Evocamos a de Adriano Moreira:

«Todos os males que afetam a sociedade portuguesa estão enumerados, repetidos, lamentados e são suficientemente graves para que se lhes acrescentem [outros]», porque «a desordem mundial encarrega-se [...] de promover os conflitos que agravam a capacidade de resposta local [...]».

«É por isso [...] que a busca de um remédio anda enredada na pergunta que se traduz em averiguar se o Estado que conhecemos ainda é a invenção capaz de o governar [...]».

«Razão suficiente para entender que a proposta governamental [...] seja suficientemente vaga para conseguir orientar a busca da nova governança, com a vigente irremediavelmente dividida em fações, cada qual enfrentando o problema de [...] reformular a estrutura e as referências específicas de cada uma».

Nestes termos, uma das tarefas mais urgentes da defesa nacional é resolver os problemas de governabilidade mais prementes.

Há, portanto, ampla matéria para uma reflexão acerca de possíveis opções.

- O lugar da Defesa Nacional nos processos de mudança

A mudança nunca é uma coisa simples na defesa nacional, por diversas razões.

Em primeiro lugar, porque continuam a prevalecer as visões de curto prazo, o apego às soluções convencionais, a carência de conhecimento especializado, o simplismo e outras.

Em segundo, porque não estão reunidas condições materiais e imateriais suficientemente estáveis para realizar uma adequada reforma estrutural.

Em terceiro, porque o enunciado do conceito de *mudança* continua a não ser claro, pois tem sido utilizado com significados diversos.

Em quarto, porque os líderes nem sempre sabem «o que devem fazer», ou «sabem o que deve ser feito e não querem fazê-lo», ou «sabendo o que deveria ser feito [...] não são atendidos por quem tem o poder de o fazer».

Finalmente, porque podem surgir «fenómenos intocáveis», que não são suscetíveis de serem «analisados [...] no espaço público» devido a uma excessiva utilização das classificações de segurança.

Estas questões são particularmente importantes, porque a tarefa de governar «não está completamente nas mãos» de quem a define. Na realidade, é indispensável «a colaboração daqueles que pareceriam meros destinatários» e porque «só uma mudança livremente desejada» satisfaz com consistência os critérios de uma verdadeira mudança.

9. A mudança na defesa nacional e suas principais linhas de força

Já não é possível ignorar o emaranhado de crises que durante décadas se foram acumulando na área da defesa nacional. Não parece que o setor, no estado a que chegou, possa continuar a funcionar com um nível razoável de eficiência, eficácia e economia.

Desse ponto de vista, é indispensável analisar a forma como a política de defesa nacional é concebida e conduzida no conjunto da componente militar e das componentes não militares. E depois disso, é preciso ponderar que tipo de mudança é possível realizar com os recursos disponíveis.

Uma das grandes dificuldades dessa tarefa reside nas limitações atuais do próprio Ministério (e dos OSC) que não parece satisfazer os requisitos de precisão e confiança que o deviam caracterizar. Embora as suas capacidades e incapacidades só possam ser comprovadas por

uma avaliação independente, é inegável que o MDN, tal como sucede em outros setores da administração pública central,

«sofre de desequilíbrios estruturais relacionados com a concentração de funcionários menos qualificados em alguns serviços e défices significativos de pessoal qualificado noutros serviços». (António Tavares)

Deste ponto de vista, a reforma do MDN devia ter a maior das prioridades.

- Como conduzir a transformação da defesa nacional

Uma transformação estrutural não é um acontecimento isolado, mas um processo sequencial, a realizar num período alargado de tempo.

No caso da defesa nacional, incluiria as seguintes etapas: identificar os problemas e analisá-los; constituir grupos de trabalho qualificados; criar uma visão e saber comunicá-la; planear e definir objetivos; e desenvolver as correspondentes estratégias.

O sucesso da mudança não está garantido à partida. Por essa razão, coloca um desafio considerável à liderança política e, ainda mais, aos gestores, por tendo em consideração que a sua responsabilidade é pessoal e, diferentemente do que acontece com a responsabilidade política, que se afirma essencialmente no «plano da retórica».

- Lições do passado recente

Em 2011, foi oficialmente reconhecido que Portugal enfrentava uma crise económica e financeira. Mais tarde, assumiu-se que a crise também tinha um «caráter político, social, cultural e moral». Em 2013, a crise estendeu-se à defesa nacional e, desde então, não deixou de se agravar.

É possível retirar algumas lições do que se passou desde então:

- Os governos deram poucas explicações sobre as decisões políticas e administrativas que tomaram e, em especial, sobre os seus termos de referência, mérito e bondade;
- Nenhum dos governos reverteu decisões de fundo tomadas pelos governos precedentes, mas também não se empenhou em que elas tivessem êxito;
- Os atos parlamentares de fiscalização da atuação dos governos foram escassos e geralmente benevolentes para com incumbentes e responsáveis;

- Apesar das dificuldades, alguns observadores têm procurado acompanhar os acontecimentos e participar neles de maneira geralmente discreta, mesmo em pontos melindrosos;
- Uma parte da comunicação social tem desempenhado um papel muito positivo nos processos mais relevantes, quer do ponto de vista informativo, quer como contributo para a saúde da vida democrática.

- *Uma visão de futuro*

É indispensável dispor de uma visão realista e flexível para a defesa nacional, que permita «fornecer uma imagem do que o setor será no futuro; articular possibilidades e interesses; fornecer uma orientação para a tomada de decisões; e uma fácil comunicação».

Isso exige a «recolha de informação, análise, consideração de alternativas e escolhas», de maneira a confirmar que a visão é realizável, designadamente em termos do que a organização existente «consegue, ou não consegue fazer», com os recursos, processos e valores de que dispõe.

Trata-se de uma tarefa de considerável magnitude, que pode exigir um apreciável volume de trabalho a várias pessoas.

Porém, é indispensável realizá-la porque sem uma visão apropriada «os esforços de transformação podem facilmente dissolver-se numa lista de projetos confusos, contraditórios, incoerentes que desperdiçam tempo e avançam em qualquer direção, ou até em nenhuma direção».

Depois, será necessário desenvolver as estratégias que permitem alcançar a visão definida.

2024, Maio

NOTA DE FECHO

O seminário procurou recapitular acontecimentos, estabelecer um diagnóstico na defesa nacional e caracterizar o que se passa nos domínios da «doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas, interoperabilidade» e sustentação.

Estas questões são quase totalmente desconhecidas do cidadão comum. Com efeito, os governos e os órgãos de controlo do Estado raramente divulgam dados sobre a situação, ou porque não dispõem de autonomia para o fazer, ou porque não estão a par do que ocorre, ou, simplesmente, porque não estão convencidos da extrema necessidade do sector.

Sejam quais forem as contradições nesta matéria, a situação não pode durar.

Na verdade, o modelo teórico em vigor na defesa nacional é uma referência cada vez mais longínqua face à realidade que se observa, quer no que toca à adequabilidade militar, quer à exequibilidade e aceitabilidade políticas.

Nestas circunstâncias, é possível que venha a ser necessário escolher entre duas opções.

Ou o Governo entende que não deve romper com as orientações gerais que decorreram dos anteriores CEDN e, nessa linha, começa a preparar uma verdadeira reforma na defesa nacional, sabendo que o preço será elevado, devido à evolução do contexto internacional, e às consequências da inação e de decisões mal-sucedidas tomadas nos últimos anos.

Ou então assume que se deve manter o *status quo* – para ganhar tempo ou como solução deliberada – e tenta descobrir um novo uso para a defesa nacional, destituída de expressão militar significativa. Isto, dentro das suas obrigações constitucionais e refletido no futuro CEDN e subsequente documentação estruturante.

Saliente-se que é na estrutura e edificação do SF que se manifestam de forma mais evidente, e sem margem para dúvidas, as consequências das escolhas feitas no âmbito do planeamento de defesa, estratégico e de forças elaborados com o apoio de equipas multidisciplinares.

Nesse entendimento, ninguém discordará da necessidade de se proceder, ao mais alto nível do Estado, a uma reflexão sobre o futuro da defesa nacional no conjunto das suas componentes.

O CSDN terá certamente um papel relevante a desempenhar neste processo, não apenas pelas suas atribuições, mas também pelo seu papel tradicional e ímpar de instância de concertação institucional.

Concluímos este último capítulo deste nosso livro com uma ideia que já expressámos anteriormente: esperamos com renovada esperança que a atual geração de governantes seja bem-sucedida na missão de construir um futuro credível para a defesa nacional.

Como afirmou o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, na sessão de encerramento do seminário, «é uma oportunidade que não pode ser perdida».

Saibamos, todos, mas todos, governantes e governados, aproveitá-la.

*** * ***



**Grupo de
Reflexão
Estratégica
Independente**





